Império

MÓVEIS IMPÉRIO

Fabricantes especializados em

Mobiliário Comercial
Decorações
Mobiliário Doméstico
Estofos

Garantia absoluta de

Construção e Acabamentos

CENTRO FORNECEDOR DE MÓVEIS

RUA DA MADALENA, 112, 1.º

TELEFONE 29781 LISBOA

COMPANHIA DA ZAMBÉZIA

S. A. R. L.

LISBOA — Rua Luís Fernandes, 5–Telefone 66018

QUELIMANE — Caixas Postais n.os 3 e 4

Endereço Telegráfico «Mafambice»

PRODUTORA DE

COPRA · CHÁ

ALEURITES · ALGODÃO

SAL

Zambézia Comercial, Limitada

LISBOA — Rua Luís Fernandes, 5–Telefone 66018

QUELIMANE — Caixas Postais n.os 3 e 4

Endereço Telegráfico «Zamalda»

SUCURSAIS:

QUELIMANE

Comércio geral –

Agentes de:

The Shell Co. of P. E. A., Ltd.
Companhia de Seguros «Nauticus»
Dunlop Rubber Co., Ltd.
Namagoa Plantations, Ltd.
EMOL
Companhia Nacional de Navegação
Companhia Colonial de Navegação — Macuse
The Union Castle Mail Steamship Co.—Macuse
Holland Afrika Lijn — Macuse — Maquival
The British India Steamship Co. — Macuse
Compagnie Maritime Belge

TETE

Comércio geral –

Agentes de:

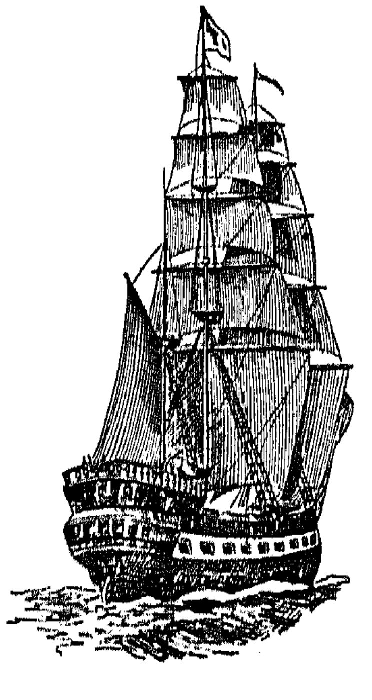
Companhia da Zambézia
Sal
Chá Licungo
The Shell Co. of P. E. A., Ltd.
D. E. T. A.
Sena Sugar Estates
EMOL
Máquinas de escrever «HERMES»
Dunlop Rubber Co., Ltd.

Companhia de Seguros Fidelidade

Fundada em 1835

CAPITAL E RESERVAS:
200 milhões de escudos

LARGO DO CORPO SANTO, 13
LISBOA



AINDA DURANTE MUITOS ANOS SAIU A NAU DA ÍNDIA, JÁ AS VIDAS E OS BENS, QUE ANDAVAM SOBRE O MAR, FICAVAM SEGUROS NA *Fidelidade*

BREYNER & WIRTH, LIMITADA

COMÉRCIO GERAL – AGENTES DE NAVEGAÇÃO

Escts. Arzs.: Av. da República, 32–Telef. 195–Cx. Postal 206–End. Telg. «Produce»

LOURENÇO MARQUES

RECEPÇÃO, ARMAZENAGEM E EXPEDIÇÃO DE MERCADORIAS

Armazéns com linha férrea privativa ligada à rede geral, ao quilómetro 1 da Estrada das Estâncias

SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES

Pela Companhia de Seguros ALLIANCE ASSURANCE & C.ª LTD.
Sucursal em Moçambique

AGENTES DE NAVEGAÇÃO

Companhia Nacional de Navegação / Lloyd Brasileiro / Alpina Marítima, Ltd.
Finland-Africa & Australia, Ltd. / Overseas Tankship Corporation

AGENTES GERAIS DE VENDAS PARA A PROVÍNCIA DO SUL DO SAVE, DE GASOLINA E ÓLEOS «CALTEX» — MOBILIÁRIO DE AÇO «SANKEY SHELDON» — MATERIAL FERROVIÁRIO — MÁQUINAS AGRÍCOLAS

«STOCKS»

Isoladores de porcelana da Vista Alegre / Chá / Café / Álcool puro e desnaturado / Bombas para Água / Motores de combustão interna / Material eléctrico / Correias de transmissão / Óleos lubrificantes / Gasolina / Petróleo / Sacos vazios / Material de construção / etc.

P. SANTOS GIL & C.ª, L.da

CAIXA POSTAL 325 – TELEGRAMAS: «TRANSPORTES»
RUA CONSIGLIERI PEDROSO, 9
LOURENÇO MARQUES

IMPORTADORES DE TODA A QUALIDADE DE MATERIAL ELÉCTRICO E FERROVIÁRIO, FIXO E CIRCULANTE, AUTOMÓVEIS E CAMIONS

ESTÂNCIA DE MADEIRAS E OFICINAS DE SERRAÇÃO
COMÉRCIO GERAL
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
CONTA PRÓPRIA E ALHEIA
ACEITAM-SE REPRESENTAÇÕES

ARMAZÉNS ALFANDEGADOS—CARGAS E DESCARGAS
(Estâncias e armazéns alfandegados ao km. 1) para depósito de mercadorias. Recebemos e armazenamos toda a qualidade de mercadorias, tanto para consumo local, como em trânsito de e para a União Sul Africana. Preços módicos e pronto despacho.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE TODA A ESPÉCIE
SECÇÃO DE PRODUTOS
Compra e venda, importação e exportação de produtos da Colónia de Moçambique, tais como: Mapira, Milho, Copra, Amendoim, etc.

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ÓLEOS, LDA.

CAPITAL
£ 250.000-0.-0.

AZEITE DE AMENDOIM, SEM ACIDEZ, REFINADO PARA ALIMENTAÇÃO E CONSERVAS

AZEITE DE GERGELIM, CLARIFICADO E REFINADO PARA CONSERVAS

ÓLEO DE COPRA, REFINADO PARA MARGARINAS

ÓLEO DE COPRA, CRU, PARA SABÕES

ÓLEO DE RÍCINO, REFINADO, PARA FARMÁCIAS

OLEO DE RÍCINO, CRU, PARA INDÚSTRIA

ÓLEO DE MAFURRA, CRU, PARA SABÕES

TODOS OS PRODUTOS SUPRA SÃO MANUFACTURADOS NA NOSSA FÁBRICA, QUE É A MAIOR E A MAIS MODERNA EXISTENTE EM ÁFRICA

PEÇAM AMOSTRAS E COTAÇÕES

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ÓLEOS, LDA.

CAIXA POSTAL 366 LOURENÇO MARQUES

SOCIEDADE GERAL DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES

Carga e Expediente: R. DO COMÉRCIO, 39
Telefones 30551 e 25775 / LISBOA

FROTA

n/m África Ocidental	1.560 T.	n/m Cartaxo	1.376 T.
n/m Alcobaça	9.588 T.	n/m Colares	1.376 T.
n/v Alcoutim	10.526 T.	n/m Conceição Maria	2.974 T.
n/m Alenquer	9.588 T.	n/m Coruche	1.376 T.
n/m Alexandre Silva	3.215 T.	n/v Costeiro	900 T.
n/m Alfredo da Silva	3.643 T.	n/m Costeiro Terceiro	1.426 T.
n/v Alferrarede	2.118 T.	n/m Covilhã	1.376 T.
n/m Almeirim	9.588 T.	n/v. Cunene	9.800 T.
n/v Amarante	12.600 T.	n/v Foca	2.060 T.
n/m Ambrizete	9.245 T.	n/v Inhambane	9.619 T.
n/m Ana Mafalda	3.643 T.	n/v Luso	10.125 T.
n/m Andulo	9.245 T.	n/v Maria Amélia	3.005 T.
n/m António Carlos	2.974 T.	n/v Mello	6.253 T.
n/m Arraiolos	9.588 T.	n/v Mirandella	8.280 T.
n/m Belas	7.259 T.	n/m Rita Maria	3.458 T.
n/m Borba	7.259 T.	n/m São Macário	1.221 T.
n/m Braga	7.224 T.	n/v Saudades	6.430 T.
n/m Bragança	7.224 T.	n/v Silva Gouveia	1.353 T.
n/v Zé Manel	1.240 T.		

Total: 199.735 toneladas

REBOCADORES:

«ÁFRICA», «CINTRA», «ESTORIL», «FREIXO», «SÃO CRISTÓVÃO», «SOURE», «PRAIA DA ADRAGA» E «PRAIA GRANDE»

LANCHAS A MOTOR:

«GAROTA», «BOLHÃO», «CAROCHA» e para o pessoal «ODELEITE» e «ODRINHAS»

33 Batelões (7 de 500 T., 24 de 400 T. e 2 de 250 T.)
25 Fragatas (2.300 T.)
1 Barca de água (250 T.)
1 Draga «BARREIRO» com 5 batelões de dragadas de 80 m³ cada.

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

n/m «MANUEL ALFREDO» de 3.600 T. e para 12 passageiros

CARREIRAS DE LISBOA PARA

Norte da Europa, Norte de África, Mediterrâneo, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Estados Unidos, Argentina, América Central e Costa de Portugal

A Companhia que mais navios tem ao seu serviço, construídos em Portugal nos estaleiros da Companhia União Fabril no Barreiro e em Lisboa

COMPANHIA DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

Soc. An. Resp. Lim.

CAPITAL: Esc. 330.000.000$00 ou £ 3.000.000

SEDE

Rua do Ataíde, 7-A – LISBOA

COMITÉ DE LONDRES

Princes House, 95, Gresham Street, E. C. 2

DIRECÇÃO DA EXPLORAÇÃO

Lobito (ANGOLA)

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: «LOBITANGA»

LISBOA • LONDRES • LOBITO

LOBITO – LUAU (FRONTEIRA) – 1.348 QLMS.

O Caminho de Ferro de Benguela, testa do transafricano ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Índico, assegura os transportes directos dos portos portugueses do Lobito e Benguela, na Província de Angola, com os portos portugueses da Beira e Lourenço Marques na Província de Moçambique, e ainda com os de Durban, Port Elisabeth, Cap Town e outros na África do Sul

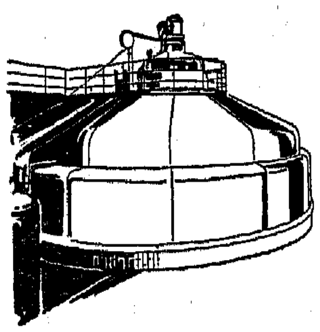
Serviço rápido de passageiros e mercadorias, sem transbordo do Lobito a Elisabethville, no Congo Belga – 2.107 quilómetros

É O MAIS CURTO CAMINHO PARA A ÁFRICA CENTRAL

Material Eléctrico de alta qualidade

BROWN BOVERI

Fornecimento de centrais termo e hidro-eléctricas, postos de transformação, protecção de rêdes, Electrificação de fábricas, caminhos de ferro, fornos eléctricos, motores. Apar. de soldadura Altas frequências Telefonias, etc.



BADEN-SUÍÇA

★

Representante geral:
Edouard Dalphin
R. SÁ DA BANDEIRA, 481-2.º
(PALÁCIO DO COMÉRCIO)
PORTO
Telefone 23411

PORTOS, CAMINHOS DE FERRO E TRANSPORTES DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

13.320 Km. de Linhas Aéreas Internas
1.367 Km. de Linhas Aéreas Internacionais
2.000 Km. de Linhas de Caminhos de Ferro
4.000 Km. de Linhas de Camionagem Automóvel

EXPLORA OS SEGUINTES PORTOS:

LOURENÇO MARQUES — INHAMBANE
NACALA — LUMBO — BEIRA

EM 1952:

Passaram pelos diversos serviços 1.975.131 passageiros
Foram transportadas 6.410.073 toneladas
E foram manuseadas nos portos 6.148.627 toneladas

PARA INFORMAÇÕES:

Secção de Propaganda e Publicidade
Apartado 19 TI LOURENÇO MARQUES

Série 72.ª — N.os 4-6 Abril - Junho — 1954

BOLETIM
DA
Sociedade de Geografia de Lisboa

Direcção, Propriedade e Edição da
Sociedade de Geografia de Lisboa

SUMÁRIO

DOS BÒSQUIMANOS E HOTENTOTES NA HISTÓRIA E NA CIÊNCIA, pelo prof. dr. *António de Almeida* 191
SOCIEDADES SECRETAS AFRICANAS E CIÊNCIA SOCIAL, por *A. A. Mendes Corrêa* 219
QUELQUES ASPECTS DE LA CIVILISATION BLANCHE EN AFRIQUE DU SUD, par le dr. *Marius Valkhoff* 235
MACAU NA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS, pelo dr. *Carlos A. C. Estorninho* 249
O CICLO CULTURAL E POLITICO SUÉVICO-BIZANTINO, por *Francisco José Velozo* 265
NOTICIAS E COMUNICAÇÕES 275
BIBLIOGRAFIA 286
ATRAVÉS DAS REVISTAS 292
ACTIVIDADES DA S. G. L. 298
MOVIMENTO DA BIBLIOTECA 335
BIBLIOGRAFIA DOS DESCOBRIMENTOS E NAVEGAÇÕES (Em anexo) ..... 1 a 16

Os artigos publicados no Boletim são da única responsabilidade dos seus autores

Toute correspondance pour le BULLETIN doit être adressée à — SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA — Rua Eugénio dos Santos — LISBOA.

Les titres des ouvrages et cartes géographiques importantes et l'indication de tous les objets offerts soit à la Bibliothèque, soit au Musée de la Société de Géographie de Lisbonne, seront publiés dans le BULLETIN avec les noms des personnes les ayant offert.

Les ouvrages et les cartes géographiques importantes, dont deux exemplaires auront été envoyés au Directeur Bibliothécaire de la Société de Géographie de Lisbonne, seront le sujet soit d'un compte-rendu, soit d'une mention spéciale dans son BULLETIN, selon l'opportunité reconnue par la Direction de la Société de Géographie.

Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa

PRESIDENTE

Prof. Dr. António Augusto Esteves Mendes Corrêa

VICE-PRESIDENTES

Almirante Luiz António de Magalhães Corrêa
Comandante Álvaro de Melo Machado
Dr. Víctor Manuel Braga Paixão
Prof. Dr. Ruy Ennes Ulrich

Pr[illegible] A

Dr. M[illegible] ÇALVES

([illegible] S
E[illegible] R
Dr[illegible] ÊA
General Luís Augusto Ferreira Martins
José Maria Cordeiro de Sousa

Comissão Revisora de Contas

EFECTIVOS

Dr. António da Maia Malta
D. João de Saldanha Oliveira e Sousa (Marquês de Rio Maior)
Prof. João de Carvalho e Vasconcelos

SUPLENTES

Dr. Joaquim Alberto Iria Júnior
Dr. José Luís Ferin Dias Pinheiro

DOS BÒSQUIMÂNOS E HOTENTOTES NA HISTÓRIA E NA CIÊNCIA (*)

Prof. Dr. António de Almeida
Da Escola Superior Colonial
Chefe da Missão Antropobiológica de Angola
Secretário-Geral da Sociedade de Geografia de Lisboa

Quem são os Bòsquimâno-Hotentotes, essa raça suposta em via de extinção? As hipóteses apresentadas como resposta a esta interrogação não satisfazem ainda todos os investigadores que se têm devotado ao estudo de tão primitivas gentes.

A África é habitada pelo homem desde tempos remotíssimos, crendo mesmo alguns cientistas que neste território se encontra o berço da humanidade — mercê das apropriadas condições naturais que possui, dos despojos paleontológicos encontrados e das múltiplas estações arqueológicas descobertas, muitas das quais datam dos mais recuados períodos prehistóricos.

Admite-se, geralmente, que os Bòsquimânos têm a sua filiação nos homens de Grimaldi, negroides descendentes de povo oriundo da Ásia e portadores de cultura de tipo aurinhacense, que há mais de 50.000 anos viveram na Europa ocidental (1); deste tronco humano do paleolítico superior proviriam ainda, segundo Wells (2), os Tasmanianos, Negros, Andamanes, Australianos, etc. Da Europa, a gente de Grimaldi passaria à África, espalhando-se pelos seus territórios centrais e meridionais, aonde haveria chegado há cerca de cinco dezenas de milhar de anos; este continente também teria sido atingido, mas muito mais tardiamente (há 4-5.000 anos) por novas hordas de homens de Grimaldi, evadidas da Europa durante o último glaciar e após prévio estacionamento no Egipto.

Conforme Impey, das populações de Grimaldi primeiramente entradas na África do Sul descendem os Strandloopers, entroncando-se nas que vieram posteriormente, os Bòsquimânos — povo que, perante a pressão de invasões bantas na Somália, foi em-

(*) Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1 de Junho de 1953.

purrado para as regiões do Lago Vitória, onde, 1.000 anos depois, se iniciaria a sua longa e acidentada peregrinação até aos confins da África meridional.

Keith (3) e outros cientistas da África do Sul, Prof. Mendes Corrêa (4), etc., afirmam que os Bòsquimâno-Hotentotes têm por ascendentes os homens de Boskop e de Florisbad, que viveram no mesolítico africano.

Há quem pretenda ainda que os Bòsquimânos tenham origem mais recente, dizendo-os provenientes de cruzamentos de mulheres africanas (Egípcias, Somális e Bantas) com Chineses (Von Oordt) (5), quer como mineiros persas, assírios, indianos e mongois, quando, em terras da rainha de Sabá, por ordem de Salomão, se efectuavam explorações auríferas.

Segundo muito antiga lenda conservada pelos Hotentotes da África do Sul e relatada por Kolben (6), seus primeiros pais chegaram a estes territórios em ocasião ignorada, entrando por uma porta ou por uma janela; os nomes desses progenitores eram Noh, o homem, e Hingnoh, a mulher, ambos enviados para ali pelo próprio Deus, Ticqua, que lhes ensinou a arte de criar os animais domésticos e muitos outros conhecimentos.

Para Stow (7), haver-se-iam efectivado duas migrações bosquimanas: a primeira veio a ocupar todos os territórios da Província do Cabo; a segunda, dirigindo-se para Oeste, atingiu a costa ocidental africana, ao sul de Windhoek, donde se encaminhou para leste, assenhoreando-se das terras em que ora se situam Lourenço Marques e seu termo, partindo depois para o sul. A pressão dos Hotentotes e a hostilidade constante dos Bantos obrigaram os Bòsquimânos a dispersar-se pelas regiões ocidentais da África meridional, ao tempo despovoadas, sendo ainda subsequentemente constrangidos a habitar em áreas restritas e pouco susceptíveis de permitir-lhes uma vida económica desafogada.

Na opinião de Theal (8), os Hotentotes resultaram do cruzamento de viúvas bòsquimânas com desertores egípcios, na Somália, Von Luschan crê-os pertencentes à raça dos velhos egípcios, Dornan (9), Seligman (10) e outros autores supõem-nos oriundos do mestiçamento de Bòsquimânos com antigos Hamitas, de quem receberam também a influência linguística e cultural que distingue os Hotentotes dos Bòsquimânos.

De acordo com a hipótese mais corrente, os Hotentotes provieram do cruzamento de Bòsquimânos com os primeiros Bantos — aqueles negros que Stow diz terem invadido a Somália há mais de meia dezena de milhar de anos, território donde, um milénio depois, viriam a ser escorraçados por nova vaga banta; igual sorte caberia aos Hotentotes, como os Bòsquimânos expulsos por povos negros aparecidos posteriormente.

Se bem que alguns antropologistas continuem a considerar os Bòsquimânos e os Hotentotes como duas raças diferentes, não há dúvida de que os dois povos manifestam estreitas afinidades físicas e étno-linguísticas.

Entre os principais caracteres somáticos dos Bòsquimânos, assinalam-se a pequena estatura ou abaixo da média, fraca corpulência, grande magreza, rugosidade de pele, cor amarelo-torrada, cabelo curto e lanuginoso e disposto em tufos ou grão de pimenta (tipo lofócoma), corpo glabro, dolicocefalia, fenda palpebral estreita e por vezes

oblíqua e com ou sem prega mongólica, pronunciada distância entre os endocântios, face achatada, platirrínia, násio deprimido, malares salientes e afastados, frequente sela lombar, raramente associada a esteatopigia, etc.; dos seus caracteres étnicos merecem relevo especial o tipo de alimentação — constituída por frutos silvestres, larvas de insectos e caça que abatem com setas envenenadas ou não —, fabrico do fogo por friccionamento e giração de dois pedaços de madeira, reduzidíssimas vestes — feitas de peles de animais selvagens —, adornos e enfeites semelhantes aos dos Bantos entre quem vivem e aos quais obedecem como escravos, distribuição em pequenos grupos populacionais e, habitualmente, nómadas e desprovidos de habitação, e, só por excepção, possuidores de cães.

Os Bòsquimânos falam uma língua própria, e dotada de cliques ou estalidos, cujo número varia entre quatro e seis ou sete, mas servem-se também do idioma dos povos negros locais, que utilizam tão bem como estes.

Morfològicamente os Hotentotes possuem, em regra, estatura mais alta do que os Bòsquimânos, corpulência média, médio grau de nutrição, cor amarelo-escura, cabelo curto e lanuginoso (por vezes, em tufos), escassa pilosidade do corpo, dolicocefalia, fenda palpebral estreita e às vezes oblíqua, pequena frequência de prega mongólica, platirrínia, násio deprimido por vezes, malares salientes, frequente sela lombar com ou sem esteatopigia, etc.; sob o ponto de vista cultural, os Hotentotes são seminómadas ou pastores, podendo dispor de habitação fixa, têm bois, ovelhas, cabras, galinhas e cães e, quanto aos demais usos e costumes, parecem-se com os Bòsquimânos e, sobretudo, com os Bantos, com quem aprenderam a trabalhar o ferro e a edificar as habitações.

O seu dialecto privativo é dotado de cliques ou estalidos — cujo número não vai, geralmente, além de quatro; este idioma, segundo Bleek, Lepsius e Meinhof (11), assemelha-se na construção gramatical às línguas camíticas norte-africanas e, para Dornan (12), a língua bòsquimâna é mais antiga do que a hotentote, se bem que na formação da frase, fonologia e em outras particularidades gramaticais as duas sejam análogas.

Bòsquimânos apelidam-se amiúde indígenas hotentotes ou mestiços de Hotentotes e Bòsquimânos, e o termo hotentote também se aplica tanto a mestiços de Bantos e Hotentotes, como aos Berg-Dâmaras ou Dâmaras montanheses — Negros que vivem perto dos Hereros no Sudoeste Africano, em terras limítrofes do Sul de Angola —, só porque falam dialecto hotentote, com um ou mais cliques (13).

Como é sabido, os nomes bòsquimâno e hotentote são aportuguesamento das palavras *Bosjesman* e *Hüttentüt*, com as quais os Holandeses crismaram povos muito primitivos das regiões do Cabo da Boa Esperança, onde os conheceram no fim do século XVI, e, mais especialmente, após a sua instalação ali, nos meados do século XVII; Bosjesman quer dizer homem do bosque, selvagem, e Hüttentüt homem bruto, estúpido.

Os Hotentote-Bòsquimânos também são conhecidos pela designação *Khuà-San*, expressão gentílica composta de *Khuà* e de *San*, nomes que significam homens, respecti-

vamente nas línguas hotentote e bòsquimâna. Sparrman ([14]) e Barrow ([15]), em 1788 e 1797, empregariam os termos *Boshemen* e *Bosjesmans* para designar os nativos San ou Saab — também assim denominados pelos seus parentes Hotentotes, os *Khuà-Khuà* — homem dos homens, como eles próprios se chamam — que habitavam nas florestas e montanhas do interior.

Porém, cerca de cem anos antes de os Holandeses verem Bòsquimânos e Hotentotes — e mais de dois séculos antes destes indígenas serem assim nomeados — já a frota de Bartolomeu Dias havia observado nativos hotentotes na África do Sul, em 1493, se é que isso não teria ocorrido com Diogo Cão, que, em 1486, atingiu o litoral da Damaralândia, como garante Welch, onde porventura habitavam Namáquas.

Não obstante Bartolomeu Dias ter navegado ao longo da costa ocidental africana, ao sul do Equador — que reconheceu e chamou terra de Santa Bárbara, a Namaqualândia de hoje —, entrando em algumas enseadas, numa das quais desembarcou uma mulher negra que levava com outros nativos, aprisionados em Angola por Diogo Cão e instruídos na Metrópole para obterem informações sobre a África central e o reino do Prestes João —, o explorador não deixou qualquer apontamento sobre a somatologia e os usos e costumes da população deste território, então habitado por Hotentotes namáquas ([16]); conforme Welch, o padrão erigido por Bartolomeu Dias, ao sul da Baía de Luderitz ou Angra Pequena, foi muitos anos depois despedaçado por Europeus, e não pelos Hotentotes, como por vezes se tem afirmado ([17]).

Após haver dobrado o Cabo das Tormentas, e um pouco a leste deste, numa baía a que deu o nome de Angra dos Vaqueiros, é que Bartolomeu Dias e os companheiros observaram Hotentotes ([18]), decerto Korachúquas e Cochoquas, que viviam nas regiões do Cabo; infelizmente, não foram bem acolhidos pelos nativos que, não só desprezaram os presentes oferecidos, como também se recusaram a negociar com os Portugueses, tendo fugido com o gado e acabando por apedrejá-los.

O apelido desta enseada — relacionado com a existência de gado bovino que os Hotentotes apascentavam — foi dez anos depois, a quando da passagem de Vasco da Gama, substituído pelo de Angra de S. Brás, designação esta que, por sua vez em 1601, era trocada definitivamente pelo de Baía dos Mexilhões, a Mossel Bay dos Ingleses.

Prosseguindo na sua viagem, Bartolomeu Dias atingiu o rio Bushman.

Foi junto deste rio — cujo nome permite crer que nascesse em região ou atravessasse terras habitadas por Bòsquimânos — que certos cronistas supõem ter-se realizado a célebre reunião dos componentes da armada de Bartolomeu Dias — que votaram o regresso imediato a Lisboa, ao contrário de outros escritores que admitem que essa grave decisão houvesse sido tomada mais ao norte, nas margens do rio Chalumna, que depois de banhar uma área territorial ocupada por Bòsquimânos, vai desaguar ao sul da foz do rio do Infante, limite setentrional dos territórios ocupados por Hotentotes.

Caberia a Vasco da Gama ([19]) e aos seus companheiros a honra de serem os primeiros Europeus a entrar em contacto com os Hotentotes (certamente pertencentes à

tribo dos Grigríquas), na Angra ou Baía de Santa Helena, situada na costa ocidental e meridional de África, onde aportaram em 8 de Novembro de 1497; se não fora o facto de, como afirma Duarte Pacheco Pereira ([20]), as rotas das armadas passarem a fazer-se «ao longo da costa do mar», devido a parte do Sudoeste Africano ser «trabalhosa de navegar», deserta e arenosa e desprovida de abastecimentos, decerto, logo após o regresso de Bartolomeu Dias a Lisboa, outras explorações marítimas, seguindo junto à terra em demanda da Índia, teriam levado os Portugueses a relacionar-se mais cedo com os Hotentotes da África do Sul.

No «Diário» da viagem do descobridor do primeiro caminho marítimo para a Índia, diz-se que os nativos da Baía de Santa Helena eram baços, andavam quase nus — apenas com os órgãos genitais metidos em baínhas de couro —, traziam pequenas conchas e contas de cobre presas às orelhas, apresentavam-se munidos de armas — chifres de boi tostados e implantados em varas —, abanavam-se com caudas de raposas amarradas a paus, possuiam cães, alimentavam-se de carne de foca, de baleia e de antílopes, de raízes de ervas, e de mel de abelhas silvestres, colhido no campo «ao pé das moutas». O primeiro indígena que entrou na caravela de Vasco da Gama, onde dormiu uma noite, era pequeno de corpo; este e seus patrícios, vindos depois aos bateis, comeram o que lhes deram e mostraram-se satisfeitos com as vestimentas, ceitis de cobre, cascaveis e aneis de estanho ofertados, ficando no entanto insensíveis perante a canela, o cravo, o aljôfar, o ouro, etc., que os nautas lhe apresentaram com o propósito de se aperceberem da existência destes produtos naquela região. Tão amigo convívio não impediu, contudo, que Fernão Veloso viesse a ser perseguido pelos Hotentotes, e que Vasco da Gama e alguns dos seus companheiros, saídos das caravelas para socorrê-lo, não fossem feridos pelas pedras, zagaias e setas arremessadas pelo gentio.

Não conseguiram comunicar verbalmente com os indígenas mas fizeram-no por meio de gestos, tendo sido vãos os esforços dos negros do Congo, levados como intérpretes — apesar de alguns deles conhecerem vários dialectos bantos e estarem experimentados na maneira de tratar com as gentes dos diversos territórios africanos.

Seria na Angra de S. Brás ([21]) que, em 25 de Novembro desse ano, a tripulação da esquadra de Vasco da Gama conviveria mais intimamente com os Hotentotes, «homens baços da arte daqueles da Angra de Sta. Helena», que apareceram na praia e nos outeiros das vizinhanças.

Homens e rapazes aproximaram-se dos marinheiros, e com eles negociaram um boi e manilhas de marfim, e, em troca, os Hotentotes receberam barretes vermelhos, cascaveis, etc.

O «Diário» regista a existência neste território de numerosas manadas de gado vacum, muito nutrido e manso, castrado, aparecendo algumas rezes sem chifres; os bois mais gordos serviam para cavalgar, motivo por que lhes colocavam no dorso albardas de madeira à moda de Castela e uns paus à maneira de andas, costumando atravessar-lhes o septo nasal por meio de um pedaço de madeira, a cujas extremidades prendiam cordas a fim de conduzirem fàcilmente os animais.

Além das peças de vestuário e das caudas de raposa, análogas às que viram na Angra de Santa Helena, assinala-se o aparecimento de flautas indígenas que, tangidas, despertam nos nossos navegantes desejos de tocar suas trombetas, todos dançando, alfim, nos bateis, inclusive Vasco da Gama — menos movidos pela qualidade da música do que pela festiva e afectuosa confraternização, amostra incomparável do alto sentido humano e cristão dos Portugueses e grande lição de política indígena, instantemente aconselhada pelos reis da era da nossa Expansão Ultramarina. As mulheres e as crianças, porém, jamais comparticiparam nos bailados de bordo.

Todavia, logo que a armada levantou ferro, os Hotentotes derrubaram o padrão e a cruz que Vasco da Gama erigira na periferia da Baía de S. Brás!

Duarte Pacheco Pereira (22), que contornou as costas da África do Sul nos primeiros anos do século XVI, no seu «Esmeraldo», trata os indígenas da Angra ou Aguada de Santa Helena de «gente bestial», que vestiam peles e calçavam alpargatas de couro cru, sublinhando que «não são negros como os de Jalofo, Mandinga e outras partes de Guiné», e refere que nesta localidade, como na Baía de Santa Helena, havia muitos bois, carneiros e cabras que os donos permutavam por bacias de latão, campaínhas e panos vermelhos, acautelando os navegadores nestes termos: «quem aqui vier, guarde-se do negros desta terra, porque é muito má gente e por vezes cometeram matar a campanha das naus que aqui foram...».

Como vai ver-se, o explorador português tinha sobejas razões para dar semelhantes conselhos e de tão mal impressionado estar com os Hotentotes.

Em 1503, António Saldanha (23) — que foi o primeiro Europeu a subir ao Monte da Mesa, ao qual baptizou com este nome — entrou na baía conhecida longo tempo pelo seu apelido, e hoje chamada de Table Bay (Baía da Mesa), em cujas costas se situa a cidade do Cabo; ali desembarcou com um grupo de mareantes e, depois de obterem uma vaca e dois carneiros, vieram a ser atacados por muitas centenas de Hotentotes.

Em 1504, João de Queirós (24) foi morto com quinze de seus companheiros por estes nativos hotentotes, que os perseguiram no interior da Baía das Vacas (a Flesh Bay actual); cinco anos mais tarde, na Baía da Mesa, os Hotentotes — a quem Tomé Pires chama trogloditas — mataram D. Francisco de Almeida (25) e sessenta e quatro dos seus companheiros (entre os quais figuravam homens de elevada categoria), quando regressavam da Índia, roubando-lhes o vestuário, na noite seguinte ao combate travado entre os Portugueses e o gentio.

O receio destes selvagens preocupava tanto os marinheiros que, muitos dos navios que iam ou vinham da Índia, faziam escala na ilha de Santa Helena e em Moçambique, deixando de tocar nas costas da África do Sul durante dezenas de anos.

João de Empoli (26), feitor das naus que, um ano antes, acompanhou à Índia Afonso de Albuquerque, relatando a sua passagem pela Baía ou Aguada de S. Brás, afirma haver aqui água doce e animais domésticos, que os nautas obtinham à razão de «cada vaca por uma campaínha das medianas», asseverando que seria inútil pretender adquirir tais mercadorias com ouro ou prata, metais bem pouco estimados pelos Hotentotes.

E quanto aos caracteres somáticos e étnicos dos nativos, Empoli vai um pouco mais longe do que os escritores precedentes, declarando: «os homens não têm cabelo, têm cabeça tinhosa e os olhos remelosos; vestem-se até à cintura com peles, sem lhes tirarem os cabelos e cobrem as partes naturais com um couro a modo de bainha. As mulheres trazem também um semelhante vestido de peles e lhes juntam uma cauda do mesmo que lhe cai tanto por trás como por diante, e assim andam vestidas e têm peitos muito grandes».

Depois de informar que os homens usam dardos de pau com pontas de ferro, o cronista conclui, dizendo: «a sua fala é gutural acompanhada de acenos e assobios, não os tendo nunca ouvido explicar uma palavra expeditamente; e ainda que entre nós houvesse homens que sabiam diferentes línguas, nunca lhes pudemos construir uma única expressão, enfim, são homens brutais...»

No livro de Duarte Barbosa (27), anota-se que os Negros — decerto Hotentotes, como também estes eram chamados — das regiões além do Cabo da Boa Esperança — andavam nus, usando apenas um estojo de madeira a cobrir-lhes as partes naturais; dispostas à maneira de capa francesa, salientando não ter sido possível conseguir «notícias da língua nem serem informados do que vai pela terra dentro».

D. Jerónimo Osório (28), retomando a descrição do roteiro da viagem de Vasco da Gama, em 1571, repete os dados históricos que mais duma vez puzemos em foco, embora com pequenas alterações de pormenor.

Assim, aquele autor conta que na Angra de Santa Helena as armas usadas pelos Hotentotes — designados por Etíopes — eram «chuças com pontas de corno tão aguçadas que despedidas com rijeza de braço não abriam menos ferida que agudíssimos arremessões bem sacudidos».

Alude aos indígenas da Baía de S. Brás, considerando-os «muito semelhantes em cor e espécie aos da Enseada de Santa Helena e o seu falar é como o de soluços; andavam nus, usando apenas um estojo de madeira a cobrir-lhes as partes naturais; construíam choças, com adobes cosidos ao sol ou também de simples terra, que cobrem depois com colmo ou com enfileiradas leivas».

Os bois desta região eram «muitos e nédios, de que os moradores usam como de jumentos, impondo-lhes ceirões».

Gaspar Correia (29) também fala dos Hotentotes, afirmando: «...onde com eles vieram ter uns Cafres nus com que houveram falar com outros Cafres, que traziam de Moçambique, e a troco de panos podres e rotos, e cousas de ferro, continhas e pedacinhos de espelho, lhes deram vacas, manteiga, inhames grandes, tanto quanto os nossos quiseram».

Fernão Lopes de Castanheda (30) escreveu que, na praia e no interior da Angra de Santa Helena, «os homens são pequenos de corpo e feios de rosto, cor baça, e quando falavam parecia que soluçavam; suas vestes eram feitas de peles de animais, lembrando

capas francesas e as armas consistem em zagaias de varas de azambujo tostado, tendo implantados nas extremidades chifres de animais, que servem de ferros».

«Vivem de raízes, de ervas e de carne de foca, baleia, gazela e de aves várias, possuindo cães como os de Portugal, comiam mel que apanhavam ao pé das moutas, onde as abelhas o faziam sem mais cortiços».

Os habitantes da região do Cabo da Boa Esperança moravam em «casas de terra e palhoças, era gente baça, exprimiam-se na mesma linguagem dos da Baía de Santa Helena e vestiam-se de peles», tal como acontecia com os nativos de Aguada de S. Brás onde havia muitos e grandes bois que eram albardados, e ostentavam paus no septo nasal, aparecendo ali abundantes e enormes elefantes.

João de Barros ([31]), seguindo a narrativa da viagem de Vasco da Gama, descreve-a de modo sensìvelmente igual à que figura no «Diário», embora amplie o relato, quando diz terem avistado de bordo no litoral da Baía de Santa Helena, «dois negros baixos à maneira de quem apanhava algumas ervas», e «que andavam curvos e prontos em apanhar mel aos pés das moutas com um tição de fogo na mão», acrescentando ainda que «os indígenas das Baías de Santa Helena e de S. Brás, tinham o cabelo revolto como os de Guiné».

Damião de Gois ([32]), por seu lado, aludindo ao entendimento dos companheiros de Vasco da Gama com os Hotentotes da Baía de Santa Helena, declara que «os pretos também tinham o cabelo revolto como os da Guiné, um pouco mais baços», e continua a descrição nos moldes já mais de uma vez indicados, anotando também que os indígenas estavam munidos de paus com pontas de osso e chifres de animais, de que se serviam como azagaias. E, transposto o Cabo da Boa Esperança, navegando perto da costa, sempre a tocarem trombetas, viram terra fresca e fértil com muita criação de gado grosso e miúdo, sendo «a gente desta província baça, de cabelo revolto como os de Angra de Santa Helena, pequenos de corpo, feios, quando falam parece que soluçam e andam vestidos de peles; suas casas são de adobes, terra e madeira, cobertas de colmo, tem música, ainda que não como a nossa, contudo tangem flautas pastoris acordados, o som das quais não parece mal aos nossos».

Na Aguada de S. Brás havia «muitos e grandes elefantes, muitos bois, mansos e gordos que os negros trazem com albardilhas, vendo-se também carneiros, muitos e grandes».

Luís de Camões ([33]) parece ter-se socorrido especialmente das informações contidas no «Diário» da viagem de Vasco da Gama e nas «Décadas» de João de Barros, ao falar do indivíduo de pele preta (detido no interior da Baía de Santa Helena, quando apanhava doces favos de mel na montanha) e da estupefacção deste Hotentote, rodeado de tão estranha gente; o nativo, por não estar habituado a ver mercadorias análogas às apresentadas, não lhes deu apreço algum, atitude perfeitamente definida no popularíssimo verso do poeta: «a nada disto o bruto se movia»... Também Camões não esqueceu a perseguição movida pelos Hotentotes a Fernão Veloso — o nauta curioso e fanfarrão, imortalizado nos «Lusíadas».

Já na última década do século XVI, Duarte Lopes e Filipo Pigafetta ([34]) escreveram, acerca dos Hotentotes, que, no interior, entre o Cabo e o Trópico há raros povos que vivem em pequenas cabanas, usam arco e setas, cobrindo-se com peles de animais: «gente selvática, e rude e de pouca fé, que não sofre os estrangeiros, nutrem-se de frutos, que a terra produz, e da carne de seus gados».

Foi, como disse atrás, só a partir dos últimos anos do século XVI que outros Europeus se encontraram com os Hotentotes, ao ancorarem na África do Sul, durante as viagens que efectuavam para a Índia ou na volta.

Em 1591, os primeiros barcos ingleses sob o comando do Almirante George Raymond ([35]) aportavam na Table Bay, onde a sua tripulação adquiriu ao gentio quarenta bois e muitos carneiros, à razão de uma e duas facas por boi ou por carneiro, respectivamente; quatro anos depois, pela primeira vez, navios holandeses comandados por Cornelis Houtman ([36]) abordaram terras do Cabo da Boa Esperança, entrando na Aguada de S. Brás.

Como os Portugueses muitas dezenas de anos antes haviam feito, os Holandeses desta armada registaram as características da língua dos indígenas e repararam na indumentária confeccionada de peles, e nas armas que eles empregavam.

Os Holandeses trouxeram, no entanto, duas informações importantes na matéria: a indicação dos nomes das várias tribos hotentotes da África meridional e o informe da preparação de fogo, conseguida por giração, com dois pedaços de madeira; neste tempo, continuavam a efectivar-se as trocas com os mareantes — permutando-se facas, bocados de arcos e instrumentos velhos de ferro, por cabeças de gado bovino e por grandes e gordos carneiros, animais estes que, segundo a descrição neerlandesa, em lugar de lã, possuíam cabelo.

Os Holandeses não deram notícia de ter visto mulheres ou crianças, mas aperceberam-se de que os indígenas comiam intestinos de certos herbívoros, mal cozinhados, e outras imundícies, considerando-os por isso, canibais; apesar de haverem convivido com os Hotentotes, estes Europeus receavam-nos, a ponto de temerem ser castrados, conforme a crença, então, muito generalizada na Europa ocidental.

A nossa tristemente célebre história trágico-marítima dá bons elementos informativos acerca das tribos bantas, mas outro tanto não sucede com as hotentote-bosquimanas — exceptuando o relato do naufrágio do navio «Santo Alberto», ocorrido em 1593, perto da foz do rio Umtanta, ao norte do rio do Infante.

Os sobreviventes internaram-se no mato, seguindo a pé até à humilde povoação que devia tornar-se a bela cidade de Lourenço Marques dos nossos dias; durante esta tormentosa viagem — em oitenta dias percorreram trezentas léguas — os náufragos foram abastecidos por povos negros (cujo chefe era claro), que tinham boa estatura, falavam língua banta, envergavam vestimentas e capas de peles de animais e traziam sandálias, possuíam armas, alimentavam-se de leite e de cereais (que trituravam entre duas pedras), dispunham de gado, de cães e de cabanas redondas e baixas cobertas

de capim, circuncizavam-se, praticavam, enfim, os usos e costumes bantos, se bem que alguns dos seus hábitos denunciassem influência hotentote.

Tratava-se de Bantos algo mestiçados com Hotentotes, embora com predominância de manifestações culturais dos primeiros, cada vez mais vincadas à medida que se distanciavam das regiões de contacto dos dois povos.

Em 1598, o inglês John Davis (37) conheceu os Hotentotes do interior de Table Bay, os quais atacaram e mataram treze dos seus tripulantes, quando comerciavam gado na praia.

No ano de 1599, em Table Bay, as armadas da Companhia das Índias Orientais Holandesas pretenderam negociar com os indígenas, mas sem resultado, ao contrário do que ocorreu em Flesh Bay, onde, em 1601, Van Caerden (38) por alguns peças de ferro e de cobre, arcos velhos de ferro, etc., recebeu centenas de cabeças de gado bovino e ovino.

O holandês Cornelis Matelief (39), ao regressar da Índia, em 1608, não só registou pormenorizadamente alguns dos usos e costumes dos Hotentotes, como ainda lhes comprou 34 bois, 5 vitelas e 73 carneiros — animais adquiridos em troca de velhos arcos de ferro, saindo cada animal a menos de meio penny, ou seja, cerca de 1$80, ao câmbio actual; contudo, no mesmo ano as tripulações duma armada da Companhia das Índias Orientais Inglesas compravam ali, teòricamente, cada boi por uma barra de ferro de 91,4 centímetros, e um carneiro por metade deste preço; e digo teòricamente, porquanto, na realidade, cada cabeça importou no dobro, em virtude de os Hotentotes traficarem duas vezes o mesmo animal, mediante esta simples maneira: após a entrega do gado, os indígenas afastaram-se dos compradores algumas dezenas de metros, e, assobiando de forma bem conhecida das rezes, fizeram com que estas ràpidamente procurassem seus donos, que não tardaram em vendê-las de novo — conformando-se fleugmàticamente os Ingleses com a situação, tamanho era o pavor do gentio!

Em 1613, a exemplo do procedimento de Diogo Cão com Bantos de Angola, os Ingleses tentaram levar para a sua pátria dois Hotentotes — um dos quais viria a falecer na viagem —, com o intuito de os instruirem de forma que, no seu regresso à terra natal, se transformassem em bons agentes de intercâmbio comercial, induzindo seus irmãos a negociar mais intensamente com os filhos da velha Albion; o Hotentote sobrevivente, conquanto haja aprendido a falar inglês, ao voltar ao Cabo da Boa Esperança, desapareceu — e por alguns anos os Hotentotes abstiveram-se de permutar com os Europeus. Quando recomeçaram as trocas comerciais, provàvelmente sob a influência do Hotentote que visitou a Inglaterra, o preço do gado elevou-se consideràvelmente, não se contentando já os indígenas sòmente com arcos velhos de ferro, bocados de cobre de latão brilhante e coisas de menor valor.

Novamente os Ingleses (40), em 1620, e os Holandeses (41), em 1632, sofreram os ataques dos Hotentotes em Table Bay, onde lhes mataram numerosos marinheiros, em escaramuças geralmente provocadas por desentendimentos, durante o ajuste das transacções do gado.

Deve-se a Dapper (42), em 1686, na sua «Descrição da África», baseada, aliás, nas narrativas dos cronistas portugueses, espanhóis e outros, «o retrato dos Hotentotes do Cabo da Boa Esperança» — para servir-me das suas próprias palavras —, segundo penso, o mais desenvolvido relato da época sobre os caracteres somáticos de tão primitivos povos.

Ei-lo: feios, com elevada estatura, cor lívida e trigueira semelhante à dos mulatos e Japoneses, ao contrário dos de Vlees Bay, que tinham menor estatura (cuja média lembrava a dos Europeus) e cor escura e arruivada; possuiam cabelo curto, lanuginoso, olhos negros e brilhantes «como os de um falcão», nariz achatado e lábios espessos, mormente o superior, dentes brancos como marfim, pescoço de comprimento normal, ombros estreitos e braços muito longos, pulso delgado e magro, mãos bem feitas, dedos compridos, deixando crescer demasiadamente as unhas — a ponto de parecerem garras de águia, facto que constituia grande luxo entre estas gentes; apresentavam ventre deprimido, as nádegas extremamente desenvolvidas; pernas fortes, mas desprovidas de gordura, pés pequenos e bem proporcionados, sobretudo os das mulheres. Corriam ràpidamente, mostravam-se tão fortes e vigorosos que fàcilmente conseguiam segurar um touro; e as mulheres casadas possuiam seios tão grandes que lhes permitiam amamentar os filhos sem os retirarem do dorso em que os traziam.

Referindo-se à linguagem dos Hotentotes do Cabo da Boa Esperança, Dapper afirma que todos eles falavam a mesma língua, «mas é tão confusa, que as suas palavras assemelham-se mais aos sons de sinos do que a termos articulados que exprimem os nossos pensamentos. Têm palavras aspiradas, que pronunciam tão duramente que nem os Holandeses saberiam aprender a sua língua. A língua dos baixos Bretões e dos Bascos é doce, comparada com a sua. Os estrangeiros não conseguem aprender a sua língua, mas estes aprendem a dos estrangeiros, contando-se alguns indígenas que já se fazem entender em flamengo».

Em 1650, iniciou-se a instalação na África do Sul dos estabelecimentos da Companhia das Índias Orientais na África do Sul, não tardando a afluência de colonos, aos quais deram terrenos e muitas outras facilidades.

As terras distribuídas e sitas em volta do Cabo da Boa Esperança foram compradas aos Hotentotes, segundo se diz, por 15.000 florins, pagos em mercadorias de vária índole.

Apesar-de bom entendimento entre os nativos e os Holandeses, do qual a transferência pacífica dos direitos à terra parecia sinal animador, por volta do princípio do século XVIII reacenderam-se as lutas condicionadas pela ocupação de territórios do interior, que os Hotentotes não consideravam abrangidos pelo citado contrato — penetração essa cada vez mais prejudicial aos interesses do gentio, que ia sendo expulso das pastagens, tão necessárias aos seus gados, e, futuramente, convertidas em campos agricultados pelos Holandeses.

Segundo Hoefer (43), Kolben (44), que permaneceu oito anos em Table Bay, relata em 1686 que os Hotentotes recemnascidos tinham cor de azeitona, luzidia,

pigmentação que escurecia com a idade, devido à aplicação de manteiga com que se untavam e à sujidade repelente que ostentavam.

Falando dos caracteres morfológicos, Kolben informa que a estatura dos Hotentotes anda à roda de cinco a seis pés, tinham proporcionadas dimensões corporais, olhos negros, lábios espessos, achatamento nasal — facto que presumia ser determinado pela prática do aperto repetido do nariz das crianças, operada por suas mães desde o nascimento.

O cabelo era curto e lanuginoso como o dos Bantos, os homens possuíam pés grandes e largos, enquanto os das mulheres se mostravam pequenos e delicados.

A rapidez dos Hotentotes na corrida era tal, que acompanhavam um cavalo a trote; revelavam-se ágeis e destros no manejo de suas azagaias, de setas e mocas, e exímios caçadores. Mas, entre os elementos registados por Kolben, aparece um muito importante: o avental vulvar.

O P.e Guy Tachard ([45]), também em 1686, descreve somática e ètnicamente os Hotentotes do Cabo da Boa Esperança, merecendo-lhe particular menção a robustez e a agilidade dos indígenas; a repelente sujidade — resultante da aplicação da mistura de negro do fumo, excremento de boi e gordura, preparado que julga responsável pelo maior enovelamento do cabelo, lanuginoso como o dos Negros, a cujos aneis as mulheres prendem enfeites de cobre e de vidro; a mutilação das falanges dos dedos das mãos das mulheres — iniciada pelo dedo mínimo e executada em sinal de luto pelo falecimento do marido; o uso de flautas de cana — donde tiravam «sons agradáveis e harmoniosos, ouvidos de longe»; e, por fim, as danças.

As manifestações coreográficas dos Hotentotes consistem em as mulheres, dispostas em círculo e batendo as palmas, e os homens colocados em círculo exterior, se moverem os dois grupos em sentido opostos, enfim, «dança irregular, confusão», como lhe chama Tachard.

Na descrição deste escritor contém-se uma curiosíssima passagem, a qual alude à oferta de duas laranjas por um Hotentote de elevada categoria social, feita em português ao «Reverendo padre Geral dos Otentotes a vossa Senhoria».

Se, como diz Tachard, tal acto traduz testemunho da alegria que o chefe nativo sentia com a presença dum sacerdote católico, o seu significado é mais importante para nós, porquanto se trata de um indivíduo pertencente a um povo dos mais atrasados do Mundo, e que, apesar disso, não esquecera os ensinamentos recebidos dos missionários portugueses, que, com o Evangelho, lhe tinham transmitido a língua nacional.

Ainda em 1686, Ten Rhyne ([46]), médico do Conselho de Justiça da Companhia das Índias Orientais, escreve sobre os Hotentotes do Cabo da Boa Esperança: «São morenos, trigueiros, alguns mesmo têm pele branca; mas é entre estes povos uma deformidade, eles têm a pele negra como um dos caracteres de beleza».

«Untam os cabelos com gordura misturada com certas terras coloridas; têm alta estatura e são delgados, os membros bem musculados, as articulações muito grossas, nariz achatado, fronte curva, cabelos lanosos, que eles cortam e rapam de várias maneiras; andam quase inteiramente nus, trazendo apenas adiante um avental de couro. As mulheres são mais feias do que os homens e têm ombros muito arredondados».

E, a seguir, descreve com muitos pormenores a macroninfia.

Le Vaillant ([47]), em 1872, admitiu que o avental das Hotentotes resulta de um repuxamento conseguido por meio de pesos que suspendem dos pequenos lábios.

A luta entre Hotentotes e Bantos, a que aludi no princípio deste trabalho, não diminuiu de dureza durante os séculos XVII e XVIII; os Negros obrigavam os sobreviventes hotentotes não mestiçados com eles a refugiar-se nas terras mais pobres do sertão, e, portanto, menos susceptíveis de aproveitamento agrícola. Por seu lado, os Hotentotes perseguiram os Bòsquimânos, apossando-se das regiões propícias ao apascentamento de seus gados.

Após os Hotentotes e Bantos, surgiram os Hotentotes nos territórios do interior do Cabo da Boa Esperança, apoderando-se dos terrenos em que eles viviam e, mais tarde, também das áreas ocupadas pelos Bòsquimânos; Hotentotes e Bòsquimânos reagiram violentamente, raziando casas e plantações, roubando ou matando gados, assassinando Europeus e respectivos servos bantos — atitude esta severamente castigada pelos Holandeses. Foi em 1688 que ocorreu o primeiro encontro sangrento entre Holandeses e Bòsquimânos, nas montanhas do interior de Table Bay, quando o gentio pretendia raptar o gado dos colonos.

Os Bantos meridionais, exercendo a principal pressão sobre os Bòsquimânos e os Hotentotes, empurraram-nos para o sul da África e para o deserto de Calahari, donde os últimos se deslocaram depois até à costa ocidental; e, dentre os Bantos austrais, salientaram-se os Zulos, que vindos de territórios situados a nordeste da sua terra natal — a leste da região equatorial — se encaminharam, lenta mas indomàvelmente, para sul, levando na sua frente outras gentes mais atrasadas.

Quando da arribada dos Portugueses à África do Sul, os Hotentotes espalhavam-se entre o Cabo da Cruz, na costa ocidental, e o Rio Bashee, na costa oriental ([48]), encontrando-se os Bòsquimânos em terrenos do interior, entre os Hotentotes, a oeste e a sul, e os Bantos, a oriente; topónimos diversos — rio amarelo dos Hotentotes, Golfo dos Hotentotes, Montanhas Hotentotes da Holanda, Pequena e Grande Namaqualândias, rio Bushman, Pequena e Grande terras dos Bòsquimânos, Griqualândia ocidental e Griqualândia oriental, Griquatown, Bloemfonteine e Bloemhof (nomes derivados de Bloem, um dos chefes Koranas, descendentes dos Korachoquas), etc., atestam indubitàvelmente a presença destes primitivos povos de língua bòsquimâno-hotentotes.

Quando Vasco da Gama ultrapassou o rio do Infante e bordejou a terra da Cafraria — nome que o grande marinheiro substituiu por Natal, em virtude de por ali ter passado em 25 de Dezembro — não viu Hotentotes (ou Cafres errantes, como também eles eram chamados), nem Bòsquimânos, mas sòmente Cafres negros ou Bantos, em grupos de homens e mulheres, com cabelo encarapinhado e grande estatura, acompanhados do respectivo chefe; ao invés do que tinha sucedido com os Hotentotes,

os intérpretes pretos que iam nas caravelas, por serem Bantos, pronta e fàcilmente se fizeram compreender, começando logo a troca de presentes: jaqueta, calção e carapuça vermelha e um bracelete de cobre para o chefe — dados pelos Portugueses e retribuídos com galinhas por parte dos nativos.

É a partir dos meados do século XVII que os nossos exploradores e viajantes da costa e do território de Angola registam as primeiras informações acerca de seus povos de idioma bòsquimâno-hotentote.

A respeito da viagem que José Rosa fez, em 1665, ao sul de Angola e Damaralândia para conhecer as terras do litoral, Cadornega (49) afirmou: «chegando costa a costa a 18° para além do Cabo Negro, não achando notícia de que buscava (resolveu?) trazer gentio daquela paragem que se não entendia nada do que falava e a fala como de estralo, gente como selvagem, que bem o demonstravam assim em comerem carne e peixe, milho cru, e por acenos só se entendia deles alguma coisa, os quais mandaram pôr outra vez em sua terra, à custa de quem os trouxesse, sem os haver comprado, nem resgatado, o que bem demonstrava em tanta distância do sertão, haver mais províncias de gentio, de diferentes línguas e costumes do que o de Huíla»; desde esta época, em numerosos mapas geográficos, passaram a figurar tais indígenas, sob o nome de Mucurocas ou Mucuepes, situados paralelamente à costa, ao sul do Cabo Negro.

Cerca de um século depois, em 1770, João Pilarte da Silva (50), referindo-se aos Curocas, diz: «Estes gentios são muito bravos, e assim que nos viram, sendo tão poucos, que não passaria de 60 negros, nos investiram com grande furor».

«Usam arco e flecha, porém, são mais pequenos do que o mais gentio».

«Estes negros grandes trazem um pequeno coiro de boi debaixo da sua natura, e os moços e as mulheres andam nus sem mais nada e algumas trazem uma tira do mesmo coiro como cinta. Não falam senão por estalo e entendem-se por acenos, por cuja causa não havendo quem os entendesse, nada pudemos averiguar de mais circunstâncias daqueles lugares, nem de onde haveria povoação maior».

A alimentação destes nativos consistia em peixe de lagoas e caça, que conseguiam obter, comiam «olhos de caniços, e também algum leite, porque achamos algumas vacas, muito poucas e pequenas, diferentes das nossas, porque os rabos arrastavam pelo chão, e não podíamos conduzir nenhuma para amostra, por serem muito magras e não aturarem a marcha».

Viviam em «barraquinhas» cobertas de ramos de pau de bimbas e com paredes feitas da mesma matéria prima e de esteiras de massangala, muito pequenas e baixas, onde mal se podiam acomodar o marido e a mulher, pouco resistentes e fàcilmente deslocáveis.

Em 1794, o Governador de Benguela, Botelho de Vasconcelos (51), escreveu acerca de uma viagem de penetração na Huíla que certos indígenas (Mucuancalas ou Bósquimânos) deste território «falam por estalos e são de cores um tanto avermelhadas».

Barrow (52), que viajou no interior da região do Cabo da Boa Esperança, nos anos de 1797-1798, chama aos Bòsquimânos «raça humana mais extraordinária», indi-

cando para a estatura dos homens 4 pés e 9 polegadas, e para a das mulheres 4 pés e 4 polegadas e calcula a estatura média para cada um dos sexos em 4 pés e 6 polegadas, e de 4 pés, respectivamente.

Afirma que na cor, cabelo e nas feições, os Bòsquimânos parecem-se com os Hotentotes, dizendo ainda que os primeiros têm nariz achatado, malares salientes e face côncava.

«A pálpebra, como na dos Chineses, é redonda na parte interior, junto do nariz, e não forma um ângulo, como nos olhos dos Europeus», e «é talvez por isto que eles são conhecidos na Colónia do Cabo sob a designação de Chineses ou Chineses--Hotentotes».

«Seus ventres são descomunalmente proeminentes, o dorso côncavo e os membros mostram-se em geral bem proporcionados».

Segundo Barrow, a macroninfia das Hotentotes é geral, mas menos desenvolvida do que nas Bòsquimânas, crendo que se trata de característica racial, e considera pura lenda a versão que quer a deformidade proveniente da acção ponderal de pedras suspensas dos pequenos lábios.

Nesta ordem de ideias, Barrow atribui a existência do avental vulvar em mulheres egípcias a predisposição natural, condicionada por causas de ordem geo-climática — o Egipto e a terra habitada pelos Hotentotes têm as mesmas latitudes, embora em hemisférios opostos, — havendo até quem supusesse esta anomalia como uma doença, razão por que muitas mulheres no Cabo se sujeitavam voluntàriamente a dolorosa cauterização.

Quanto à grande curvatura ou sela lombar e à esteatopigia, Barrow afirma que, sendo características da raça bòsquimâno-hotentote, contudo essas particularidades revelam-se mais avultadas nas mulheres bòsquimânas do que nas hotentotes, acabando por comparar a esteatopigia associada a curvatura lombar com a configuração de um *S* a que se suprimisse a parte superior.

«Tal protuberância é devida à acumulação de gordura nas nádegas, e, quando a mulher caminha, estas agitam-se e tremem com o movimento, dando a impressão de duras massas de gelea presas atrás».

Finalmente, Barrow declara que a língua bòsquimâna, ainda que da mesma família da dos Hotentotes, não é entendida por estes, nem a destes por aqueles, havendo maior número de cliques ou estalidos nos dialectos bòsquimânos de que nos dos Hotentotes; estes idiomas difíceis de aprender pelos Europeus adultos são, pelo contrário, assimilados sem dificuldade pelas crianças brancas, quando assistidas por criadas bòsquimâno-hotentotes.

Thunberg (53), que esteve no Cabo da Boa Esperança no princípio do século passado, afirmou que entre os Hotentotes a «espinha do dorso é extremamente curva», acrescentando que alguns deles «são muito abobadados, têm uma garupa, onde duas pessoas poderiam sentar-se».

Em 1816, Péron (54) pensava também que a macroninfia constituía um carácter de raça, — jamais produzido artificialmente —, e Hoefer (55), em 1848, diz que a

anomalia hotentote não estava muito generalizada, motivo por que outros viajantes contestaram a sua existência. Degrandpré ([56]), por exemplo, crê que esta configuração anatómica também se observa em muitas mulheres europeias, «diferindo apenas na sua maior ou menor dimensão».

No século XIX, principalmente depois do segundo quartel com as repetidas viagens no sertão angolano, mais se vulgarizou o contacto dos Portugueses com as populações bòsquimâno-hotentotes.

No mapa coordenado por Sá da Bandeira, em 1863, já vêm indicados os Mucuancalas a leste do Mulondo e nordeste de Cafima e, desde então, em muitos mapas do sul de Angola figuram referências aos Curocas ou Mucuepes, gente negra com dialecto hotentote, e aos Mucuancalas.

À medida que os sertões africanos iam sendo descobertos e ocupados, nomeadamente após os meados do século XIX, com o progresso dos métodos de investigação das ciências do homem, maior conhecimento se foi tendo do nome das várias tribos bòsquimâno-hotentotes e dos respectivos caracteres, étnicos e linguísticos.

Com Lichstenstein, Bleek, Theophilus Hahn, etc., no estudo dos dialectos hotentote-bòsquimânos, e com os antropologistas e etnógrafos Vincent, Blanchard, Ploss, Deniker, Laloy — para só falar de alguns cientistas do século passado —, o estudo dos povos bòsquimâno-hotentotes progrediu bastante; no século actual, com os trabalhos de Fritsch, Von Luschan, Warner, Poch, Schultze Iena, Pittard, Seiner, D. F. Bleck, C. Estermann, Gusinde e tantos outros, tem-se ampliado enormemente o estudo antropológico destas primitivas gentes, continuando com Meinhof, Bertin, Planert, Vedder, Dornan, etc., as investigações sobre as características das suas linguagens singulares.

No terceiro quartel do século findo, exploradores portugueses e estrangeiros atravessaram a África em várias direcções, e em múltiplos e substanciosos relatórios de suas viagens podem ler-se referências desenvolvidas às gentes bòsquimâno-hotentotes.

Das explorações portuguesas merecem especial menção os trabalhos de Serpa Pinto ([57]), realizados sob os auspícios da Sociedade de Geografia de Lisboa, e os de Capelo e Ivens ([58]), efectuados na última vintena do século XIX — tão notáveis esclarecimentos eles trouxeram sobre Bòsquimânos de Angola, conhecidos geralmente pelos nomes de Mucuancalas e Cassequéles (Cassequéres, Mucasséqueres), conforme habitam a Ocidente ou a Oriente do rio Cubango.

Em 1880, Serpa Pinto viu pela primeira vez em terra ultramarina portuguesa Cassequéres — no Bié, em região ao sul de Cangamba e a leste do rio Cuando, nas margens do seu afluente Cuchibi — com quem se fez entender em língua ambuela, por intermédio de serviçais bantos da sua comitiva, chamando a esses nativos, «horrorosos selvagens». Possuíam «dialecto desconhecido a todos os que o ouviam, e completamente diferente na entonação a tudo o que de língua africana tinha ouvido».

Foi com dois Cassequéles ao respectivo acampamento, no meio da selva, seguindo-os dificilmente, tão veloz era a sua marcha, onde chegou após uma hora de caminho; ali deparam com três homens, sete mulheres e cinco crianças, abrigados em habitações, constituídas por alguns ramos de árvores, vergados e justapostos, dentro das quais não encontrou qualquer utensílio de cozinha.

São dignas de transcrição certas passagens do seu relatório sobre os caracteres somáticos e étnicos dos Cassequéles:

«O seu rosto é feíssimo, olhos pequenos e um pouco inclinados nas órbitas, ossos malares muito distanciados e salientes, nariz achatado com as fossas nasais desmensuradas.

«Tem o cabelo encarapinhado e pouco, crescendo em montões separados, mais basto no alto da cabeça.

«O Mucassequer é branco e tem tipo de raça hotentótica em toda a sua hediondez. O nosso marinheiro crestado pelo sol, e pelo vento dos temporais, é mais escuro do que o Mucassequer. Há, contudo, naquela cor branca alguma coisa de amarelo torrado que os torna hediondos».

Como vestimenta, envergavam pequenas peles de macaco presas à cintura, usavam nos pulsos e tornozelos pedaços de peles de animais, ornamento mais apreciado do que os fios de missanga que Serpa Pinto lhes ofertou; suas armas consistiam em arcos e flechas, que manejavam hábil e certeiramente, abatendo os mais corpulentos animais.

As informações que o explorador obteve sobre estes Bòsquimânos asseguram que eles habitavam nas florestas entre os rios Cubango e Cuando, em regiões dos Bantos ambuelas — populações com quem não convivem intimamente, embora se não hostilizassem; a estes Negros recorriam quando a fome mais os apertava, trocando cera e marfim por massango.

Considera-os selvagens, agrupados em tribos independentes, sem chefe comum, guerreando-se amiúde, vendendo os prisioneiros e escravos aos Ambuelas, que, por sua vez, os negociavam para o Bié.

Desconhecem a enxada e não sabem agricultar. Alimentam-se de raízes, mel e caça assada em espeto de pau, sem sal, condimento que ignoram, vagabundeando sem cessar de terra em terra, à procura de mantimentos, raramente permanecendo mais de uma noite no mesmo local.

E depois de lamentar-se de não poder recolher elementos mais desenvolvidos sobre esta interessante gente, Serpa Pinto afirmava muito judiciosamente, que ela deve «merecer» atenção especial dos antropologistas e dos etnógrafos.

O nosso grande explorador aventava a opinião de que os Cassequéres pertencem ao agrupamento dos Hotentotes — ainda que os Bòsquimânos possuam cor mais clara, quase branca como ocorre entre os do sul do Calahari, tenham estatura pequena e corpo franzino; no norte deste deserto, em especial junto dos lagos salgados da Becuanalândia, o explorador diz saber da existência de outra raça nómada, «os Massáruas, fortes e de estatura elevada, de cor negra carregada, o mesmo tipo do hotentote e indubitàvelmente pertencendo o mesmo grupo».

No Cuchibi, teve conhecimento ainda de que, entre o Cubango e o Cuando, mas

muito ao sul, existia outra raça, «em tudo semelhante aos Mucassequéres, em tipo e hábitos, mas muito pretos».

No mapa que acompanha a obra de Serpa Pinto aparece inscrita, em área territorial compreendida entre os rios Cubango e Cuando, a palavra *Mussamas*, decerto a designar o citado povo preto, embora observador dos usos e costumes dos vizinhos Cassequéres; deve tratar-se indubitàvelmente dos Cazamas, indígenas quase ignorados ou muito mal conhecidos até ao ano passado, em que a Missão Antropológica de Angola os estudou.

Um Cassequéle serviu de guia a Serpa Pinto até às nascentes do rio Ninda, onde ainda hoje, segundo parece, vivem nativos da sua raça.

Capelo e Ivens, declararam também que, em 1886, «viram e apalparam» um Mucuancala, em região situada ao sul da Cahama, na margem esquerda do rio Caculuvar, referindo-se-lhe nestes termos: «nada mais abjecto e repugnante do que este arremedo de homem, que hoje vagabundeia pelos bosques e campinas do grande continente, em luta pertinaz para se poder alimentar.

«Tão revoltante é esta raridade do humano género, tão mesquinho no seu ar, apoucado vulto e estranho o modo que degrada e aflige ter de descrevê-lo.

«É como se defronte de nós se erguera um cadáver e parando nos fitasse envolto em miséria e frio.

«A sua altura média é de 1m,40, aproximadamente, havendo muitos, porém, que não chegam a esta craveira.

«A pele é amarelada, arcadas zigomáticas proeminentes, a face triangular e terminada em bico no queixo, deprimido a meio, nariz chato, beiços grossos, olhos oblíquos, pequenos, distantes, dispostos à feição dos chinas: o seu aspecto é repelente.

«Uma espécie de *tatuage* no rosto, resultado de pequenos golpes paralelos, feitos com instrumento cortante, agrava estes traços gerais, que se podem rematar inferiormente, dizendo que o tronco é descarnado, e os braços e pernas, ressequidos, são longos e nudosos nas juntas.

«A descrição das mulheres seria tal que no-la impede um respeito delicado pelo sexo amável.

«A vestimenta deles é, quando muito, uma pele de geneta, ou de antílope; as suas armas são o arco e a flecha, muitas vezes envenenada com o suco de uma eufórbia, que supomos ser a *Amaryllis toxicária*, e outras com o veneno da buta, *Echidna arietans*, que extraem das vesículas alveolares.

«Vivem nos recônditos dos bosques em suas míseras cubatas; a sua alimentação consiste no mel e na carne; o seu maior prazer é o isolamento.

«Eis as informações sobre essa degradada casta de que encontramos um grupo perto de Chipàlongo, do qual conservamos triste recordação.

«Muitos viajantes falam do Bushman e respectivo carácter nos termos menos lisongeiros.

«Parece que a perfídia e a crueldade são apanágio dessas mesquinhas criaturas,

transparecendo notàvelmente exagerados no coração da mulher. Assim se conta de mães que abandonam em plena floresta os filhos, por não quererem carregar com eles, ou que atiram às feras para fugirem à morte inevitável, de preferência as pobres crianças; de velhos, enfim, deixados nas selvas ao desamparo e ao desespero por lhes faltarem já as forças para acompanhar a caravana em viagem.

«O pouco tempo que com eles nos demorámos não nos consente garantir nenhuma destas asserções, as quais, de resto, podem ser muito verdadeiras».

E, em outro passo do seu livro, Capelo e Ivens voltam a aludir aos Mucuancalas, dos quais observaram um grande grupo na floresta de Handa, ao norte do Cafima, e aquém do rio Cubango; estes nativos, ao se aperceberem da expedição, «abalaram para o interior da floresta, dando porém o tempo necessário para mostrar um facto para nós duvidoso, e que supomos existir particularmente entre os Hotentotes.

«É a esteatopigia», particularidade física que descrevem assim: «Originada por um desenvolvimento adiposo da região glútica que se exagera pela parte posterior em pregas de derme, esta protuberância, à medida que a mulher avança na idade, tende a enrugar-se, e, por vezes, parece não fazer parte integrante do corpo, ou, pelo menos, ser uma deformidade de doença estranha!

«A cor amarelenta da pele (igual à de folha de tabaco seca), a sua pequena estatura, os traços repelentes do rosto; o aspecto de decrepitude prematura, a fatal e constante miséria tornam ainda a mulher *bushman* vítima desta deformidade mais hedionda, segundo julgamos que a hotentote.

«Vis arremedos da espécie humana, esses indescritíveis seres parece que foram muito de propósito arquitectados para permanente insulto à plástica.

«Os bushmen habitam também nos povoados, ao que presumimos, no sul, entre os Ovampos, vivem em paz e numa espécie de servidão.

«Estas raquíticas criaturas não suscitam muito dó, como à primeira vista poderia julgar-se, e o ódio que em geral lhes têm as tribos africanas é a consequência dos seus actos ruins. Assim nos afiançaram que muitos casos se têm dado de assassínios por eles cometidos com a mira no roubo ou por qualquer motivo, sendo vítimas preferidas quase sempre as mulheres».

A. F. Nogueira (60) e Fonseca Cardoso (61) tiveram possibilidade de ver Bòsquimânos em Angola, conseguindo este último investigador estudar uma mulher cassequer; mais recentemente, Mons. Alves da Cunha (62) e P.e Carlos Estermann (63) elaboraram interessantes trabalhos de etnografia dos Bòsquimânos de Angola, cabendo à respectiva Missão Antropobiológica, que chefiei em 1950 e 1952, efectivar as mais numerosas e completas observações antropológicas sobre todos os grupos bòsquimâno-hotentotes da grande província portuguesa da África ocidental.

Em nossos dias, os Bòsquimânos e Hotentotes vivem na África meridional, ao sul do paralelo 15°, até às regiões do Cabo da Boa Esperança, e a ocidente do meridiano 21°, longitude leste de Paris, não somando muitos milhares o número dos componentes destes dois agrupamentos humanos, em relativo grau de pureza rácica ou cruzados com

Bantos, dispersos pelo deserto de Calahari, no Sudoeste Africano, Província do Cabo, Becuanalândia, Rodésia do Sul e Angola.

Em território estrangeiro, dos principais grupos hotentotes (Namáquas, Corachúquas, Grigríquas, Cochóquas, Sussáquas, Odíquas, Hessáquas, Chaimúquas, Hancúmquas, Sônquas, Damáquas, Dênquas, Atáquas, Guríquas, Huteníquas, Gonáquas, Gossíquas, Corogóquas, etc.), assinalados nos relatos dos viajantes dos séculos XVII e XVIII, apenas se contam actualmente representantes de Namáquas — que vivem no Sudoeste Africano e Província do Cabo —, de Corachúquas (cujos descendentes são conhecidos pelo nome de Coranas) — que habitam na Província do Cabo, no vale do rio Orange —, e de Grigríquas — espalhados sobretudo na Griqualândia ocidental, a região diamantífera. Dos demais povos hotentotes não resta em nossos dias qualquer informação da sua sobrevivência (59).

Na África meridional existem pequenos núcleos de mestiços de Europeus e Hotentotes, alguns dos quais cristianizados, comumente apelidados de Bastardos.

Bòsquimânos oriundos de terras não portuguesas ainda hoje vivem no Sudoeste Africano (tribos Kung, Kuka, Gaini, Hai-Guis, Huíni, etc.), na Becuanalândia (tribos Kaikabria, etc.), na Província do Cabo e na Rodésia do Sul.

Em todos estes territórios, podem encontrar-se também gentes bantas, mais ou menos cruzadas com Bòsquimânos e Hotentotes — como bem o testemunham seus caracteres somatológicos e étnicos e a respectiva linguagem, provida de cliques. Atestam também a influência bòsquimâno-hotentote certos instrumentos, as pinturas e gravuras rupestres — para muitos investigadores produzidas pelos remotíssimos homens do Grimaldi, e não pelos seus relativamente modernos descendentes bòsquimânos, tidos por pouco hábeis para a confecção de tão lindas peças artísticas.

Os estudos realizados ùltimamente em Angola pela Missão Antropobiológica autorizam a afirmar que nesta Província os povos de língua bòsquimâno-hotentote estão representados por: Bòsquimânos pròpriamente ditos — Mucuancalas (Bakuankala), e Cassequéres ou Cassequéles (Vasekele), espalhados pelas florestas, respectivamente situadas a ocidente e a oriente do rio Cubango; Muquedes (Ovakede), povo em via de cristianização, que vive no Baixo-Cunene; Cazamas ou Cacuengos (Vazama ou Vakuengu), que habitam a leste do rio Cubango; e Curocas ou Mucuepes (Vakuroka ou Vakuepe), que se encontram na margem direita do curso inferior do rio Curoca e em Macala, localidade na margem esquerda do rio Bero, nos arredores de Moçâmedes.

Se, desde o tempo dos Descobrimentos, muitos dos naturais do nosso Ultramar têm visitado a Metrópole, contudo a nenhum Bòsquimâno ou indivíduo de dialeto bòsquimâno-hotentote foi dado o ensejo de vir à mãe-pátria, senão em 1934 e 1940, por ocasião das Exposições Coloniais respectivamente do Porto e de Lisboa — certames em que figuraram alguns Mucuancalas. Estiveram na cidade do Porto dois homens e uma mulher mucuancalas — dos vinte e cinco reunidos em Angola para este fim, tendo os restantes fugido para o mato antes de embarcarem; a citada mulher deu à luz um filho na capital nortenha. Este Bòsquimâno é, porventura, o único membro da sua raça nascido na Europa.

Na Exposição dos Centenários, compareceram também duas raparigas mucuancalas, uma das quais a Missão Antropobiológica de Angola viria a observar em Quipungo, para onde as transportou em automóvel, idas da sua terra natal — Hóssi, situada na margem direita do rio Cunene, a poucos quilómetros da sede do Posto Administrativo de Capelongo.

Os cinco referidos Bòsquimânos já tinham sido examinados pelo pessoal do Instituto de Antropologia do Porto, da distinta direcção do sábio Prof. Mendes Corrêa.

Na história da ocupação de Angola, nunca tivemos de castigar desmandos dos Bòsquimânos e dos nativos com fala bòsquimâno-hotentote oriundos desta grande parcela de Portugal, a quem aliás, também jamais subtraímos as terras que ocupavam nem perturbámos em seu habitat.

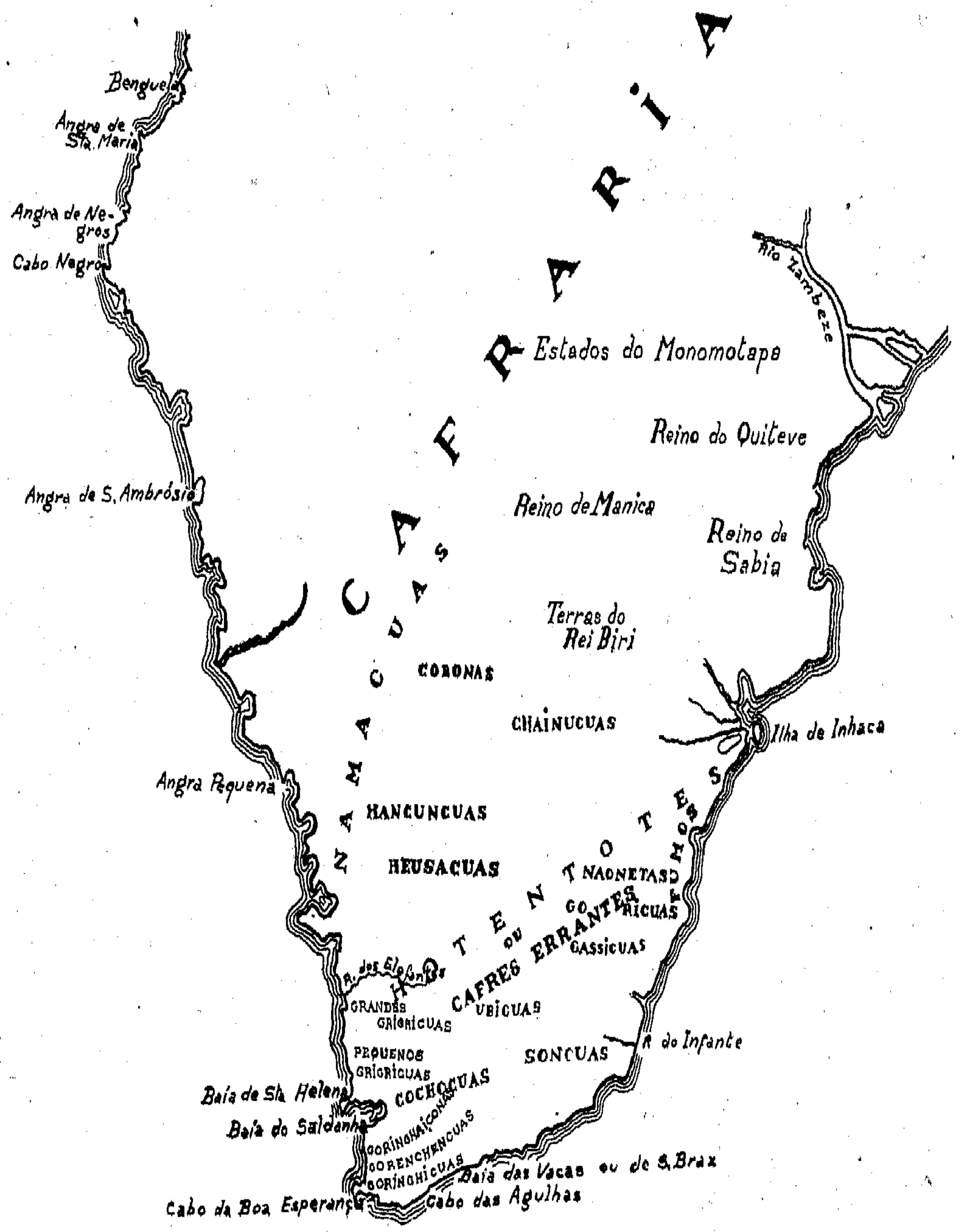
Não conhecemos qualquer acto expontâneo de hostilidade dos Mucuancalas ou dos Cassequéles de Angola para com os Portugueses, apesar de, durante a penetração das regiões em que habitavam, mormente na Huíla, frequentemente havermos contactado com aqueles primeiros Bòsquimânos; se raros Mucuancalas nos molestaram, isso se ficou devendo à circunstância de os Bantos, de quem se consideram escravos, ou aos Hotentotes da Damaralândia os compelirem a similar actuação. Bem ao contrário, como diz o Cap. Sousa Dias, Bòsquimânos da Huíla, óptimos pisteiros de caça, espiões e combatentes, auxiliaram Artur de Paiva (64), na luta contra os pretos rebeldes de Além-Cunene, e sob o comando deste ilustre militar, em 1889, algumas dezenas de Mucuancalas portaram-se brilhantemente, investindo à azagaiada na passagem do rio Cubango, durante a reocupação do Forte da Princesa Amélia.

Justiniano Padrel (65) utilizou-se dos serviços de trinta Mucuancalas, na expedição do Humbe, em 1891, acção bélica em que, igualmente, tomaram parte quarenta e quatro Berg-Dâmaras e vinte Bastardos, excelentes cavaleiros, comandados por Boers que residiam em Angola.

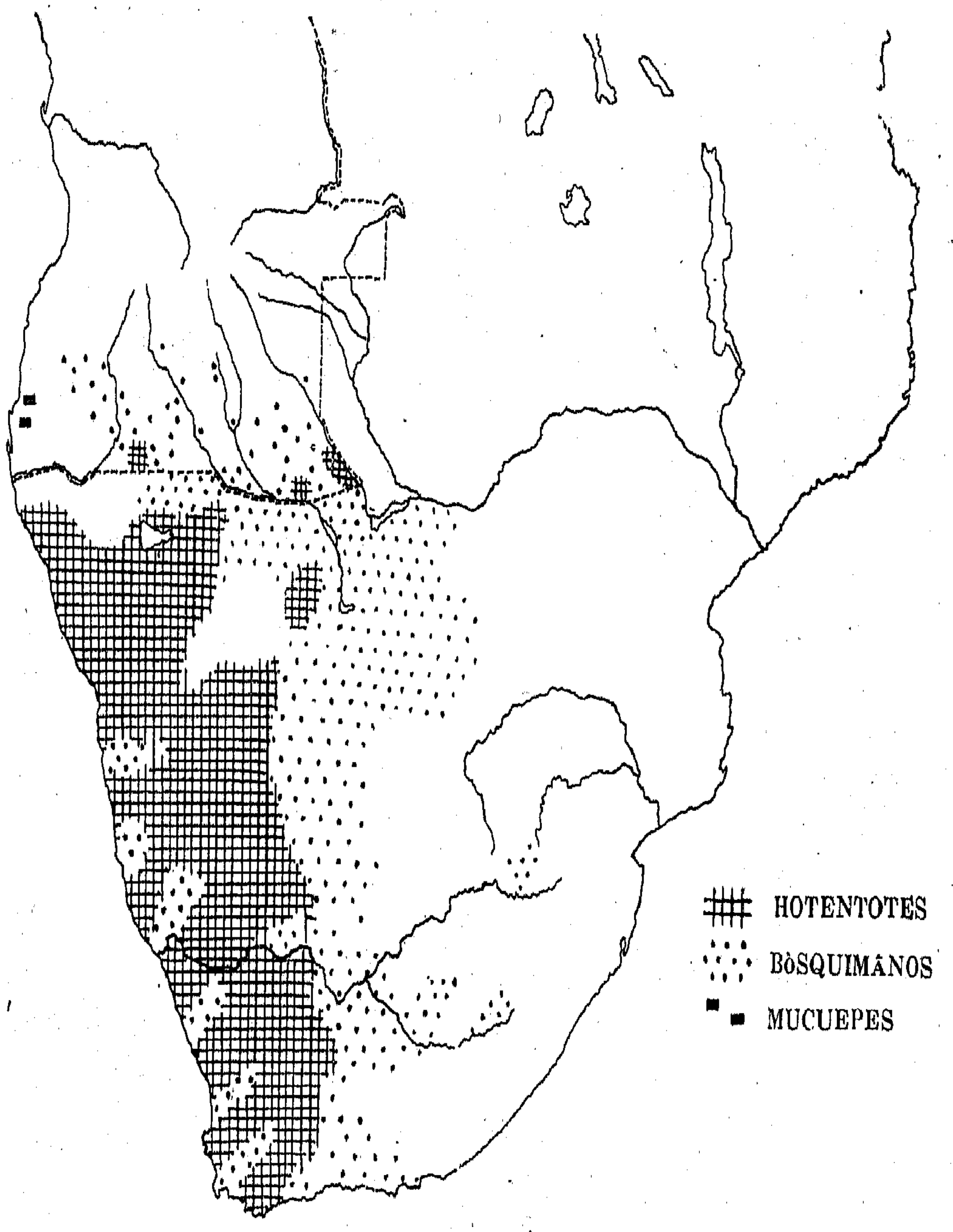
De tropas irregulares, constituídas por Bastardos, se utilizou ainda Artur de Paiva (66) nas operações do Sul de Angola, nos combates que houve de travar com Hotentotes da Damaralândia, ousados guerreiros e magníficos atiradores que, de onde em onde, a cavalo invadiam algumas regiões da Huíla, à procura de pólvora e cartuchos, roubando gados, assassinando Negros e Europeus, provocando incêndios e outras destruições.

Dado o estado de adiantamento cultural dos nativos mencionados, creio que não deve tratar-se de Hotentotes pròpriamente ditos mas possìvelmente de Berg-Dâmaras ou Dâmaras montanheses, batidos pelos Alemães, e os quais, como acentuámos, são Bantos, assim se denominando em virtude de falarem um dialecto hotentote.

Se quarenta e quatro Berg-Dâmaras estiveram ao lado do Padrel na ocupação de Huíla, todavia, nos últimos anos do século findo, hordas deste gentio atacaram



Mapa elaborado de acordo com os elementos constantes da *Carte du Congo et du pays des Cafres*, de G. De l'Isle, 1768



Distribuição dos Hotentotes e Bòsquimânos na África Austral, segundo o Prof. Bernhard Struck (in «Races of Africa», de C. G. Seligman, Londres, 1939), ampliada quanto a Angola com as investigações da respectiva Missão Antropobiológica

frequentemente as fazendas agrícolas do curso inferior do rio Curoca, chegando mesmo até às plantações situadas na foz do rio Bero; durante o mês de Agosto de 1885, Berg--Dâmaras vieram por três vezes aos arredores de Moçâmedes — razão por que este período de tempo se cognominou de *mês dos Hotentotes*.

Tais incursões, que traziam apavorados brancos e pretos do sudoeste de Angola, eram quase sempre levadas a efeito por um montante apreciável de Hotentotes — numa delas comparticiparam mais de trezentos destes nativos, acompanhados por muitos Negros, seus criados ou escravos.

Actualmente, os Bòsquimânos e outros povos de idioma bòsquimâno-hotentote de Angola vivem no melhor entendimento com os Portugueses, conosco colaborando na obra ingente de valorização desta nossa grande província ultramarina: de harmonia com as suas possibilidades de número e faculdades físicas, Cassequéles e Mucuancalas, Muquédes, Cazamas e Mucuépes, se bem que limitadamente, como é óbvio, concorrem com os seus braços para o progresso da indústria piscatória do sul de Angola, do desenvolvimento da produção cafeeira, da exploração do porto do Lobito e do Caminho de Ferro de Benguela, etc., para ali indo contratados voluntàriamente; esta migração temporária, aproximando mais dos Europeus os Bòsquimânos e Hotentotes, criou-lhes condições financeiras e psicológicas que os transformam progressivamente, fazendo deles homens cônscios do seu valor social, para quem seus disfarçados senhores bantos passam a olhar com certo respeito, dado que já podem subtrair-se um pouco à tutela inferiorizante em que se achavam, se é que, de futuro, não se prestam expontâneamente a pagar o imposto indígena — a melhor modalidade niveladora entre os povos incultos, e de que os Bòsquimânos e muitas das outras gentes de fala bòsquimâno-hotentote estão isentos.

Eis-nos chegados ao fim desta dilatada exposição, intróito dum estudo extenso, a publicar oportunamente, e alicerçado em investigações originais sobre Bòsquimâno-Hotentotes de Angola. Os elementos informativos de que me socorri merecem ser interpretados à luz das modernas aquisições da antropologia física e cultural; desta análise, que efectuarei em melhor ocasião, entre outras conclusões, devem desde já salientar-se as que respeitam à interessante bagagem intelectual dos nossos descobridores, viajantes e sertanejos, à extraordinária curiosidade pelas terras e pelas gentes novas que demos ao Mundo — tornando-nos pioneiros em muitos sectores da ocupação científica de além-mar —, e aos altos sentimentos de compreensão e humanidade que sempre nos animaram na gesta gloriosa da Expansão ultramarina, que converteria Portugal em inigualável arauto da civilização ocidental e cristã. Foram essa preparação, avidez de conhecimentos e atitude espiritual que nos ajudaram a conquistar a prioridade em muitos departamentos da Ciência, entre as quais se evidenciam a antropologia e a linguística.

Como se verificou, a mais antiga alusão à língua hotentote pertence a Jerónimo Osório, e não ao general francês Beaulieu —, como já muito douta e patriòticamente, o Prof. Mendes Corrêa [67] demonstrou, rebatendo a opinião de Mademoiselle Homburger [68], que atribuía a esse seu compatriota a honra de a haver feito, em 1619.

Se as primeiras observações físicas e etnográficas de gentes hotentote-bòsquimânas por Europeus foram realizadas por Portugueses — com as viagens de Bartolomeu Dias e de Vasco da Gama, no fim do século XV —, igualmente as mais antigas referências ao seu estranho falar nos pertencem, ainda que só mais tarde, com Jerónimo Osório — meio século antes de Beaulieu — a descrição se tornasse concreta e bem definida. Na verdade, insiste-se no «Diário» da viagem de Vasco da Gama e no relato de João de Empoli na incompreensão total da língua dos Hotentotes por parte dos nossos navegadores e pelos Negros, que iam a bordo das caravelas como intérpretes e bons conhecedores de vários idiomas africanos; o último cronista, dizendo que a fala dos Hotentotes é gutural, acompanhada de acenos e assobios, antecipou-se de cento e dezasseis anos à afirmação de Beaulieu: «Ils parlent du gosier et semblent sangloter et soupirer en parlant» [69].

Como acaba de demonstrar-se, também no campo das investigações antropológicas, Portugal concorreu decisivamente para a ocupação científica das terras de além-mar, equiparando-se assim a outras potências tradicionalmente dotadas de maiores recursos.

SUMMARY

BUSHMEN AND HOTTENTOTS IN THE HISTORY AND IN THE ANTHROPOLOGICAL SCIENCE

The Author develops the subject of his lecture based on personal researches among the natives of Bushman-Hottentot language of the south of Angola: Bushmen (Mucuancalas and Cassequéles), Hottentots (Muquédes and Cazamas) and Negroes Mucuépes (Curocas), also on Portuguese chroniclers and historians and on the reports of voyages undertaken by travelers exploring the country in the 19th century.

In the works of Duarte Pacheco Pereira, «Diário» of Vasco da Gama, Empoli, Duarte Barbosa, Jerónimo Osório, Gaspar Correia, Lopes de Castanheda, João de Barros, Damião de Gois and Camões and in the writtings of Serpa Pinto, Capelo and Ivens, etc., Prof. Dr. António de Almeida gathered information which proves that the Portuguese were the first Europeans to come into contact with the Hottentots and Bushmen.

Over a hundred years before the Dutch sew the Hottentots and Bushmen — and more than two hundred years before those two native peoples were called by the names they bear to-day, Bartolomeu Dias fleet had already seen those natives in the south of Africa in 1493 — if it had not happened before to Diogo Cão, who, in 1486 reached the coast of Damaraland where Hottentots were known to live.

The Portuguese also described, before any other European, the morphological characteristics, life and habits of such backward people, also their strange language (hoarse and gutural, full of clicks). The oldest description of the Hottentot language belongs to Jeronimo Osório — and not to the French General Beaulieu, as Professor Mendes Corrêa has already proved, refuting the opinion of Mademoiselle Homburger who gave that honour to her country-man as having discovered the language in the 17th century.

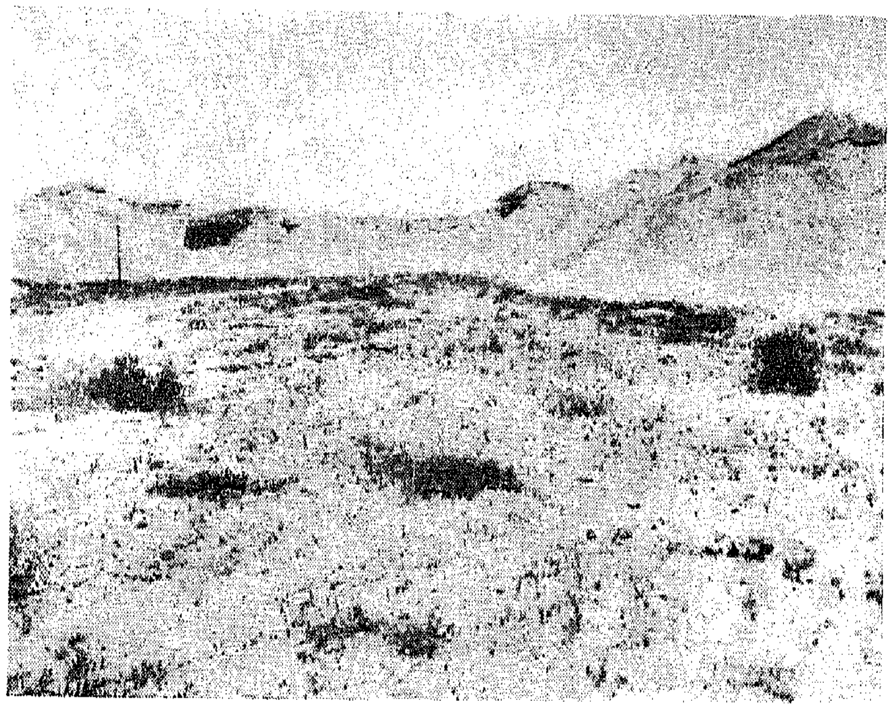
Prof. António de Almeida then stated that «unlike other colonial countries we never persecuted Bushmen or Hottentots, or made them leave their land; if sometimes and long ago we had to punish those peoples, and they seldom attacked, still we had their help in the occupation of the south of Angola and at present some of them colaborate in the material improvement of the Province, working in the fisheries, in coffee-plantations, in the Port of Lobito, etc.».

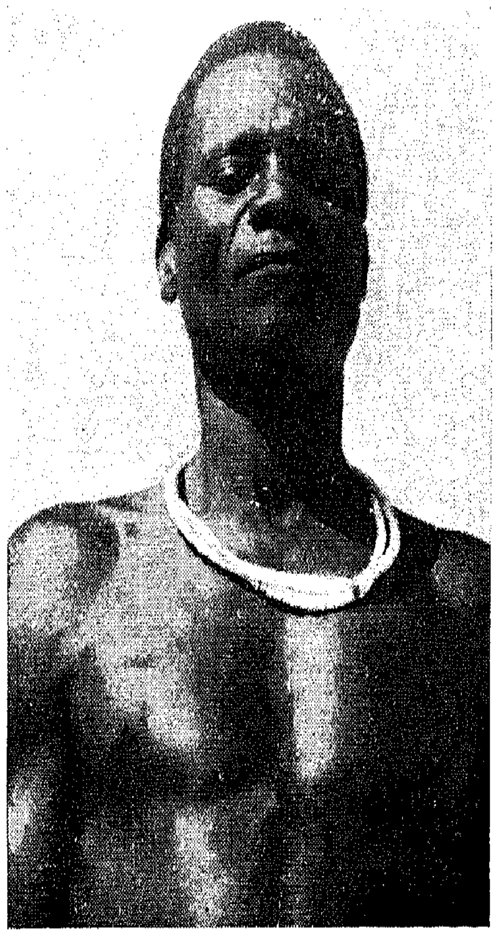
The Author ended by saying: «Among other conclusions we arrived at attention must be called to the culture of our discoverers travelers and explorers, to the great interest for the new countries and peoples we gave the world — becoming pioneers in many fields of scientific overseas occupation. That preparation and thirst for knowledge gave us priority in many departments of science, chiefly in antropology and languages of overseas peoples.

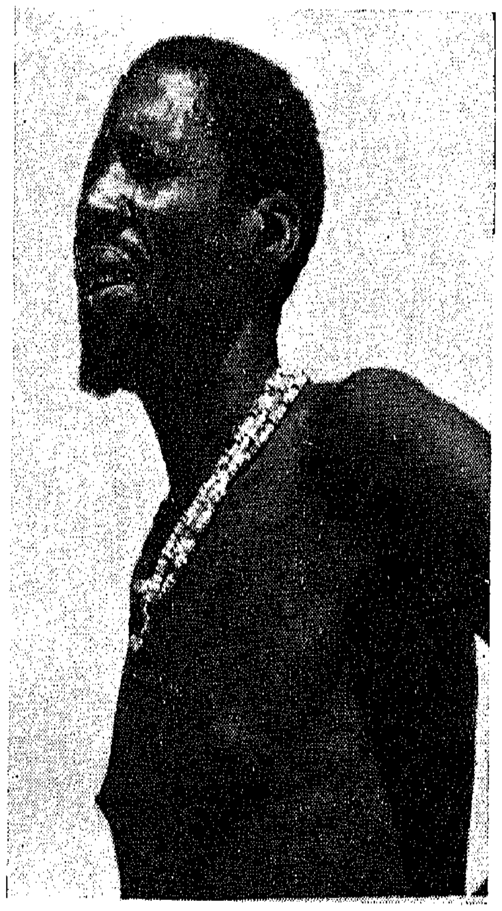
BIBLIOGRAFIA

(1) IMPEY, S. P. — Origin of the Bushmen and the rock paintings of the South Africa, pp. 53-82. Cape Town and Johannesburg, 1926.
(2) WELLS — Cit. de Impey, p. 69.
(3) KEITH — Cit. de Impey, pp. 69-73.
(4) MENDES CORRÊA, A. A. — Ultramar Português. I Síntese da África, pp. 139-141. Lisboa, 1949.
(5) VON OORDT — Cit de Impey, pp. 77-78.
(6) KOLBEN — Cit. de Hoefer, pp. 65-66.
(7) STOW — Cit. de Impey, pp. 79-80.
(8) THEAL, George Mc Call — History of Africa South of the Zambesi. The Portuguese in South Africa from 1505 to 1795. Vol. I, pp. 33-34, 56-57. London, 1927.
(9) DORNAN, S. S. — Pigmies and Bushmen of the Kalahari, p. 209. London, 1925.
(10) SELIGMAN, C. G. — Races of Africa, p 33. London, 1939.
(11) BLEEK, Lepsius e Meinhof — Cits. de Mendes Corrêa, p. 264, e de Dornan, pp. 57-58.
(12) DORNAN — Op. cit. p. 58.
(13) DENIKER, J. — Les races et les peuples de la terre, p. 583. Paris, 1926.
(14) SPARRMAN — Cit. de Dornan, p. 41.
(15) BARROW — Cit. de Theal, p. 27.
(16) WELCH, Sydney R. — O descobrimento da África do Sul pela Europa. Trad. portuguesa de António S. Figueiredo e C. Montez, p. 232. Lourenço Marques.
(17) WELCH — Op. cit. p. 267.
(18) WELCH — Op. cit. p. 268.
(19) Diário de viagem de Vasco da Gama. Vol. I, pp. 3-5. Porto, 1945.
(20) PACHECO PEREIRA, Duarte — *Esmeraldo de Situ Orbis*. Cap. 4, pp. 132, 139. Lisboa, 1905.
(21) Diário de viagem de Vasco da Gama, pp. 7-10.
(22) PACHECO PEREIRA, Duarte — Op. cit. pp. 142, 146.
(23) THEAL — Op. cit. p. 108.
(24) THEAL — Op. cit. p. 185.
(25) TOMÉ PIRES — The Summa Oriental of Tomé Pires. Trad. inglesa de Armando Cortesão, p. 325. London, 1944.
(26) EMPOLI, João — Navigazioni degli Indie sotto la autoritá del signori Affonso di Albuquerque. In Navigatione et Viaggi, de Ramúsio, Veneza, 1550, 1554, 1563.
(27) DUARTE BARBOSA — Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente, p. 15. Lisboa, 1946.
(28) OSÓRIO, D. Jerónimo — Da vida e feitos d'El-rei D. Manuel. Tomo I, pp. 67-73. Lisboa, 1804.
(29) GASPAR CORREIA — Lendas da India. Tomo I, p. 664. Lisboa, 1858-1866.
(30) CASTANHEDA, Fernão Lopez de — História do descobrimento e conquista da India. Vol. I, pp. 8-9. Lisboa, 1833.
(31) JOÃO DE BARROS — Ásia. Primeira Década, pp. 135-138. Lisboa, 1945.
(32) GOES, Damião — Crónica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manuel, pp. 37-38. Lisboa, 1749.
(33) LUIS DE CAMÕES — Lusíadas. Canto V, Estância 28.
(34) LOPES, Duarte & PIGAFETTA, Filipo — Relação do Congo e das terras vizinhas. Trad. portuguesa de Rosa Capeans, p. 29. Lisboa, 1951.
(35) RAYMOND, George — Cit. de Theal, p. 336.
(36) HOUTMAN, Cornelis — Cit. de Theal, pp. 341-342.
(37) DAVIS, John — Cit. de Theal, p. 342.
(38) VAN CAERDAN — Cit. de Theal, p. 343.
(39) MATELIEF, Cornelis — Cit. de Theal, p. 351.

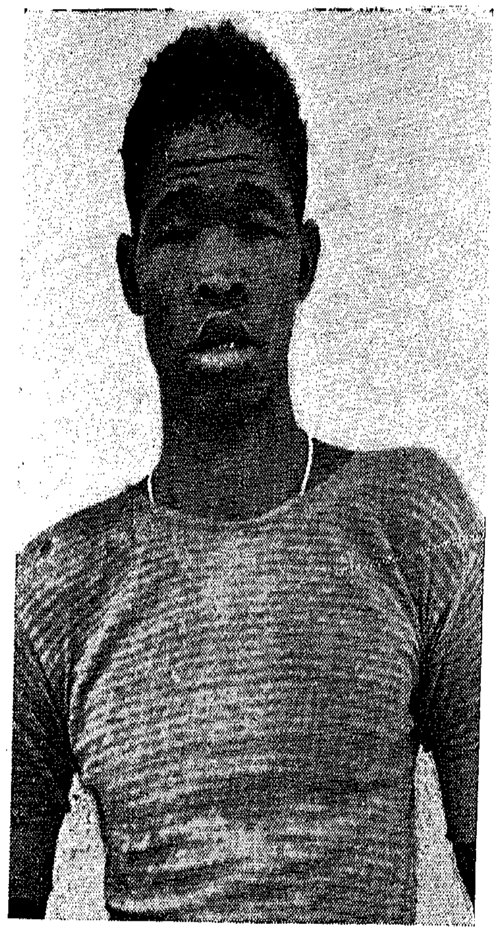
(40) THEAL — Op. cit. p. 374.
(41) THEAL — Op. cit. p. 374.
(42) DAPPER, D. O. — Description de l'Afrique. Trad. francesa do flamengo, pp. 385, 389. Amesterdam, 1681.
(43) HOEFER, M. F. — L'Univers. Histoire et description de tous les peuples. Afrique Australe. Cap de Bonne Espérance, p. 65. Paris, 1848.
(44) KOLBEN — Cit. de Hoefer, pp. 65-66.
(45) TACHARD, P.e Guy — Voyage de Siam, pp. 94-111. Paris, 1686.
(46) TEN RHYNE — Cit. de Hoefer, pp. 64-65.
(47) LE VAILLANT — Cit. de Hoefer, p. 65
(48) WELCH — Op. cit. p. 269.
(49) CADORNEGA, António de Oliveira de — História Geral das Guerras Angolanas. Tom. III, pp. 173-176. Lisboa, 1942.
(50) SILVA, João Bilarte da — Relaçam da viagem às prayas dos Macorocas e ao Cabo Negro. In *Arquivos de Angola*. Vol. I, n.os 2. Luanda, 1933.
(51) VASCONCELOS, Alexandre Botelho de — Descrição da capitania de Benguela. In *Anais Marítimos e Coloniaes*, Quarta série, n.º 4, parte não oficial, p. 152. Lisboa, 1844.
(52) BARROW, John — An account of travels into the interior of Southern Africa, pp. 158, 278-279. London, 1801.
(53) THUNBERG — Cit. de Hoefer, p. 66.
(54) PÉRON — Cit. de Hoefer, p. 65.
(55) HOEFER — Op. cit. p. 65.
(56) DEGRANDPRÉ — Cit. de Hoefer, p. 65.
(57) SERPA PINTO, Alexandre — Como eu atravessei a África. Vol. I, pp. 279-282. Londres, 1881.
(58) CAPELO, H. & Ivens, R. — De Angola à Contra-Costa. Vol. I, pp. 98, 206-208, 254-255. Lisboa, 1886.
(59) DORNAN — Op. cit. pp. 222-232.
(60) NOGUEIRA, A. F. — Africa Negra. Lisboa, 1880.
(61) FONSECA CARDOSO — Cit. de Mendes Corrêa. Bimbundos, Andulos e Ambuelas-Mambundas — In *Archivo de Anatomia e Anthropologia*. Vol. IV, n.os 2 e 3. Lisboa, 1918.
(62) ALVES DA CUNHA, Mons. Manuel — In População Indígena de Angola, de José Ferreira Diniz, pp. 479-491. Coimbra, 1918.
(63) ESTERMANN, Carlos & CUNHA E COSTA, Elmano — Negros de Angola, pp. 1-12. Lisboa, 1941. ESTERMANN, Carlos — Quelques observations sur les Bochimanes! Kung de l'Angola meridionale. In *Anthropos*. Tomme XLI-XLIV. Fribourg, 1946.
(64) ARTUR DE PAIVA — Cit. de Gastão de Sousa Dias. In Jornadas Heróicas de Artur de Paiva, pp. 32, 74. Lisboa, 1949.
(65) PADREL, Lourenço Justiniano — Expedição ao Humbe. In *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, II Série, n.º 11, p. 816. Lisboa, 1892.
(66) ARTUR DE PAIVA — In op. cit. p. 94.
(67) MENDES CORRÊA, A. A. — Op. cit. pp. 277.
(68) HOMBURGER — Cit. de Mendes Corrêa, p. 277.
(69) BEAULIEU — Cit. de Mendes Corrêa, p. 278.

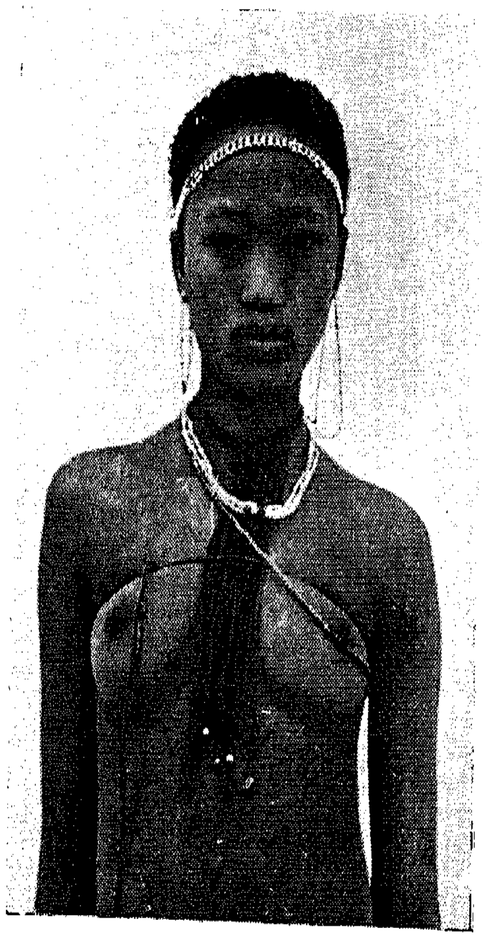


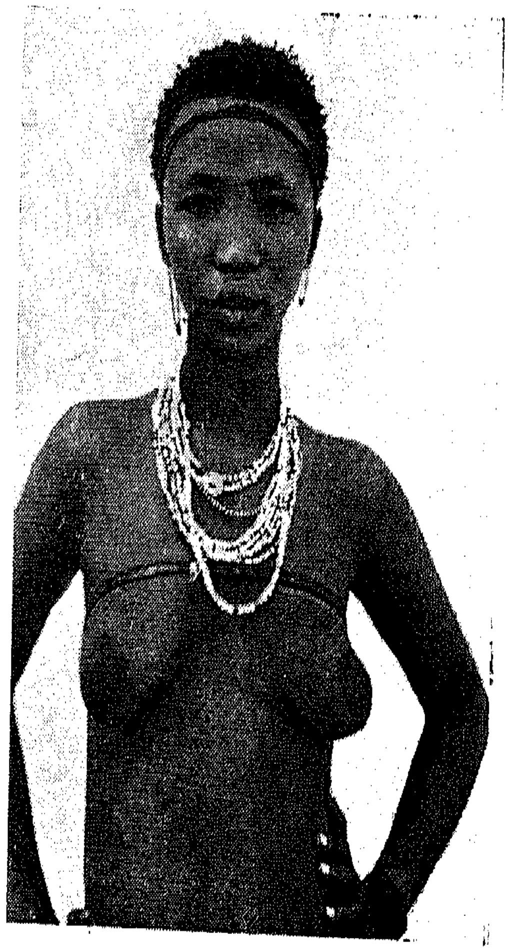




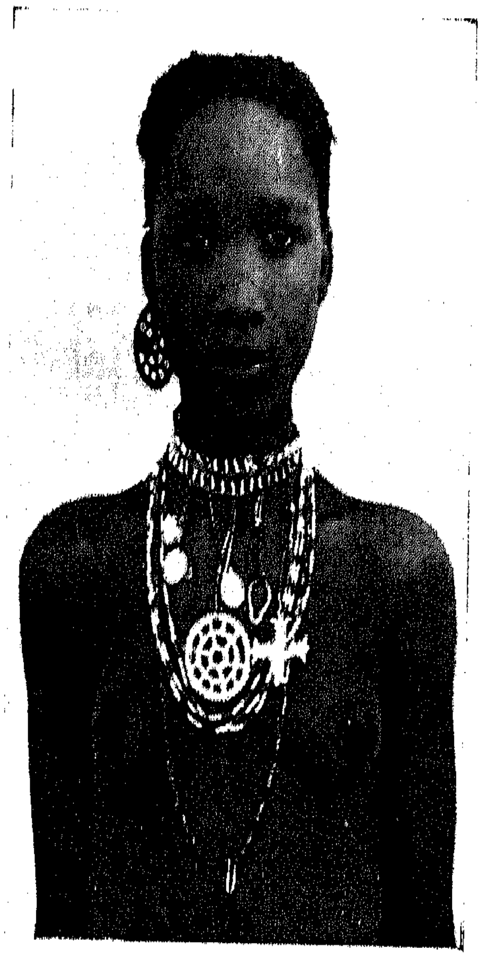
Em cima: Aspecto do deserto de Moçâmedes (Onguáia, Pôrto-Alexandre)
Em baixo: Mucuépes (Onguáia, Pôrto-Alexandre)

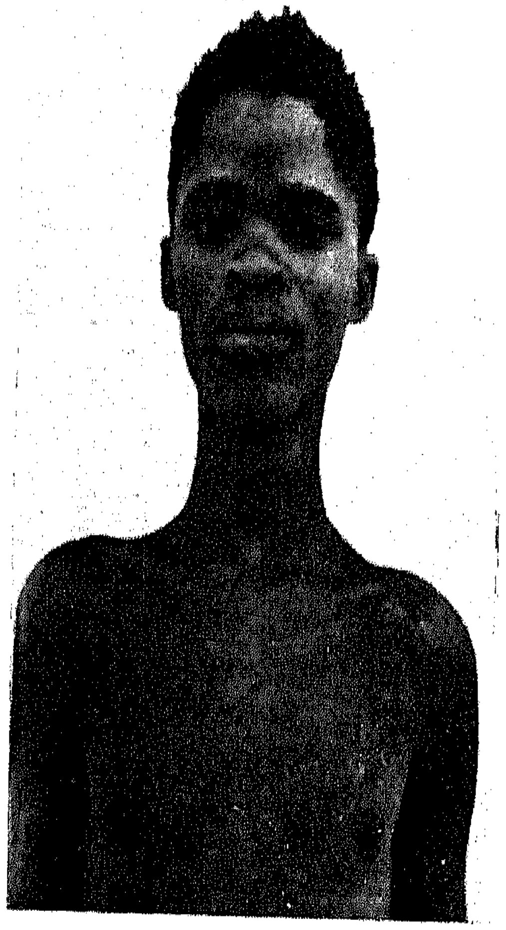




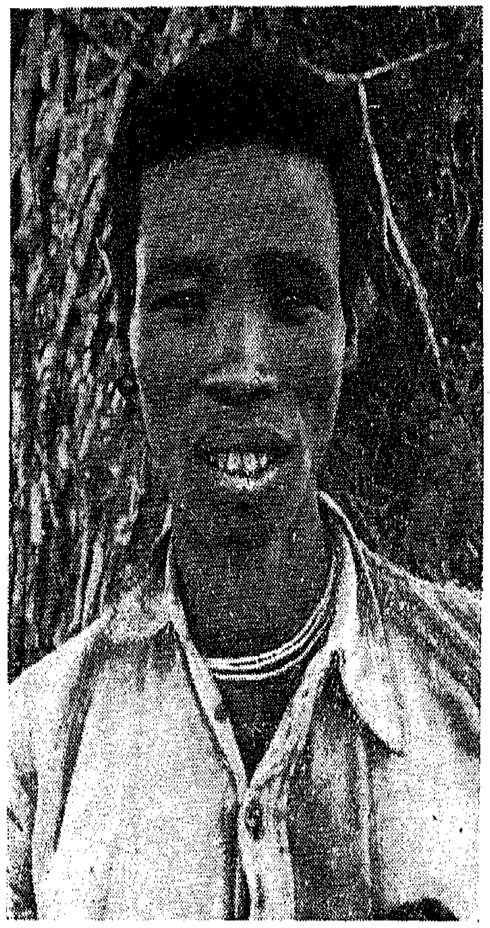


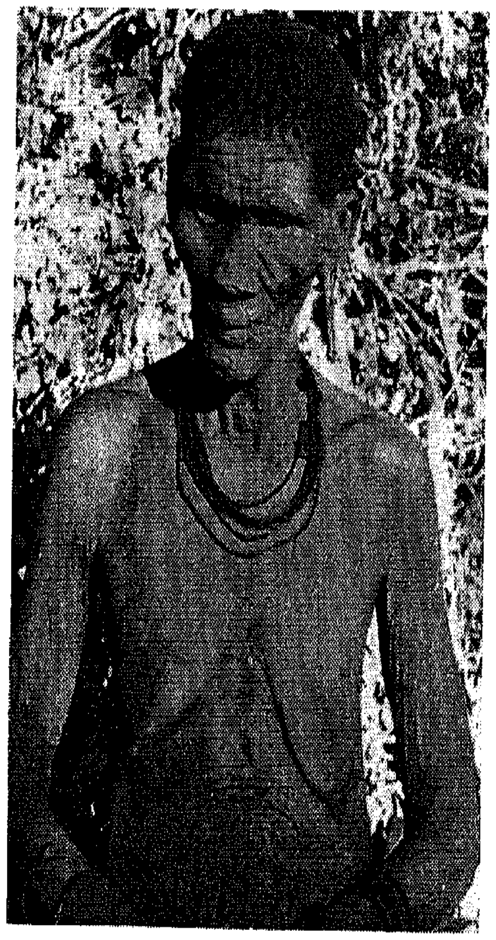
Em cima: Mucuancala (Ongalafa, Alto-Cunene)
Em baixo: Mulheres mucuancalas (Ongalafa, Alto-Cunene)



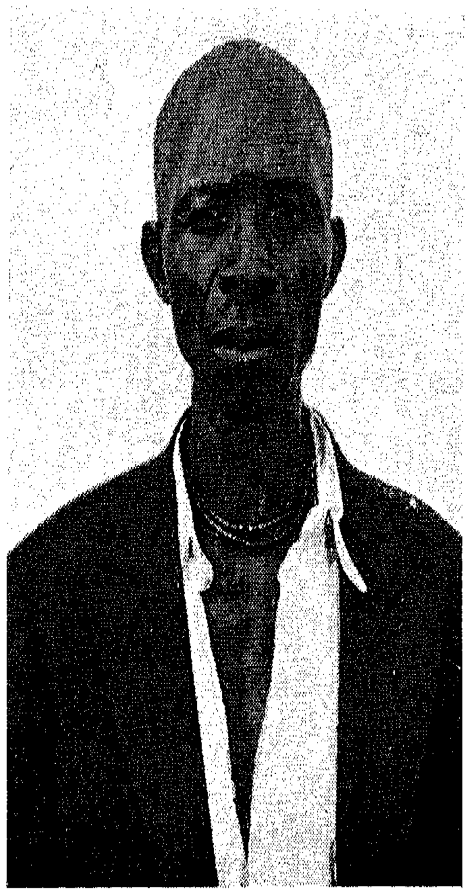


Em cima: Mulher mucuancala (Hóssi, Alto-Cunene)
Em baixo: Mulher e rapaz mucuancalas (Sendi, Alto-Cunene)

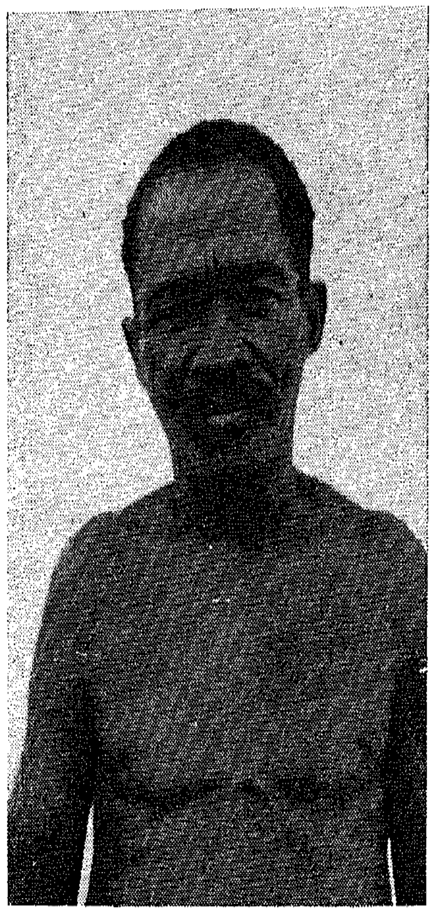


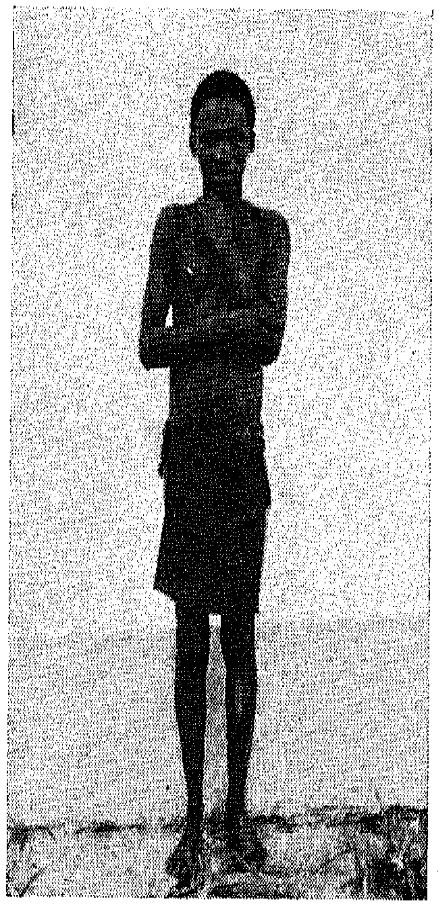


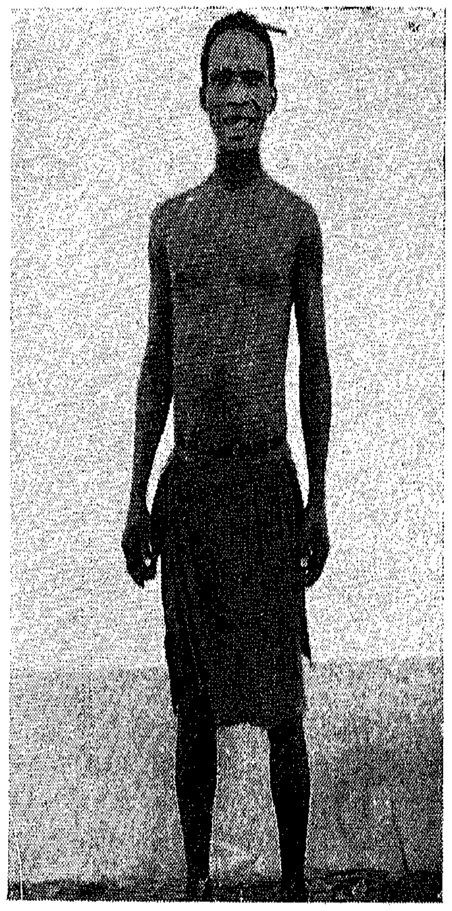
Em cima: Mucuancala (Cafima, Baixo-Cunene)
Em baixo, à esquerda: Mulher mucuancala (Chiéde, Baixo-Cunene); *à direita:* Mulher mucuancala (Cáfu, Cuamato)



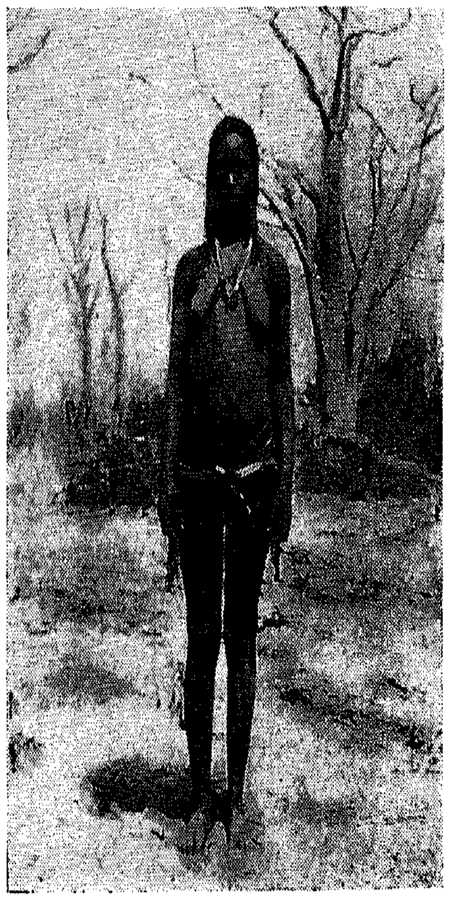
Em cima: Casal de muquédes (Mupa, Baixo-Cunene)
Em baixo: Mulher e homem muquédes (Mupa, Baixo-Cunene)



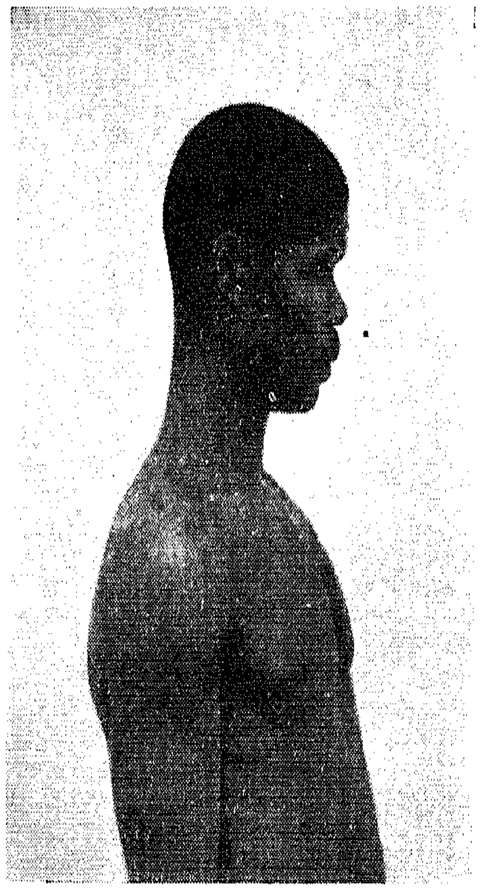




Cassequéles (Dima, Cuando)



Em cima: Aspecto interior dum quimbo cazama (Chaminto, Cuando)
Em baixo: Mulheres cazamas (Uefo, Cuando)



Em cima: Grupo de mulheres cazamas (Chaminto, Cuando)
Em baixo, à esquerda: Mulher cazama (Chaminto, Cuando); *à direita:* Cazama (Mucusso, Baixo-Cubango)

SOCIEDADES SECRETAS AFRICANAS E CIÊNCIA SOCIAL (*)

A. A. MENDES CORRÊA

Professor da Universidade do Porto
Director da Escola Superior Colonial
Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

I — *SOCIEDADES SECRETAS ENTRE OS NEGROS AFRICANOS; OPORTUNIDADE DO ASSUNTO PERANTE A AGITAÇÃO NO QUÉNIA; SUPOSIÇÕES ERRÓNEAS E PERIGOSAS NA MATÉRIA; OS «HOMENS-LEÕES»; MODALIDADES E EXPANSÃO DAS SEITAS SECRETAS AFRICANAS; OS MACHIOL; A DIFERENÇA ENTRE OS MASCARADOS AFRICANOS E OS FOLIÕES DO CARNAVAL DITO CIVILIZADO.*

Numa série de palestras que se intitula «A Ciência ao serviço da Humanidade, poderá parecer uma divagação, decerto curiosa, mas na verdade extra-científica, a breve explanação que vou fazer, sobre um tema de grande actualidade: «As sociedades secretas entre os negros africanos». Não penso que tenha razão quem tal suponha. Trata-se de matéria de Ciência Social, e se nesta disciplina têm surgido incursões frequentes do arbítrio e da fantasia, nem por isso, nela, deixam de existir estudos sérios, autênticos, objectivos, que merecem tanta consideração no domínio da Ciência como um valioso trabalho de Matemática ou de Biologia. A vida social é tema tão complexo e de tão difícil estudo objectivo, imparcial e integral, que muitos renunciaram mesmo a dar foros de cidade a uma Sociologia incluída na classificação das Ciências e se limitam a falar em Ciências Sociais, dum carácter científico tanto mais acentuado quanto mais importante for o concurso que elas recebam da Matemática, da Biologia, da Medicina, etc. Na verdade, tal carácter é dado, acima de tudo, pela natureza do objecto estudado e pelo método utilizado. Não é científico um estudo sem objecto definido, sem plano, sem lógica, sem imparcialidade. Quando falo em lógica não

(*) Palestras na Emissora Nacional em 1, 8, 15 e 22 de Março de 1953.

me refiro apenas à solidez, à segurança dos raciocínios, dos resultados, mas à existência dum método racional, uniforme, adequado, que ofereça as maiores garantias de rigor, de exactidão, que sejam possíveis, na observação como nas conclusões.

Pensando assim, é evidente que incluo os estudos sobre as sociedades humanas no âmbito científico, desde que eles obedeçam às normas expostas. Ora o estudo das sociedades negro-africanas está hoje sendo feito em vários territórios dentro de tais moldes, e eu aproveito este ensejo para chamar a atenção dos estudiosos nacionais para a necessidade de acompanharmos esse movimento em relação ao nosso Ultramar com a intensificação das investigações sobre a estrutura social na própria metrópole. Falarei noutra palestra sobre o estado actual destas últimas investigações.

A actualidade do tema «Sociedades secretas negro-africanas» é-lhe dada sobretudo pelo que ùltimamente tem ocorrido de grave na colónia inglesa do Quénia, em resultado da existência e das actividades duma sociedade secreta da tribo dos Quicuios, os Mau-mau, designação que em português tem um significado harmónico com as preocupações que os acontecimentos em questão suscitam em toda a gente interessada na tranquilidade em África e em geral na paz de todo o globo...

Há, porém, entre nós, muitas pessoas que não fazem ideia justa da índole, da natureza, da extensão e, sobretudo, da importância que possuem essas sociedades secretas africanas. Mesmo alguns autores nossos, com conhecimento directo da vida africana, fornecem sobre manifestações da respectiva existência versões das quais se depreende que as consideram meras curiosidades mais ou menos pitorescas, hoje quase inofensivas, ou que as tomam por simples associações ocasionais de intrujões ou de malfeitores, sem outras raízes e relações que não sejam as do interesse material dos seus componentes. Tais noções são perigosamente inexactas, pelo menos em referência a uma grande parte dessas associações.

Evidentemente o carácter secreto destas torna difícil a investigação sobre a sua verdadeira natureza e papel. Mas alguma coisa se sabe de positivo e isso, com a grave agitação de que actualmente o Quénia é teatro, torna necessário atentar para o facto como tratando-se de qualquer coisa de mais delicado, complexo e transcendente do que o supõem alguns administradores que julgam destruído o perigo, aniquilada a seita, desfeita uma crendice indígena, abertos os olhos de todos, simplesmente metendo na cadeia os protagonistas respectivos ou demonstrando, ou julgando demonstrar, às populações com factos que eles não são as personagens poderosas, ou homens susceptíveis de se transformarem no rei dos animais, como sucede, por exemplo, com a seita dos homens-leões, cujos representantes têm aparecido nalguns pontos da nossa província de Moçambique. Decerto uma acção educativa e, nalguns casos mais graves, uma acção repressiva ou penal são indicadas, necessárias, mas a extirpação de certas crenças indígenas não é fácil de efectuar só porque se mostrou perante os povos não se cumprir a profecia duns iluminados de que viria chuva ou uma seca terrível, ou não serem os pretensos homens-leões capazes de levantar um fardo um pouco pesado... Causa espanto a alguns administradores que tais demonstrações não abalem a confiança das

populações em meia dúzia de aventureiros ou intrujões. Conheço exemplos de até os próprios cipais ou polícias indígenas acompanharem receosos os actos de repressão dsses factos pelas autoridades europeias. Chegam a, quando são incumbidos de guardar, por exemplo, os pretensos «homens-leões», amarrarem estes tão sòlidamente que, se eles se convertessem em leões, lhes fosse impossível libertarem-se... E ficam à espera da transformação... Não raro as autoridades lêem nos olhos dos seus colaboradores indígenas os receios de que estes se encontram possuídos, e os povos não regateiam aos homens-leões as dádivas abundantes com que procuram captar-lhes as boas graças, domá-los.

Variam infinitamente as modalidades, propósitos e importância das sociedades secretas negro-africanas. Algumas chegam a desempenhar um papel político tão considerável que os próprios régulos indígenas são indicados e dominados por elas. As populações sumetem-se tìmidamente à tutela dessas organizações. Os ritos, as iniciações, a influência destas diferem dumas para outras, e têm origens e bases diversas. Certos sectores da população são totalmente excluídos dessas seitas ou das suas cerimónias. Há penalidades terríveis para os iniciados ou não iniciados que violem ou tentem violar certas regras ou certos segredos. Nalguns casos às sociedades secretas masculinas opõem-se outras femininas, por vezes em bases semelhantes. Na África Ocidental, ao norte do Equador, sobretudo do Rio Grande até à Costa do Marfim, as sociedades secretas são numerosas e constituem, na sua forma antiga, como dizem Baumann e Westermann, o elemento próprio de toda a vida política. O segundo autor, falando da sociedade dos *Poro*, escreve que é nessas sociedades que todos os bens seculares e religiosos da tribo tem o seu centro e a sua fonte. Sociedades do antílope, do leopardo, da serpente, do chimpanzé, do crocodilo e dos gémeos existem em povos dessas paragens, mas a dos *Poro* é a mais importante, tomando nomes diversos de umas línguas indígenas para outras. Entre os Sossos, Bagas, Landumãs, Nalús e outras tribos da Guiné Francesa a sociedade chama-se *Simo*. A seita dos *Machiol* (ou dos Machol) nos Nalús e nos Bagas-Maduri, atinge também o sul da Guiné Portuguesa, na qual os Nalús estão igualmente localizados. Visitei esta tribo há anos, mas não colhi directamente elementos sobre a famosa seita. Os Nalús dividem-se em bravos e mansos. Os informes que vou dar sobre o *Machol*, são extraídos de trabalhos de Landerset Simões e dum francês, Paroisse. Já os utilizei em tempos num livro meu.

O autor português referido dizia que o *Machol* é uma divindade que preside a danças e festins periódicos, em que outrora — senão também modernamente — havia cenas de sacrifícios humanos e antropofagia. A verdade é que no Museu de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto há um crânio de Nalu, cujo possuidor teria sido condenado por práticas de canibalismo. Velhos Nalús teriam procurado convencer o citado autor português de que a cerimónia visava precisamente combater a macabra usança, tratando-se apenas duma iniciação de mancebos, da qual as mulheres eram afastadas, com risco de própria vida se tivessem qualquer contacto com as celebrações. Landerset Simões não confiou inteiramente no que lhe foi contado, pensando que se tudo era assim inofensivo não se compreenderia o rigoroso mistério que rodeava as práticas.

Está averiguado que há frequentemente entre civilizados ou pretensos civilizados quem indevidamente exagere a extensão do canibalismo e de outras práticas criminosas entre as populações nativas, mas, se hoje os Nalús e a grande maioria das populações negro-africanas já baniram totalmente qualquer velha usança de antropofagia, iludir-se-ia gravemente quem supusesse inteiramente extintas as superstições e ideias ligadas às sociedades secretas, de bem remotas e fundas raízes na imaginação popular e na organização social respectiva.

Voltando aos *Machiol*, Paroisse dava-os como reunindo-se sobretudo para dançar, comer e beber, mas ameaçando de morte, tal como os Simos, todo o indiscreto ou intruso que pretendesse penetrar no segredo das suas celebrações. Até em procissões que realizam, proíbem e punem a presença do público, enviando arautos à frente para que este se afaste ou se esconda. E toda a gente obedece.

Paroisse descreve a dança dos Machiol, na qual só participam homens e que consta de passos muito curtos e rápidos, acompanhados dum canto especial. Fora das reuniões os iniciados vivem com a restante população sem se distinguirem dela. Mas nos períodos fixados envergam vestuários especiais e submetem-se a diversas obrigações: não falarem com mulheres ou não falarem na presença destas, saudarem de determinado modo certos indivíduos, evitar todo o contacto com a água doce nas suas epidermes. Lavam-se apenas com água do mar e, quando bebem água doce, tomam as maiores precauções para evitar que uma só gota que seja caia na pele... Durante esse período falam uma língua especial, distinta da do conjunto da população.

Deixamos para novas palestras a descrição de algumas outras sociedades secretas africanas. Concluímos por hoje insistindo no grave erro que é supor-se terem estas desaparecido e representarem apenas costumes mais ou menos arbitrários e transitórios. A alma e a sociedade dos Negros africanos facultam um sem número de manifestações que constituem tradições profundas, de difícil explicação para a nossa mentalidade positiva, e com um papel mais importante na vida das populações do que muitos imaginam. Há tanto de misterioso e de fundamental na existência de muitos Negros, nas suas cerimónias de iniciação, nas classes de idades, nas práticas de magia, no uso de máscaras, em certas cerimónias que nós confundimos todas na designação genérica de batuques! Quantos julgam que as máscaras africanas equivalem às nossas máscaras de Carnaval!?... Pois há um abismo entre um *muquixe* e o *travesti* dum nosso folião de Entrudo.

Falaremos também, noutra palestra, dos *Mau-Mau* do Quénia, desses Quicuios que visitei há alguns anos [1].

[1] Posteriormente a estas palestras estive de novo no Quénia, em Nairobi, de passagem para Madagáscar. A situação era grave. Vi senhoras inglesas armadas de pistola à cinta, esquadras de polícia no centro da cidade cercadas de arame farpado, fotografias de horrores cometidos pelos Mau-Mau, patrulhas nocturnas de tropas e voluntários.

II — *DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS SOCIEDADES SECRETAS AFRICANAS; ALGUMAS CRENÇAS E PRÁTICAS; OS NKITA DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO; PAPEL POLÍTICO DAS SOCIEDADES REFERIDAS; OS MAU-MAU E AS DESORDENS NO QUÉNIA; O DEPOIMENTO DE LEAKEY SOBRE OS QUICUIOS E AS CAUSAS DA AGITAÇÃO NAQUELE TERRITÓRIO.*

Iniciando na palestra anterior algumas considerações sobre as sociedades secretas entre as populações indígenas da África Negra — instituições cuja importância não deve nem exagerar-se nem menosprezar-se sistemàticamente — falei um pouco mais detidamente da seita dos Machol ou Machiol da Guiné Francesa e dos Nalús do sul da nossa Guiné. Desde o Sudão e da África Central a Angola, à região dos Grandes Lagos e à nossa província de Moçambique aparecem sociedades dessa natureza em muitas populações negras. Poderia citar uma infinidade de exemplos, como os Poro da África Ocidental (os Simos dalgumas destas paragens), os Semale e Labi do Sudão e do Chari, os Yondo e homens-leões dos Saras e outros povos do Sudão Oriental (os segundos dos quais se estendem até Moçambique), uma multidão de associações secretas do Congo e vizinhanças, como os Nkita, os Nebele, os Aniota, os Leopardos, os Quibangistas e outros (alguns dos quais ocupam as atenções das autoridades e dos sociólogos do Congo Belga), sendo certo que não faltam as que se estendem a Angola, onde, além dos Nkita dos Bacongo, há os Goulistas dos Ambundos e as associações dos Nhanecas do sul, as quais, segundo Ferreira Diniz, efectuavam perseguições, aplicavam venenos e praticavam outros crimes, fazendo os iniciados uso de certas insígnias, quando assistiam às cerimónias.

Os homens-leões entre os Saras do Sudão Oriental apenas praticam actualmente ritos misteriosos de caça e roubos nocturnos de cabras, mas outrora entregavam-se à caça de homens. Um autor refere que eles se mascaram de leões, sopram em trombetas para imitarem o ruído destes animais, andam com um calçado em forma de patas do rei das selvas e trazem e utilizam garras artificiais com as quais os noviços matam a caça. Outras associações têm ritos macabros, impressionantes, e possuem numerosos graus de iniciados, que se habituam ao mato entre mistérios, danças imitativas de animais, vestuários especiais de cascas de árvores, flagelações, ferimentos neles próprios, no rosto e no corpo, enchendo-se de cicatrizes terríveis, uso de linguagem secreta, facto este de que já falámos na palestra anterior...

Baseado num estudo de Nipgen, a seu turno fundado num trabalho de Cyril Claridge, descrevi num livro meu a sociedade secreta dos Nkita «da Morte e da Ressurreição», nos Bacongo, que do sul do Zaire e do noroeste de Angola se estendem até aos rios Quivilo e Cuango a leste. Esses Nkita seriam seres-feitiços, autores de todas as deformações no homem e animais, como também nos próprios objectos. Do mesmo modo causam aleijões num ser humano ou encurvamentos numa vara. Tais deformidades, segundo eles, só teriam cura com outras em certas condições. Os deformados ou aleijados são levados para uma cabana solitária, chamada *n'dembo*, em local escolhido de modo

a ferir a imaginação, e ali são objecto de operações mágicas, no sentido simbólico de morrerem... por esquartejamento, para, após tal *purificação*, ressuscitarem, libertos do mal ou defeito. Evocando comparativamente a Maçonaria, Nipgen diz engraçadamente que a cabana (a qual é tabu) constitui a *loja* dos Nkita, e o Conselho dessa loja é formado por: um grão mestre que recebe as retribuições pelas curas pretendidas e tudo dirige; os oficiais, indivíduos... robustos, que têm a seu cargo o policiamento e guarda; os... «mortos» doutras lojas, que auxiliam as cerimónias rituais; os candidatos à iniciação; e enfim os aspirantes que, uma vez efectuadas as provas da morte e da ressurreição, ficam pertencendo à comunidade, sob a designação de *kabela*. Estes nos primeiros tempos — seja qual for a sua idade real — são considerados por todos como crianças que vão crescendo. É que tinham tornado a nascer...

Há penas severíssimas contra os que divulgam segredos dessas sociedades. A castidade é um preceito, mas frequentemente violada, sendo, porém, vítima de cruel morte a criança que nascer da ligação dum membro da Nkita. Entre as provas preliminares a que são submetidos os candidatos figura a de, com as mãos presas atrás das costas e de joelhos, engulirem, sem manifestarem qualquer repugnância, uma sórdida mistura de alimentos, prèviamente mastigados e cuspidos por um dos anciãos, precisamente escolhido entre os de dentes mais cariados e de aspecto mais repelente... Lembremos que nalgumas tribos africanas as pessoas têm vários nomes através da existência, sendo alguns desses nomes conservados secretos.

Não acabaríamos se fôssemos a relatar a multiplicidade de ritos e crenças ligadas às sociedades secretas negro-africanas. Limitar-nos-emos a referir que sem deixarem de existir em algumas sociedades matriarcais, elas são particularmente frequentes nas civilizações patriarcais de origem paleonigrítica. Já dissemos na passada palestra que às associações masculinas se opõem nalguns pontos outras femininas, sendo certo que os moldes destas são frequentemente análogos aos das primeiras, sendo algumas delas verdadeiramente temidas pelos homens da tribo...

Não omitirei a indicação dos móbeis e propósitos que são atribuídos às sociedades secretas africanas e que permitem distinguir nestas variados tipos. Muitas delas são políticas, têm um papel político, sendo frequente que os régulos indígenas façam parte delas ou se lhes submetam servilmente. Outras realizam cerimónias misteriosas do culto dos mortos, dos antepassados. Outras praticam o terrorismo, ou limitam a sua acção a roubos e outros crimes. Outrora havia-as que praticavam a verdadeira caça ao homem. Certas sociedades têm por objectivo favorecerem as colheitas. Visam outras práticas propiciatórias da caça. Enfim, algumas são profissionais, como as de fundição do cobre entre os Yoruba do Benim e as do trabalho em madeira nos Kpeles, umas e outras fazendo com certos preceitos e ritual o ensino dessas actividades aos iniciados.

Vamos concluir esta sumária resenha, em que não faltariam quadros de tragédia e sucessões empolgantes de visões estranhas, se quiséssemos avivar literàriamente as cores e ferir intensamente a imaginação de ouvintes mais sensíveis. Vamos concluir com algumas palavras sobre os recentemente tão falados na imprensa mundial, os

Mau-Mau, seita da tribo dos Quicuios do Quénia, população com a qual deparei há poucos anos numa visita àquela região, dando-me a ideia de estar em presença de indígenas que haviam, nalguns casos, adoptado já costumes dos civilizados. A impressão que colhi, de se tratar de gente pacífica, não foi desmentida por parte dela nos últimos incidentes, mas estas impressões duma visita não são mais do que de superfície. Aliás já então se assinalavam assaltos nocturnos em ruas da própria capital da colónia, assaltos atribuídos, pelo menos em parte, a desarmonia das raças. Publiquei num livro, como já tive ocasião de dizer, uma fotografia do interior dum casal quicuio em que o marido e mulher, num ambiente perfeitamente civilizado, se aprestavam a tomar o chá das cinco à inglesa.

Pois, em 1952, a situação, a ordem, no Quénia, especialmente na região da tribo dos Quicuios tornou-se tão perturbada, tão agitada, que em Setembro desse ano era declarado ali o estado de emergência. Assaltos nocturnos à mão armada, assassinatos, roubos, violências de várias espécies, tornam-se de extrema frequência. Nas fazendas isoladas os colonos europeus sentem-se na necessidade de organizar a sua própria defesa. Trabalham durante o dia com armas de fogo ao lado, entrincheiram-se durante a noite nas suas residências transformadas em verdadeiras fortalezas, organizam corpos de polícia rural, em colaboração com as forças policiais do Estado, o qual toma providências excepcionais, medidas preventivas e punitivas do maior rigor. O carácter secreto e misterioso da organização subversiva, dos bandos de agitação, torna difícil e ineficaz a actuação, a defesa.

Trata-se, como todos sabem, duma sociedade secreta indígena, a associação dos *Mau-Mau*, constituída entre os Quicuios. Mas, se muitos destes são filiados convictos, ligados a tenebroso e terrível juramento, muitos outros foram ajuramentados à força ou conseguiram escapar à rede, e ou vivem, entretanto, sob a coacção do terror ou aderiram corajosamente a uma associação antagonista, dos *Anti-Mau-Mau*. Mas entre os actos de terrorismo praticados pelos Mau-Mau figuram como dos mais cruéis e tremendos os que escolhem por vítimas os chefes indígenas fiéis aos europeus ou filiados que colaboram com estes e discordam dos actos da seita.

Esta é inimiga dos ingleses, dos brancos em geral, e é anti-cristã. Pretende a expulsão de todos os estrangeiros.

Num livrinho recentíssimo, o meu ilustre colega de Nairobi, Leakey, ocupa-se da matéria. Leakey é bem conhecido no mundo científico pelos seus estudos da pré-história do Quénia, sobretudo pela sua classificação dos períodos pluviais e de aridez na África equatorial em correspondência mais ou menos provável com os períodos glaciários e interglaciários do quaternário europeu. Ele descreve a tribo dos Quicuios antes e depois da penetração europeia no Quénia e descreve igualmente a sociedade dos Mau-Mau e os motivos da sua actividade. Leakey nasceu no Quénia dum casal de missionários protestantes ingleses e ali vive há dezenas de anos entre os Quicuios, falando a língua destes tão bem (ou melhor, diz ele próprio) como o inglês, conhecendo desde criança os seus costumes e crenças, e até considerando-se quase — ele, um branco —

um Quicuio, sendo certo que pertence a uma «classe da idade», a um grupo de iniciação, deste povo [1].

O seu depoimento tem assim um alto interesse. Os Quicuios eram inimigos tradicionais dos Massai, do sul, e o deus nativo era Murungu ou Ngai. Nos grupos ou classes de idades a respectiva cronologia relacionava-se com acontecimentos coevos importantes: pragas de gafanhotos, fomes, epidemias humanas ou nos animais, etc. Os casamentos eram feitos por iniciativa do interessado e não por iniciativa e diligência das famílias respectivas. Eram numerosos os ritos de passagem dumas idades para outras, realizando-se verdadeiras provas de capacidade para o estado correspondente à idade seguinte. A organização social era patriarcal, sem grandes chefes, mas sob a direcção dum conselho de antigos, de nove indivíduos. Praticavam-se combinadas a magia, a feitiçaria, a religião. Em 1890 surgem os engenheiros construtores de caminhos de ferro, da British East Africa Company. Começam as lutas dos nativos contra os recémvindos. Aparecem os primeiros missionários católicos e protestantes. As dificuldades não se atenuam logo. É impossível desligar de pronto os jovens dos ritos e costumes tribais. Mas a acção europeia continua tenaz. Alguma coisa se consegue. Mais do que as crenças os indígenas vão aceitando o conhecimento da leitura, da escrita, da instrução em geral, de usos, vestuários, comodidades dos Europeus.

Se a cristianização de alguns Quicuios é sincera, a doutros não é. Precisamente é entre os falsos cristianizados que os Mau-Mau recrutaram grande número dos seus dirigentes.

Evidentemente, como Leakey mostra, os costumes e a vida social e económica dos Quicuios modificaram-se profundamente no contacto com os Europeus. Contacto mais duradouro e profundo do que o das caravanas árabes, anteriormente. Mas várias causas que ele aponta actuaram nesse contacto de modo desfavorável à estabilidade dum convívio cordial. A má qualidade de alguns intermediários dá aos nativos má impressão sobre a boa fé do Governo. Promessas não cumpridas pelos que as fizeram ou pelos seus sucessores produzem péssimo efeito. Há até incompreensões motivadas pelas condições linguísticas. As comunicações feitas à população em inglês ou em suaíli são por vezes deturpadas na sua versão para suaíli. Enfim, como facto mais importante, Leakey menciona o desconhecimento dos Europeus governantes ou colonos sobre o verdadeiro regime de propriedade entre os Quicuios. Estes consideram-se espoliados, e os Mau-Mau

---

[1] Na minha nova estada em Nairobi em Agosto de 1953, o cônsul português e ilustre amigo Dr. José Neiva ofereceu-me o livro de Kenyatta, chefe dos *Mau-Mau*, «Facing the Mount Kenya». É um livro de antropologia social, prefaciado pelo falecido antropólogo e sociólogo, professor da Universidade de Londres, Malinowski. Kenyatta, que está preso, e cujo julgamento foi o pretexto para propaganda dos seus advogados comunistas, figura numa fotografia do livro. É no aspecto, na indumentária de peles, um nativo africano. O texto do seu livro revela nele o nível mental dum universitário, que pôs ao serviço dum ideal nativista antibritânico o seu espírito, a sua cultura, a sua pena de escritor. É evidente o carácter político-social da acção dos Mau-Mau.

não se contentam mesmo apenas com a restituição da antiga área de distribuição dos Quicuios mas pretendem as terras dos planaltos que nunca foram deles. Deturpa-se a verdade dos factos para promover a expulsão dos colonos e dos brancos em geral. É evidente que às causas apontadas por Leakey há a juntar as antipáticas discriminações raciais pelos Ingleses e a exploração tendenciosa e malévola de todos os descontentamentos locais por elementos estranhos de que não é difícil identificar a origem ou as ligações...

Para que o sossego volte àquelas paragens haverá que manter muita energia, muita firmeza, e especialmente muita inteligência associada a muita bondade e justiça.

E não é possível prescindir do conhecimento o mais exacto possível dos antecedentes, das condições actuais, e de dois ramos de estudo fundamentais para o governo dos povos, a psicologia e a sociologia, dum modo geral as ciências humanas.

III — *AS ORIGENS DAS SOCIEDADES SECRETAS, A SUA EVOLUÇÃO E AS SUAS ADAPTAÇÕES; OS PRECONCEITOS DEPLORÁVEIS CORRENTES SOBRE A PSICOLOGIA DOS NEGROS AFRICANOS; ERROS PSICOLÓGICOS DE GOVERNANTES.*

Demos nas duas palestras anteriores uma rápida ideia do número, da variedade e da importância que na vida dos negros africanos possuem as sociedades secretas, umas de carácter político, outras profissionais, outras verdadeiramente criminais — umas masculinas, outras, porventura menos numerosas, mas nem por isso menos poderosas, femininas. Ritos variando ao máximo, graus diversos de hierarquia, intervenção mais ou menos intensa na vida tribal, disciplina e segredo mais ou menos severamente mantidos.

A maior parte delas são de origem remota, assentam em tradições longínquas. Outras são mais recentes. Mas das mais antigas não raras são as que, apesar do teimoso conservantismo tribal, têm evolucionado mais ou menos profundamente sob a influência de factores históricos, de condições de meio ou sob a acção dos contactos de outras civilizações, especialmente dos Europeus. Certas crenças e certas práticas são abandonadas ou modificadas. Daria para largas considerações não apenas a variedade das sociedades secretas negro-africanas, mas ainda a sua evolução e adaptação às condições novas, à mutabilidade dos ambientes ou dos acontecimentos. Recordemos o que aqui foi dito sobre o abandono, por exemplo, de práticas de antropofagia por algumas delas sob a acção civilizadora dos Europeus, sob a pressão das autoridades ou sob a benéfica catequese missionária. Recordemos a formação e a evolução da famosa seita dos Mau-Mau, entre os Quicuios do Quénia, como consequência das reacções antieuropeias e das divergências nascidas da incompreensão linguística, dos erros psicológicos de governantes e de colonos, de ideias falsas sobre a alma indígena, os conceitos de direito, propriedade, etc., entre os nativos, e particularmente como consequência da discriminação racial, de efeitos terríveis para os que se sentem vítimas duma injustiça, de humilhações inadmissíveis, duma noção errada de inferioridade eterna e irremovível, sobre

a qual recordo a frase célebre de André Gide: «Quanto menos inteligente é o branco, tanto menos inteligente ele crê ser o preto». E essa lenda perniciosa, funesta, de que os pretos são crianças grandes?...

Mas continuemos. As raízes das sociedades secretas negro-africanas, são gerais e especiais. Elas fundam-se na psicologia humana, alimenta-as o mistério, com o seu poder emocional, sugestivo, de atracção, e fortalecem-nas as suas vantagens práticas, na acção, vantagens reais ou imaginárias. As raízes especiais estão na diversidade das populações, dos condicionalismos, dos acontecimentos. Compreende-se bem que as sociedades secretas negro-africanas, ofereçam um tema amplo, curioso e complexo de estudo, em que participam a sociologia, a etnografia ou antropologia cultural, a psicologia — com a psiquiatria —, a história, etc.

Como se iludem os que supõem conhecer profundamente a alma dos Negros africanos e ousam defini-la uniformemente em um conceito único e simplista... Santa ingenuidade... de alguns. Noutros não é ingenuidade, é uma deformação intencional, propositada, interesseira ou malévola. Sem discutirmos se é possível, como pretende o Padre Tempels, — ou não — atribuir uma filosofia própria aos Negros africanos ou a alguns dos seus agrupamentos; sem deixarmos de reconhecer que perante a mentalidade civilizada, europeia, positiva, o corpo de superstições, de concepções do mundo, do homem e da vida, que a mentalidade dos negros africanos ergueu, construiu, aparece como, senão totalmente errónea e fantasista, pelo menos em grande parte destituída de base exacta e aceitável; sem deixarmos de considerar legítima a acção cultural e educativa exercida sobre eles pelos povos civilizados — entendemos que além da fraterna simpatia a que têm jus da nossa parte, os negros de África têm direito a maior respeito do que o que lhes é concedido por aqueles que olimpicamente desdenham das suas construções mentais, do seu atraso cultural, dos seus cérebros pretensamente infantis.

Estou recordando uma das minhas primeiras leituras de rapaz: uma passagem do livro de Capelo e Ivens *De Benguela às Terras de Iaca*. Existia na biblioteca de meu Pai, e, alternando com Júlio Verne (que devorei com a avidez com que mais tarde a gente nova se apoderaria dos romances policiais), esse livro dos nossos gloriosos exploradores teria criado, sem dúvida, no meu espírito de criança o gérmen do interesse que mais tarde consagraria às gentes do Ultramar, em geral aos povos exóticos e atrasados. Com uma gravura elucidativa muito curiosa, Capelo e Ivens escreviam na aludida passagem: «Numa volta do trilho (iam a caminho do rio Lucula e das terras de Tchiboco ou dos Quiocos) numa volta do trilho — repito — passámos junto de quatro *cavalheiros* que, sob uma copada árvore, envolvidos em exóticos panos, numerosas penas na cabeça, rosto e peito sarapintados de garatujas brancas cercavam uma espécie de gaiola, feita de pausinhos metidos na terra, e, acenando afirmativamente uns para os outros, brandiam pequenos bastões que tinham na mão. Apenas pudemos saber que estavam adivinhando. Acrescentaram que não longe de ali se escondiam alguns indivíduos, espécie de clientes, a favor de quem praticavam feitiçaria. Não desejando interrompê-los, prosseguimos». Deus me livre de tomar a sério, quanto à sua base racional, à sua legitimidade moral e científica, a tarefa a que se entregavam aqueles *cavalheiros* (na expressão dos grandes viajantes). Mas temos de a tomar a sério como objecto de estudo. Capelo e Ivens surpreendiam uma cerimónia de magia em pleno mato. Registavam-na com leve ironia... e seguiam, não querendo perturbar os protagonistas respectivos cujas operações tinham na verdade tanto fundamento como certas tarefas de pseudo-civilizados nigromantes, espíritas, quiromantes ou ocultistas... mas suscitavam seguramente da parte de espíritos cultos e razoáveis, como eram os dos grandes exploradores, mais indulgência do que estes últimos... Se a superstição e a feitiçaria não fizessem frequentemente vítimas, como o curandeirismo, bastaria um sorriso irónico, como o que se descortina na passagem lida, para exprimir o justo conceito que merecem. Mas, se nas sociedades civilizadas ou ditas tais a repressão, sem piedade, dessas práticas e aberrações é naturalmente de preconizar, tal repressão tem de ser cautelosa e magnânima entre os negros africanos, para os quais essas concepções têm raízes mais profundas e remotas e extensão mais ampla, envolvendo aspectos vastos e complexos da vida individual e colectiva e encontrando mais atenuantes do que práticas análogas dos ditos civilizados.

Eis como um administrador moçambicano descreve e comenta a crença de algumas tribos do norte da nossa província nos «homens-leões», seita a que já aludi nas palestras anteriores: «Em muitos indígenas... existe a crença em que a alma de certo varão que possuía «espírito de leão», pode voltar ao mundo encarnado no corpo de outro indígena do mesmo sexo, desde que, em vida, este tenha pago ao primeiro certa importância por ambos acordada. É claro que o primeiro indígena — diz o administrador — é um charlatão e o segundo um ingénuo ou também charlatão disposto a tirar proveito, mais tarde, da ingenuidade daqueles que acreditam nestas magias, que afinal são, pode dizer-se, todos os que com ele convivem. Em certos pontos as populações chegam mesmo a acreditar que estes burlões têm poder sobre todos os leões da região e se chegam a transformar, quando querem, num autêntico rei das selvas». Mais adiante: «Com surpreza nossa verificámos, certa ocasião, que até o cabo de cipais do posto em que trabalhavamos — indígena relativamente desempoeirado, que falava razoàvelmente o português e escrevia menos mal, além de que tinha feito o serviço militar, chegando a cabo — não acreditou em nós quando lhe quisemos fazer ver que certo «homem-leão» que por lá aparecera, não era mais do que um ser continuamente humano e vigarista». Vem depois a narração desse caso.

Tratava-se então dum indígena muito alto, muito magro, de cabelos muito crescidos, a formarem como que uma juba, sujo e com um ar estampado no rosto susceptível de classificação como imbecil ou como desdenhoso. Levado ao posto com fortes amarras (não fosse transformar-se em leão), a criatura tinha sido posta em tal estado pelos seus captores, que o autor do relato o fez seguir para o hospital António Enes. O homem ali melhorou e procurou evadir-se, mas foi possível reenviá-lo ao posto, donde seguiu para outra área administrativa à qual pertencia. O autor do relato refere que se viu em dificuldades para conseguir que dois cipais (nenhum queria ir sòzinho com o «homem-leão»...) o acompanhassem e guardassem nessa jornada, pois eles, aterrados,

diziam: «Quando este gente (o protagonista) fica leão, mata um cipai...». Por mais que os quisessem convencer de que — na expressão do administrador — se tratava dum vigarista, não o conseguiam. O próprio cabo de cipais declarava convictamente que a criatura era susceptível de se transformar em leão e de comer cipai... Nem perante a declaração feita pelo próprio «homem leão», a instâncias do administrador, de que era um simples ser humano que explorava a ingenuidade deles, os cipais se convenceram, e assim afirmavam que a criatura estava «a falar mentira». E lá foi enfim o homem num camião com os dois cipais o mais sòlidamente amarrado que era possível. Os cipais olhavam-se interrogativamente um ao outro, como que perguntando qual dos dois seria devorado primeiro.

Os meus amáveis ouvintes já escutaram nas palestras anteriores o bastante para ajuizarem do que deve pensar-se de casos como estes. Reproduzi, porém, parte do relato para mostrar como estas crendices estão arreigadas e são poderosas e de difícil combate.

Deixemos por agora o tema «Sociedades secretas africanas», mas não sem acentuar como, para um remédio racional e eficaz das suas consequências nocivas, para uma sua extirpação prudente e bem sucedida, se torna indispensável o conhecimento não só das suas estrutura e origem, mas também de factos psicológicos e sociais, que geralmente são menosprezados por muitos. Eu não creio que uma população se veja liberta de muitos dos seus males e encaminhada para um real e fecundo progresso por uma medicação adequada, sem que se conheçam profundamente a sua psicologia colectiva e as características da sua estrutura social. E isto aplica-se tanto a populações chamadas atrasadas como a muitas que se supõem progressivas e adiantadas. Há em todo o mundo culto um movimento em favor dos estudos de psicologia e ciência social e esses estudos, animados em grande parte por processos e orientações novas, estão fornecendo directrizes preciosas para a acção político-social e para o progresso económico.

Morreu o velho empirismo na matéria. Às ideias preconcebidas e às improvizações gratuitas sucedeu o método científico, a objectividade, postos naturalmente ao serviço do bem comum, do aperfeiçoamento humano, dos grandes ideais da Justiça e da Bondade, dos mais altos e luminosos valores do Espírito.

IV — *CONCEITO PSICOLÓGICO DO FENÓMENO SOCIAL ELEMENTAR; PROCESSOS BIOLÓGICOS, GEOGRÁFICOS, CULTURAIS, ECONÓMICOS, ETC. NA VIDA SOCIAL; SOCIOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS; CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES SEGUNDO SCHMIDT E KOPPERS; ANTROPOLOGISTAS E CIENTISTAS SOCIAIS «DO GOVERNO»; ESCOLA DE LE PLAY; ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS; NECESSIDADE DO INTERESSE NACIONAL POR ESTES ESTUDOS NA METRÓPOLE E NO ULTRAMAR.*

As considerações que fiz nas palestras anteriores sobre as sociedades secretas dos negros africanos, entre as quais tomou ùltimamente marcada notoriedade a dos Mau-Mau que abrange grande número de indígenas da tribo dos Quicuios, do Quénia, e tão grave agitação tem causado naquela colónia inglesa, essas considerações (repito) finalizaram pela minha asserção fundada de que a psicologia colectiva e a ciência social estão, ou devem estar, na base dos processos racionais de governo dos povos.

Deixemos para outro ensejo comentário breve aos progressos da psicologia social que alguns autores pretendiam identificar-se com a própria ciência social, considerando o fenómeno social essencialmente psicológico. Recordemos, por exemplo, Tarde, Le Bon, Palante e outros. Gabriel Tarde, o sociólogo e criminalista francês, afirmava mesmo que o processo social era fundamentalmente um facto psicológico de *imitação*, e enunciava «leis sociais», como a da repetição (tão estreitamente ligada à imitação), a da oposição (à primeira vista, menos consentânea com o carácter primacial da sociedade, acima de tudo de convívio, de atracção, não de repulsão entre os homens), etc. Mas, a despeito da importância crucial dos fenómenos psicológicos, a sociedade é sede de processos de outras naturezas, podendo porventura considerar-se fenómeno social elementar e específico o do agrupamento duradouro de indivíduos num espírito predominante de colaboração e auxílio mútuo, ainda que com divisão de trabalho, distribuição de funções.

Embora, na multiplicidade de aspectos da vida social, se encontrem ou, pelo menos, participem, processos de natureza diversa, como os biológicos, os geográficos, os culturais, os económicos, etc., embora certos ramos de estudos, como a antropologia, a demografia, etc., forneçam materiais importantes para o exame e apreciação dos factos sociais, embora este exame e aquela apreciação recebam o concurso de métodos fornecidos por outras ciências como as matemáticas (estatísticas; biometria) ou como a medicina, tão elucidativa para a compreensão de muitos factos da vida social, inclino-me a considerar a sociedade mais do que um simples agregado de organismos ou de almas, tendo nela a biologia ou a psicologia um papel importante, essencial, mas não exclusivo. Como no organismo, na biologia, não basta para a sua compreensão total, para o seu estudo em conjunto, o simples conhecimento dos fenómenos físico-químicos que se desenrolam nos seres vivos.

Isto não significa a ausência de partidários de que não há especificidade do facto social e de que não deve falar-se em ciência social (ou sociologia) mas em múltiplas ciências sociais, abrangendo nestas alguns ramos de estudos que têm individualidade própria, como a demografia, a linguística, a pedagogia, a geografia humana, a etnografia, a história, a arqueologia, a tecnologia, etc. Quer se considere o estudo das sociedades e dos factos sociais, como abrangendo todas aquelas disciplinas ou identificando-se apenas com uma delas — a antropologia, a biologia humana, a psicologia ou, como pretendem os marxistas, a economia — quer se admitam ou não afinidades ou identidade dos fenómenos sociais com os dos organismos vivos, com os psicológicos ou até com os da física (como queria Quételet — o qual falava mesmo numa *estática* e numa *dinâmica* sociais —), de qualquer modo, as sociedades têm uma existência própria, ainda que com ligações e raízes nos organismos que as compõem.

A verdade é que apreciar morfológica e funcionalmente uma sociedade apenas pelo aspecto ou pelo prisma dum dos ramos mencionados de estudo é considerar com unilateralidade o facto social. Mas vê-lo sob a multiplicidade de aspectos fragmentários

das disciplinas que referimos, sem um esforço de hierarquização e arrumação desses aspectos, sem uma tentativa de integração dos materiais reunidos numa síntese ou visão global, é fazer tarefa incompleta, lacunar. Aliás há que reconhecer individualidade a algumas daquelas disciplinas, métodos próprios, desenvolvimento especial, e, em vez de as incorporar na ciência social como simples capítulos, tem de se lhes atribuir um papel de simples colaboração, quase como à estatística ou à biologia.

O Padre Schmidt (¹) e o Padre Köppers, representantes categorizados da Escola Histórico-cultural de Etnografia e do Catolicismo Social, admitem dois grupos de sociedades: o das fundadas nos laços de simpatia; o das fundadas nos laços de utilidade. Admitamos ainda as que assentam nos dois fundamentos, e talvez sejam quase todas, senão todas...

Seja como for — simplesmente uma daquelas disciplinas, integração de todas, ou ramo individualizado com o concurso delas — a Ciência Social suscita hoje no mundo civilizado investigações numerosas e importantes. Os Ingleses, como já dissemos anteriormente, possuem nas suas colónias um corpo de investigadores oficiais, que chamam *colonial social scientists* (cientistas sociais coloniais), como possuem *antropologistas do governo*. Numerosas organizações existem em vários países para o estudo da matéria. Encara-se entre nós a formação de investigadores da disciplina em questão. Ainda bem. É necessário substituir à intuição, ao palpite, à improvização, à fantasia, a iniciativas isoladas e sem continuidade, a tarefa sistemática, metódica, contínua, integral, em suma verdadeiramente científica.

Com a designação precisamente de «Ciência Social» existiu em França uma revista e uma corrente doutrinária ou Escola, que, há cerca de quarenta anos estava rodeada de numerosos adeptos e cultores. Ela chegou com a sua influência ao nosso País. Fundada por Le Play e desenvolvida por Henri de Tourville, esta Escola teve certa retumbância e interessou numerosos espíritos, alguns dos quais de grande envergadura. Doutrinàriamente ela baseava-se em que a estrutura e a vida da família trabalhadora constituem a base da classificação do tipo social, pelo que o método preconizado para a investigação sociológica era o da elaboração de *monografias* daquelas famílias. A Escola da Ciência Social admitia sociedades de formação comunitária e sociedades de formação particularista, não falando nas desorganizadas com tendência num ou noutro sentido. O tipo comunitário era caracterizado pela redução da iniciativa individual, pela tendência dos indivíduos a apoiarem-se na comunidade (família patriarcal ou matriarcal, comunidade de aldeia, Estado, etc.), ao passo que na sociedade particularista a iniciativa individual e privada é intensa, a interferência da colectividade é reduzida na vida da família e do indivíduo, etc. Destas últimas sociedades eram dados como exemplos os Anglo-Saxões, os Escandinavos, etc. Das comunitárias eram exemplos os bandos nómadas das estepes, os países socialistas, o comunismo, etc. Um livro célebre, *A quoi tient la supériorité des Anglo-Saxons*, de Edmond Demolins, uma das figuras mais destacadas da Ciência Social, pretendeu demonstrar que os Anglo-Saxões possuíam a hegemonia política, económica, militar, etc., porque estavam constituídos em sociedades de formação particularista, com educação para o fortalecimento da iniciativa individual, sem a pulverização da propriedade e riqueza por virtude da sucessão forçada de pais a filhos como no regime comunitário, tendo assim cada filho de contar mais consigo próprio do que com a herança paterna... O declínio da natalidade em França era explicado nesse livro pelo carácter comunitário da França, fraca iniciativa privada, sucessão forçada referida, regime de educação em que se conta mais com outrem do que consigo mesmo...

(¹) Ao rever as provas destas palestras (Junho de 1954), já é do meu conhecimento o falecimento do P.ᵉ W. Schmidt, há poucos meses. Ainda o encontrei em Setembro de 1952 no Congresso Internacional de Antropologia em Viena, ao qual o sábio etnólogo presidiu. Recordarei aqui com saudade a sua visita a Portugal em 1940, para participar no Congresso de Ciências da População que se reuniu no Porto e se incluiu na série dos Congressos dos Centenários.

Estava eu nos últimos anos do meu curso de medicina quando estas ideias se encontravam em plena expansão. Em Portugal a Ciência Social era cultivada pelo Prof. Serras e Silva, pelo engenheiro Matos Brancamp, José Fontes, etc. O monarca Senhor D. Manuel, promoveu a vinda a Portugal dum dos mais notáveis elementos da Escola da Ciência Social, Léon Poinsard, para diagnosticar os males sociais do nosso País. Poinsard terminou o seu trabalho já com o regime republicano no País. No seu livro *Portugal desconhecido* acrescentou um capítulo sobre a proclamação da República entre nós e os seus efeitos na evolução social portuguesa. Sem o menor espírito sectário (embora a Ciência Social se inclinasse para o Catolicismo e as primeiras manifestações do novo regime fossem anticatólicas) Poinsard previu muitos dos acontecimentos subsequentes. Alguns decénios mais tarde viria a Portugal para fim idêntico outro elemento da Escola da Ciência Social, Paul Décamps, que fez novos inquéritos, muito mais numerosos, e publicou um livro também de muito interesse *Le Portugal*. Registava objectivamente a nossa... desorganização social.

Aquela corrente sociológica perdeu nos últimos tempos muito da sua influência anterior. Não tenho notícias da sua antiga revista, de livros novos dos seus adeptos. Presumo que o após-guerra de 1945 e anos seguintes forneceu grandes restrições ou reservas em relação às suas doutrinas com a evolução dos Anglo-saxões, especialmente da Inglaterra sob o governo trabalhista. Não sei o que é feito da célebre *École des Roches* que elementos daquela falange de sociólogos criaram em França: era um colégio ou estabelecimento de educação sob normas tendentes ao desenvolvimento da iniciativa particularista, do espírito de independência individual, nos respectivos alunos. Estes viviam em pequenos grupos, em pequenas casas independentes, e com responsabilidades na administração dos assuntos dos pequenos lares. Nada dos grandes dormitórios colectivos dos outros colégios, nada da total despreocupação corrente dos educandos pela marcha da administração interna, das coisas da alimentação, do arranjo doméstico, economia familiar, etc. Acabou essa Escola? Transformou-se? Não sei. O que sei

é que na minha mocidade me atraiu e interessou vivamente a sua descrição, como o outro livro de Demolins, *L'Éducation Nouvelle*. O mundo sofreu tantas voltas desde então...

Darei em palestra ulterior uma síntese das matérias que constituem objecto primacial da Ciência Social ou das Ciências Sociais de hoje. Julgo que é de alta vantagem colectiva na vida das Nações o desenvolvimento e progresso dos respectivos estudos (1). Alegrar-me-ia ver a mocidade do meu País interessada por estes. Não combato o entusiasmo pelo futebol e pelo cinema. Pelo contrário. Mas se dos entusiastas referidos 1 % — o que digo? — 1 por mil, colocasse a Ciência Social entre as suas preocupações intelectuais, que grande proveito para a nossa cultura e para o País!...

As Ciências Sociais vão desde problemas numéricos, como os demográficos, vão desde os problemas de carácter material, como os de economia, aos problemas de psicologia individual e colectiva, às mais delicadas questões da vida espiritual. É indiscutível que o conhecimento científico desses variados assuntos pode poupar os homens, pode poupar os povos e as nações a muitas incompreensões, a muitas decepções, a muitas lágrimas, a muitos sofrimentos, a prejuízos incalculáveis... Não descreio da mocidade do meu País. Confio no seu interesse por problemas de ordem colectiva, que estão na primeira plana das preocupações de todas as entidades responsáveis e dizem respeito ao destino e à felicidade das sociedades humanas.

SUMMARY

AFRICA SECRET SOCIETIES AND SOCIAL SCIENCE

This matter is of great oportunity at the moment due to the unrest in Kenya. Many wrong and dangerous ideas are running about this subject. The author mentions as an example the «lion-men» and the organization and expansion of other African secret societies, such as the *Machiol* and he stresses the difference between African masks and the civilized Carnival. He studies the geographical distribution of African secret societies, some beliefs and practices, the *Nkita of Death and Resurrection*. He also mentions the political part of those societies, as the *Mau-Mau* and its rule in the disturbances in Kenya. Also the statement of Leakey on the people of Kykuyu, at the Kenya, and the reasons for the unrest in that country.

The author then goes on to write about african secret societies, their development and adaptation the deplorable prejudices running on Negro psychology and the psychologic errors of the rulers.

Professor Mendes Corrêa studies the psychological aspect of the primary or elementary social phenomenon; the biologic, geographic, cultural and economic processes in social life, also sociology and social sciences. He further writes on the classification of societies according to Schmidt and Koppers.

The author mentions anthropologist and social scientists of the Government in some countries, and the sociological school of Le Play. He ends up with the definition of the object of social sciences and stresses the need to arise national interest of those in the Mother-country and Overseas.

---

(1) Sobre estrutura social do Portugal Metropolitano fiz em 1952 uma conferência que vai ser publicada na «Revista do Centro de Estudos Demográficos» do Instituto Nacional de Estatística. Para o nosso Ultramar há também grande carência de estudos sociológicos pròpriamente ditos. Citarei os de Carlos Eduardo de Soveral e Melo Sampaio em Angola e de Gonçalves Cota em Moçambique. Pouco mais haverá. A etnografia (geralmente nos velhos moldes) tem o predomínio.

QUELQUES ASPECTS DE LA CIVILISATION BLANCHE EN AFRIQUE DU SUD (*)

DR. MARIUS VALKHOFF

Professeur à l'Université du Witwatersrand

Il ne me semble pas inutile de rompre une lance pour la civilisation blanche en Afrique du Sud. Je ne sais pas d'autre pays où les Blancs soient aussi mal connus et aussi mal compris par l'opinion et la presse mondiales. Je connais un juge à Johannesbourg qui ne réussissait pas à réserver une chambre dans un hôtel de New York, parce que le gérant croyait que tous les Sud-Africains étaient des Noirs! Son cas n'est point isolé, mais le fait n'est pas grave: Personnellement je n'aurais aucune honte à être pris pour un de nos braves Bantous.

Ce qui est déjà plus sérieux c'est que, un peu partout dans le monde, on considère la population blanche en Afrique du Sud comme une infime minorité au milieu d'une vaste multitude d'indigènes; un peu comme les quelques milliers de colons blancs au Kenya. Cependant, le pire est que plusieurs organes et personnes influents, hors de l'Union Sud-Africaine, brodent sur cette fiction de la «poignée de blancs» et représentent les descendants des Européens et les immigrants blancs comme les derniers survivants des négriers et des esclavagistes.

Dans un monde où les colonies ont presque disparu, quelques usurpateurs Boers, essayeraient, selon ces soi-disant spécialistes, d'opprimer et d'exploiter les «malheureux Noirs». L'inventation la plus diabolique et la plus récente de ces «propriétaires d'esclaves» serait la politique d'«apartheid» de M. Malan et de son parti nationaliste. Ainsi, mes cousins hollandais ont une fâcheuse tendance à me comparer aux plus sinistres planteurs de *la Case de l'Oncle Tom*, et les nouvelles Beecher Stowe du XXe siècle remplissent les colonnes de la presse américaine, asiatique et même européenne de reportages sur l'Afrique du Sud aussi sombres et alarmants que fantaisistes. Inutile de vous dire que l'image impressionniste qu'ils brossent ne correspond pas du tout à la réalité.

(*) Conférence donnée à la Société de Géographie de Lisbonne le 12 Janvier 1954.

Au contraire, l'Union Sud-Africaine est la partie du continent noir où la colonisation blanche a été la plus ancienne en même temps que la plus intensive; l'élément blanc y est encore le plus dense de toute l'Afrique. D'ailleurs les seules régions africaines qui aient une population blanche assez importante par rapport à l'élément indigène, ce sont l'Afrique du Nord française et le Dominion sud-africain. On peut dire que là, à plus de 2 millions et demi de Blancs correspondent globalement 9 millions de Noirs, un million de métis et un tiers de million d'Indiens, ces derniers originaires de l'Inde et du Pakistan. C'est cette gamme de couleurs, allant du noir d'ébène par le brun foncé et clair à la couleur café au lait et au blanc pur, c'est cet incroyable mélange de races qui frappe le voyageur débarquant dans un des grands ports de l'Union, à Capetown ou à Durban. Or dans cette diversité de peuples c'est la race blanche qui détient, à présent, aussi bien le pouvoir que la culture. C'est là un fait historique qu'on peut expliquer et qu'on doit accepter.

Quand on ouvre le bel album des monuments historiques de l'Afrique du Sud, publié récemment par mon éminent collègue, M. van Riet Lowe (1), le premier monument que l'on rencontre c'est une croix commémorative, érigée par Bartolomeu Dias. C'est le «padrão de São Gregório», dont M. Axelson a découvert les débris en 1938, à quelque distance de Port Elisabeth. La croix restaurée se trouve actuellement dans le vestibule de la Bibliothèque de mon Université. Une copie en a été présentée au Gouvernement Portugais en 1940 et j'ai le pieux devoir de vous apporter quelques fragments de la croix authentique, de la part de l'Université du Witwatersrand et de notre Commission des Monuments Historiques. C'est lors de son premier voyage que Bartolomeu Dias marqua par cette croix la fin de sa fameuse expédition, le 12 mars 1488. Ayant doublé le Cap de la Bonne Espérance pour la première fois dans l'histoire de la navigation son équipage avait commencé à murmurer et il se vit forcé de changer la barre et de retourner. Alors, avant de rebrousser chemin, il planta ce «padrão» sur une dune du Kwaaihoek, le «Rio do Infante», comme il disait. Et l'historien Barros raconte comment Dias regardait tristement sa croix disparaître au lointain, et avait la sensation d'abandonner un fils exilé pour toujours...

Cependant, pour que l'Afrique du Sud devienne un sub-continent presque blanc, il fallut un autre événement de haute importance historique. Pour expliquer cette fortune inouïe, on cite Jean van Riebeek, le premier gouverneur du Cap. C'est lui qui, en 1652, fonda une escale permanente dans la Baie de la Table, pour la Compagnie hollandaise des Indes Orientales. Il y a deux ans, en 1952, nous avons célébré partout dans l'Union Sud-Africaine l'établissement de cette relâche. Et, en effet, son succès

(1) *The Monuments of South Africa.* 2nd Edition. Edited by C. van Riet Lowe and D. B. Malan, Pretoria, 1951.

est dû en grande partie aux mérites de Van Riebeek, qui peut-être en conçut l'idée et de toute façon la réalisa pendant les dix ans de son administration. Mais le fait est qu'il ne cherchait pas autre chose qu'une base où les navires hollandais en route pour les Indes puissent se ravitailler et faire de l'eau; là aussi les marins malades pouvaient être soignés. Une fois qu'il avait établi cette escale — cette «taverne des mers», comme on l'appelait —, et une fois qu'elle fonctionnait tant bien que mal, Van Riebeek crut avoir fait son devoir et quitta l'Afrique. C'est pourquoi ses critiques soulignent que son départ constitue une fin de carrière étrange pour un fondateur de nation et un exemple curieux pour les colons et les immigrants qui plus tard bâtirent l'Union Sud-Africaine. Ses admirateurs allèguent, outre ses qualités de chef et d'administrateur évidentes, ses deux grandes décisions de 1652 et de 1657. C'est-à-dire la fondation même de la base de Kaapstad et le commencement de la colonisation des «vryburgers» ou citoyens libres, cinq ans plus tard.

En effet, ce ne sont pas les fonctionnaires de la Compagnie des Indes Orientales qui sont ensuite responsables de la colonisation blanche, mais bien plutôt ces colons nouveaux, ces «vryburgers» ou citoyens libres. Ils avaient quitté le service de la Compagnie sur ses instances et avec son consentement, ou bien ils avaient reçu pour d'autres raisons un permis spécial. D'abord ils se fixèrent comme artisans, marchands ou horticulteurs autour de la Baie de la Table. Mais bientôt un certain nombre d'entre eux traversa la plaine de sable qui sépare le massif de la Montagne de la Table des montagnes de l'intérieur. Surtout après l'arrivée, en 1688, de nombreuses familles de Huguenots français — chassés de leur pays par la Révocation de l'Édit de Nantes —, surtout après l'établissement de ces protestants français, les villages de Stellenbosch, de Drakenstein et de Fransch Hoek prennent leur essor; le nom du dernier village signifie d'ailleurs «coin français»! Leurs habitants étaient principalement des paysans qui se livraient à l'agriculture et à la viticulture. Ce furent les Huguenots qui ont apporté leurs vignes de France, et quelques-uns des bons vins du Cap portent encore des noms de propriétés françaises, «Lanzerac», «La Gratitude» ou «La Résidence».

Cependant, au début du XVIII^e siècle, nous assistons à un mouvement de migration blanche de grande envergure. Il se dirige vers l'intérieur du pays et aussi le long des côtes orientale et occidentale. Ce sont des éleveurs blancs, maintenant, qui avec leurs troupeaux essaiment de plus en plus loin du Cap. Ils obtiennent des baux à fermes du gouvernement de Kaapstad, mais leurs ranchos n'ont rien de stable, et avec leurs voitures à boeufs, ils voyagent d'un pâturage à l'autre. Bien vite, ils échappent entièrement à l'autorité de la Compagnie des Indes Orientales. Ils font le trafic de bestiaux avec les indigènes, les Hottentots, qui ne leur causent pas trop de difficultés. Ils se battent continuellement avec les Boschimans, d'autres indigènes, qui sont au contraire extrêmement sauvages et dangereux. Pour les travaux des champs, ils se servent des Hottentots et des esclaves noirs et bruns, importés par la Compagnie. Rien n'arrête la marche de ces pionniers, pendant plusieurs dizaines d'années. Ainsi, à la fin du XVIII^e siècle, ils ont atteint le Great Fish River, qui resta longtemps la frontière orientale

de l'actuelle province du Cap, et ils ont dépassé le Karoo, le grand demi-désert qui s'étend entre les montagnes du Cap et les savannes du Nord. Mais là, au Great Fish River, nos éleveurs migrateurs, nos «trekboere» se heurtent aux Cafres ou Bantous, qui arrivent de la direction opposée. A l'inverse des Hottentots dégénérés et des Boschimans on ne peut plus primitifs, les Bantous, qui sont des nègres, ont une certaine culture de leur cru et constituent des adversaires de taille pour nos éleveurs.

Ces paysans migrateurs menaient à peu près la vie qui leur plaisait dans leur «Wild North» ou «Wild East» sud-africains, tout comme aux Etats-Unis les colonisateurs du «Wild West» américain. Ils suivaient leurs propres lois et faisaient leur propre peut plus primitifs, les Bantous, qui sont des nègres, ont une certaine culture de leur justice. Le seul livre qu'ils aient emporté, était la vieille Bible néerlandaise, et c'est là dedans que leurs enfants apprenaient à lire. C'est l'entourage de la jungle, les contacts avec les gens de couleur, qu'ils jugeaient bien inférieurs à eux-mêmes, l'indépendance et l'isolement qui ont formé ces pionniers de la brousse. Ici, dans les régions sauvages de la Colonie du Cap, au XVIII[e] siècle, la nationalité Boer et peut-être aussi la langue afrikaans sont nées; les établissements plus réguliers de la ville du Cap et de Stellenbosch et de leurs environs ont du d'ailleurs y avoir leur part. Mais, comme nous allons le voir bientôt, la vie de la brousse a trempé les colons blancs et leur a donné une empreinte indélibile. Et cela est tellement vrai que leur caractère se laisse comparer à celui des Afrikaners actuels.

Aussi mon distingué collègue M. MacCrone a-t-il pu montrer, dans un ouvrage fort original sur les *Attitudes raciales en Afrique du Sud* [2], que dès le XVIII[e] siècle les Boers du «Wild East» ou du «Wild North» présentaient déjà les mêmes traits de caractère que leurs descendants du XIX[e] siècle et les Afrikaners actuels. Selon lui, c'est leur foi chrétienne et leur ascendance blanche qui soutenaient ces pionniers de la brousse au milieu de la barbarie. A tort ou à raison, la conscience d'être blancs et chrétiens parmi une population de couleur et païenne les a empêchés de devenir des sauvages eux-mêmes. Si au XVII[e] siècle les mariages mixtes et les rapports sexuels entre blancs et indigènes avaient été fréquents, au Cap, les Boers du «Wild East» et du «Wild North» commençaient déjà à pratiquer l'«apartheid» au point de vue matrimonial. Les meilleurs d'entre eux auraient perdu la foi en leur propre supériorité de chrétiens blancs et auraient cru s'encanailler et se perdre, s'ils s'étaient mêlés à leurs servantes ou à leurs esclaves. Les exceptions ne manquent pas, mais elles ne semblent que confirmer la règle générale qui s'impose de plus en plus.

Du reste, nous rencontrons déjà au XVIII[e] siècle des exemples curieux de ce sentiment de supériorité raciale et des conflits qui en naissent. Ainsi, en 1788, à Stellenbosch, les soldats blancs d'une compagnie armée refusèrent de servir avec un

[2] *Race attitudes in South Africa*, Johannesburg, 1937.

caporal nouvellement promu parce qu'il serait «noirâtre et d'origine païenne», comme ils disaient. Néanmoins ces mêmes frères d'armes du caporal déclaraient aussi qu'ils seraient disposés à l'accepter de nouveau comme simple soldat. La chose fut jugée assez importante pour que le bailli de Stellenbosch la rapporte au gouvernement du Cap. — Outre ces compagnies de Blancs et des groupes de travailleurs militaires esclaves, le gouvernement du Cap avait créé aussi un corps libre de métis. Or, en 1790, nous avons la protestation indignée d'un père blanc, marié à une femme de couleur, chrétienne et esclave libérée. Il proteste contre l'incorporation de son fils dans ce corps de métis. Selon lui, le fils étant né d'un mariage chrétien, n'appartiendrait pas à la catégorie à laquelle était destiné le corps libre, puisque les métis étaient tous des enfants illégitimes. Vous remarquerez que les complications raciales de l'Union Sud-Africaine ne datent point d'aujourd'hui!

Voici pour terminer ce chapitre la description peu flatteuse, mais assez véridique que fit des Boers du district de Graaf Reinet Heinrich Lichtenstein, un grand voyageur allemand qui visita ces parages en 1804:

«L'isolement absolu de ces colons du monde extérieur et de la vie civilisée, le fait d'être limités au petit cercle de leurs propres familles, la facilité dont les premières nécessités de la vie sont satisfaites, leur sont fort nuisibles à plusieurs points de vue. Malgré la simplicité de leurs mœurs, la pureté de leur morale en général, et leur ignorance de plusieurs grands crimes qui se commettent parmi les nations européennes, ils apparaissent dans l'ensemble sous une lumière plutôt défavorable que favorable, même à l'observateur impartial. L'égoïsme, l'anarchie, l'audace excessive («hardiness»), l'intolérance et une soif de vengeance sont les défauts principaux de leur caractère, qui, à notre avis, ne sont guère compensés par une tendance à être vite contentés, par une parcimonie pourtant combinée d'une hospitalité illimitée, un ferme attachement à la vérité et un grand respect pour la religion. Mais ce qui doit être réprouvé le plus dans le caractère de certains d'entre eux c'est la dureté avec laquelle ils traitent leurs esclaves et Hottentots, et en d'autres l'amertume et l'animosité irréconciliables avec lesquelles ils mènent leurs querelles personnelles» [3].

Quand nous écoutons ainsi Liechtenstein, il ne faut pas perdre de vue deux facteurs importants, ou deux circonstances atténuantes, si vous voulez. D'abord tout groupe de pionniers qui se trouve dans les circonstances de nos Boers migrateurs du XVIII[e] siècle, a une tendance à développer ce que M. MacCrone appelle «a frontier mentality», une mentalité de frontaliers. On l'observe également chez les pionniers américains qui colonisaient le «Middle West» et le «Far West». Ils combattaient les Peaux-Rouges, comme les Boers les Boschimans, et plus tard ils avaient à employer une main d'œuvre d'esclaves, tout comme eux. Je suis sûr que, si l'on étudiait les divers aspects de la mentalité des citoyens blancs des Etats-Unis du Sud, on y retrouverait, sous une forme

[3] MacCrone, op. cit., p. 109.

mitigée, certains des traits de caractères des anciens pionniers. Ceci m'amène à mon deuxième point. En Afrique du Sud, comme aux Etats-Unis, les pionniers, après avoir conquis et colonisé le pays, ont été suivis par d'autres générations qui se sont de plus en plus civilisées. Ainsi le processus de civilisation a tendu à effacer les anciens défauts et a maintenu ou accentué les anciennes qualités, mais pas assez pour qu'on ne reconnaisse pas parfois des traces des défauts primitifs. Voilà pourquoi le passage de Lichtenstein avait son intérêt pour nous, mais voilà aussi pourquoi il ne pouvait pas se passer de commentaire.

Cette opinion de la naissance de la nation sud-africaine au XVIII^e siècle n'est pas généralement acceptée. Les Afrikaners actuels préfèrent se considérer comme les descendants directs des «Voortrekkers», c'est-à-dire des pionniers qui colonisèrent l'Etat Libre d'Orange, le Transvaal et une partie du Natal, à partir de 1835 environ. Je ne veux en rien diminuer l'importance de ces «Voortrekkers», qui secouèrent le joug anglais et occupèrent les régions sauvages au Nord de l'Orange et du Vaal et au delà de la chaîne des Drakensberge. Ils ne pouvaient plus supporter les tracasseries et la politique humanitaire du gouvernement anglais de Capetown, qui avait une tendance à favoriser les indigènes au dépens des Boers.

Ces derniers préférèrent l'indépendance a l'anglicisation et la brousse au confort et à l'humanitarisme anglo-saxons. L'action de ces nouveaux pionniers a été bien plus puissante que celle des nos colons migrateurs de la Colonie du Cap, les «trekboere». Elle a même eu une double conséquence et a ainsi entièrement changé l'orientation de la civilisation blanche en Afrique du Sud.

D'abord c'est grâce aux «Voortrekkers» que la civilisation blanche s'est implantée sur de vastes étendues qui sans eux seraient restées incultes. De nos jours encore leur empreinte peut être nettement saisie dans les districtes ruraux de l'Orange et du Transvaal. Les Boers, ou «Afrikaners», comme on aime à dire aujourd'hui, se seraient indubitablement anglicisés, si tous étaient restés sous la domination anglaise, dans la Province du Cap. Mais une fois que les «Voortrekkers» s'étaient organisés dans les républiques Boers, les Afrikaners de la Colonie du Cap et du Natal se sentaient inspirés et soutenus par l'exemple de leurs frères de l'autre côté de l'Orange ou des Drakensberge. La langue et la littérature néerlandaises étaient sauvées, ne fût-ce que sous une forme entièrement modifiée. En outre, le territoire de la civilisation blanche en Afrique du Sud avait plus que doublé. Vous le voyez, les «Voortrekkers» ont certainement mérité le monument massif, qui de nos jours leur a été érigé au sommet de la plus haute colline de Pretoria.

Tout cela étant vrai, il n'empêche que la nationalité sud-africaine s'est formée pendant la période hollandaise et non pas pendant la période anglaise. Toutefois, pendant cette deuxième période, un fort élément anglais s'est ajouté aux eléments constitutifs hollandais, français et allemand, et l'anglais est devenu la première langue du pays, à côté du néerlandais. Mais aussitôt que l'Empire Britannique a commencé à décliner, dans le 2^e quart de ce XX^e siècle, les Boers ont repris le dessus et l'afrikaans s'est imposé comme langue officielle à côté de l'anglais; et en même temps il a supplanté le néerlandais, qui déjà n'était plus guère parlé.

Après avoir étudié les origines de la civilisation blanche en Afrique du Sud, il convient de parler de sa plus grande performance culturelle, à savoir la littérature en afrikaans. La naissance de cette littérature est aussi soudaine et inattendue que celle de la langue sud-africaine, l'«afrikaans». Vers 1860, nous voyons pour la première fois l'afrikaans employé comme langue écrite. Il ne s'agit pas encore d'œuvres littéraires, mais de pamphlets politiques, de livres pour enfants et de quelques petites poésies. C'est à la fin du siècle dernier seulement que nous rencontrons les premières œuvres en afrikaans. Alors naît ce qu'on est convenu d'appeler le Premier Mouvement linguistique. Le pasteur S.-J. Du Toit, descendant de réfugiés français, fonda le premier hebdomadaire en afrikaans, *Di Patriot*, pour défendre la langue vulgaire contre le néerlandais. L'opposition était formidable, car le néerlandais était la langue de la vieille Bible des pionniers et des Voortrekkers. C'était aussi une langue qui avait une littérature vieille de six siècles, tandis que l'afrikaans ne possédait pratiquement rien en matière de littérature. Mais malgré ce handicap et en moins d'un demi-siècle, une littérature sud-africaine a pris forme, et elle est déjà représentée par quelques très bons poètes et conteurs.

Pour mesurer la distance franchie entre la fondation de *Di Patriot* et nos jours, faisons observer que le fils du pasteur S.-J. Du Toit était devenu un des plus grands poètes en afrikaans. Il avait pris le nom de plume latinisé de Totius et a écrit une délicate poésie chrétienne; il a traduit aussi les psaumes en afrikaans. Or, Totius est mort, l'année dernière, couvert de gloire, docteur honoris causa de l'Université anglaise du Witwatersrand et chancelier lui-même de la petite université calviniste de Potchefstroom. Au moment de sa mort, la langue véhiculaire était l'afrikaans non seulement à Potchefstroom, mais également aux universités de Stellenbosch, de Pretoria et de Bloemfontein. Beaucoup de manuels employés dans ces universités sont imprimés dans cette langue nouvelle, et une presse et une radio répandent l'afrikaans dans toutes les couches de la population, même sous forme de revues scientifiques ou culturelles ou sous forme de conférences sérieuses. Dans les universités anglaises, celles du Witwatersrand, du Cap, de Grahamstown et de Durban-Pietermaritzburg, la langue et la littérature afrikaans sont une matière d'enseignement importante et la plupart des professeurs savent l'afrikaans. On peut dire sans exagération que cette littérature et cette langue nouvelles ont fait leurs preuves et qu'elles sont devenues, au même degré que l'anglais, l'expression linguistique et littéraire de la civilisation blanche en Afrique du Sud.

A première vue, cela peut paraître une défaite pour la langue et la littérature néerlandaises, le «Hoog-Hollands» ou «haut-hollandais», comme disaient les Boers. Mais pour qui examine la situation linguistique en Afrique du Sud au XIX^e siècle, il est évident que l'adoption de l'afrikaans a été le seul moyen de sauver le néerlandais, ne fût-ce que sous cette forme modifiée. A cette époque, la langue parlée et la langue écrite, à savoir l'afrikaans et le hollandais, étaient devenus si distinctes l'une de l'autre que cette dernière devait s'apprendre presque comme une langue étrangère. Dès lors, il semblait à

la fois plus pratique et plus avantageux de n'utiliser que l'anglais comme langue écrite. Pour ma part, j'ai connu au Cap, encore en 1931, des Afrikaners qui parlaient couramment l'afrikaans — bien qu'un afrikaans quelque peu anglicisé — mais qui ne savaient écrire que l'anglais. Il est clair qu'une telle situation aurait abouti irrémédiablement à la disparition complète de l'afrikaans comme langue parlée. Dans la 2e moitié du siècle dernier, on se trouvait devant l'alternative suivante: ou bien être anglicisés en maintenant le «haut-hollandais», d'allure solennelle, ou bien garder sa personnalité en adoptant l'afrikaans vulgaire. Comme en tout temps, il y avait alors de nombreux intransigeants qui préféraient une belle fin à un utile compromis. Heureusement le bon sens a triomphé, et il était d'ailleurs grand temps, car C. P. Hoogerhout, un des premiers poètes sud-africains, écrivait déjà:

«Anglais! Anglais! Tout est anglais! Tout ce qu'on voit et entend;
Dans nos écoles et nos églises, notre langue agonise.
Hélas! Comme on abâtardit notre peuple, et nos maîtres y contribuent.
Le hollandais encore utilisé dans certaines écoles? Mensonge, vain mot!
Qui ne se laisse pas angliciser est injurié et insulté.
Partout, c'est le même mal, jusqu'en Orange et au Transvaal.
«C'est le progrès», nous crie-t-on, «c'est la venue de la civilisation!»
Qui n'y veut point croire, retarde et se sent ridicule!»

Ce n'est pas mon intention de vous présenter la littérature sud-africaine sous ses deux aspects, afrikaans et anglais. Il me faudrait plusieurs conférences pour donner une image tant soit peu complète des auteurs afrikaners et de leurs productions littéraires. Et les auteurs anglais de l'Afrique du Sud mériteraient sans aucun doute qu'on s'occupe d'eux. Ils ont créé une littérature sud-africaine d'expression anglaise, malgré le fait qu'ils sont fortement handicapés par l'existence de tant de redoutables concurrents britaniques et américains. Aussi certains d'entre eux se sont-ils tournés vers l'afrikaans et écrivent dans cette langue qui n'est pas entièrement la leur. C'est le cas entre autres des Frères Hobson, à qui nous devons d'excellentes histoires romancées d'animaux: de chacals et de babouins surtout. — Qu'il me suffise donc d'attirer votre attention sur deux grands moments de la litérature en afrikaans; son premier essor et son état actuel.

Au fond, c'est la Guerre anglo-boer de 1899-1902 et la défaite imméritée qui ont réveillé la conscience nationale des Afrikaners et ont stimulé leurs talents littéraires. Les meilleurs poètes — Eugène Marais, Celliers, Totius et D. F. Malherbe, tous d'origine française — commencent alors à chanter les événements et les héros de la guerre, les victimes des camps de concentration et d'autres sujets capables de ranimer les sentiments nationaux. Il y a encore beaucoup de romantisme facile dans bien des poèmes, mais le hasard avait voulu que cette génération du début du siècle produise tout une série de poètes nés. Aux quatre noms que je viens de mentionner, l'on pourrait

en ajouter facilement d'autres, et si l'on feuillette une anthologie de leurs meilleurs poèmes, l'on ne manque pas de rester charmé.

De nos jours, cette littérature a atteint à peu près un niveau européen. Tous les genres sont représentés, mais les Afrikaners excellent toujours dans le poème et le conte. La période «héroïque» du début du siècle est dépassée, mais les auteurs ont gardé une tendance à décrire la vie des Boers à la campagne, leurs difficultés d'adoption dans les grandes villes industrielles, des scènes de chasse ou de jungle. De plus, la vie des naturels a fourni aussi à plusieurs une source d'inspiration féconde: là, Eugène Marais avait déjà donné l'exemple. Cependant, c'est en général les Noirs à l'état plus ou moins sauvage qui ont attiré les écrivains. Il faut nous tourner vers la littérature sud-africaine d'expression anglaise, pour trouver un romancier qui ose traiter le sujet ingrat de la démoralisation des Bantous par la métropole; je pense au roman bien connu: *Pleure, mon pays bien aimé*, par Alan Paton. Ce n'est pas dire que la littérature purement psychologique, comme les Français aiment à la pratiquer, ne trouve pas d'adeptes parmi les Afrikaners. Surtout ceux qui ont fait des études dans des universités européennes ou qui en général ont voyagé ou séjourné hors de leur pays, représentent cette tendance; ici je cite, entre plusieurs autres, les poètes Uys Krige et N. P. van Wyk Louw, le premier correspondant de journaux sud-africains en Europe, le second professeur de langue et de littérature afrikaans à l'Université d'Amsterdam.

Il existe aussi quelques bonnes revues littéraires en afrikaans, comme *Standpunte* (Points de vue) à Capetown, et la *Tydskrif vir Letterkunde* (Revue de Littérature) à Johannesbourg. *Standpunte* est assez cosmopolite et publie aussi des contributions en anglais; la *Tydskrif vir Letterkunde*, est l'organe du Pen-club afrikaans du Transvaal et représente mieux le courant traditionnaliste de la littérature afrikaans. Le rédacteur en chef est mon collègue et ami M. C.-M. Van den Heever qui, outre chef de la Section d'afrikaans et de néerlandais à l'Université du Witwatersrand, est aussi un poète et un conteur charmant. Si le temps me l'avait permis, je vous aurais presenté un de ces contes et vous en aurais lu des fragments. Il y aurait bien plus de noms à mentionner et bien plus d'œuvres à analyser — je ne me le dissimule point —. Mais je dois rester dans le cadre de mon sujet, et la littérature n'est qu'*une* des manifestations de la civilisation blanche, quoique ce soit une manifestation de première importance.

A présent, il n'y a non seulement une littérature en Afrique du Sud, mais aussi une science, une peinture, une sculpture, une architecture et même une musique sud-africaines. Toutefois la littérature est indéniablement le plus intéressant de tous les arts pratiqués en Afrique du Sud; c'est pourquoi je me suis de préférence arrêté à elle.

Passons maintenant à une autre manifestation de la civilisation blanche en Afrique du Sud, une manifestation qui a fait beaucoup de bruit hors des frontières du pays. Je veux dire la conception de la ségrégation raciale ou la politique d'«apartheid», pour nous servir de la traduction en afrikaans. L'«apartheid» est la politique qui veut donner à chacune des races de l'Union Sud-Africaine un développement spécial à l'intérieur

d'un milieu à elle, en outre une représentation politique particulière à ce groupe racial et finalement aussi des résidences et des territoires propres à chacune des différentes races. Selon ses promoteurs ce mouvement doit être d'abord dirigé par la race blanche, puisque celle-ci est la plus civilisée et détient le pouvoir. Mais l'intention des partisans sincères de l'apartheid est de donner graduellement à chaque race la plus grande autonomie possible dans sa propre ambiance et son propre habitat. Si elle est conçue de cette manière, on ne peut pas prétendre que cette «apartheid»-là soit injuste.

Il est vrai qu'elle est inspiré par une attitude sociale qui découle directement du sentiment de supériorité de la race blanche. Et ce sentiment-là remonte à son tour aux «trekboere» et aux autres colons blancs du XVIII[e] siècle, comme nous avons vu tantôt. Née parmi les «citoyens libres» de la Colonie du Cap, cette notion de l'apartheid est passée par les «Vootrekkers» du XIX[e] siècle aux Afrikaners nationalistes d'aujourd'hui. Ce sont eux qui sont au pouvoir depuis 1948 et qui essaient maintenant d'appliquer d'une manière conséquente la vieille politique de ségrégation raciale des gouvernements anglais précédents. De là son actualité.

Cependant ce serait une erreur de penser que l'apartheid soit propre aux seuls Afrikaners: Elle est aussi fortement répandue parmi les Sud-Africains anglais. N'oublions pas qu'il y a eu de tout temps parmi les colonisateurs anglais deux tendances: la tendance impérialiste des conquérants et la tendanse humanitaire des missionnaires. C'est la sentence pessimiste de Rudyard Kipling contre la parole de l'Evangile, le «East is East and West is West and never the twain shall meet» (L'Orient c'est l'Orient, et l'Occident c'est l'Occident, et jamais les deux ne doivent se rencontrer) contre le «Aime ton prochain comme toi-même».

A ce sujet, je vais vous raconter une expérience personnelle, qui est caractéristique. Il y a un peu plus d'un an, je passais mes vacances dans un hôtel du Basoutoland. Quelques chefs Basoutos, habillés à l'européenne, venaient d'y déjeuner dans une tonnelle du jardin. Poussé par ma curiosité, je demandai à un groupe d'hôtes, avec qui je prenais le thé, s'ils auraient admis ces chefs Basoutos à une table séparée dans notre salle à manger. La réaction de mon auditoire anglais fut unanime: tous se seraient levés de table par protestation, s'ils avaient dû déjeuner en présence de quelques Noirs, même civilisés. Certains de mes interlocuteurs furent même indignés que j'ose poser une question aussi scabreuse. Or, remarquez que cela ne se passait pas dans l'Union Sud-Africaine, mais dans un protectorat anglais voisin!

Pour revenir à notre point de départ, à cause de la sincérité des gouvernants Afrikaners actuels et à cause aussi d'un certain doctrinarisme de leur part — peut-être d'origine calviniste —, tout une partie des membres de l'O. N. U. se prend à morigéner annuellement la pauvre Union Sud-Africaine. Ailleurs dans le continent africain, il ne manque pas de guichets spéciaux pour indigènes dans les bureaux de poste et les gares, mais on ne parle que de ceux de l'Afrique du Sud; partout ailleurs, il y a des quartiers noirs plus ou moins misérables dans les grandes villes industrielles, mais on ne blâme que ceux de Johannesbourg; en dehors de l'Union Sud-Africaine les écoles ou les cinémas

séparés pour Blancs et pour indigènes sont la règle, mais la presse mondiale ne voit que ceux de l'Afrique du Sud et les condamne comme une injustice et un anachronisme uniques.

D'ailleurs, il n'y a pas que la politique d'apartheid en Afrique du Sud, bien que la plupart des Blancs y adhérent. Depuis un an environ, un petit groupe d'idéalistes défend une alternative conséquente de la ségregation raciale, c'est la politique de l'émancipation graduelle des indigènes. D'après ce qui précède, il est clair que nous ne la trouverons guère représentée au sein du grand parti d'opposition et d'inspiration anglaise, le Parti Uni. Non, c'est le nouveau Parti Libéral, fondé en 1953, qui poursuit le plus purement la politique de l'émancipation graduelle. Il prêche l'égalité politique de tous les humains quelles que soient leur race, couleur de peau ou religion. Il souligne aussi le droit de tout homme à se développer et à occuper toute profession qui lui convienne, où que ce soit. Ceci a pour conséquence que personne ne pourra être exclue du gouvernement et des administrations locales et que ceux-ci devraient donc comprendre à l'avenir des Noirs et des Métis à côté de Blancs. Le Parti Libéral veut en outre abolir graduellement toutes les mesures discriminatoires à l'égard des gens de couleur. Il propose particulièrement de leur accorder le droit d'association et de leur permettre de former des syndicats noirs. Peut-être le point de programme qui va le plus loin, est celui qui demande que tous les citoyens de l'Union, indépendamment de leur couleur, soient portés sur une liste électorale commune; du moins, pour autant qu'ils soient dûment qualifiés («suitably qualified»). Pour atteindre ces buts, il faudra éduquer les masses en leur apprenant à se gouverner eux-mêmes et essayer de former avant tout des élites de toutes les races. — Cependant la mentalité des Blancs d'Afrique du Sud est encore fort éloignée d'accepter ces idées progressistes, et il passera beaucoup d'eau sous les ponts du Vaal et de l'Orange avant qu'un revirement d'opinion se produise en ce sens!

Terminons par une dernière grande performance de la civilisation blanche, et celle qui saute le plus aux yeux; je pense à la technique et à l'organisation. Quand l'étranger débarque à Capetown ou atterrit à Johannesboug, il se croit arrivé dans une grande ville anglaise ou américaine. Là où les vieux Johannesbourgeois se rappellent encore avoir chassé le lion, s'étendent maintenant des de luxueux quartiers résidentiels et passent des trolleybus. Là où, il y a soixante ans, ne se trouvait qu'un kraal de Naturels, sont situés à présent le café-restaurant et le théâtre-cabaret de Northcliff, au pied d'un château d'eau. Et même ce nom de Northcliff a remplacé celui, donné par les Voortrekkers, de Aasvoëlkop, c'est-à-dire «colline aux vautours». Au dessous des gratte-ciel de la «city» de Johannesbourg, les magasins les plus modernes montrent leurs articles attrayants, et l'on peut acheter les dernières nouveautés parues à Londres ou à New York dans les nombreuses librairies de Capetown, de Durban, de Johannesbourg ou de Pretoria. Ils ont leurs théâtres, leurs cinémas et leurs music-halls, comme toute grande ville américaine ou européenne digne de ce nom.

Le voyageur n'a qu'à aller dans un des protectorats anglais, le Basoutoland, le

Béchouanaland ou le Swaziland, pour mesurer la distance qui sépare encore la civilisation blanche de la civilisation noire.

Si l'on fait abstraction de ses paysages particuliers, de son climat ensoleillé et de ses nombreux habitants de couleur, l'Afrique du Sud ne se distingue en presque rien d'un pays européen. Le voyageur qui longe ses côtes, traverse ses montagnes en auto ou dans le train ou survole ses demi-déserts, arrive au port, à la gare, à l'aérodrome ou à l'hôtel, comme dans tout autre pays blanc, et y trouve le même confort. Ne croyez pas que je veuille vous faire de la propagande touristique pour ce beau pays. Ce que je voudrais seulement vous faire saisir c'est que les deux millions et demi de blancs ont façonné cette jeune nation et l'ont organisée sur l'exemple d'une démocratie ouest-européenne. Ils lui ont donné aussi une forme de gouvernement, une justice et une police qui rendent possible la vie en commun dans une vraie mosaïque de races. Si le gouvernement actuel prend des mesures sévères contre les agitateurs communistes ou communisants, c'est qu'il ne peut pas se permettre de laisser miner cet édifice encore jeune et fragile.

Il est vrai que les avantages techniques et administratifs profitent, jusqu'ici, plus aux Blancs qu'aux indigènes. Mais tous les partis poltiques sont d'accord pour élever les naturels et rehausser leur état social. Au point de vue matériel, l'Union Sud-Africaine dépense déjà pour eux par tête plus qu'aucun autre pays de l'Afrique! Tous les partis cherchent aussi une solution qui permette la cohabitation paisible de toutes les races dans cette Union, qui a pour devise «Ex unitate vires»! Cette solution doit être trouvée dans l'évolution et l'ordre, car autrement elle mettrait en danger les vies des deux millions et demi de Blancs et avec eux toute la civilisation blanche qu'ils ont bâtie. D'autre part, il est également impossible d'éluder cette solution, parce que les neuf millions de Bantous commencent à la chercher aussi, et même de plus en plus; je parle de ceux d'entre eux qui réfléchissent.

Voilà quelques aspects de la civilisation blanche en Afrique du Sud et les données principales du problème de son maintien dans une société multi-raciale.

Le Maréchal Smuts avait la coutume de dire qu'il fallait laisser quelque chose à accomplir aux générations futures. C'est là une parole de sage et de conservateur. Mais à présent et devant le problème que nous considérions, sa pensée prend un sens nouveau: Les générations futures de l'Afrique du Sud auront en effet un devoir grandiose à accomplir, celui de bâtir une nation unie, harmonieuse et paisible. Souhaitons-leur qu'elles y réussissent, tout en conservant ce que la civilisation blanche avait de mieux et de plus positif.

SUMMARY

SOME ASPECTS OF WHITE CIVILIZATION IN SOUTH AFRICA

Prof. Valkhoff began his article by paying hommage to the great Portuguese navigators who opened the South of Africa to white colonization. He then gave a general idea of that colonization begun in 1652 with the arrival of the Dutch at the Cape. Five years later, Jan van Riebeeck, first Governor of the Cape brought into being the institution of free farmers. Those, together with new emigrants such as the French Huguenots, founded the villages of Stellenbosh, Drakenstein, Fransch Hoek and in the 18th century colonized what is now the Cape Province. This was the beginning of the South African nation.

At the time the whites from the south started north, the Bantus migrated from north to south. The clash of those two races took place in the 19th century. The original inhabitants, the Hottentots and Bushmen, were merged in.

In the 19th century strong groups of Boer pioneers, also known as Voortrekkers left the Cape Colony which had become English in 1806, and opened to white civilization what is now known as the Orange Free State, Transvaal and Natal. The way was prepared for the creation in 1910 of the Union of South Africa.

After this historical suming up the author dealt with some aspects of white civilization in South Africa calling attention to the number of inhabitants: 2.750.000 whites, 9.000.000 Bantus, 1.000.000 half castes and a third of a million from India.

One of the chief traits of white civilization, in South Africa — stated the writer of the article — is the new language of the «Boers» or «Africanders» to which has been given the name of Afrikaans or Africander. It is a kind of simplified Dutch and is one of the two official languages of the Union, the other being English. The birth of Africander and its Literature is almost a miracle. It a started to be written only a century ago and immediately began to take the place of Dutch, only understood by the younger generations. Africander Literature, born fifty years ago has risen to European level due to several poets and writers of real worth.

The author went on to explain the policy of separate races or Apartheid, translation into Africander of the English meaning. That policy was already followed in the 18th century by farmers who colonized the Cape Province and also by Voortrekker pioneers and English colonists. Prof. Valkhoff emphasized that this policy, of seeming disadvantage to the negros aims at an eventual territorial separation which will offer the same conditions of development for white and coloured people alike, each in his own land. The author dealt with the alternative policy defended by the recently created Liberal Party who desire a gradual but total emancipation of coloured people *among* the whites. The future will show which of those two policies, that of the Liberal Party or of the National Party will win in the end.

The United Party, led by English speaking South Africans and at present the Opposition in Parliment, is devided between those two trends.

White civilization in South Africa lies in its administrative and technical work. It is like western Europe, a fact noted by visitors. Cape Town seems a great and beautiful English town with Table Mountain in the background. Johanesburg is more like an American city surrounded by beautiful suburbs. Pretoria is welcoming and the traditions of President Kruger are still felt. Almost everything in South Africa looks western — it is a great well ordered country thanks to a strong Government and the wish of the great majority of its inhabitants to guard their civilization from communist agitators.

Prof. Valkhoff ended optimistically: Thanks to their wish to keep on, and at the same time to the Government and Opposition being aware that an opportunity must be given to the natives, the Union of South Africa — he says — is taking the road that leads to a great future.

MACAU NA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS (*)

DR. CARLOS A. G. ESTORNINHO

Estabelecida por volta de 1552 e integrada definitivamente no território de Portugal em 1557, Macau passou logo a constituir um centro marítimo-mercantil de primeira grandeza — um porto e entreposto obrigatório para o nascente comércio e navegação do Ocidente com o Oriente e da China com o Japão.

Habitada por uma poderosa, próspera e dinâmica burguesia comercial — a vida da nova cidade depressa se organizou segundo os moldes sociais e económicos das repúblicas urbanas do Mediterrâneo, transformando-se numa Veneza do Extremo Oriente.

A República Urbana de Macau foi, pela sua constituição político-social, o primeiro estado democrático de toda a Ásia. Governada sucessivamente pelo Capitão-mor da Viagem do Japão, pelo Capitão-geral e pelo Governador, todos de nomeação régia, em breve a autoridade de qualquer deles se limitou apenas a assuntos de guarnição, porquanto os moradores, ciosos da sua liberdade e independência de acção, conseguiram arrebatar para as suas mãos a administração política e civil, económica e financeira da res-pública, instituindo em 1583 o célebre «Senado da Câmara», constituído por membros livremente eleitos pelos mercadores e recaindo a presidência sobre cada um dos vereadores por rotação anual.

Com a sua sólida organização política, com o seu espantoso desenvolvimento marítimo e comercial, Macau foi simultâneamente um centro cultural e espiritual de primeira grandeza, do mundo Ocidental no Oriental. Em 1575, isto é, escassos 20 anos após o nosso estabelecimento ali — o Papa Gregório XIII, pela Bula «Super Specula Militantis Ecclesiae», fundou a Diocese de Macau, com jurisdição sobre toda a China, o Japão e a Coreia. A cidade foi assim a capital da fé e do espírito lusíada no Extremo Oriente, dela irradiando os nossos missionários-humanistas para as incógnitas

(*) Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 22 de Maio de 1953.

terras do Grão Cataio e do Mikado, a fim de espalhar entre os gentios não só a doutrina do amor, da liberdade, da justiça e da bondade ensinada por Cristo, como ainda a cultura, a civilização e os progressos científicos e técnicos de que éramos portadores. Por outro lado, os nossos missionários-humanistas dedicaram-se interessadamente à observação e ao estudo da civilização e cultura, usos e costumes dos povos juntos dos quais exerciam a sua acção evangelizadora e humanitária, cultural e espiritual, tornando-os conhecidos no Ocidente.

Com magnânimo auxílio dos moradores, fundou-se em Macau o Colégio da Madre de Deus, dos Jesuítas, duplamente célebre não só pela sua maravilhosa e imponente Igreja de S. Paulo, como ainda por ter sido a primeira Universidade de todo o Oriente, donde saíram os missionários para a sua obra de evangelização da China e do Japão, tendo muitos deles conquistado a imortalidade pelos martírios a que foram sujeitos.

Assim, devido ao carácter muito especial do seu estabelecimento e à natureza muito peculiar da sua organização política e administrativa, Macau conquistou o monopólio do intercâmbio não só marítimo e mercantil, como ainda cultural e espiritual entre o Ocidente e a China. Esse monopólio, mantivemo-lo nós durante três séculos; até aos meados do século XIX, Macau foi a única porta e o único entreposto de todo o Ocidente na China, não obstante estarmos em plena decadência e termos há muito perdido o domínio dos mares e do comércio ultramarino.

A xenófoba China só admitia no seu território os missionários e os mercadores ao serviço de «Tai-Ssi-Yang-Kuo» — que se notabilizaram pela lisura de trato, pela cultura e humanidade e pelos processos honestos de comerciar.

Todos os outros povos — quando, a partir dos meados do século XVII, se decidiram a visitar a China e a explorar o seu mercado — tiveram que se servir de Macau para base não só das suas comunicações, como ainda das suas actividades e pretensões, nem sempre honestas ou legítimas.

Apesar de esses povos serem nossos concorrentes, rivais, e até adversários na navegação, no comércio, na política e sobretudo na religião (pois que quase todos eles eram protestantes) — Macau não só os tolerou, como ainda lhes deu guarida e protecção, paz e segurança, conselhos e ensinamentos.

Sem Macau, sem esse seu espírito de tolerância e de liberdade, consequência tanto da brandura e benignidade que foram sempre timbre das nossas gentes, como ainda da organização político-social, liberal e democrática, que os moradores souberam imprimir à administração e governo da cidade, só muito mais tarde é que as outras nações do ocidente teriam podido estabelecer as suas relações marítimas e comerciais, financeiras e espirituais com a China, e nunca teriam podido conseguir firmar os seus actuais formidáveis interesses da forma como o fizeram.

Apesar das instruções expressas e formais da Metrópole proibindo, por motivos óbvios, a passagem ou permanência nas nossas províncias ultramarinas de súbditos e de barcos estrangeiros, o Senado de Macau permitiu que, dentro dos seus muros e sob a

protecção das suas baterias, uns e outros se acolhessem. Foi assim que eles conseguiram entrar em contacto com a China, a partir dos meados do século XVII, quando um seu Imperador deliberou abrir o mercado de Cantão, durante os meses de estio, aos mercadores estrangeiros, não permitindo, contudo, que os seus barcos se aproximassem demasiado da cidade.

Todos os navios estrangeiros, vindos donde quer que fosse, tinham por isso que estacionar, primeiro, no porto de Macau, a fim de aguardar a época e de receber piloto e instruções, antes de subir o rio das Pérolas. Em Cantão, os comerciantes estrangeiros, concentrados em feitorias, eram rigorosamente vigiados e sujeitos a toda a casta de vexames e restrições.

Por isso, esses comerciantes fixavam a sua residência em Macau, onde viviam com as suas famílias, em plena paz e segurança, descansando das agruras da temporada breve e enervante, mas rendosa, de Cantão; e era em Macau que estabeleciam a sede das suas firmas e faziam o balanço das suas transacções, longe da vista e fora das pressões, das dificuldades, dos abusos e dos vexames das autoridades mandarinas. Mesmo durante a época de Cantão, sempre que se viam mal parados, ou quando os chineses, sob quaisquer pretextos, suspendiam as transacções — o que acontecia com frequência — Macau, a dois passos, era o seu refúgio. Na nossa província gozavam eles de plena liberdade civil e religiosa; em Macau encontravam-se os representantes consulares do seu país, os chefes espirituais da sua seita religiosa; e, em Macau, residiam os seus agentes diplomáticos acreditados junto do governo chinês! E isto, numa época de rigorosos monopólios, ferrenhos exclusivismos e intransigentes intolerantismos!

Foi assim que os moradores de Macau, portugueses dos melhores, magnânimos e desempoeirados, fidelíssimos à sua Pátria e à sua Igreja, receberam no seu seio os outros povos seus concorrentes, rivais e adversários, albergando assim dentro de si a causa da sua própria decadência, a ruína do seu próprio comércio e navegação e o germen das suas futuras vicissitudes e provações.

II

Todos os americanos conhecem a vastidão incomensurável dos seus actuais interesses na China — interesses tanto materiais, comerciais e financeiros, como culturais, religiosos e políticos. Poucos, pouquíssimos dentre eles, porém, saberão que esses formidáveis interesses tiveram a sua origem directa em Macau, de tal forma que, não fora a hospitaleira e magnânime atitude dos portugueses, outra teria sido a sorte, a posição e a situação de preponderância dos Estados Unidos no Extremo Oriente.

Macau foi não só o portão por onde a América entrou na China, o trampolim para a criação de todos os seus vastíssimos interesses e actividades, como ainda a chave de todas as relações sino-americanas, no campo comercial e marítimo, religioso e cultural, diplomático e político.

Curiosa e significativa coincidência: a própria independência dos Estados Unidos

andou estreitamente ligada a Macau e à China, sabido que a insurreição americana teve como pretexto e causa directa o agravamento dos já pesados impostos sobre o chá que, vindo da China por intermédio de Macau, a Inglaterra fornecia à sua antiga colónia e que levou ao «Boston Tea-Party». Feita a «Declaração dos Direitos», triunfante a rebelião e reconhecida a sua Independência pela própria Inglaterra em 1783 — um dos primeiros actos de soberania externa da nascente República foi o de tentar obter, em seus próprios barcos e na própria China, o chá de que tanto carecia e que em tão grandes quantidades consumia. Assim, logo no ano seguinte, em 1784, foi despachado o primeiro navio americano para as águas orientais — o «Empress of China» — que se dirigiu para Macau, porto de escala obrigatório de toda a navegação destinada à China, tendo a cidade recebido este novo rival do nosso comércio e inimigo da nossa religião com a sua franca hospitalidade tradicional.

Estabelecido o seu agente consular para os negócios com a China em Macau, os americanos lançaram-se decididamente no comércio, com aquele entusiasmo e dinamismo que tanto e tão bem os caracteriza. Importavam, cada vez em maiores quantidades, o indispensável chá e a inigualável seda e exportavam tecidos de algodão ingleses e uma planta medicinal chamada «ginseng», muito apreciada pelos chineses. E como importavam muito mais do que exportavam, as compras americanas passaram a ser feitas a dinheiro, em dólares de prata — metal que a China muito carecia — e que imediatamente passou a constituir uma das suas principais exportações.

A fim de remediar o descalabro na balança do seu comércio com a China, os americanos passaram então a traficar também em ópio...

A sorte do comércio sino-americano dependia da hospitalidade dos portugueses. À medida que ele ia crescendo, Macau ganhava importância cada vez maior para a jovem República. Dezenas de cidadãos americanos estabeleceram-se em Macau, onde disfrutavam de todas as facilidades e garantias, de paz e segurança, protecção e amizade, organizando a sua vida e a da sua família, e os seus negócios, acalentando os seus projectos e as suas ambições. Em Macau, sentiam-se eles tão seguros e levavam uma vida tão fácil e feliz como na sua própria pátria longínqua. Em todas as emergências, Macau foi para os americanos a certeza da sua segurança pessoal, a segurança das suas famílias, a segurança dos seus cabedais.

Macau serviu, durante muitos anos, de base à esquadra americana no Extremo Oriente e de toda a sua navegação e comércio com a China. Em 1821, por exemplo, nada menos de quarenta e dois dos seus celebrados «China Clippers», que se dedicavam a esse comércio, estacionaram no nosso porto, preparando-se para a sua estação em Cantão.

Em 1812, quando a América se viu envolvida em guerra contra a Inglaterra, os seus barcos passaram a ser perseguidos e combatidos pelos ingleses. Por isso, procuraram abrigo no nosso hospitaleiro porto, colocando-se sob a protecção das nossas baterias; e para iludir o bloqueio que lhes era feito, alguns deles chegaram até a arvorar a nossa respeitada e respeitável bandeira. Episódios curiosos: um deles, o «Hunter», perseguido e aprisionado pela esquadra inglesa fora das nossas águas territoriais, foi solto graças à enérgica e pronta intervenção das autoridades de Macau. Noutra ocasião, quando outro deles, que, como tantos mais, se dedicava ao tráfego clandestino do ópio, foi acossado e tomado pelos piratas chineses, os portugueses foram em seu auxílio, libertaram-no, prendendo os assaltantes e entregando-os à justiça.

Porém, não é apenas no campo da navegação e do comércio que a América deve a Macau muitos serviços e auxílios. Também no campo religioso e político, a nossa contribuição foi valiosíssima.

De facto, a católica Macau permitiu que missionários protestantes, enviados pela América, se estabelecessem na cidade, a fim de preparar a sua entrada na China. Macau foi a origem do movimento protestante, que hoje tão importantes, vastos e variados interesses conseguiu firmar ali. Aos missionários protestantes — apesar da ordem em contrário da metrópole — foi dada plena liberdade de acção e movimento. Em Macau, os pioneiros do protestantismo na China, Dr. Morrison, Dr. Williams, Dr. Bridgman, Abeel e tantos outros, aprenderam connosco, em paz e segurança, a língua sínica, estudaram as traduções chinesas que os nossos missionários fizeram da Bíblia e de outros textos religiosos, deram início ao seu trabalho de evangelização protestante da China, pronunciaram as suas primeiras prédicas, distribuíram os seus primeiros folhetos de propaganda religiosa (que eram não só redigidos, mas até impressos em Macau, numa tipografia que as autoridades locais permitiram que eles ali estabelecessem, não obstante a proibição da metrópole), lançando assim as sementes das formidáveis realizações levadas a cabo pelos serviços missionários na China, representadas materialmente por centenas de milhões de dólares e milhares de escolas e outras instituições de ensino e assistência, e espiritualmente por milhões de adeptos religiosos, políticos e culturais.

Macau não só serviu de base a esses trabalhos pioneiros, como ainda, através dos tempos até ao presente, em face das endémicas crises, perseguições e outras calamidades e arbitrariedades, que infelizmente caracterizam a vida na China — sempre concedeu seguro santuário a todos os missionários protestantes refugiados.

No campo da medicina, também a América nos deve grandes favores: foi em Macau que a Associação Médico-Missionária fundou o seu primeiro hospital no Extremo Oriente, com acomodação para duzentos doentes; que a marinha americana estabeleceu o seu hospital privativo; que a comunidade estrangeira criou a primeira clínica oftalmológica do Extremo Oriente — trabalhando os médicos e demais pessoal de enfermagem com inteira liberdade e com o auxílio e colaboração das autoridades e dos moradores de Macau.

Nas relações políticas da América com a China, os serviços por nós prestados foram do mesmo modo importantes — serviços esses hoje olvidados ou ignorados. Era em Macau, que as missões diplomáticas e consulares americanas junto do governo chinês tinham a sua sede e residência, pois que lhes era vedado permanecer em território chinês. Foi em Macau, portanto, que os agentes diplomáticos americanos estabeleceram os seus primeiros contactos e as suas primeiras relações com o Celeste Império.

Em 1844, após a «Guerra do Ópio», foi em Macau, no histórico Pagode da Deusa da Misericórdia de Mong-Há (no Kwan-Yin-Tong) que o «Tratado Sino-Americano» de Mong-Há (disfarçado sob a designação de Wang-Hia) foi negociado e assinado, abrindo assim vários portos da China ao comércio e à navegação americana e instituindo o regímen de extra-territorialidade aos seus súbditos, Tratado que serviu de ponto de partida para as modernas relações sino-americanas, pois que, desde então, os americanos deixaram de estar circunscritos e limitados ao mercado de Cantão — com residência fixa em Macau — e passaram a gozar de liberdade de trânsito e permanência em todo o território chinês.

A talhe de foice, diga-se que também a «abertura» do Japão ao comércio e à navegação dos Estados Unidos se acha ligada a Macau, pois que foi no nosso porto que, nos meados do século passado, o famigerado comodoro Perry reuniu a sua esquadra, a fim de seguir para as ilhas nipónicas, para impor ao Mikado o 1.º Tratado Nipo-Americano — que deu origem à ocidentalização do Império do Sol Nascente.

A nossa generosidade e magnanimidade foi tal que, contra o espírito e a prática da época, se permitiu o estabelecimento de dois cemitérios privativos para os protestantes estrangeiros em Macau — onde jazem muitas dezenas desses pioneiros americanos que foram surpreendidos pela morte, quando a milhares de quilómetros da sua pátria, com audácia e bravura, ambição e empreendimento, devoção e patriotismo, lançavam as sementes da sua civilização, da sua cultura e dos seus interesses em terras tão remotas e estranhas! Os nossos serviços à causa americana na China não se limitaram, porém, ao passado. Eles foram de ontem, são de hoje e serão de amanhã.

Durante a última guerra, em que a China se viu ocupada pelos japoneses, muitos cidadãos americanos conseguiram salvar a vida, refugiando-se em Macau, que a todos acolheu com carinho e compaixão, permitindo a alguns os meios necessários para se juntarem às forças combatentes aliadas. E na presente crise das suas relações com os chineses, os americanos voltaram a ter em Macau o seu secular albergue, não só para as suas pessoas, como para os seus interesses e instituições. Todos estes serviços e muitos outros foram prestados à América desinteressadamente, com raro espírito liberal e humanitário, e custaram aos moradores de Macau muitos prejuízos e preocupações, arrelias e fadigas, receios e sacrifícios — nunca tendo nós feito alarde deles, nem apresentado nenhuma conta a cobrar.

Porém, apesar de serem importantíssimos e incontáveis os serviços e os auxílios recebidos em todos os momentos difíceis e críticos da sua infiltração, entrada, expansão e permanência na China — os americanos raríssimas vezes manifestaram às nossas gentes o testemunho da sua gratidão e reconhecimento.

Pelo contrário, a nossa brilhante acção não só tem permanecido teimosa e injustamente na obscuridade e esquecimento, como ainda, volta e meia, em certos sectores da América aparecem pessoas que tentam denegrir e amesquinhar, com estultos preconceitos e absurdas falsidades, a nossa tolerante e modelar administração em Macau, atribuindo-

-nos culpas e responsabilidades de actos e factos de que somos completamente alheios e estranhos.

Nestes últimos tempos, surgiu em certos meios jornalísticos e cinematográficos dos Estados Unidos campanha cerrada contra Macau, campanha que infelizmente encontrou eco na Zona Americana da Alemanha e até na França, em que, ao lado das estafadas e estereotipadas acusações de a nossa cidade constituir um centro de ópio, de jogo e de prostituição — aparece um elemento novo: o de sermos um foco de contrabando de ouro e de artigos de valor estratégico para a China comunista.

III

Seja-me permitido examinar sucintamente em que consistem essas acusações, e dar-lhes a devida resposta. Principiemos pelo trio — ópio, jogo, prostituição. Introduzido na China no século XVIII, através da Formosa, a pretexto de constituir remédio contra a malária, depressa o ópio passou a representar um dos maiores e mais lucrativos artigos de exportação estrangeira, não obstante a cabal e formal proibição por parte do governo chinês da entrada desse «lodo estrangeiro» no seu território. Navios intrusos, vindos da Índia e da Turquia, com base na ilha de Lin-Tin, na foz do rio das Pérolas, a escassas milhas de Cantão, despejaram durante mais de meio século, corrupta e clandestinamente, com a cumplicidade de mandarins venais e de traficantes profissionais, quantidades incontroláveis desse abominável estupefaciente na China, criando e alimentando, assim, o seu comércio, e fomentando e enraizando o seu vício, que veio a tornar-se tão generalizado e popular entre os chineses. Este tráfego ilegal e nefando, mas chorudo e rendoso, assumiu tais proporções que serviu de pretexto, em 1839, para a chamada «Guerra do Ópio». Com a derrota da China e a consequente abertura dos seus portos e do seu «hinterland» à navegação e ao comércio internacionais, até aqui limitados exclusivamente a Cantão e apenas durante a estação de Verão, o ópio foi espalhado em todo o território chinês em tais quantidades, que o seu consumo passou a ser tão vulgar e radicado, ali, como o tabaco entre os ocidentais.

Não podendo, de forma alguma evitar nem proibir tal vício entre os milhares de chineses da população fixa, flutuante e marítima de Macau, as nossas autoridades avisadamente decidiram circunscrever e limitar o mal, tratando de regulamentar e controlar apertadamente não só o seu comércio e a sua qualidade, como ainda o seu consumo, porquanto fomos de opinião de que era muito melhor e mais seguro reduzir ao mínimo as suas funestas consequências, uma vez que se tornava impossível evitar ou suprimir esse vício, do que, cómoda e hipòcritamente, proibi-lo em teoria, apenas no papel. Ao passo que nós regulámos e fiscalizámos as condições de entrada, venda e consumo da nefasta droga, não tendo tomado parte no seu lucrativo e clandestino tráfego, os outros, ao mesmo tempo que tomavam pùblicamente uma atitude humanitária da sua proibição total por lei, pela calada continuavam a manter o comércio e o tráfego do

ópio, fazendo vista grossa quanto ao seu consumo pelos chineses. Quando a defunta Sociedade das Nações se resolveu tomar a seu cargo a resolução deste problema tão vergonhoso, Portugal colaborou leal e activamente no acatamento das resoluções aprovadas, não só suspendendo por completo a venda e consumo do ópio em Macau, como ainda instituiu uma rigorosa fiscalização e repressão contra os prevaricadores e um eficiente sistema de tratamento e cura para as suas vítimas. Não obstante, é muito possível que, apesar de tudo, entre as centenas de milhar de chineses que vivem ou que diàriamente passam por Macau, alguns se entreguem clandestinamente a este vício, pois que se tornam impossível e estulto uma fiscalização cem por cento eficiente e uma eliminação completa, radical e repentina de um vício tão generalizado e tão enraizado. Porém, pode-se afoitamente afirmar que Macau deve ser o ponto de toda a China onde menos se fuma o ópio. O principal, a nosso ver, é evitar que o ópio entre ilìcitamente na China. Sem ópio, o chinês, esteja ele onde estiver, não poderá alimentar o seu vício. Neste ponto, as outras nações muito poderão fazer em benefício do povo chinês.

Também nos Estados Unidos são proibidos por lei e rigorosamente punidos o tráfego e o consumo de estupefacientes; mas eles continuam a existir ali e a preocupar gravemente as respectivas autoridades. Nem por isso acusámos o seu governo de incúria, negligência ou conivência, só pelo facto de se reconhecer a existência deste mal no seu país.

Quanto ao jogo e à prostituição, seria faltar à evidência negarmos a sua existência em Macau. Mas, será possível a alguém indicar algum país do mundo onde a prostituição e o jogo não existam? Acaso nos Estados Unidos não se joga e não se prostitui, como de resto em toda a parte? Tal como acontece com o ópio, a atitude oficial portuguesa perante estes graves problemas, baseia-se numa doutrina. Temos para nós que esses males sociais, abomináveis e aviltantes, não podem ser combatidos pela teórica abolição legal, pois isso viria apenas lançá-los numa sórdida e propícia clandestinidade, sem contudo os evitar, agravando a situação moral e material das suas vítimas, originando maiores baixezas e explorações. Por isso encarámos esses problemas pelo lado prático: dada a impossibilidade de os exterminarmos por completo, pois que fazem infelizmente parte da natureza humana, optámos pelo seu rigoroso controle legal, submetendo-os à apertada regulamentação e activa fiscalização do Estado, circunscrevendo a sua prática a zonas e a casas com vigilância permanente e rigorosa e limitando assim ao mínimo as suas funestas consequências. Não é por serem proibidos por lei que o jogo e a prostituição desaparecerão da face da terra. Preferimos reconhecer a sua existência e fazer incidir sobre eles toda a atenção e todo o cuidado exigidos pela sua gravidade. A sua abolição total por lei não passaria de simples gesto teórico, com efeitos apenas no papel, aumentando pelo contrário os males, as desgraças e as explorações dos que a eles se entregam. Nem pelo facto de na América a prostituição e o jogo serem proibidos por lei, deixaram de existir, pois que são realidades incontestáveis. Se bem que na maioria dos Estados que constituem a Federação Americana, o jogo seja proibido, noutros ele é permitido. Contudo, ainda nenhum jornalista português se lembrou de culpar a

América de tolerância, inépcia ou indiferença perante chagas sociais tão visíveis e condená-la pela existência ali de cidades como Las Vegas, a capital do jogo, Nova Orleães, a capital do amor mercenário, Chicago, a capital do crime e Reno, a capital do divórcio. Conseguiu, acaso, a famosa «Lei Seca» acabar com o alcoolismo ali, ou pelo contrário, não terá ela contribuído para o seu desenvolvimento e para a onda de traficâncias e de crimes dos «bootleggers» e dos «gangsters»?

A atitude de aparente tolerância por parte das nossas autoridades de Macau reflecte rigorosamente a posição da Nação portuguesa perante estes males sociais e é produto não só de uma concepção político-social e dotrinária, como ainda do nosso temperamento.

Afinal, o que existe é uma diversidade de opinião entre a América e Portugal, quanto à maneira de os enfrentar e combater. Segundo a doutrina e a atitude que adoptámos, a concepção e o procedimento americano perante esses problemas são errados e devem originar efeitos contraproducentes, mas admitimo-los como honestos. Da mesma forma, podem os americanos discordar do nosso ponto de vista, da maneira como encaramos e combatemos esses vícios — mas não devem nunca duvidar das nossas boa intenções, nem na honestidade da nossa atitude.

Assim como respeitamos a sua maneira de ver e de agir, assim queremos que a nossa seja por eles respeitada. Achamos abominável a pena de morte e abolimo-la de todo o nosso território, mas nem por isso dirigimos acusações contra a América pelo facto de ela ainda a adoptar. Também são contrários aos nossos princípios religiosos e morais, ao nosso temperamento e sensibilidade, à nossa educação, as discriminações raciais, a facilidade com que se fazem e desfazem casamentos, e alguns outros factos admitidos e regulados na América — contudo a sua existência tolerada, permitida ou legalizada não nos faz mover nenhuma animosidade contra o povo ou o governo americano.

A acusação mais grave, porém, que ùltimamente certos jornalistas americanos vêm lançando contra Macau, é a de ela constituir um centro de contrabando de ouro e de material estratégico para a China Comunista. Analisemos, pois, os factos.

Quanto ao ouro — os tais jornalistas laboram em erro. Não carecemos de fazer contrabando de ouro, nem em Macau, nem em nenhuma outra parcela do território nacional. A sua importação e comércio representam actos da nossa soberania e são por isso livremente regulados e controlados pelo nosso Governo. Não tendo Portugal tomado parte na Conferência de Bretton Woods, não sendo, portanto, signatário do Fundo Monetário Internacional, é legal e legitimamente que as autoridades de Macau concedem, dentro de certos limites e atendendo aos superiores interesses da província, um número limitado de licenças para a sua importação, que em grande parte, directa ou indirectamente, provém da própria América. O ouro entrado em Macau é lançado no mercado local. Constituem, por isso, actos lícitos e públicos, e nunca contrabando, a sua entrada e comércio entre nós.

Do muito apregoado contrabando de material de valor estratégico para a China,

a verdade é a seguinte: admitimos que, antes do agravamento do bloqueio americano, de facto, por Macau, se escoavam alguns artigos para a China — mas em pequenas quantidades, representando uma mínima fracção das enormes necessidades do povo chinês.

Sob o ponto de vista militar, a sua utilidade directa e imediata, em virtude não só da sua pequena quantidade, como ainda pelo facto de a frente de batalha estar a mais de duas mil milhas de distância, foi absolutamente nula, sobretudo se atendermos à primitiva condição dos transportes na China.

Mas, em todo o caso, pergunta-se: — que artigos eram esses? Seriam eles oriundos de Portugal, representados por produtos característicos da nossa exportação, como conservas, vinhos, cortiças ou mesmo minérios, etc.; ou das nossas províncias ultramarinas — como algodão, açúcar, cacau, café e outras matérias-primas? Teriam eles sido transportados em barcos portugueses até à China, iludindo o bloqueio americano? Quem foram os exportadores, transitários ou receptadores, envolvidos neste tráfego?

Os próprios jornalistas, que tão leviana e injustamente nos acusam, fornecem elementos para responder, de uma maneira cabal e insofismável, a todas estas perguntas. Segundo eles próprios nos elucidam, passaram por Macau, em minúsculas quantidades, produtos industriais ou industrializados, quase todos originários da própria América — como petróleo, ferramentas, borracha manufacturada, produtos químicos, etc. — vindos quer dos portos limítrofes, quer de territórios próximos ou afastados, sob ocupação ou protecção americana. Transportados em pequenos navios e traineiras, arvorando a bandeira de certas repúblicas da América Central e até de um país oriental sob influência americana, êsses artigos umas vezes seguiam directamente para qualquer ponto da costa chinesa, outras vezes eram lançados no mercado de Macau, onde os chineses os faziam passar para a sua pátria, com habilidade e manha incontroláveis, atendendo não só ao seu espírito aventureiro e contrabandista, como ainda à própria situação geográfica de Macau, cercada por todos os lados por terras e águas chinesas, com uma população flutuante chinesa de centenas de milhar, e com um porto coalhado de miríades de embarcações habitadas por chineses.

Os exportadores e transitários desses artigos eram de muitas e variadas nacionalidades, e os receptadores chineses, sendo os portugueses completamente estranhos a tudo. Por isso, em vez de lançar injustas acusações contra Macau, por um tráfego a que fomos completamente alheios, esses precipitados jornalistas melhor fariam e prestariam um bom serviço à sua própria pátria e até a Macau, se tratassem de investigar na América e nos outros entrepostos de contrabando, sob seu controle directo ou indirecto, onde estão e quem são os fomentadores e os lucradores da traficância, que, através dos seus agentes e de uma bem organizada rede de ligações e de influências, conseguem multiplicar os seus fartos capitais.

Quanto a Macau, se esses artigos não fossem levados em navios estrangeiros até lá — eles nunca teriam escoado para a China. Deixem-na, pois, em paz e tranquilidade, porquanto, nem a nossa cidade, nem os seus moradores portugueses, nem o seu governo local lucrou com o pequeno tráfego contrabandista, que outros mais interessados e interesseiros lhe impuseram.

Pelo contrário, esse tráfego só criou dificuldades, sobressaltos e dissabores à sua laboriosa, honrada e patriótica população portuguesa que tão experimentada foi na última guerra pelos horrores da fome e pelas privações de toda a ordem.

Macau atravessa hoje uma das mais graves crises de toda a sua heróica e multi-secular história. Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, a gravíssima provação actual não é motivada por qualquer acto hostil ou menos correcto por parte da nova administração chinesa, com a qual, aliás, conseguimos estabelecer um tácito «modus vivendi» e com a qual não temos nenhum conflito aberto ou latente, de carácter político, diplomático ou militar. A actual crise que ameaça estrangular e asfixiar a vida desta nossa longínqua mas sempre presente província, é, ao que parece, grandemente provocada pelas apertadas restrições de carácter económico-comercial, impostas pela América e que fazem parte do seu bloqueio à China — como consequência da guerra da Coreia — não sendo atrevido atribuir à perniciosa e injusta campanha jornalística a que me referi o agravamento dessas restrições e a consequente crítica estagnação de Macau.

IV

Todos nós sabemos que os americanos são muito sensíveis aos problemas relativos a territórios coloniais e ultramarinos. Tendo saído há relativamente pouco tempo do seu estatuto colonial, arvoraram-se em campeões mundiais dos direitos, da liberdade e da emancipação dos povos mais atrasados — de tal forma que, em certa medida, directa ou indirectamente, a América é responsável pela onda de nacionalismo, tão fanático quão irresponsável, revelada últimamente em certos territórios coloniais e semi-coloniais, perturbando gravemente a paz, a segurança e a prosperidade dos seus habitantes e causando sérias apreensões e dificuldades às nações ocidentais, aumentando assim a confusão e a instabilidade da situação internacional, já de si muito delicada e conturbada.

Por isso, não me parece extemporâneo explicar-lhes daqui alguns factos e ideias sobre o Ultramar português.

Criada a Pátria Portuguesa neste recanto da Península e assegurada a sua independência, colocados entre um vizinho grande e forte e o mar, fomos obrigados pelo destino a proceder à expansão do nosso território à custa dos infiéis, conjugando, assim, num mesmo impulso, a grata missão de «dilatar a fé e o império». Com o mesmo espírito com que acrescentámos à nossa Pátria nascente os territórios situados ao sul do Mondego até ao Algarve, nos lançámos por «mares nunca dantes navegados» em descobertas e conquistas de terras cada vez mais longínquas, estendendo a todas elas o nosso conceito de Pátria.

Deste modo se firmou o território da Nação Portuguesa, constituído por um conjunto de nove províncias: uma, a metrópole, num recanto da Ibéria, com as Ilhas

Adjacentes; e as restantes oito, no ultramar, espalhadas pela África, pela Índia, pela China e pela Australásia. Todas estas províncias fazer parte integrante da Nação Portuguesa, são habitadas pelo mesmo povo português e são governadas pela mesma administração portuguesa. Constituímos uma comunidade — a Comunidade das Províncias Portuguesas. Todas as nossas províncias ultramarinas estão indissolùvelmente integradas no território e no destino da Nação e valem para nós tanto e são-nos tão caras como a própria província metropolitana ou qualquer das suas regiões, como o Minho, os Açores ou o Algarve. Todas elas são pedaços da própria Pátria; todas elas, todos os palmos da nossa Pátria nos custaram não só muita ciência e paciência, como, sobretudo, sangue, suor e lágrimas sem conta.

Toda a população da comunidade das províncias portuguesas constitui um só povo, goza dos mesmos direitos, tem as mesmas obrigações e é absolutamente igual perante a lei. Quer tenha nascido em Lisboa, em Angola, na Índia, em Coimbra ou em Macau; quer seja metropolitano, mestiço ou castiço; europeu, africano ou asiático; qualquer que seja a cor da sua epiderme, a sua raça, a sua casta, a sua religião — todos somos Portugueses e, como tal, somos iguais, podemos ocupar quaisquer cargos públicos, incluindo a suprema magistratura da Nação e exercer todas as profissões legais.

Muito antes de algumas nações, hoje prósperas, pujantes e poderosas, se constituírem — já todas as nossas províncias, sem excepção, tinham dado sobejas provas de elevado espírito patriótico por parte das suas populações e do seu acrisolado amor pátrio. É que a nossa expansão ultramarina foi acompanhada de colonização pròpriamente dita. Transplantámos para todos os nossos territórios — através dos nossos colonos, dos nossos missionários, dos nossos administradores, funcionários e soldados — a vida, a cultura, a civilização portuguesa, com os nossos usos e costumes, instituições e características, qualidades e defeitos. As populações indígenas foram sempre encaradas por nós como seres humanos, portanto nossos semelhantes. Com o inato espírito de tolerância e compreensão dos portugueses e com a natural brandura dos nossos costumes e acção — muito embora procurando sempre melhorar as suas condições espirituais, morais e materiais — respeitamos os costumes e as instituições dos nativos. Quando os primeiros pretos foram trazidos para Portugal, no tempo do Infante D. Henrique, foram logo tratados sem nenhuma distinção racial, sendo educados e considerados como pessoas da nossa própria família!

Nunca tivemos quaisquer preconceitos de raça ou de cor. Desconhecemos em absoluto a distinção e a segregação racial. Não só vivemos junto dos indígenas — mas com eles. Quando, com sentido irónico ou pejorativo, algum estrangeiro afirma que «Deus criou o branco e o preto, e o português fez o mulato», isto só nos honra. De facto, onde quer que o português se estabeleceu, colonizou, no verdadeiro sentido da palavra, isto é, exerceu sobre os nativos um primado espiritual, cultural e moral, não só pelos seus conhecimentos, sua experiência, seu comportamento, sua bondade, como ainda pela faculdade de os compreender, educar e respeitar. Nunca praticámos a exterminação das populações nativas e sempre repugnou à nossa consciência as «zonas de reserva indígena»,

admitidas e mantidas por outros povos, até dentro das suas próprias fronteiras metropolitanas.

Fomos sempre pobres em gentes e cabedais. A nossa formidável obra descobridora e colonizadora, levada a cabo de uma forma sem par em toda a história da humanidade, esgotou de tal maneira, durante séculos, as nossas possibilidades em homens e bens, espalhados por longos mares, em distantes continentes, que nos vimos forçados a concentrar-nos mais sobre o desenvolvimento espiritual e moral dos povos da nossa comunidade do que do seu progresso material.

Nesta época de civilização materialista, em que o valor de um povo é medido mais pela imponência, pelo volume e pela altura dos seus edifícios, e pela azáfama e importância da sua vida comercial, financeira e industrial, bem poderá parecer que, de certo modo, nos deixámos ficar para trás.

A verdade, porém, é bem outra. Habituámo-nos a ser guiados pelo primado do espírito — representado pela solidariedade, bondade e humanidade — e, neste campo, nenhum outro povo nos excedeu na obra que levámos a cabo. Sob o ponto de vista de colonização pròpriamente dita — não recebemos lições de ninguém, damo-las!

Por isso é que, enquanto a população nativa e mestiça das outras nações se agitam e lutam, sob inspiração e com o apoio de estranhos embora, em todas as nossas províncias ultramarinas existe a mais perfeita tranquilidade, harmonia e paz, exactamente como em qualquer outro recanto da província metropolitana.

Falar da emancipação ou libertação de qualquer delas é tão absurdo e ridículo, como falar da emancipação de Trás-os-Montes ou do Alentejo do domínio e soberania de Portugueses!

A providencial e multi-secular integração de Macau na Pátria portuguesa constituiu um formidável elo de ligação entre o Oriente e o Ocidente, servindo simultâneamente não só os interesses da China, como ainda, e em maior escala, os dos povos ocidentais, muito especialmente do americano.

A modelar administração portuguesa de Macau, com a sua largueza de ânimo e de vistas, tem permitido, através de todos os tempos e de todas as crises, por meio de uma sábia, prudente e valiosa neutralidade, que os mais variados e antagónicos interesses do Oriente e do Ocidente encontrem um justo e útil equilíbrio no nosso torrão, de forma a servir e a satisfazer a ambas as partes, à custa de canseiras e arrelias, provações e cuidados, trabalhos e privações sem conta nem fim da sua honrada população e da sua administração local.

Temos plena consciência da nossa alta missão de solidariedade, de paz, de humanidade, de segurança e de concórdia no Extremo Oriente. Estabelecemo-nos em Macau, há quatro séculos, a pedido formal dos chineses, precisamente para o desempenho dessa missão, e a ela nos temos dedicado com honra para nós e proveito para os outros. Através de todas as crises, temos conseguido manter, sem transigências nem violências, o primado espiritual, cultural e ideológico da causa ocidental no Extremo Oriente.

Assim como Macau, pela sua privilegiada situação e sábia administração, foi o

baluarte dos interesses espirituais, comerciais e políticos, primeiro de Portugal, depois, de toda a cristandade em todo o Extremo Oriente, assim na actual grande luta de influências económicas, políticas e ideológicas, Macau poderá vir novamente a desempenhar um papel tão grande ou maior ainda, nas relações presentes e futuras entre o Oriente e o Ocidente, em benefício directo e proveito imediato sobretudo da China e da América.

Se é certo que Macau foi, é, e continuará a ser útil para os chineses, não só por ser um oásis de paz, de harmonia e de ordem, um permanente refúgio, como ainda um entreposto comercial das regiões limítrofes, não é menos certo que também para os ocidentais, muito especialmente para os americanos, Macau constitui não só a certeza de um pacífico e ordeiro santuário de segurança pessoal na turbulenta e incerta China, como ainda um importante posto de observação e um foco de irradiação dos seus interesses comerciais, financeiros, políticos, culturais e religiosos, de tal forma que não é afoito afirmar que, se a nossa cidade foi e é muito útil à China, ela muito mais útil foi e será para a causa do Ocidente, para a causa da América.

Atentem nisto os seus respectivos povos e governos: assim como Macau os serviu desinteressadamente no passado, assim Macau, indiferente aos boatos e às atoardas que periódica e malèvolamente se lançam a seu respeito, estará pronta para desempenhar a sua pacífica e humanitária missão no futuro.

SUMMARY

THE ROLE OF MACAO IN THE HISTORY OF SINO-AMERICAN RELATIONS

The lecturer began by saying that soon after the cession of the territory to Portugal, Macao secured the monopoly of the sea trade and of the cultural and political intercourse between the West and China. For 3 centuries Macao was the only centre which all other nations had for their relations with the Celestial Empire. It was in Macao that they lived with their families in peace and security, enjoying full civic and religious freedom; that they established their business offices, away from all sort of controls and pressures of the mandarins; and where their consular and diplomatic agents and the ministers of their religion had their seat and residence — as they were not allowed to stay on Chinese soil.

It is no surprise therefore — he said — that Macao became both the gateway through which America entered China, and the key to all Sino-American relations. As early as 1784, in the year following the recognition of the independence of the United States, the first American ship bound for China sailed to Macao awaiting permission to enter Canton, the centre of China's foreign trade, thus opening up relations between these two countries. As these relations developed, Macao became of greater importance to the Americans. The port of Macao became their shipping base, while the city became the centre of all their activities. Many American citizens made their way to Macao where they settled down in life and started their business interests. Macao served for many years as the base of the American fleet in the Far East and of all their shipping and trading with China. It was in Macao that the American protestant missionaries learned Chinese and began their pioneering work before setting out for China; where the Medical Missionary Society founded its first hospital in the Far East and where the American Navy established its own private hospital.

In the political and diplomatic fields, the services rendered by Macao to the U. S. A. were also invaluable as it was there that the Americans established their first contacts with the Chinese. After the Opium War, it was in the Temple of Queen of Heaven at Mong-Há (the Wong-Hia of the Americans) in Macao that the first Treaty between the United States and China was signed and which became the first stepping-stone to the relations of modern times between these two countries. In the two graveyards for non-catholics of Macao lie buried many scores of American pioneers in China. On all critical occasions in their relations with China, the Americans have always had in Macao their traditional place of refuge and shelter. Nevertheless — he went on — this important role played by Macao has been forgotten or ignored by the Americans. This explains why every now and then certain American sectors spread ridiculous prejudices and fantastic tales against the tolerant and model Portuguese administration of Macao.

The lecturer then referred to the campaign which some American periodicals have been launching against Macao. He examined the contents of their accusations and refuted them. As regards the much-talked smuggling of gold, he stated that the journalists in question are quite mistaken. In Macao, just as in any other part of Portuguese territory — as Portugal is not signatory to the International Monetary Agreement — it is legally and legitimately that the authorities grant, bearing in mind the local needs, import licences for gold, which is thus legally and legitimately introduced in its internal market. Therefore, the importation and the trade of gold constitute public and legitimate acts in Macao and not smuggling as it is erroneously stated.

In regard to the smuggling of strategic materials for China the lecturer said that it is quite natural that some articles may have passed into Chinese Territories through Macao, but in very small quantities and of no military value. However, — he went on — the Portuguese have taken no part in such trading or smuggling. Those materials and articles were neither of Portuguese origin nor carried in Portuguese ships to the Far East. Neither were we the exporters, the carriers and receivers, nor did we take any direct and indirect profit from this trade. Therefore, instead of launching these unjust accusations against Macao for activities in which we have taken absolutely no part, these journalists would have rendered a much better service to their country had they tried to find out in their own home-land who and where the promoters and profiteers of such trading were. This trade, needless to say, has caused but trouble, difficulties, anxiety and annoyance to the peaceful and hard-working Portugueses population of Macao.

The lecturer ended by saying that just as Macao — by its unique position and sound administration throughout four centuries of history — has in the past devoted itself with altruism and self-sacrifice to its high mission of brotherhood and humanity, to peace and safety, in the troubled Far East, so in the future in spite of rumours and ill-founded reports which at times are launched against it, will Macao endeavour to carry on unselfishly with that same peaceful and humanitarian mission for the direct benefit of the western peoples, especially of the American.

BIBLIOGRAFIA

I) BOXER, C. R. — Fidalgos in the Far East. 1550-1770. Fact and Fancy in the History of Macao. The Hague, 1948.

BRAGA, J. M. — With the Flowering Banner — Some Comments on the Americans in Macao and South China. Macao, 1940.

BRAGA, J. M. (J. A. Kollard) — Early Medical Practice. Macao, 1935.

BRAGA, J. M. — Tomb-Stones in the English Cemeteries at Macao. Macao, 1940.

COLLIS, Maurice — Foreign Mud — being an account of the Opium Imbroglio at Canton in the 1830's and the Anglo-Chinese War that followed. London, 1946.

JESUS, Montalto de — «Historic Macao» — International Traits in China Old and New. 2nd Edition. Macao. 1926.

LJUNGSTEDT, Sir Andrew — An Historic Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China. Boston, 1836.

II) CUNHA, Amadeu — «O Império Português». In «Portugal Breviário da Pátria para os portugueses ausentes». Lisboa, 1946.

PERES, Damião — «Portugal na História da Civilização». Lisboa, 1946.

III) Time — Atlantic Edition, Vol. LVIII, n.º 8, Aug. 20th 1951, pg. 21. «The Enemy — Red Boom in Macao».

Life — International Edition. Vol. 7, N.º 5, Aug. 29th, 1949, pgs. 7-11. «Macao — A Dreamy Old Colony whose Smugglers ply the China Coast flourishes as richest traffic centre of world gold trade».

The New Yorker — Vol. XXVII, N.º 40, Nov. 17, 1951, pgs. 110 e segs. «Letter from Macao», by Christopher Rand.

Der Monat — Chefredakteur: Melvin J. Laski. Berlin-Dahlem. 4. Jahrgang. Marz 1952. Heft 42, pgs. 635-643. «Brief aus Macao: Sundebabel am Rande der Weltgeschichte». Christopher Rand.

O CICLO CULTURAL E POLÍTICO SUÉVICO-BIZANTINO (*)

FRANCISCO JOSÉ VELOZO

Achando-nos em Braga, que foi a incontestável capital do Reino dos Suevos, como provou o Dr. Sérgio Pinto, a ilustre Comissão Organizadora da recepção do IV Congresso Espanhol de Arqueologia entendeu, por amável indicação do Prof. Mendes Corrêa, que seria de interesse para VV. Ex.as fazermos aqui, e neste momento, um resumido escorço do estado actual dos estudos sobre o ciclo cultural e político respectivo, que por comodidade podemos fixar entre 409, data da invasão dos Bárbaros na Península, e 710 ou 711, início da invasão e do domínio muçulmanos.

Este ciclo chamámo-lo, em relação ao Ocidente peninsular, «suévico-bizantino», e não «visigodo», como é costume, pelas razões que a seguir se expendem.

Idácio, Bispo de Chaves, natural da *Civitas-Limicorum* da Galiza, segundo o parecer de Marcelo Macias, tentara já, no século V, definir a época numa só fórmula: «Bárbaros em chão romano». Faltava-lhe todavia perspectiva histórica, por se encontrar perto dos acontecimentos, e por isso a sua definição saiu demasiado romanista.

O chão, o solo, o substracto não era romano, mas romanizado. E nem sempre o foi, nem assim estava por toda a parte. O velho teor da vida castreja persistia à margem da lei e da vida política do Império. O mesmo Idácio nos conta o poderoso surto revolucionário, de resistência e cunho terrantês, dos Luso-galaicos. Em poder destes continuavam, desde os Romanos, as citânias mais fortes e inexpugnáveis — *tutiora castella* —, e delas faziam frente aos abusos de turbulentos grupos suévicos. Essa gente não devia estar suficientemente romanizada. Com efeito, além de se conservar nos castros de seus avós, tão antipáticos ao conquistador romano, não apresenta ainda classes sociais, de diferenciação notória para o homem latino culto. Não se distingue nela, diz o cronista, mais que a só *Plebs*, a plebe, a multidão, a «substância urbana da nossa Raça», na

(*) Comunicação feita em Braga, em 1953, ao IV Congresso Espanhol de Arqueologia, em trânsito por aquela cidade.

precisa expressão de Mestre Otero Pedrayo, o delineador da síntese da nossa formação cultural.

Quanto à organização romana, essa perpetuou-se, prolongou-se para além da invasão dos Bárbaros. Os Bispos exercem a larga jurisdição do estatuto constantiniano. As cidades governam-se pelos seus foros municipais. O Direito e a Justiça civis são os mesmos. Apenas se altera a divisão provincial com o aparecimento dos novos Reinos, e consequentemente vão caducando os poderes das autoridades imperiais que presidiam a essas largas circunscrições. A Igreja, então, não só não decaíu, mas floresceu e afirmou-se como primeiro factor da cultura e até da política. Todos estes elementos vivem no Estado suevo, que os conserva e tutela, muito embora seja o primeiro dos Reinos germânicos do Império a rejeitar a ficção da hospitalidade e subordinação, que lhe permitira o seu estabelecimento.

Cumpre falar, em breves termos, como convém a este resumo, do próprio Reino, da sua formação e vida.

Em 409, os Bárbaros, que estavam de guarda aos Pireneus, passam à Península. São Alanos, Vândalos e Suevos, declara, esquemàticamente, o nosso Idácio, focando apenas os núcleos políticos em volta dos quais se agrupavam essas tribos.

Mas o historiador bracarense Paulo Orósio vai mais longe. Vieram com aqueles Povos, diz, muitos Bárbaros que antes vagueavam pelas Gálias. E a toponímia confirma-o. Permite descobrir, através da etimologia, os nomes gentílicos das antigas migrações. Assim podemos saber hoje que os Francos, em larga percentagem, acompanharam os invasores. Chegaram também velhos Godos, os *Gothones* que Tácito convizinha da Suévia, e Gotinos, gente sueva que falava o celta britânico. A invasão trouxe ainda, como é natural, Povos que viviam junto dos Pireneus, ávidos de compartilhar nas riquezas peninsulares, acumuladas em séculos de paz romana: Galos ou Gauleses, Ambrões (lígures?), Gascões ou Vascões, Bordaleses (os *Burdigalanes* ou *Burgalanes*, que fundaram Burgães, no concelho de Santo Tirso)...

Desde 409 que os Suevos se fixam na Galécia, especialmente no Entre-Douro e Minho. Destruídos e retirados os núcleos políticos de Vândalos e Alanos, ficaram os Suevos sós em campo. Com eles, os resíduos daqueles Povos e as demais tribos de que temos falado. Todos engrossaram as hostes e o Povo suevo, explicando-se por isso a extraordinária potência militar deste.

Em 429, data da transferência dos Vândalos à África, inicia-se a marcha indómita dos Suevos para além da Galécia, na criação dos limites definitivos do seu Reino.

Às ordens de Hermigário, um dos seus chefes guerreiros, passam o Douro, invadindo o território lusitano até Mérida, onde os contêm os Vândalos. Em 438, Hermerico, primeiro rei dos Suevos, abdica em favor de seu filho Réquila. Este precipita-se além Douro, e, penetrando na Bética, derrota, ainda em 438, o romano Andevoto e o exército deste, junto do rio Singilião. «Esmaga-os em ataque frontal e terreno descoberto (*aperto marte*), — diz Idácio, — e apodera-se de suas grandes riquezas de ouro e prata. Em 439 entra vitorioso em Mérida, capital da Lusitânia romana. Em 440, isto é, no ano seguinte ao da entrada em Mérida, cerca e toma a cidade de Mértola, provàvelmente governada pelo Conde Censório, o qual entrega a cidade sem combate».

Assim se fixaram os limites do Reino dos Suevos, as suas *sedes*, como diz Jordanes, em toda a orla ocidental da Península Ibérica, desde o Algarve ao Cantábrico.

No conjunto desta zona há cemitérios germânicos, e também topónimos da mesma origem, estes mais abundantes do Tejo para o Norte, onde mais profunda e duradoira foi a dominação e o influxo dos Suevos. Deste último facto deduzimos nós, antes de sermos plagiados pelo Sr. Wilhelm Reinhart, que é aos Suevos e a mais ninguém que esses topónimos se devem, na origem, atribuir. Escrevemos com efeito:

«Não pode falar-se em influência visigótica, pois ela não produziu o mesmo resultado nas regiões que por mais tempo estiveram no domínio dos Godos, e sobretudo naquelas para onde se fez a migração desse Povo. Para Portugal e para a Galiza não rezam as crónicas viessem senão esporàdicamente exércitos godos».

«O que se diz dos Godos diga-se igualmente das gentes da Reconquista, pois esta não seguiu apenas a orla marítima ocidental galaico-portuguesa. Também se expandiu por Castela e outras regiões, onde existiram vilas romanas, a ajuizar dos nomes dos seus *pueblos*, faltando porém, como se disse, topónimos originados em nomes germânicos».

Estes explicam-se pelo regime, que os Romanos instituiram, das *villae*, propriedades que estão na origem de muitas das nossas freguesias rurais. Eram sujeitas a um *dominus*, a um senhor, de quem tomavam o nome. Tal regime económico terminou porém com a invasão árabe e a Reconquista, dissolvendo-se geralmente as «vilas» antigas em casais, quintas e quintãs, e vilares, conforme ensinou há muito o grande Alberto Sampaio. Sendo assim, uma tão grande multiplicidade de nomes do género de *Villa Hermerici*, «vila de Hermerico», actual Esmeriz, etc., só pode provir da época dos Bárbaros, em que persistia o regime das vilas, subordinadas a um senhor.

Os escritores coevos aludem largamente à expropriação de prédios e riquezas dos Luso-romanos, feita pelos Suevos, que se instalaram em muitas das cómodas vilas da região. No entanto não deve pôr-se de parte a fundação muito provável de novas vilas durante o seu reinado, nem esquecer-se que se generalizaram os nomes pessoais germânicos, a ponto de perdurarem depois da Reconquista e até à Baixa Idade Média.

Orósio descreve-nos os Suevos, mudadas as espadas em arados, a cultivar as terras, confraternizando com os lavradores luso-romanos.

Os Suevos criam um novo Estado, segregado do Império Romano. Esse Estado é uma Monarquia hereditária. Ao Rei assiste um corpo de magnates que forma a sua corte, decidindo-se porém os negócios públicos de comum acordo entre Suevos e Luso-romanos, o que se explica pela ficção jurídica da hospitalidade dada pelo Império aos Bárbaros. Notável a preponderância dos Bispos no Reino, o governo das cidades por indígenas, a actividade do Povo dos velhos castros, a adesão dos nobres e clero ao

regime novo, a ponto de se tornarem defensores e embaixadores do próprio Reino suevo. Com os Suevos há o reacordar do sentimento nacional lusitano, que se prenuncia já em Paulo Orósio. Reunem em concílios a sua gente, para solução das grandes crises políticas, e para resolver a guerra e a paz. Trazem e difundem a sua característica nobreza, a um tempo judicial e guerreira, os *principais*, com seu não menos característico séquito armado. O Rei é o *primus inter pares*, e tem também o seu séquito.

Toda a vida social, sem deixar de ser profundamente romana, se impregna de germanismo.

A Igreja colabora no sistema suevo, sobretudo desde que se dá um facto da maior importância, que notou Sérgio Pinto: — Muito antes de Clóvis receber o baptismo em Reims, sobe ao trono suevo um Rei católico, Requiário, e o Estado torna-se oficialmente o primeiro Reino católico da Europa, que por sinal nessa altura, pela expansão dos Suevos para fora dos seus limites ou sede ocidental, abrangia a Península quase toda.

Depois os Reis caem na heresia. Regressando porém à fé, convocam os concílios bracarenses, constroem igrejas, e mesmo, em tempo de Miro e São Martinho de Dume, os Suevos empreendem uma verdadeira cruzada em prol dos católicos da Andaluzia, que então perseguia o Rei dos Godos, o ariano Leovigildo.

Em 585 este, a pedido de uma facção sueva, intervém na vida interna daquele Reino, como já antes fizera, e constitui-se Rei dos Suevos, ou seja, da *Gallicia*, nome que se deu a todo o país, mesmo para sul do Douro, e que sobrevive na Reconquista, como no domínio árabe, com o mesmo sentido geográfico. Contra o que pretendem certos ânimos simplistas, não organizou nem promoveu uma colonização goda no Ocidente peninsular...

E, segundo noutro lugar escrevemos, o cronista João Biclarense, de Santarém, é expresso em afirmar a persistência dos limites do Reino na Monarquia imperial dos Godos, onde se lhe consentiu pelo menos um Rei privativo, Vitiza, filho de Egica. Foi portanto, na realidade, um Reino dentro dum Império federador. É sem dúvida o feudalismo, tão vulgar na Europa medieva. Acresce que há a considerar ainda a Metrópole bracarense, que só após «um concílio celebrado em Mérida pouco depois de 650 deixou de abranger, como sufragâneas, as dioceses do território português entre Douro e Tejo», segundo escreve o P. Miguel de Oliveira. Portanto a uns 60 anos apenas da invasão árabe. E isto não implica igual procedimento no campo administrativo civil, antes tudo indica que a *Suevorum gentis infinita multitudo*, de que falava Recaredo no III concílio de Toledo, e que, fusão de Luso-romanos e Suevos, constituia a Galícia («Hispania, Gallia et Gallicia» eram os três Reinos reunidos no Império visigodo), continuou a viver como Estado sob o mando dos Reis godos. O Código Visigótico não ignora mesmo a personalidade do exército da Galícia.

O Direito consuetudinário desta região, que possa qualificar-se de germânico, é suevo e não godo, como reconhece o Prof. Garcia Gallo.

Em tempos de São Frutuoso, Metropolita bracarense, o movimento monástico, por ele iniciado e fomentado, dá vigor novo ao teor comunalista, castrejo, da vida dos serranos de todo Portugal e de toda a Galiza. A par da observância da mesma regra monástica, laços económicos vinculam a Grei. Suevos se chamaram todos os habitantes do Reino. Assim podemos qualificar de «suévicos» todos os elementos, germânicos ou não, coexistentes neste ciclo cultural. A própria influência que porventura os Godos exercessem naquela sociedade, influência que não parece demonstrada, não altera a propriedade do termo, pois tudo seria caldeado pelo sentir e pensar das gentes do Ocidente peninsular, os chamados *Suevos*.

Para determinar o limite sul do Reino suévico-lusitano, ainda imprecisamente fixado, tem-se mencionado os concílios da Igreja subordinada ao Metropolita bracarense, em que aparecem os Bispos de Conímbriga, Egitânia e Viseu. O *Parochiale* suevo dá-nos os mesmos limites meridionais. Não fala de Lisboa, Santarém, Beja e Ossónoba. Os dois concílios citados são respectivamente, de 561 e 572; o *Parochiale*, dos últimos tempos da independência do Reino.

Já notámos que não havia estrita coincidência entre a divisão eclesiástica e política. Vejamos porém o que inferir dos textos.

Iniciada com Justiniano a política bizantina de restauração do Império romano do Ocidente, chegaram ao Norte de África os exércitos daquele grande Monarca, Dali passaram à Península, em 549, auxiliando uma facção goda, e ficaram-se pelo Sul, ocupando várias cidades, e deixando aos Godos apenas a *Hispânia Citerior*, segundo expressamente se vê de João Biclarense. De modo que a *Ulterior*, composta desde sempre pela Bética e Lusitânia, e acrescendo-lhe ainda a Galécia, formada de territórios que antes de Augusto eram lusitanos, — a Ulterior, dizia, estava na mão de Bizantinos e Suevos.

A presença dos primeiros é revelada pela existência de epígrafes gregas da Bética, e de Mérida e Mértola na Lusitânia.

Leovigildo, que reinava na Hispânia Citerior, logo que se apossa do Reino suevo, desterra para Beja o destronado chefe, o que é sinal de que a cidade lhe veio às mãos com aquele Reino. Mérida e Évora cunham moeda com o seu nome. Sabemos que levou os seus exércitos até Sevilha. As forças imperiais, os *milites* bizantinos, houveram que recuar decerto para o Oceano e para o Ocidente. Não era para menos o acréscimo, que os Suevos tinham trazido ao poderio do Visigodo.

Em 575 os soldados de Justiniano dominavam contudo a praça de Trujillo, na Emeritense, como se depreende de inscrição grega. E em 576 haviam conquistado toda uma província aos Suevos, com seu governador ou *Rex*.

Que província era esta, se não é possível achar diminuição nas dioceses e paróquias do Reino suevo, desde os concílios de Braga aos últimos anos da independência, em que se escreveu o *Parochiale*?

Certamente a província conquistada ficava a sul da Bracarense. Dado que sabemos que os Suevos dominaram a sul desta província eclesiástica até ao Algarve, não custa a entender que as conquistas bizantinas se teriam verificado na Lusitânia, a sul do Tejo, pròvàvelmente no Algarve e parte adjacente da zona alentejana. O que se

confirma com o facto de por ali nunca antes se haverem fixado os Godos, e faltar cunhagem de moeda com nome dos seus Reis.

Parece portanto que é lícito fixar os limites do Reino suevo, por esta época, entre Beja, último reduto dele, e Mértola, já sob os Bizantinos.

Inscrições gregas de Carteia, Cartagena, Solana de los Barrios (na Hispalense) e Écija, além de Mérida e Mértola, indicam que eles estiveram em todas estas terras, podendo variar embora, com os tempos, a posse delas, em razão das guerras com os Visigodos. Em 621, uns 90 anos antes da invasão islâmica, Patrício, governador bizantino, entrega a Suintila, após uma curiosa correspondência de parte a parte e algumas vitórias do godo, as últimas praças fortificadas, que, segundo se depreende do texto dessa correspondência, ficavam ao sul de Portugal.

O domínio de 72 anos, essencialmente militar, dos Bizantinos deve ter deixado vestígios, além das lápides mencionadas. Talvez fizessem aqui fortificações, daquelas de que fala Procópio Cesariense. O Bispo de Egitânia, em 666, usa em Mérida, no concílio desse ano, o título bizantino de *Archiepiscopus*, desconhecido na Península. É além disso óbvia a aplicação, nestes domínios do Império bizantino, do Direito justinianeu, com novo alento ao Direito romano vulgar.

Mas a influência bizantina vinha de mais longe, e foi mais profunda.

Roma do Baixo Império impregnara-se de orientalismo. A Grécia e sobretudo o Oriente romanizado estavam aptos a substituí-la. Para Constantinopla, esse áureo cadinho de civilizações, convergiam da Ásia gentes e culturas. E para o centro do Império romano do Oriente, criação de Teodósio o Grande, filho desta Galécia onde estamos, se dirigem as atenções dos Povos ocidentais, atraídas pelo esplendor da Filosofia, da Teologia, da Ascética, das letras, das artes, que irradiava sobre o Mundo a concha leste do Mediterrâneo. Bizâncio prestigiava-se também da veneração dos Lugares Santos, sob o seu domínio.

Egéria ou Etéria, a monja galaica, parte para a Judeia, e escreve, nos alvores da nossa literatura, o primeiro livro de viagens: a célebre *Peregrinatio* ou *Itinerarium*.

Toda a nossa cultura, desde o Baixo Império até muito tarde, é peregrina do Oriente, é tributária de Bizâncio, talvez por amor do universalismo que lhe está na medula.

Prisciliano, um dos maiores herejes da História católica, nascido no Ocidente peninsular, surge no século IV, a propugnar a maldade invencível da natureza.

Ora a chave desta crise religiosa encontra-se, como afirmou Otero Pedrayo, na Gnose oriental. É a reprodução do credo de Zoroastro e da doutrina dos Maniqueus, que infestaram a Lusitânia e Galécia, conforme notou Mário Martins. É afinal o dualismo religioso que inspirou Fenícios e Cartagineses, e atormentou Santo Agostinho, antes de resolver o problema angustiante do Bem o do Mal, segundo mostrou Giovani Papini, em sua excelente biografia do Bispo de Hipona.

O povo sentia este problema metafísico. Porque, se a carne é irremediàvelmente má, quem lhe pode resistir? Tudo é lícito.

Assim se compreende que, degolado em Tréveris Prisciliano, após trágico diálogo com o seu antagonista, o Bispo lusitano de Ossónoba, no Algarve, o cadáver do heresiarca venha, aos ombros dos discípulos, para a longínqua terra da Galécia, sob os olhares horrorizados dos Lusitanos. O próprio Idácio, Bispo católico de Chaves, lamenta o desfecho da defesa da ortodoxia por parte do seu colega do Sul, chamado Itácio, nome semelhante...

Agora é já Orósio, o fundador da Filosofia da História, quem de Braga se encaminha a consultar Santo Agostinho sobre a doutrina priscilianista que estava no ambiente. O Bispo africano revela-lhe a solução que tinha achado para o problema do Bem e do Mal, que tantos anos vivera em seu corpo e na sua alma. O Mal é a negação do Bem, é carência, é nada. Não tem força criadora.

Todavia a incompreensão disto havia de manter-se aqui. Levava à negação do corpo físico de Cristo, pois a carne, sendo má, não convinha ao Filho de Deus. E assim, enquanto uns admitem a fantasmagoria desse corpo, outros negam a divindade de Cristo, por ser Homem. O arianismo e o priscilianismo andavam por isso de mãos dadas, já no século IV, na mente do Bispo de Lisboa, Potâmio...

Na sua jornada, porém, o presbítero Paulo Orósio recebe de Agostinho a incumbência de consultar São Jerónimo, que, por sua vez, lhe comete o encargo de o substituir no concílio de Jerusalém, onde se defronta com Morgan ou Pelágio, o irlandês herético, em animado debate que Maria do Sameiro Prieto recordou há tempo. A aura de Pelágio lembra a do nosso Prisciliano.

Da Palestina, Orósio e os dois Avitos, também bracarenses, enviam relíquias para a sua Pátria. Inicia-se uma verdadeira importação dos piedosos vestígios dos Santos Lugares.

Todo o Reino dos Suevos, que entretanto se consolidara na Lusitânia e Galécia, cai na heresia, um misto de arianismo e priscilianismo, afinal a Gnose oriental. É *avant la lettre*, um verdadeiro Estado protestante.

Pelos meados do século VI avulta, na História, a figura excelsa e poderosa de São Martinho Dumiense ou Bracarense. Panónio de origem, talvez suevo, descendente de algum chefe germânico ao serviço do Império, *Martius Martinus* é pela cultura um bizantino, que, com outros, fomenta em Braga e Dume o gosto das letras gregas e o Direito canónico do Oriente cristão.

Só ele estava destinado e apetrechado providencialmente a dar combate ao erro gnóstico de Prisciliano, e a vencê-lo.

Prisciliano e São Martinho são os dois polos de uma crise religiosa, filosófica e moral, que se resolveu no Catolicismo, por mão do Apóstolo dos Suevos, reorganizador, para mais, da Igreja de todo o Reino, como o revelam as actas dos Concílios, as suas obras admiráveis, os seus Cânones, e esse inestimável *Parochiale* suevo, redimido do desprezo e do olvido pelo Prof. Pierre David.

Aprígio de Beja merece ser ainda citado, a par dos autores deste período, como expoente de influência do Oriente cristão na cultura da nossa terra. A ortodoxia

da sua obra salvou-a por certo da ignara queima de livros ordenada por um monarca visigodo.

São Martinho não lutava porém com armas inquisitoriais contra a heresia. Assim, acabou a obra do seu predecessor Profuturo, instituindo, como se diz no seu epitáfio, o rito bracarense ou lusitano, com a característica de acentuar a divindade de Cristo, Homem-Deus. Ainda hoje nas igrejas desta diocese, como outrora em toda a Província eclesiástica, vemos repetir cerimónias que tendem ao mesmo fim: o sacerdote levanta a hóstia, já consagrada, ao Pater-Noster, e, antes de a comungar, afasta-se, mostrando-a ao Povo, verdadeira consubstanciação do corpo físico de Cristo. A mesma preocupação devia gerar na liturgia uma forte corrente, bem visível na forma actual do rito, para realçar a maternidade e culto de Maria, de modo insistente, generalizado e popular. Nos seus protestos de ortodoxia, arrebatadamente, o B.spo de Lisboa Potâmio, clamava, pelos fins do século IV, sentindo provàvelmente o problema: — «que sempre a Virgem Mãe, com os seus louros, juntamente com Deus... levante até às nuvens do céu a sua cabeça coroada!» E Baquiário, monge e escritor dumiense, em tempos de São Martinho, defende a virgindade da Mãe de Deus.

O rito bracarense não foi perseguido, nem tocado sequer pelo IV Concílio de Toledo, que, quando muito, apenas, sobre liturgia e sua unificação alude à Gália e à Hispânia, deixando à Galícia os seus veneráveis costumes particulares. O mesmo Concílio conservou a variedade ritual, suprimindo-se apenas as divergências dentro de cada província, o que nos dá a certeza de que toda a Galícia, o Reino dos Suevos, pelo menos nas dioceses do Tejo para o Norte, seguia o rito bracarense...

Os Reis visigodos não eram iconoclastas, e não tinham preocupações de reduzir a cinza os particularismos dos seus Reinos. Sirva de exemplo o que se passara no III Concílio toledano, depois da união dos Suevos. Tendo Recaredo mandado introduzir a recitação do Símbolo, referiu-se apenas à Gália e à Hispânia. Os Bispos da Galícia é que aceitaram de livre vontade introduzi-lo também na sua liturgia. Por outro lado, a memória de São Martinho era de sobejo venerada pelos Reis godos, após a sua conversão, pois eles até se consideravam os seus testamenteiros: como se compreenderia que desrespeitassem o rito que ele fundara?

Aliás o problema resolve-se fàcilmente, pela simples consideração de o rito visigótico não ter vigorado na Gália, a que expressamente se referia o cânone da suposta unificação litúrgica.

Não pode por isso sustentar-se a criação do rito no episcopado de São Geraldo, o restaurador dos privilégios bracarenses, que tinha à mão os livros eclesiásticos suevos. As aliás discutíveis semelhanças com a liturgia romano-franca explicam-se bem pela origem comum e por São Martinho ter demorado alguns anos pela Gália, onde teve discípulos fervorosos, ainda depois de vir para cá. Douto liturgista, em estudo inédito que gentilmente nos revelou, reexaminando o problema, aparenta o rito bracarense ao de Wurtzburgo, de antiguidade correspondente à que assinamos para o nosso.

Quando o goticismo foi implantado em Oviedo por Afonso II, Rei da Galícia

(o velho Reino suevo ressuscitado!) e das Astúrias, certamente não foi o rito de Roma o que ele postergou, para o substituir pelo de Toledo, que muitas dioceses hispânicas seguiam ainda. Aboliu o que se praticava nessa parcela do antigo Reino suevo, cuja tradição rejeitava, ao instituir como diz o cronicão antigo, «a ordem toda dos Godos, conforme houvera em Toledo, tanto na Igreja como em Palácio...» Pôs de lado um rito particular, regional. O romano não viera ainda, na sua versão franca, trazido pelos monges de Cluny. Só o rito suevo ou bracarense podia portanto ter sido a vítima, nos páramos asturianos. São Geraldo, o restaurador e defensor dos direitos metropolitanos bracarenses, não achando certamente essa alteração válida, consulta o Papa sobre o reconhecimento de algumas ordens conferidas segundo o rito visigodo, toledano ou hispânico: se isto prova que tal rito era seguido em alguns lugares da Galécia (prova inútil, pois há texto mais explícito no citado cronicão), também prova o contrário: que havia ordens sacras conferidas segundo o rito anterior, que continuava a viver a sua vida, legítima segundo a ordem canónica, rebelde segundo a ordem civil...

No domínio dos Reis visigodos, que respeitam, como se vê, a individualidade nacional dos Suevos, São Frutuoso dá novo alento à Igreja de Braga e de todo o Ocidente peninsular, e desenvolve o monaquismo em proporções que lembram mais uma vez a Irlanda, nossa irmã. Poderia falar-se ainda do discutido Isidoro de Beja, que mais tarde assistiria à invasão islâmica.

Eis a largos traços, o desenho da história cultural e política dos Suevos e Bizantinos nesta orla marítima da Península. Ciclo suévico-bizantino, dissemos. Património cultural que se transmite ao Reino da Reconquista, a qual de início foi apenas sueva, como disse já Luís Gonzaga de Azevedo.

Influência castreja, evolução da cultura romana, atracção constante de Bizâncio, contribuição sueva, eis o que à Arqueologia pode a História cultural e política fornecer como ponto de partida para o estudo do Ocidente peninsular neste ciclo.

SUMMARY

THE CULTURAL AND POLITICAL SUEVO-BYZANTINE CYCLE

The author in his article gives his reasons for saying the Suevo-Byzantine Cycle and not the Visigothic as is usual;

He goes on to write how the Barbarians invaded the Peninsula and of the kingdoms resulting from those invasions.

In 409 the Suevi settled in Galecia chiefly in Entre-Douro e Minho. The political centers of Vandals and Alanes being destroied the Suevi remained alone in the field.

In 429 when the Vandals went to Africa, the march of the Suevi beyond Galecia to mark the bounderies of their kingdom was started. It stretched along the western coast of the Iberic Peninsula, from Algarve to the Cantabric.

Writers of that time mention particularly the expropriation of the houses and wealth of Luso-Romans by the Suevi who took for themselves many of the comfortable houses of that region.

Orósio telles about the Suevi changing their swards for ploughs and tilling the land, on good terms with the luso-roman farmers.

A new State was created by the Suevi segregated from the Roman Empire. This State was a hereditary monarchy.

The Church colaborates with the system of the Suevi especialy since an important happening.

Long before Clovis received the baptism in Reims a catholic king Requiario, sat on the throne of the Suevi, the State became officially the first catholic kingdom of Europe, which through expansion of the Suevi already comprised nearly all the Peninsula.

Then they became heretics, but returning later to the faith called together the councils of Bracara, built churches and even in the days of Miro and Saint Martinho de Dume started a cruzade in favor of the catholics of Andaluzia who were then presecuted by the King of the Goths, Leovigilde.

To determine the southern limit of the Suevo-Lusitanian kingdom the coucils of the church under the Bracarensis Metropolitan have been mentioned, as also the names of the Bishops of Coninbriga, Egitania and Viseu. The «Parochiale» gives the same southern limits.

Justinian started the byzantine policy of the restauration of the Eastern Roman Empire and the troops of that great king arrived in North Africa. From there they went to the Peninsula in 549, helping the Goths, and stayed in the south taking several towns and leaving in the Goths' power only «Hispania Citerior».

Byzantine essentially military power which lasted 72 years left its traces.

Later, Visigoth kings respected national individuality of the Suevi.

Here is briefly the outline of the cultural and political history of the Suevi and Byzantine in the sea coast of the Peninsula. We called it the Suevo-Byzantine Cycle. Cultural heritage transmited to the Suevi.

NOTÍCIAS E COMUNICAÇÕES

GOA E A UNIÃO INDIANA

(ASPECTOS ECONÓMICO, POLÍTICO E MORAL)

Pela sua lógica e clareza e pela importância moral e política que revestem, transcrevemos as declarações que sobre a atitude da União Indiana perante os direitos de Portugal relativamente aos territórios da Índia Portuguesa, foram proferidas em 12 de Abril de 1954 ao microfone da Emissora Nacional pelo sr. Presidente do Conselho, Prof. Dr. Oliveira Salazar:

Quando o primeiro-ministro da União Indiana, sr. Nehru, pode distrair das suas imensas preocupações alguns minutos em cada dia para falar de Goa que não é sua, não se estranhará que, ao menos uma vez em cada ano, eu me ocupe em público do pequeno Estado que é nosso, e por imposição da História e força do Direito faz parte da Nação Portuguesa. Não se trata de entabolar um diálogo, muito menos de princípio de discussão. A União é um vastíssimo país, com milhões de quilómetros e centos de milhões de habitantes que parece apostada em afirmar a sua mocidade de Estado livre em pretensões a estender domínios e poderio, e em assegurar a independência, que ninguém ameaça, através da consolidação de uma unidade — geográfica, à falta de melhor — e já essa irremediàvelmente comprometida. Nós somos, apesar da relativa vastidão do nosso Ultramar, uma pequena Nação homogénea e razoàvelmente estruturada, que há bastantes séculos tem consciência dos respectivos limites territoriais e humanos, de onde vem talvez a energia com que procura defender os seus e o escrúpulo com que respeita os alheios. A modéstia não nos inibe, porém, de falar, porque a razão não depende do número e a justiça não varia com o valor material das causas.

A Imprensa da União Indiana, que é democrática e constitucionalmente livre, tem-se revelado bastante uniforme nos seus ataques a Portugal e geralmente bastante hermética em relação ao restabelecimento da verdade que tentamos, quando a cada passo a vemos extraviar-se a nosso respeito e a respeito de Goa pelas informações inexactas e os injustos juízos. Alguns pequenos jornais que, no uso dessa mesma liberdade, ousaram discordar ou apresentar algumas restrições ao modo de ver oficial, foram empastelados e assim impedidos de acreditar qualquer outra versão. É difícil fazer chegar em tais condições aos espíritos independentes da União uma palavra desapaixonada. Apesar de tudo falarei, porque parece indispensável não deixar dissolver-se no azedume das paixões a essência de problemas sérios na vida e relações dos povos, e porque, enfim, nunca se sabe onde pode ecoar uma voz ainda que sob a impressão de clamar no deserto.

Começarei por uma proposição singela e fàcilmente demonstrável: seja qual for o valor moral que representa para nós, o Estado da Índia pode dizer-se que não conta demográfica, económica e financeiramente no todo português. Goa, Damão e Diu têm apenas cerca de 4 mil quilómetros quadrados que representam, para o nosso total de aproximadamente 2.200.000, a modestíssima percentagem de 0,18 por cento. A população daqueles territórios anda por um pouco mais de 600 mil habitantes, ou 3 por cento dos 20 milhões que já contamos no Portugal metropolitano e ultramarino.

Como a população é densa — uns 160 habitantes em média por quilómetro quadrado — e restritos os recursos locais, Goa desentranha-se em emigrantes para a União Indiana, o Paquistão, as regiões marginais do Golfo Pérsico, os domínios ingleses de África, o Ultramar português. As colónias mais numerosas encontram-se em Bombaim — uns 80 mil goeses, noutras partes da União uns 20 mil, no Paquistão à volta de 30 mil, dos quais 10 mil em Karachi, e 30 mil no Quénia e na Uganda. Em Daran, Abadan e em outras regiões do Pérsico devem contar-se também uns 20 mil. Como é da boa tradição portuguesa, o goês é excelente trabalhador, disciplinado, respeitador da soberania e obediente às autoridades locais. Desempenha geralmente mesteres pouco rendosos, e não constituiu nunca base ou ponto de apoio para uma política metropolitana de qualquer espécie — aliás não pretendida. A boa aceitação do goês é por isso geral e a única compensação ambicionada para o seu trabalho é a possibilidade de remeter pequenas economias para ajuda do sustento da família que ficou em Goa.

Dos números de que dispomos quanto ao valor da produção agrícola, industrial e mineira de Goa, Damão e Diu, pode concluir-se que a indústria transformadora se encontra pouco desenvolvida; a produção agrícola — arroz, coco, castanha de cajú, areca e manga — deve orçar por 300 mil contos, e os minérios de ferro e de manganés exportados andaram em 1953 pori mportância pouco superior a essa (338 mil contos).

Em conjunto as relações comerciais da Metrópole com o Estado da Índia representam apenas 0,75 por mil do comércio metropolitano. Em 53 enviámos para lá 10 mil contos de mercadorias, e importámos não chegou a 1 milhar. No comércio de Goa, Damão e Diu, não vamos — Continente e Ultramar juntos — além de 10 por cento na importação e de 0,5 por cento na exportação. Como é natural, a União Indiana atinge respectivamente à volta de 20 por cento nas importações e mais de 40 por cento nas exportações do Estado da Índia.

A balança comercial é deficitária, andando as importações por 550 mil contos e as exportações por 350 mil, depois do forte aumento que tiveram nos últimos anos com o produto da exploração mineira. O «deficit» é saldado por meio de outras rubricas da balança de pagamentos, como serviços prestados, turismo e emigração. Algumas das maiores empresas mineiras são da União Indiana, para onde, portanto, revertem os lucros mais avultados das explorações.

Pode dizer-se que a única empresa metropolitana de relevo na nossa Índia é o Banco Nacional Ultramarino. No longo período em que aí tem trabalhado, o Banco teve prejuízos em muitos anos e raras vezes lucros, e estes modestíssimos geralmente, da ordem dos centos de contos. No último ano arrecadou o Banco lucros mais avultados, à roda de 10 mil contos, que lá ficaram, constituindo uma reserva de divisas para eventuais dificuldades futuras.

O orçamento do Estado da Índia anda por 200 mil contos em receitas e despesas, ordinárias e extraordinàrias: as ordinárias somam 130 a 140 mil contos, o que, sendo bastante para o território, representa pouco mais de 1 por cento dos orçamentos das diversas províncias da Nação. Dado o princípio de autonomia financeira basilar na Constituição portuguesa, as despesas orçamentais são todas aplicadas aos serviços pró-

prios e melhoramentos locais, com uma pequena excepção. Do conjunto das despesas, 800 contos são pagos à Metrópole para custeio parcial de organismos que funcionam em Lisboa em benefício de todo o Ultramar; mas em contrapartida a Metrópole gasta no Estado da Índia, anualmente, uns 7 mil contos e nos últimos tempos, em virtude das medidas de protecção à navegação e outras, muitas dezenas de milhares de contos por ano. Goa representa para a Metrópole, portanto, um encargo orçamental de alguma importância. Em tempos idos, de menor desafogo financeiro, o marquês de Sá da Bandeira podia dizer a lorde Howard que a Índia era para nós uma ruína.

Parte do encargo metropolitano é constituído pela garantia de juros a pagar à Companhia do Caminho de Ferro de Mormugão, que serve a União Indiana. O total dos encargos pagos é já de £ 3.261.000 aproximadamente, para cuja compensação o Estado recebeu £ 815.000, de modo que o desembolso real desde 1881 a 1954 é de 2 milhões e meio de libras.

Não só o total do orçamento, ainda acrescido dos suprimentos metropolitanos, é exclusivamente gasto em benefício dos serviços do Estado da Índia, como se pode dizer que dos mesmos só beneficia a população local. Enquanto os funcionários goeses no Estado da Índia andam por 4.500, os de origem metropolitana ascendem a escassas dezenas. Em virtude da não discriminação racial que adoptamos, não me é possível neste momento dar números exactos acerca dos indivíduos nascidos no Estado da Índia e que exercem funções públicas ou profissões liberais na Metrópole. Mas sabe-se que há magistrados, professores, médicos, notários em número apreciável, e a todos estes acrescem os que trabalham em todas as províncias ultramarinas, de Cabo Verde a Timor. Os últimos excedem grandemente os metropolitanos que desempenham cargos no Estado da Índia. Isto é: Goa não é colocação para o funcionalismo metropolitano, mas Portugal inteiro está aberto aos filhos de Goa.

Os números que ficam aí demonstram cabalmente a tese posta: o Estado da Índia não tem pràticamente valor na economia e na demografia portuguesa e é fonte de encargos financeiros para a Metrópole; não pode encontrar-se na sua vida jurídica e na sua administração o menor traço de imperialismo económico ou político, pelo que devemos crer desactualizados, pelo menos, os que de tal nos acusam. Algumas das concepções que nos levaram à Índia — políticas ou económicas — desapareceram com o tempo que as fez surgir; mas deram lugar a outras realidades — as que se afirmam hoje. E estas realidades são: constituir Goa uma comunidade portuguesa na Índia; representar Goa uma luz do Ocidente em terras orientais. O território é apenas o espaço onde essa comunidade vive; a terra o farol onde essa luz se acendeu. Os nossos interesses são puramente morais — primeiro de portugueses, em seguida de homens do Ocidente.

Os portugueses foram ao Oriente com altos pensamentos religiosos, políticos, comerciais. Mas parece claro que essas concepções não importavam a conquista dos territórios, a sujeição das populações: apenas um pé em terra firme para daí se garantir a segurança dos mares e as novas rotas do tráfego. Nesses minúsculos territórios, cedidos ou militarmente ocupados, o sangue português fundiu-se generosamente com o das gentes locais; mais de quatrocentos anos de vida comum, de uma presença espiritual, da insuflação de uma civilização diferente, da interpretação de culturas criaram um tipo social perfeitamente diferenciado. Por mais que se queira, um português da Índia, um luso-indiano não se confunde com o natural da União. Todos os que visitam Goa, idos da União Indiana, não atravessam só uma fronteira política, mas uma fronteira humana, uma criação original do Ocidente, orientalizada ao contacto da cultura milenária da Índia.

Tenho notado contradições na argumentação apaixonada da União Indiana e

uma das mais gritantes é esta: para se arrogar o direito de absorver Goa, diz-se que esta é Índia, pela raça, pela religião, pela cultura; para se captar a simpatia dos goeses promete-se-lhes que se respeitarão as actividades religiosas e os elementos culturais distintos daquela pequena comunidade. A verdade está porém no reconhecimento das diferenças e não no paralelismo das semelhanças. O pequeno Estado da Índia é efectivamente uma província de Portugal e precisamente aquela a que estão ligados alguns dos maiores nomes que a Nação Portuguesa pôde dar à História Universal.

Eis porque repugna à sensibilidade dos portugueses — e essa repugnância tem a a sua expressão jurídica no texto constitucional — negociar a cedência de Goa e a cidadania portuguesa dos seus habitantes e não curar da sua defesa até ao limite das nossas forças.

Estas coisas, de ordem exclusivamente moral, podem parecer estranhas ao materialismo dos tempos e são contestadas pelos que alimentam desígnios contrários. Mas estes mesmos têm a prova de tais coisas corresponderem a uma realidade viva no comportamento dos goeses, já não digo dos que habitam Goa, mas dos que vivem nos territórios da União Indiana: devendo-lhe o trabalho e naturalmente receosos das mais diversas formas de pressão, nem por isso abdicam da sua qualidade de portugueses. Bem se sabe a dificuldade de arregimentar as poucas dezenas para as manifestações hostis...

É certo que se têm transaccionado através dos tempos territórios ditos coloniais. Napoleão vendeu a Luisiânia; a Espanha ainda em 98 cedeu Porto Rico; há três séculos, nós mesmos fizemos de Tânger e Bombaim presente de noivado de uma infanta portuguesa; mais de uma vez no século XIX a Inglaterra nos propôs a compra de Goa. Tudo é històricamente exacto, e nada temos a dizer a isso senão que, apesar do pequeno valor económico do Estado da Índia, a nossa reacção foi sempre igual e que o elemento do direito de propriedade, transparente nesse conceito de soberania, não existe no direito público português.

Ainda que nalgumas partes da Ásia se continue a alimentar para fins políticos o sentimento de abominação do Oriente, e fossem quais fossem os excessos praticados por estes ou aqueles em passados séculos, isso não pode impedir-nos de reconhecer quanto toda ela deve às nações que, com esforço sobre-humano, alargaram as fronteiras do Mundo conhecido e trouxeram a mais íntimo convívio todos os povos da Terra. A mesma justiça devemos prestar ao Oriente pelas contribuições de toda a ordem que dele receberam as nações ocidentais. Apesar de tudo, parece que a Europa se sente hoje envergonhada e repesa dos actos dos seus descobridores e do alto pensamento que os conduzia, e o mais discretamente possível procura apagar os seus vestígios. A verdade, porém, é que o progresso se mede ainda em toda a parte pelo grau de ocidentalização que se atinge e as regressões se verificam no sentido contrário.

Quanto a nós, parece-nos indiscutível que a Índia tem para Portugal uma dívida — ter-lhe aberto as portas do Ocidente e tê-la posto em estreito contacto com os princípios de uma cultura, benéficos para a sua própria evolução. E ousamos ainda dizer mais: se essa acção espiritual pudesse ter sido mais larga e profunda, a Índia, que procura moldar as suas instituições no cunho ocidental, não encontraria na sua feliz independência problemas tão graves como os que se lhe deparam agora. Lutamos por que, sem agravo para ninguém, Goa continue a ser o padrão dos descobridores portugueses e pequeno foco do espírito ocidental no Oriente, o qual, para se manter vivo, precisa de estar ligado às origens, como o fio de água à nascente.

Estas as nossas razões. Devemos agora examinar com espírito aberto as razões da União Indiana.

Tenho seguido com o possível cuidado os discursos e interpelações parlamentares, as mensagens e afirmações dos comícios e os artigos da Imprensa. Muito pouco há que deva reter-nos a atenção. Trata-se de uma campanha conduzida nos termos das muitas que por esse Mundo se têm levantado para idênticos fins. A imaginação humana é, apesar de tudo, limitada e o Mundo é bastante velho para não ter experimentado já todas as formas possíveis de, quando nisso há interesse, inverter as situações e contradizer a verdade: a nossa presença em Goa é tida por alguns como uma *provocação*; e o abandono de Goa como um *direito* da União Indiana. A campanha é destituída de fundamento, como se tem provado a propósito de cada caso, mas tende a criar um estado de espírito excitado e irresponsável em que possam enxertar-se factos sem remédio.

A agitação parlamentar e de Imprensa — temos de lamentá-lo — é acompanhada por uma acção governamental claramente inamistosa. Não só a União Indiana, em toda a parte onde um goês trabalha — no Quénia, no Paquistão, na mesma União —, se compraz e engenha em mostrar a sua animosidade para com Portugal, como vai acumulando providências restritivas em relação às pessoas, ao correio, às mercadorias, com o fim de isolar o Estado da Índia e tornar aí muito difícil a vida. Estas acções são inúteis, se se destinam a provar que a União Indiana tem o poder material de as pôr em prática. Sempre o reconhecemos, mas não é isso que se discute. O que está em causa é saber se tal regime é conforme às normas que regulam a vida internacional.

O governo da União propõe-se alimentar uma opinião hostil com os seus reiterados protestos, as suas acusações infundadas, a sua instigação à revolta nos nossos territórios. E não tem dúvidas sobre o que acontecerá aos que ousarem ali perturbar a ordem, do que deduzimos pretender vítimas para sobre elas abrir talvez o seu caminho. De tal maneira de agir, que não é só connosco, advém este resultado paradoxal: a União Indiana, oficialmente pacifista, e pacifista ainda pela mentalidade confessada dos seus mais altos dirigentes, mantém desagradáveis relações com todos os vizinhos. Serão então destes todas as culpas?

Deixemos este capítulo, que só não calo por temer se pense que estamos desatentos ou não sentimos os agravos; e passemos adiante, porque as recriminações não fazem dar um passo à solução do único problema que importa — e este é a coexistência e pacífica vizinhança de Goa e da União Indiana.

Do conjunto das declarações podem deduzir-se três pontos que merecem atenção: imperativos da Geografia; dificuldades administrativas causadas pelo embrechado dos territórios; e, finalmente, receios no domínio da defesa, pela presença de uma soberania estranha.

Goa é geogràficamente Índia, mas esta posição ou facto geográfico não é fonte de direito nem é bastante para definir os limites das respectivas soberanias. Pouco maior que a União Indiana é toda a Europa aquém da cortina de ferro e nela existem grandes nações como a Alemanha e a França e pequeninos estados como o Luxemburgo. Quando a terra é livre e a população dispersa e sem tradições, podem definir-se os limites dos Estados pelos largos mares, por paralelos e meridianos, como na América do Norte, como em certas regiões de África. São territórios não afeiçoados pela História e que não podem servir de exemplo quando a terra foi durante séculos ou milénios a fonte da própria vida e as fronteiras são fruto de mil circunstâncias da História. Essas aparecem-nos então caprichosas e por vezes ilógicas, mas respeitá-las é assisado e justo.

Tem-se falado nas dificuldades experimentadas pela administração indiana em virtude da existência de territórios estranhos. Não nego que algumas dificuldades existem e desejaria poder apreciá-las em toda a sua extensão para buscar-lhes da nossa parte o possível remédio. Julgo, porém, que estas não podem ter especial gravidade nos territórios

de Goa, Damão e Diu, que são todos confinantes com o mar. Admito, porém, que seja o caso diferente no pequeno enclave no Nagar Aveli, inteiramente rodeado por territórios da União; mas aí, como em tudo o mais, a nossa disposição de sempre é conciliar interesses e não prejudicar a administração indiana, como se verificou com a atitude por nós tomada em relação ao Padroado do Oriente, que aliás em nada interferia com o governo da União.

Pertencerem-nos portos como Mormugão, que devia servir à União Indiana mais intensamente do que hoje, não pode ser razão de se nos recusar a legitimidade de estar em Goa. Falando, como é natural, com os olhos postos na Europa, a exploração do argumento sacrificaria a Holanda à Alemanha, o Norte da Noruega à Rússia, os Estreitos aos Sovietes, a Itália à Suíça e à Áustria, o Egipto aos principais utilizadores do Canal, e com o mesmo fundamento foi a Finlândia sacrificada à Rússia. Por outro lado, a consciência dos deveres do Estado litoral para com os do interior, desprovidos de saídas para o mar, mantém com todo o direito na posse de Portugal Lourenço Marques e a Beira, com plena satisfação dos justos interesses da África do Sul e das Rodésias.

Reflectindo sobre Mormugão, notarei ainda que o porto manuseia um milhão de toneladas carregadas e descarregadas por ano, e que a percentagem do tráfego vindo da União Indiana pelo caminho de ferro que serve o porto e que em 39 atingiu 97 por cento, foi em 50-51 de apenas 69 por cento, e no primeiro trimestre de 52 já só de 55 por cento. A diminuição das percentagens pode em parte atribuir-se ao aumento do tráfego local; se, além desta, há outras causas, essas devem filiar-se na política da União, visto estar ainda a cargo dos seus serviços a administração do porto e do caminho de ferro.

O último ponto liga-se a questões de defesa e é o único que parece reflectir preocupações sérias da União Indiana.

A União tem a sua política externa. Interpretamo-la como pretendendo assegurar uma vasta zona geográfica e humana de neutralidade no eventual conflito entre potências comunistas e o mundo ocidental. O juízo que façamos sobre a possibilidade actual de a União fazer vingar esta política não interessa; interessa apenas ter presente que no problema não temos nós e a União Indiana a mesma posição.

Quando se diz que a Índia tem receio de Goa, é ridículo pensar que pode ter receio dos dois mil ou dos vinte mil homens que pudéssemos manter ali. O que receia é a utilização que o território de Goa pudesse vir a ter por parte de potências mais fortes, adversas à política da União Indiana. Temos de examinar a dificuldade e procurar dar-lhe solução, se a União sinceramente a deseja. Nós não temos entre os nossos deveres externos nenhum que implícita ou explìcitamente se oponha à possibilidade de, no actual momento e quanto a Goa, encararmos dar à União Indiana garantias a respeito da sua segurança.

A União faz parte da Comunidade Britânica e Portugal desde séculos tem tido como constante da sua política externa a aliança com a Inglaterra. Está assente que a política externa das Nações da Comunidade pode ser diversa, mas não é admissível que seja contraditória. E isto significa que, nem por esse lado nem pelo de outros compromissos gerais da Nação Portuguesa, Goa poderá servir de base a operações hostis à União Indiana. A definição de compromissos precisos a esse respeito parece-me assim possível e prática.

Desejaria ainda esclarecer em último ponto, algum tanto afim deste e provocado pelas muitas perguntas que tenho visto fazer no Parlamento da União Indiana, como mal veladas sondagens sobre os tratados anglo-lusos e o Tratado do Atlântico Norte e a eventual interferência das suas disposições com o caso de Goa. A curiosidade de saber-se

como funcionariam na hipótese de ataque à soberania portuguesa naquelas regiões não poderá ser satisfeita. Mas, porque o primeiro-ministro se referiu à minha opinião sobre esses tratados, devo confessar que não tenho interpretação pessoal dos textos que haja de ser seguida ou rejeitada; suponho até que pela sua clareza não necessitam de intérprete.

A declaração luso-britânica, de 14 de Outubro de 1899, confirmou expressamente não só o artigo 1.º do Tratado de 29 de Janeiro de 1642, mas também o último artigo do Tratado de 23 de Junho de 1661, no qual, «em vista das grandes vantagens e aumento de domínio» por este Tratado atribuídos à Inglaterra, se estabelece textualmente o seguinte:

> «Além de todas as coisas... acordadas e concluídas... se conclui e acorda mais por este artigo que Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha... promete e obriga-se pelo presente artigo a defender e proteger todas as conquistas ou colónias pertencentes à Coroa de Portugal contra todos os seus inimigos tanto futuros como presentes.»

E o artigo 1.º do Tratado de 1642 deixara estatuído que «nenhum dos ditos Sereníssimos Reis, seus herdeiros e sucessores fará ou tentará coisa alguma, já por si, já por outrem, contra um e outro, os seus reinos em terra ou no mar, nem consentirá ou aderirá em guerra alguma, conselho ou tratados em prejuízo do outro.»

Pelo que se refere ao Tratado do Atlântico Norte, de 4 de Abril de 1949, deve dizer-se que os seus artigos 5.º e 6.º definem entre os signatários uma zona atlântica de garantia e acção imediata, que manifestamente não abrange a Índia. E isso foi já objecto de uma comunicação formal feita pelo Governo português à União Indiana em Abril do ano findo. Acessòriamente, porém, figura no mesmo Tratado o artigo 4.º que reza assim:

> «As Partes consultar-se-ão sempre que, na opinião de qualquer delas, estiver ameaçada a integridade territorial, a independência política ou a segurança de uma das partes.»

A definição da zona atlântica constante do artigo 6.º tem talvez feito a alguns cair desprevenidamente na suposição de que o Tratado do Atlântico Norte nada tem que ver com territórios situados fora da zona referida, quando a verdade é que o artigo 4.º contempla quaisquer ameaças à integridade territorial de um dos Estados Membros.

A declaração peremptória feita no Parlamento da União de que estes Tratados nada têm que ver com Goa não pode, pois, ser tida por fundamentada.

O Mundo está cheio de inquietações e de perigos e o primeiro-ministro da União Indiana notou-o bem explìcitamente numa das suas últimas intervenções parlamentares, para que se possa sem razão acrescentá-los ainda. Nós esperamos — e são as minhas últimas afirmações — nós confiamos em que os actos vão corresponder às palavras e cremos que também aos íntimos sentimentos do Pandith Nehru.

COMANDANTE MOURA-BRAZ

Com a morte do Comandante Moura-Braz, ocorrida em Lisboa em 11 de Abril último, perdeu a Sociedade de Geografia um colaborador valiosíssimo, cuja falta, profundamente sentida por todos que o conheciam e acompanhavam a sua acção cultural nos quadros desta Sociedade, magoadamente registamos como irreparável luto.

O capitão de fragata César Augusto de Oliveira Moura-Braz nasceu em Lisboa em 1881, tendo-se matriculado na Escola Naval em 1899 e sido promovido a guarda-marinha em 1902. A fase inicial da sua vida profissional, na corporação da Armada, foi intensa de trabalhos e de movimento. Andou, entre 1902 e 1936, embarcado em vinte e oito navios, de quatro dos quais exerceu o comando. Inteligência destacada entre os da sua geração, logo muito novo se afirmou oficial distintíssimo. Tomou parte, em 1904, na campanha da Guiné, demonstrando, na conjuntura difícil, as qualidades que toda a vida o haviam de exornar: o inexcedível brio, a dedicação, a coragem. Após o advento da República foi nomeado capitão dos portos de Angola, lugar de que transitou, com o mais eloquente louvor, para o Governo do Distrito da Huíla. No interior das terras de África haveria de afirmar-se a vocação vigorosa que, a par da do homem do mar, haveria de fazer dele um geógrafo distinto e um cientista de primeira plana. Novamente louvado pela sua acção no Governo do Distrito da Huíla, foi nomeado em seguida (Dezembro de 1913) Comissário de Limites da Missão portuguesa que, juntamente com a Missão belga, devia proceder à demarcação da fronteira de Angola, na região do Dilolo. Durante anos Moura-Braz viveu a vida do mato, a vida do geógrafo em campo, e levou a cabo a sua missão de forma que havia de o consagrar. Nomeado, depois de servir no mar durante a guerra, para a Missão Geodésica de Cabo Verde em 1918, transitou no ano seguinte para Director da Agrimensura de Moçambique. Aí, durante doze anos quase ininterruptos, exerceu uma acção notabilíssima, que havia de ser completada pelos trabalhos de campo, em 1924-1925, como membro da Missão incumbida da delimitação da fronteira com a África do Sul. Mas antes de efectivar os trabalhos de campo, preparara, no seu gabinete de Lourenço Marques, a solução diplomática que, adoptada pelo nosso Governo, resolveria o pleito com a União Sul Africana, — pleito que fora até aí o impedimento da delimitação definitiva da fronteira. Por isso ainda recentemente se escrevia na imprensa de Lourenço Marques: «Ficou, portanto, delimitada a fronteira entre as nossas terras e as dos nossos vizinhos, serviço altamente patriótico que se deve a Moura-Braz, que aqui esteve alguns anos e deixou vincado o seu nome por serviços distintos, que hão-de ficar na história da nossa ocupação colonial».

Regressado à Metrópole em 1931, terminou Moura-Braz a sua carreira activa de Marinha com o comando do contra-torpedeiro «Dão» (1935-1936).

Consagrou-se daí em diante aos estudos para que trazia a dupla preparação de militar e de geógrafo. Vice-Presidente da Secção de Estudos Militares da Sociedade de Geografia, proferiu nas salas desta Sociedade notáveis conferências, a última das quais foi — numa sessão em que partilhou a tribuna com o seu grande amigo e companheiro de trabalhos Almirante Gago Coutinho — o elogio histórico do Almirante Ernesto de Vasconcelos, o sábio geógrafo que foi Secretário Perpétuo desta Sociedade.

Ao ter, no Rio de Janeiro, notícia da morte do seu companheiro Comandante Moura-Braz, escreveu o glorioso Almirante Gago Coutinho estas palavras que são a síntese de duas vidas ilustres ao serviço da Nação: «Comecei a conhecê-lo, românticamente, no centro de África, eu ido do Oriente, ele do Ocidente, do Lobito. E, pela vida fora, fui apreciando o seu valor, como geógrafo, como Chefe e organizador da Agri-

Comandante Moura-Braz

(1881-1954)

mensura de Lourenço Marques. Depois, como comandante de navios e, enfim, como conferencista e autor de trabalhos técnicos. Vai fazer falta à Sociedade de Geografia de Lisboa, este meu grande amigo».

Com a profunda consciência dessa falta, a Sociedade de Geografia de Lisboa curva-se, respeitosamente, perante a memória do Comandante Moura-Braz, que bem serviu a Nação.

Dos inúmeros trabalhos do Comandante Moura-Braz, alguns dispersos pela Revista Militar, pelo Boletim desta Sociedade e por outras publicações culturais, outros publicados em volume, é-nos possível destacar:

«Instruções para a construção e desenho de cartas e plantas topográficas» — Lourenço Marques, 1929.

«Esboço de Geografia Física do Território de Moçambique».

«Portugal — Colonie de Moçambique — Sol et Climat» — Paris, 1931.

«Dos navios torpedeiros e da sua utilização prática na prática da guerra» — 1937.

«Notas sobre Torpedos» — 1938.

«Zumbo — posição aero-militar».

«Colonização e Povoamento».

«A Marinha na defesa dos territórios ultramarinos».

«Lourenço Marques — Posição Militar».

«Fronteiras do Território nacional no Ultramar» — 1943.

«Subsídios para o estudo da situação geostratégica de Angola e Moçambique no sistema africano ao Sul do Equador» — 1949.

«Moçambique» — monografia — 1950.

«A guerra anglo-boer» — 1952.

A estes e outros trabalhos há a acrescentar o notabilíssimo serviço prestado pelo Comandante Moura-Braz com a reunião e coordenação dos estudos dispersos do Almirante Gago Coutinho, que publicou recentemente, em edição da Agência Geral do Ultramar, sob o título «A Náutica dos Descobrimentos», com prefácio e notas da sua autoria. A esse trabalho, que coordenou em corpo de doutrina, consagrou alguns anos de esforço sapiente e meritório. E, uma vez terminado, lançou-se a outra tarefa: a tradução, interpretação e comentário da célebre obra «O encontro no Oceano Índico das Marinharias Ocidental e Oriental na Era dos Descobrimentos Marítimos e o 'Bhar-I-Muhit' de Seidi Ali Ben Hosen (Katib-I-Rumi) 1519-1566» (segundo a versão alemã de Bittner e o estudo crítico de W. Tomaschek na obra comemorativa do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, publicado em 1897, quando da celebração do seu Centenário, pela Sociedade de Geografia de Viena de Áustria).

L. M. C.

Na sua sessão de 14 de Abril de 1954, a Secção de Estudos Militares desta Sociedade de Geografia, pronunciou-se sobre o falecimento do Com. Moura-Braz, da forma que segue, em extracto da Acta respectiva:

Antes da ordem do dia — O sr. Presidente, com notada comoção, participa à Secção o falecimento inesperado, em 11 do corrente, do vice-presidente da Secção Comandante César Augusto de Oliveira Moura Brás. Acentua que o triste facto o afligiu deveras e certamente comoveu todos da Secção, porquanto, Moura Brás, foi, no assíduo convívio nas sessões a que raro faltava, um Camarada de singular valia. Inteligência clara, coração aberto a todas as obras de sã finalidade, aliava a estes predicados magníficos, um carácter íntegro, uma lhaneza de trato notável. Espírito brilhante, notabilizou-se sobremaneira em trabalhos de real valor em África onde, companheiro de Gago Coutinho,

concorreu, mercê do seu muito saber das coisas ultramarinas, para que Portugal não fosse espoliado dos territórios que de longa data nos pertencem. Foi marinheiro de aprumado critério, geógrafo ilustre, erudito de cotada e merecida fama. A Secção perdeu um elemento de preclaro senso. Porque de todas as homenagens é merecedor o falecido Capitão-de-Fragata Moura Brás, propõe um minuto de silêncio. Imediatamente a Secção dá cumprimento a este voto de pesar. Cessando o momento de silêncio, como homenagem à memória do saudoso e tão prestante companheiro de trabalhos nesta Secção de Estudos Militares, capitão-de-fragata César Augusto de Oliveira Moura Brás, o sr. Presidente determina a abertura de uma inscrição especial para os srs. coronel Pires Monteiro, brigadeiro Gama Rodrigues, dr. Júlio Gonçalves, brigadeiro Esteves Pereira e coronel Carlos Selvagem.

O sr. coronel Pires Monteiro recorda comovidamente a forte amizade que o ligava ao ilustre e tão distinto extinto desde os tempos distantes da antiga Escola Politécnica. Vêm estas recordações desde 1898. São decorridos 56 anos e jamais houve qualquer nuvem nesse sentimento de muito apreço e grande estima por Moura Brás. Inteligência muito brilhante, espírito de elevada cultura e esclarecido, é notável a sua nota de trabalhos, que se devem rememorar noutra ocasião. Colaborador distinto dos Anais do Club Militar Naval e laureado com os prémios «ALMIRANTE AUGUSTO OSÓRIO» e «MOÇAMBIQUE» da centenária Revista Militar; com artigos de importante projecção no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, e em conferências, assinalou de maneira notável a sua passagem de forma a constituir lição a seguir. Os seus serviços na Metrópole e no Ultramar, principalmente a sua actuação na demarcação das fronteiras de Angola e Moçambique, representam relevantes serviços como insigne topógrafo de mato, resolvendo com o seu saber e respeitado critério dificuldades que amiúde surgem nestes trabalhos internacionais.

O sr. brigadeiro Gama Rodrigues disse ser com a mais profunda emoção que se associava às palavras de S. Ex.ª o Presidente, como homenagem justíssima ao querido Camarada que tinham ido deixar na antevéspera no cemitério. Não sabia que ele se mantinha sob a ameaça de uma doença traiçoeira, antes supunha que a sua têmpera de lutador intemerato se apoiasse em condições de saúde razoáveis para a sua idade. Conhecera-o há trinta anos, em Lourenço Marques, onde ocupava com brilho exemplar o cargo de Director dos Serviços de Agrimensura. O seu saber indiscutido e a rigidez do seu procedimento de funcionário grangearam-lhe geral respeito e uma aura de indefectível seriedade, que cortava cerce todas as veleidades de favores à margem da lei. A diferença de rumos das suas actividades não lhe deu então oportunidade de entrar no seu convívio íntimo, embora as relações pessoais que mantiveram tivessem sido sempre das mais amistosas, constituindo para si um prazer espiritual os encontros casuais que várias vezes os puseram em contacto. Mas foi depois aqui, em Lisboa, que melhor se conheceram e que mais de perto pôde apreciar o extraordinário valor do seu carácter e a força notável da sua inteligência. Curva-se perante a memória tão límpida desse camarada, credor do mais elevado apreço, e associa-se compungidamente também à mágoa da Secção, que nele perdeu um dos membros mais operosos, dedicados e ilustres.

O sr. dr. Júlio Gonçalves diz que conheceu o Comandante Moura Brás, camarada e amigo, há mais de 40 anos, ambos segundos-tenentes em Angola, mas foi sobretudo nesta Sociedade, na Secção de História e depois na dos Estudos Militares, que teve ensejo de apreciar as suas altas qualidades de historiador, técnico, pensador e escritor. As nossas relações literárias tinham-se ùltimamente estreitado muito numa colaboração contínua. Por isso maior foi o desgosto. Em seu nome pessoal, no dos oficiais da Marinha da Secção, e, ainda mais, autorizado pela Direcção, associa-se em nome desta ao voto de sentimento, sem embargo de homenagem que a Direcção da Sociedade de Geografia oportunamente lhe prestará.

O sr. brigadeiro Esteves Pereira diz que muito pouco conhecia o comandante Moura Brás e de há pouco tempo, mas apesar disso conhecia bem as suas qualidades de carácter, o seu vasto saber, sobretudo acerca de assuntos náuticos e astronómicos, bem bastava ter servido na companhia do sábio Gago Coutinho.

O sr. coronel Carlos Selvagem diz que associando-se aos sentimentos de profundo pesar, expressos pelos seus ilustres confrades, não queria deixar de acentuar os seus sentimentos pessoais de grande admiração e respeito pela alta individualidade profissional e moral do sr. Comandante Moura Brás que foi, no nosso tempo, um dos mais apaixonados e fecundos continuadores das gloriosas tradições da Marinha de Guerra Portuguesa, como principal fiadora das empresas ultramarinas da Nação. À memorável lista de grandes servidores que a Marinha de Guerra forneceu à Nação, como descobridores, exploradores, governadores, geógrafos, cartógrafos, para a manutenção, exploração e constante progresso do Ultramar, há que juntar o seu nome prestigioso, que apenas a sua orgulhosa modéstia não consentia que se tornasse mais conhecido. Pela sua competência em todos os campos da actividade marinheira, pela sua austeridade de feitio, firmeza de princípios, foi uma perda dificilmente reparável para o País, que tanto tinha ainda a esperar do seu acendrado patriotismo, da sua dignidade profissional, do seu amor ao Ultramar e da sua indefectível vontade de Servir.

IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS PRÉ-HISTÓRICAS E PROTO-HISTÓRICAS

Reuniu-se este ano em Madrid, de 21 a 27 de Abril, o IV Congresso Internacional de Ciências Prehistóricas e Protohistóricas.

A reunião teve a caracterizá-la um nível extraordinàriamente elevado, não apenas pela amplitude e interesse das muitas comunicações apresentadas, mas também pelo número de cientistas presentes — cerca de 500, da Alemanha, Argélia, Áustria, Bélgica, Canadá, Colombia, Dinamarca, Egipto, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Índia, Inglaterra, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Marrocos, México, Nigéria, Noruega, Portugal, Sarre, Sudão, Suécia, Suíça, Tunis e Turquia.

A Delegação por Portugal Continental estava constituída entre outros, pelos seguintes investigadores:— M. L. Costa Arthur, A. Dias de Deus, J. Ferraro Vaz, A. Fialho Pinto, Mesquita de Figueiredo, Afonso do Paço, Russel Cortez, J. R. dos Santos Júnior, Maxime Vaultier, O. da Veiga Ferreira, Abel Viana, Castelo-Branco, G. Zbyszewski, Mário Cardoso, etc., especialistas em arqueologia, geologia ou antropologia e que apresentaram, às várias secções, valiosos estudos sobre os resultados dos seus trabalhos na Metrópole.

Aos srs. profs. drs. António Mendes Corrêa e António de Almeida, Presidente e Secretário Geral desta Sociedade, e ainda a J. Camarate França, membro das Comissões de Antropologia e de Prehistória, coube especialmente a representação dos nossos territórios de África e do Oriente, por incumbência da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. Igualmente esteve representado o Instituto de Angola, por intermédio destes dois últimos investigadores.

O sr. prof. Mendes Corrêa apresentou à Secção de Antropologia uma comunicação sobre os novos crâneos encontrados nos concheiros de Muge, no decurso das últimas escavações ali levadas a efeito pelo rev. J. Roche e Veiga Ferreira, sob a sua superintendência, e ainda uma outra acêrca dos primeiros achados paleolíticos da nossa Província de Timor. Ambas despertaram o mais acentuado interesse em toda a assistência, tendo o eminente sábio Henri Breuil feito os maiores elogios sobre a comunicação do paleolítico de Timor, que considerou como sendo das mais importantes apresentadas a este Congresso.

Os trabalhos anunciados sobre Angola eram igualmente aguardados com grande interesse por parte dos investigadores presentes, desejosos de conhecerem o que até esta data tinha sido descoberto nesta nossa vasta Província de Portugal em África. Porém, das quatro comunicações elaboradas sobre a prehistória de Angola *(O paleolítico do território de Cabinda, Arte rupestre em Angola, Primeira nota sobre as escavações na gruta da Leba e Esboço actual da prehistória angolana)*, só a última pôde ser lida, pois, em virtude do grande número das comunicações apresentadas no Congresso, apenas 30 minutos foram reservados para os estudos realizados sobre Angola.

Findo o Congresso, foi bem manifesta a admiração pela actividade que Portugal tem levado a efeito, no campo científico, nas várias Províncias do Ultramar, tendo o ilustre conservador do Museu do Congo Belga, eng.º M. Béquaert, afirmado, durante uma das sessões, que «assim como Portugal tinha sido outrora o pioneiro das descobertas e da civilização, continuava hoje dando exemplos ao mundo, no respeitante à investigação científica, nas mais distantes e diversas regiões do globo».

C. F.

BIBLIOGRAFIA

A. A. MENDES CORRÊA — Antropologia e História. (Edição do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, subsidiado pelo Instituto de Alta Cultura). XV capítulos — 335 pp. — Porto, 1954.

A primeira impressão que resulta da leitura deste belo livro de 335 páginas, pletóricas de conceitos de ciência, de filosofia e de história, do Professor Mendes Corrêa, é a posição de eclectismo em que o Autor frequentemente se coloca ante os vários, complexos e cruciantes problemas que aborda, com a autoridade do seu nome e mais ainda com a proficiência da sua vasta e especializada cultura. Porque, muito embora o Autor os tornasse aliciantes, prodigalizando as imagens daquele seu estilo claro e fundamentalmente castiço, nem por isso ousaríamos iludir, aos olhos de qualquer leitor modestamente preparado, a gravidade dos aspectos relanceados.

Não é frequente pensar-se, mesmo nas classes que se blasonam de cultas, como, em matéria de ciência e em matéria de história, as grandes sínteses são difíceis, intransponíveis de certos obstáculos, e por isso, privilégio apenas de mentalidades eleitas. Essas mentalidades souberam, a tempo e horas, estabelecer no seu espírito a distinção nítida entre as louçanias da literatura de ficção — entre nós predicado do maior número — e os severos postulados da ciência positiva. E é no seu escol que se impôs, ao respeito dos estudiosos, a figura deste professor. Enxameiam nesta boa terra portuguesa cenáculos de grandes poetas, romancistas e ensaístas, mas o culto insistente e intemerato da ciência pura, nos seus capítulos menos conhecidos ou mais discutidos, é privilégio de poucos: o cientista carece de uma armadura mental à prova de todas as infiltrações emotivas. E é sobretudo esta uma das razões porque esta *Antropologia e História* do Professor Mendes Corrêa desperta o fundo interesse da nossa crítica que, logo às primeiras páginas, ante a verdade e o brilho de algumas sínteses, se traduz por um sincero preito de admiração.

Pode-se dizer, como discussão de generalidade, que a espinha dorsal desta magnífica colectânea — porque apenas de uma colectânea se trata — se condensa nestas frases do seu prefácio: «*É o homem integral — corpo e alma, matéria e espírito — que aparece aos meus olhos como tema de estudo.*» E para que a crítica se não surpreenda com esta afirmativa que dir-se-ia dualista, com fina inteligência o Autor acode a explicar: «*o homem ao mesmo tempo factor e resultado, agente e criatura.*»

A Antropologia é necessàriamente um grande capítulo de uma Grande História — o capítulo fundamental, considerando essa História no âmbito da existência humana. E colocar-se o historiador da Humanidade no campo da Antropologia, é como se subisse ao alto de uma torre, a contemplar, na sua visão de longos milénios, o ciclorama dessa existência nas suas três grandes fases de génese, evolução e morte. Mas, mesmo

no mais aceso da discussão, não pode por vezes o Autor apagar a sua personalidade, como se quisera fugir a um destino: esse destino reaparece, mau grado seu, em confissões como esta: «*Eu sou simplesmente um biologista, mais precisamente um antropobiologista que, pela sua estrutura mental, se esquiva a divagações e prefere manter-se no domínio seguro dos factos, dos documentos, das ilações modestas, circunscritas, parcimoniosas — mas fundadas, lógicas, legítimas.*» Definindo-se assim, define o Autor a sua mentalidade e a sua obra. Mais não seria preciso para se compreender o livro e o nome que o subscreve.

Nem sempre é possível em fugazes anotações críticas apreciar com exactidão e justiça um trabalho desta valia. Todos os capítulos deste livro mereciam ser examinados, e certamente louvados, no que eles têm de acertado nas conclusões e de científico nos métodos. As nossas predilecções, porém, atraem a nossa atenção para alguns que mais excitam o nosso interesse ou mais solicitam o nosso apreço. A discussão sobre o étimo de Lisboa arrasta o leitor, vivamente interessado, ao âmago do problema, tão variadamente debatido, da lendária Atlântida. Não recua o Professor Mendes Corrêa nos juízos que já formara e na opinião que já expendera, sobre o mito do continente submerso, a que os últimos trabalhos oceanográficos da marinha americana parece terem dado o golpe de misericórdia. E nas suas hipóteses sobre o toponímico da capital portuguesa, fàcilmente se verifica o método adoptado, método que, sem pretensões a solucionar o problema, é sempre científico e de difícil ajustamento às fantasias literárias em voga.

A especial referência nos obriga o capítulo V: «*Os descobrimentos dos Espanhóis e Portugueses nos séculos XV e XVI e o conhecimento científico do Homem e das raças humanas.*» Claro na exposição, erudito, conclusivo, magnífico dentro desta colectânea, foi com aguda curiosidade que o lemos. Tratando-se de um cientista que sobremodo se impõe ao nosso respeito intelectual, pelo seu vasto passado de acrisolada cultura, como pelo universalismo dos conceitos que afloram dos seus estudos, não podia este capítulo deixar de merecer a mais viva curiosidade da crítica.

Com especificada alusão às nossas viagens de descobrimento, começaremos por afirmar que se tem revelado, na nossa historiografia, um sistemático propósito de obscurecimento das navegações portuguesas pioneiras e exploradoras do Atlântico, anteriores ao século XV, exactamente aquelas que, sob a égide de monarcas, com justiça considerados de «*formação excepcional*» (J. Ameal) abriram caminho, por secular continuidade, às gloriosas façanhas lusitanas, em três vastos oceanos. Esse obscurecimento, bom é frisá-lo, foi tanto causado por uma lamentável carência de documentos comprovativos, como pelos esforços de uma crónica tendenciosa, da nossa devassa oceânica — iniciada já no século XIII pelos *sabedores do mar* de el-rei D. Dinis, e coroada pelos primeiros achamentos das Canárias, e porventura dos Açores, pelos mareantes de D. Afonso IV.

Num paralelo exacto das navegações lusitanas e espanholas, Mendes Corrêa, sem preferências chauvinistas, que seriam històricamente justificadas mas literàriamente deselegantes, destaca o esforço consagrado ao conhecimento do Mundo e sua divulgação, que caracteriza a obra náutica peninsular. Frisa-o na página em que se refere à colaboração dos povos ibéricos: «*Os depoimentos relativos à etnologia e psicologia das populações descobertas, tem interessado menos os investigadores e o público. O elemento humano é precisamente o mais esquecido...*» Haja em vista, para não multiplicar as citas, — pois tudo se encontra já citado nestas páginas do livro — o monumento que é o *Livro da Índia* de Duarte Barbosa, a pintura mais minuciosa e mais realista

do grande subcontinente, naquela era de quinhentos. Sem falar de outras revelações — e tantas elas foram! — como as do grande Garcia da Orta ou as de D. João de Castro, grande, científica e não apenas politicamente.

Há um ponto em que, sem quebra do respeito e da nossa admiração por tão categorizado homem de ciência como o Professor Mendes Corrêa, nos atrevemos a discordar de S. Ex.ª. É quando escreve que: *«a verdadeira Ciência, a Ciência digna desse nome, não existe sem uma base moral ou filosófica.»* Ou não logramos alcançar o sentido do seu conceito, ou, pondo de lado a filosofia que, para nós, outra coisa não é senão o instrumento exegético dos cânones científicos do Universo ainda vagos ou desconcertantes, poderíamos formular timidamente um quesito: Mas o que é a Moral? A Ciência, no seu esforço evolutivo, visa ao Absoluto, muito embora se duvide que o alcance. E há acaso, no Universo, uma moral absoluta? E quando acaso o conhecimento científico se encontre em conflito com um conceito moral, deverá o cientista ocultar ou destruir aquele para salvar este? *«A realidade é imensamente mais ampla e profunda do que as aquisições parcelares ou unilaterais da investigação positiva.»* responde o Autor. Prestamos toda a homenagem do nosso respeito à sua doutrina, mas firmemente nos permitimos a liberdade de a não perfilhar. A *«realidade»* o que é, no fim de contas? Apenas aquilo que conhecemos pela *«investigação positiva.»*. Tudo o mais é figuração, aparências sonhadoras que pelo despertar se evaporam. *«Quando vimos uma corda no chão e a tomamos por uma serpente* — diz o filósofo indiano da *Advaitismo — é serpente para a nossa visão — mas é corda.»* A vida social da humanidade é uma hábil orquestração de paradoxos. Tudo é *maia*, Ilusão, — pregava há mais de dois milénios o Iluminado do budismo. Aquilo a que nós chamamos «realidades», são *serpentes*, porque a única e a verdadeira realidade nos dá a Ciência — e é a *corda...*

Desconfiemos dos «juízos simplistas e genéricos» — tal é o *mot d'ordre* científico do Professor Mendes Corrêa, numa página do seu livro. Ao escrevê-lo, o homem de ciência que é o Autor, sobrepõe-se ao literato. O antropobiologista está sempre presente no seu espírito e responde de pronto à chamada.

Todavia, para maior encanto nosso, ao correr a sua pena sobre a virgindade do papel que se lhe oferece na sua brancura imaculada, aqui ou acolá, ao rematar este ou aquele capítulo, Mendes Corrêa abre brechas imperceptíveis na rigidez da sua couraça científica, para deixar o seu belo espírito e a sua bela emoção escaparem-se em voos de estilo elegante, terso e sugestivo, que é a estrutura mesma da sua prosa. Para quem, como nós, busca escravizar-se ao facto, ao *factozinho*, árido, insonso, pouco sedutor, por vezes opressivo, essa sua maneira de expor e convencer exerce atractivo poderoso, desperta admiração invejosa mas sincera. Alguém distinguiu as inteligências em grafo-motoras e verbo-motoras, os grandes oradores e os grandes escritores, isolando-os como por uma antepara. O Autor ilustre deste livro é um vivo desmentido a este conceito simplista, porque é um artista da palavra escrita, como o é da palavra falada, — e bem o sabemos.

E isto não é uma crítica. É uma impressão de viagem, uma deleitosa viagem através das 350 páginas que o Instituto de Antropologia do Porto nos oferece. É um livro que nos faltava e que Mendes Corrêa enfeixa com o maior sentido de oportunidade.

A Biblioteca da Sociedade de Geografia agradece.

JÚLIO GONÇALVES

ERIK ARNBERGER — Atlas von Niederösterreich — 4. Doppellieferung — Wien. 1951-1954.

A mapoteca da Sociedade de Geografia de Lisboa vem, desde 1951, sendo enriquecida com os fascículos sucessivos duma grandiosa publicação que honra a cultura e a nação austríacas.

Trata-se de diferentes cartas da Baixa Áustria (incluindo Viena) editadas conjuntamente pela Comissão de Investigação Regional e da Reconstrução da Baixa Áustria, da Academia Austríaca de Ciências, e pela União Geográfica da Baixa Áustria e de Viena.

Numerosos especialistas cooperam nesta tarefa monumental.

Cada fascículo tem 20 cartas, na sua maioria a 1:500.000 mas numerosas a 1:1.000.000.

Topografia, relevo, formas de superfície, geologia, espeleologia, clima, povoamento, povoados, tipos de casas, produtos minerais, vegetais e animais, nomes de lugares, cultos, escolas, pré-história, vias de comunicação, etc., constituem os temas dessas diferentes cartas, ampliadas com legendas claríssimas e valiosos informes complementares.

Cada fascículo, de grande formato, contém 20 cartas, não falando em pequenos mapas e planos de pormenor.

A direcção e redacção da valiosa obra estão a cargo do Dr. Erik Arnberger. A impressão cartográfica e a distribuição são feitas pelo Instituto Cartográfico Freytag-Berndt d. Artária, de Viena.

Repetimos: este empreendimento honra a cultura e a nação austríacas, mostrando o alto nível desta e daquela.

M. C.

PADRE ALBINO ALVES, C. S. Sp. — Dicionário Etimológico Bantu-Português 2 vols. de paginação seguida (1.775 p.) 1951. Lisboa.

Escreveu-lhe o prólogo o Rev.º Superior da Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo, que, citando trabalhos portugueses editados desde o séc. XVII, diz que tal tradição foi interrompida em 1805, passando para os escritores estrangeiros (1).

Depois, referindo-se ao Dic., escreve: «O trabalho de estabelecer a etimologia de 20.000 vocábulos e as bases para os mais que na língua bunda e nas outras línguas bantos existam, o esmero em lhes atribuir a significação exacta, a recolha de dezenas de milhar de exemplos, incluindo a difícil explicação de 2.000 provérbios e de 200 adivinhas constitui certamente um esforço custoso, apreciável, meritório, que nenhum país colonial até hoje realizou».

No Prefácio o Padre Albino Alves termina o capítulo em que faz a história da sua obra com as seguintes palavras:

«Respiguei em cerca de 69 obras e opúsculos, cujo conteúdo doutrinário acrescentei aos meus modestos conhecimentos, conquistados vagarosamente em 14 anos de convivência com a tribo dos Bantos em longos dias de aturado estudo e em consultas sem conta aos meus auxiliares nativos. Quanto à parte etimológica não encontrei auto-

---

(1) Permitimo-nos lembrar o que escrevemos neste «Boletim» em 1932, a p. 384 e segs., no local em que tratávamos das edições de Kimbundo do Padre Domingos Baião.

ridade a que me encostasse, sendo obrigado a valer-me dos recursos pessoais e dominantemente de muita reflexão».

E nos seguintes capítulos trata do conspecto da obra; da fixação gráfica da língua banto, para o que teve de recorrer, como diz acima, ao indígena, perscrutar-lhe a alma no seu sentir e dizer para o compreender e assim, adquirindo o conhecimento profundo da fonética que lhe permitiu estabelecer a interessantíssima genealogia dos sons da língua Banto a partir dos seus três sons principais.

Tal concepção apresenta sua originalidade e leva a encarecer o esforço do Rev.º Albino Alves, autor do Dicionário Etimológico Banto-Português.

J. F.

FRITS JAEGER — *Afrika* — Walter de Gruyter & C°, Berlim, 1954 — Vol. I — Der Lebensraum, Vol. II — Mensch und Kultur.

Nestes dois pequenos volumes da conhecida colecção alemã Göschen, o Prof. F. Jaeger consegue apresentar uma síntese, breve mas muito equilibrada, da geografia do continente africano. Tendo estado várias vezes em África aborda os diferentes problemas com segurança e conhecimento de causa, expondo-os com rigor científico.

No 1.º volume, dedicado à geografia física, o autor refere-se sucessivamente ao clima, ao relevo, à hidrografia, aos solos e sua erosão, à vegetação, às possibilidades naturais de África como *habitat* do *homem* e à divisão regional do continente. Ao explicar o clima cremos que o autor poderia ter-se referido às várias massas de ar e frentes em causa modernizando a exposição sem deixar de ser acessível. Particularmente interessantes são as afirmações a respeito do grave problema da erosão dos solos e da potencialidade do continente africano à valorização pelo Branco.

No 2.º volume, dedicado à geografia humana e económica, entre os capítulos referentes ao povoamento de África, às raças e povos africanos, à cultura indígena, à colonização europeia e ao significado geográfico e cultural desta, merecem leitura cuidada os dois últimos pela importância e actualidade dos problemas aí tratados. O capítulo sobre as raças e povos africanos parece-nos um pouco confuso.

Termina o autor com estas palavras que definem a sua orientação: Se não se encontrarem para os africanos formas de vida apropriadas surge o perigo do seu descontentamento se manifestar em erupções revolucionárias que venham a destruir toda a obra realizada. A Europa só poderá conservar a África como região económica complementar e como campo de trabalho cultural se cumprir ali os seus deveres culturais, se em colaboração com os indígenas elevar o nível de vida das terras e povos indígenas para o bem comum dos africanos e europeus. A África não poderá ser civilizada nem só pelos brancos, nem só pelos negros. A solução não está pois em «Preto ou Branco?» como antigamente se perguntava, mas sim em «Preto e Branco».

D. K.

AFONSO DO PAÇO e *MARIA L. BARTHOLO* — *Considerações acerca da estação arqueológica de Montes Claros (Monsanto) e da cerâmica campaniforme*, in «Brotéria», vol. LIX, n.^{os} 2-3, Lisboa, 1954, pp. 200 a 203.

Há já alguns anos, foi descoberta na Serra de Monsanto, próximo do Miradouro de Montes Claros, uma estação pré-histórica que as escavações aí realizadas, e em que activamente participaram o saudoso Rev. Eugénio Jalhay e o Tenente-Coronel Afonso do Paço, vieram revelar como sendo uma das mais curiosas e de maior interesse para o estudo das velhas civilizações que outrora floresceram na margem direita do estuário do Tejo.

Esses trabalhos, infelizmente suspensos desde 1947, forneceram valioso espólio arqueológico, de que foi dado conhecimento em duas notas elaboradas por aqueles ilustres investigadores. São ainda os mesmos elementos que servem agora de base ao presente estudo.

Os autores, depois de fazerem referência às condições de jazida da estação, abordam, embora sucintamente, o problema resultante da associação de um conjunto lítico aparentemente estranho a uma cerâmica de tipo campaniforme, na qual encontram um especial paralelo com a que foi extraída da gruta IV, da notável necrópole de Alapraia. Aquele conjunto lítico, pouco variado, é constituído por «pequenos micrólitos, espécie de furadores retocados nos bordos laterais, ... *grattoirs* de variadas dimensões, furadores, buris e micro-buris, lâminas, núcleos e uma imensidade de *dejets de taille*». Entre a cerâmica de estilo campaniforme, decorada, mencionam a existência de «12 campaniformes com desenhos incisos, 2 campaniformes com desenhos pontilhados, 16 caçoulas acampanadas com desenhos incisos, 21 taças com desenhos incisos, 4 taças com desenhos pontilhados e 14 escudelas com desenhos incisos».

O problema, sem dúvida sugestivo, aconselha que as escavações prossigam — como, aliás, é desejo dos autores do trabalho — tanto mais que urge esclarecer se as indústrias líticas, pelo menos parte delas, são ou não realmente contemporâneas dos restos cerâmicos. E a dúvida justifica-se plenamente, não só pelo carácter estranho do conjunto, mas também pelas condições de jazida, e ainda pelo que se tem observado em muitas outras estações de Monsanto. Verificada a identidade cronológica e postas, assim, de parte as reservas aconselhadas pela mais elementar prudência, a estação pré-histórica de Montes Claros ficará constituindo algo de novo que poderá vir contribuir, como se diz, para uma solução do problema do campaniforme português.

Sem dúvida que o termo «campaniforme» é por si só bastante vago e não nos dá uma visão concreta do problema, ou antes, dos muitos problemas que giram em torno das culturas dessa época. Efectivamente, uma coisa é o vaso em forma de sino, que lhe dá o nome, e outra coisa são os elementos étnicos que ao mesmo aparecem; por vezes, associados. Há necessidade de os encarar em conjunto, mas também há que apreciá-los separadamente. E, sem nos deixarmos influenciar pelas intrusões incontestàvelmente originárias de outras paragens — recordemos, por exemplo, alguns objectos fabricados em matéria-prima não existente na Península —, ainda há que averiguar o que realmente se pode considerar como produto de uma influência, ou resultado de um mero fenómeno de convergência.

Porém, o sr. Tenente-Coronel Afonso do Paço está dentro do assunto. As suas qualidades como investigador são por nós sinceramente apreciadas e apenas nos cabe desejar que, muito em breve, este distinto arqueólogo proceda a novas escavações em Montes Claros, cujos resultados ficamos aguardando com muito interesse.

C. F.

ATRAVES DAS REVISTAS

HOMENAGEM A CAPISTRANO DE ABREU

A «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro» no seu vol. 221 (Out.-Dez. 1953) publica como homenagem a Capistrano de Abreu a série de conferências proferidas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

João Capistrano de Abreu um dos mais ilustres historiadores brasileiros fez parte durante quarenta anos da agremiação científica acima referida e por isso, agora na ocasião do 1.º centenário do seu nascimento é ocasião asada e portanto perfeitamente curial para a homenagem que se lhe presta. Nomes ilustres assinam os artigos em que se estudam aspectos da vida e da actividade de Capistrano de Abreu.

Rodrigo Octávio Filho evoca a vida de Capistrano de Abreu, Barbosa Lima Sobrinho, aprecia a sua obra de historiador. Gustavo Barroso procura em Capistrano de Abreu a interpretação do Brasil. O Dr. Múcio de Abreu escreve sobre Capistrano e a cultura nacional. José Honório Rodrigues avalia o seu contributo para a historiografia brasileira. Artur César Ferreira Reis trata de Capistrano geógrafo e Mozart Monteiro, Honorina de Abreu Monteiro, Afonso de E. Taunay, Edgard de Castro Rabelo, Jaime Coelho, Onofre Gomes e Octávio Lobo dizem o que sabem e o que pensam desta grande figura brasileira.

UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE MANAUS

Aziz Nacib Ab' Sáber, professor de Geografia Física da Faculdade de Filosofia «Sedes Sapientiae» e assistente da cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, publica no «Boletim Paulista de Geografia», órgão da Associação dos Geógrafos Brasileiros (n.º 15 de Outubro de 1953) um interessante e completo estudo sobre Manaus. Como outras cidades brasileiras, a capital do Estado do Amazonas não tinha tido até hoje quem lhe dedicasse um estudo sistemático de geografia urbana.

Aziz Nacib Ab'Sáber realizou observações pessoais «in loco» e compulsou abundante bibliografia.

O resultado é o presente artigo em que criteriosamente se define Manaus e a sua posição geográfica na Amazonia, se estuda o sítio e a estrutura urbana da cidade, se analisam as origens do povoado do Lugar da Barra, o crescimento da cidade de S. José da Barra e de Manaus já considerada cidade moderna.

O articulista do Boletim de Geografia estuda ainda o porto de Manaus e a sua estrutura, bem como a paisagem urbana da cidade.

HOLANDESES E PORTUGUESES NO BRASIL

Mário Lacerda de Melo publica na «Revista de História de São Paulo», n.º 16, de Outubro de 1953, um estudo em que se põe em confronto os métodos colonizadores de holandeses e portugueses no Brasil.

O autor do artigo aprecia em primeiro lugar «a disputa pela Holanda de uma área de vitoriosa ocupação portuguesa nos trópicos, a qual estava pagando muito bem em açúcar e pau de tinta as despesas e os trabalhos daqueles, que aqui se estabeleceram e para aqui trouxeram os elementos da sua cultura espiritual e material».

Mário Lacerda de Melo ocupa-se do mercantilismo holandês em paralelo com o português, salientando que à obra colonizadora de Portugal interessavam outros aspectos além do lucro mercantil imediato.

Fala na colonização por superposição, salientando que os holandeses quando chegaram a Pernambuco encontraram uma terra onde actuavam já os processos portugueses de ocupar, produzir e colonizar: processos de contacto entre raças, processos de catequese dos índios, processos de construção de casas e de cidades, processos de repartição de terras, processo de cultivar a cana e fabricar o açúcar.

Analisa em seguida o sentido urbano da colonização flamenga com a consequente subordinação económica da vida rural à vida urbana. Critica a acção de administrador do holandês Maurício de Nassau que não realizou as esperanças que o governo holandês nele depositara.

Finalmente o articulista da «Revista de História» salienta que os holandeses não realizaram no Brasil enraizamento económico, ecológico ou social.

O MUNDO TROPICAL, SUAS CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS E O SEU FUTURO

«The Scottish Geographical Magazine», de Abril de 1954, insere uma nota crítica assinada por W. B., em que se analisa com objectividade a obra de Pierre Gourou, professor do Colégio de França, intitulada na tradução inglesa «The Tropical World, its social and economic conditions and its future state».

Nela se salienta o facto de a terra sob os trópicos ser como regra escassamente povoada com solos pobres e madeiras de pouco valor. Estes factos poderão parecer ao leitor vulgar surpreendentes, mas Pierre Gourou demonstra a sua autenticidade.

São mais conhecidas do público em geral as condições sanitárias sob os trópicos. Aqui as doenças humanas prevalecem e a criação do gado faz-se com dificuldade. Pierre Gourou, segundo o crítico do «Scottish Geographical Magazine» dá demasiada importância à rotação das culturas mas tem toda a razão no que afirma relativamente ao papel desempenhado pelo arroz como base de civilizações florescentes. Afirma que a cultura do arroz não esgota o solo. Pierre Gourou é contra o cultivo do arroz em degraus — desperdício de mão-de-obra — e aconselha a utilização para esse fim de zonas inteiras de cultivo, de modo que o domínio das doenças acompanhe a par e passo o «controle» da natureza. Confia em que um nacionalismo de ideias estreitas não ponha obstáculos a que os trópicos desempenhem o seu papel natural — que *não* é o mesmo das regiões industrializadas.

THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY EXALTA A FIGURA DE LIVINGSTONE

O professor Frank Debenham publica no número de Março último do «Geographical Jouurnal» a comunicação por ele apresentada à Royal Geographical Society

sobre as últimas viagens de David Livingstone. Como é natural em estudo desta natureza ali se evoca a contribuição dada pelo grande explorador inglês como missionário e homem de ciência para o conhecimento geográfico do interior de África. Também como é costume se omite nesse estudo qualquer referência à contribuição portuguesa para o conhecimento desse mesmo interior...

Existem todavia provas irrefutáveis de que o que Livingstone descobriu no interior de África, onde demais foi levado pela mão dos portugueses, já estes haviam descoberto antes, pelo menos em grande parte.

Quando a história colonial dum país começa dois séculos depois da de outro, não é de surpreender que alguns dos seus historiadores, incapazes de se servirem da máquina de explorar o tempo de que fala Wells, se esqueçam de estudar o que fica para trás desse período que é como que as balizas do seu entendimento.

Não nos referiremos, porque já neste Boletim tem sido feito, a toda a contribuição dada pelos portugueses para o conhecimento geográfico do interior de África. E assim desejamos apenas assinalar ao colaborador do «Geographical Journal», Frank Debenham, duas notáveis viagens de exploração realizadas por portugueses séculos antes e aos mesmos locais que mais tarde trilharam Livingstone e outros exploradores modernos.

Deve assinalar-se em primeiro lugar com especial relevo a notabilíssima viagem de Duarte Lopes, o grande explorador português, que em pleno século XVI buscou, com inegável êxito, as origens do Zaire, seguindo os caminhos trilhados pelos indígenas que passavam de há muito de Angola à costa oriental.

Começou a sua viagem em 1578 descobrindo o lago Benguelo — agora apresentado pelo Professor Frank Debenham como um dos títulos à glória de Livingstone — e Niassa em 1580, Tanganica e Vitória Nianza. O lago Benguelo se chamou nas cartas antigas de Duarte Lopes.

Nesta memorável viagem Duarte Lopes visita as nascentes do Nilo mais de duzentos anos antes de Livingstone, Barth, Speke e Stanley.

Segundo autoridades dignas de crédito, o itinerário seguido foi mais ou menos este: saiu de S. Salvador indo até às origens do Zaire, depois seguiu para as nascentes do Nilo, pelos lagos Niassa, Benguelo, Tanganica e Vitória Nianza. Duarte Lopes desembarcou no Zaire da nau «Santo António» e explorou o interior de África durante dez anos.

Se houvesse alguma justiça e critério em matéria de toponímia geográfica, o lago Benguelo devia ter hoje o seu nome.

Este lago foi posteriormente redescoberto pelo Padre Luís Mariano e baptizado com o nome actual por Livingstone, 235 anos depois deste último o ter visitado.

Segundo Pigafetta, historiador da viagem de Duarte Lopes, este esteve 12 anos no Congo. Com o perfeito conhecimento da história dos descobrimentos portugueses que lhe é unânimemente reconhecido, Major na sua «Life of Prince Henry of Portugal», afirma que Duarte Lopes descobriu os lagos Niassa, Alberto Nianza, Vitória Nianza e o lago Tanganica.

O lago Benguelo ou Bemba, foi marcado por Duarte Lopes a 12º 29'. As margens deste lago, diz ele, comunicam com o lago Nzige (Alberto Nianza, o Lualaba de Duarte Lopes) afirmando que a Luta distribui as suas águas pelas fontes do Nilo e do Zaire.

Que as pistas do continente negro já a essa data eram bem conhecidas dos portugueses o atesta ainda Garcia de Orta nos seus «Colóquios dos Simples», quando diz que antes de 1562 foi um clérigo desde S. Tomé a Sofala e Moçambique e de lá à Índia e Goa.

Também a viagem de Gaspar Bocarro que em 1616 foi de Tete a Quíloa pelo lago Tanganica constituiu um feito verdadeiramente surpreendente para a época.

Antes de Livingstone, portanto, já o interior de África, nos principais teatros da sua actividade, havia sido visitado por portugueses. Estes fundaram ali hospícios, conventos, templos e ermidas. E não falaremos por desnecessário das viagens de exploração de Francisco Barreto, Vasco Fernandes Homem, do martírio do Padre Nicolau do Rosário na terra dos Massimbas, em 1582, no do Padre Gonçalo da Silveira, protomártir da Zambézia e nos sacrifícios de tantos outros heróis mais ou menos conhecidos, atestando a formidável contribuição dada pelos portugueses para o conhecimento geográfico do interior de África.

Os factos evocados neste comentário levam-nos a meditar na inverosimilhança de certas versões da história. Com efeito pode dizer-se sem receio de exagero e em face das cartas de África dadas à estampa em meados do século XIX, antes das viagens de Barth, Livingstone, Speke e Stanley, *o interior de África era melhor conhecido há trezentos anos do que há oitenta.*

O historiador belga Leon Cahun observa com inteligência que enquanto a Europa tentava, com ardor mas sem êxito, desvendar o mistério das cheias do Nilo, dirigindo-se de todos os pontos para o centro de África onde se presumia estar a sua origem, desde o século XVI os portugueses seguiam o único caminho conveniente que tinham adoptado desde logo e sem hesitação.

Nenhum dos sábios geógrafos ou conspícuos viajantes que com tenacidade heroica procuravam devassar os mistérios das pistas do continente negro, se lembrou desta coisa simples, ler as obras dos portugueses, que os portugueses haviam escrito ou inspirado sobre o assunto.

Depois de descobrir as nascentes do Nilo, Speke declarou numa conferência que «se os antigos soubessem que a África equatorial é a região das grandes chuvas, não tinham quebrado a cabeça por causa das nascentes do Nilo! Porém: «se, como diz Cahun, Speke tivesse lido a descrição da África publicada em 1598 pelos irmãos De Bry, não se teria vangloriado de ser o descobridor das nascentes do Nilo, que Duarte Lopes tinha descrito e os irmãos De Bry dado à estampa duzentos anos antes».

Também Stanley, na sua primeira viagem, julga ter descoberto as nascentes do Nilo, que eram afinal as do Zaire, só se certificando do facto na sua segunda viagem.

O SUBCONTINENTE INDIANO E OS SEUS POVOS

A revista italiana «L'Universo», órgão do Instituto Geográfico Militar de Florença, publica no seu número de Maio-Junho de 1954 um artigo do Professor António Basso, em que se estudam com desenvolvimento os povos do subcontinente indiano.

O Professor Basso ocupa-se como não pode deixar de ser dos problemas políticos resultantes da nova divisão do subcontinente e necessàriamente dos que resultaram para a Índia da cessação do domínio Britânico.

A análise das diversas entidades políticas do Subcontinente que não coincidem aliás sempre com as regiões geográficas pròpriamente ditas levaram o Professor António Basso a apresentar os seguintes estados pòliticamente organizados: a União Indiana, que o referido Professor Basso chama entre aspas «República Soberana e Democrática, e membro do Commonwealth»; Sikkim, protectorado da União Indiana; Paquistão,

estado soberano e independente e também membro do Commonwealth; Jammeu e Cachemir tutorias em contestação entre os dois grandes estados confinantes; Butão principado, controlado e subsidiado pela União Indiana; Nepal, reino independente; estabelecimentos Franceses da Índia; Estado da Índia Portuguesa e o Reino de Ceilão, também membro do Commonwealth.

As considerações do Professor Basso são pertinentes e elucidam alguns aspectos da constituição dos dois domínios e também a forma como nasceu esse pretenso estado unitário que em Hindi se designa por Bharat: a União Indiana.

Relativamente às outras entidades políticas referidas acima as opiniões do Professor Basso são de grande interesse. Sikkim é um principado himalaio que se insinua entre o Nepal e Butão em posição estratégica nos confins da Índia e do Tibet. O Paquistão é um caso único de um estado constituído por duas partes separadas por 1.500 quilómetros de território de outro. Os problemas que daí resultam são inúmeros. O caso de Cachemir e os acontecimentos de que foi teatro estão ainda bem presentes no espírito de todos aqueles que se interessam pela lei, pela ordem e pela justiça, o que não é o caso da União Indiana, verdadeiramente nesta emergência, como noutras, a criadora do deplorável conflito. Os problemas e a população de Butan e do Nepal são também apreciados pelo Professor Basso. Todavia as considerações do articulista da revista «L'Universo» revestem-se de especial interesse no que se refere aos estabelecimentos franceses na Índia e ao Estado da Índia Portuguesa. O Professor Basso sustenta que as mesmas razões fazem com que Nehru deseje a incorporação na União Indiana dos Estabelecimentos Franceses na Índia e do Estado da Índia Portuguesa.

Neste ponto discordamos da opinião do articulista da revista «L'Universo», embora tenhamos de aceitar como boa, em face dos acontecimentos, a sua convicção de que o Governo Indiano não deixará passar nenhuma ocasião para realizar as suas aspirações de domínio.

Factos recentes do conhecimento geral demonstram que o Professor Basso foi profeta.

OS ESTABELECIMENTOS FRANCESES NA ÍNDIA

Também «La Revue des Deux Mondes» publica no seu número de 1 de Julho de 1954 um artigo sobre o debatido problema dos estabelecimentos franceses na Índia.

Desse artigo assinado por Louis Castex, conselheiro da União Francesa, traduziremos sòmente para benefício dos nossos leitores um período em que com a clareza peculiar aos espíritos franceses se põe o problema que sob certos aspectos também é nosso.

«A Índia foi sempre constituída por numerosos Estados cujas populações dispares apresentam grandes diferenças étnicas, religiosas e linguísticas, ùnicamente soldados pela presença britânica. Depois da partida dos ingleses este conjunto tornou-se bastante frágil. A Índia não é senão uma fachada. Na verdade constitui uma entidade geográfica mas de maneira nenhuma um estado com consciência da sua unidade nacional. O mais que pode tornar-se é numa união fundada sobre comunidades linguísticas, mas por este facto tal orientação dificilmente poderá ocultar particularismos locais que não cessam de se afirmar. Não há por isso razão nenhuma de valor que faça com que os naturais dos Estabelecimentos Franceses na Índia possam ser amalgamados numa massa incoerente que trás em si própria as causas de desagregação... É por uma razão sentimental que a França deseja manter os laços que a unem à população destes Estabelecimentos. Esta população, francesa desde 1673, pensa em francês, fala em francês. Colocou a sua confiança na França e reclama a sua protecção».

A CONSERVAÇÃO DOS SOLOS NOS TERRITÓRIOS PORTUGUESES DE ÁFRICA

A revista «African Soils» publicada pelo «Inter-African Information Bureau for Soil Conservation and Land Utilization» insere no seu número 3 e 4 do vol. segundo, dois artigos sob a conservação dos solos nos territórios portugueses de África. O primeiro da autoria de A. Lobo de Azevedo estuda aspectos da conservação dos solos em Angola e nele se procura chamar a atenção do agricultor para os problemas da erosão de que este só lentamente toma consciência. No segundo D. H. Godinho Gouveia e Ario L. Azevedo ocupam-se da classificação dos solos de Moçambique. O seu trabalho é de facto uma carta provisória dos solos de Moçambique, elaborado sobre os trabalhos de classificação dos solos efectuados pelos autores em 1948 e sobre o estudo ecológico das grandes regiões de Moçambique levado a efeito pelo Centro de investigação científica algodoeira com o fim de delimitar as regiões agrícolas da Província especialmente no que diz respeito à produção do algodão.

POSSIBILIDADES DE COLABORAÇÃO EURO-AFRICANA

A revista do Instituto Geográfico Militar de Florença «L'Universo», n.º de Maio-Junho do corrente ano, insere um artigo de Nardo Naldoni com o título deste comentário.

Nele estuda o seu autor as razões que exigem a progressiva integração da África na economia e na civilização europeia com o fim de se alcançar mais rápido progresso sob o ponto de vista civil e melhores condições de vida para os dois continentes. Também a colaboração internacional para a solução do problema é objecto de pertinentes observações por parte de Nardo Naldoni.

Como não podia deixar de ser, a atitude em face do problema dos diferentes povos africanos e os propósitos declarados na acção dos países europeus envolvidos na sua solução são igualmente estudados pelo articulista da revista «L'Universo».

Relativamente à Bélgica e a Portugal o autor reconhece que ambas se empenham com toda a força a desenvolver ao máximo os seus territórios ultramarinos e que o progresso económico e social é também neles evidente. As relações entre europeus e africanos são boas.

Avaliando com rigor, sob todos os pontos de vista, a contribuição para o ideal da Euráfrica dos povos europeus que desempenham qualquer papel na cena africana, o autor do artigo da revista «L'Universo» conclui afirmando que para obter uma eficaz colaboração europeia na solução do problema africano é necessário que ela seja totalitária — por outras palavras, como expressamente o declara, que nações como a Itália com um passado colonial sejam chamadas de novo a tomar parte numa obra que é, de facto, de interesse comum.

ALVES DE AZEVEDO

ACTIVIDADES
DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

INTERCÂMBIO ESCOLAR

O sr. inspector Sólippa Norte, chefe do Intercâmbio Escolar da Sociedade de Geografia de Lisboa, convidou-me amàvelmente a escrever algumas palavras preliminares do relato que se segue, deixando ao meu critério julgar se tais palavras são ou não necessárias.

Devo declarar francamente que elas me não parecem necessárias, tão eloquente e expressiva é a explanação feita, com os números que a acompanham. Mas não me dispensei de as escrever, apenas para significar ao sr. inspector Sólippa Norte o apreço e a satisfação com que a Direcção da Sociedade de Geografia segue o êxito incontestável do seu infatigável labor no serviço que desinteressada e dedicadamente aceitou a tomar a seu cargo.

Para mim, o intercâmbio escolar tem um alto valor pragmático e social. Cada escola se considera mais ou menos auto-suficiente na formação dos seus diplomados, mas, na verdade, esta seria incompleta no isolamento, na segregação, relativamente às actividades de outros estabelecimentos de ensino e educação. É de extrema vantagem a intercomunicação de almas juvenis, com aspirações comuns, por mais distantes que elas se encontrem umas em relação às outras, e, precisamente, tanto mais quanto maior for a distância que as separa. É excelente a ideia do intercâmbio escolar luso-brasileiro. Os estudantes familiarizam-se com os relatos da influência, sobre outros estudantes, de meios e tendências diferentes dos meios e tendências com que estão em contacto.

O intercâmbio escolar ajuda a formação das almas jovens, amplia os horizontes da sua visão e dos seus sentimentos.

Tenho a certeza de que o sr. inspector Sólippa Norte se esforçará por alargar, tanto quanto possível, as modalidades do intercâmbio que promove e orienta. Pela tarefa realizada e pelo seu labor em perspectiva são-lhe devidos agradecimentos e louvores de todos os que amam a Mocidade e a Cultura.

12 de Junho de 1954.

A. A. Mendes Corrêa

Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

RELATÓRIO

Há 10 anos que os Serviços do Intercâmbio-Escolar da Sociedade de Geografia vêm organizando resumos estatísticos sobre o movimento de permutas de correspondências inter-escolares; e cabe-nos agora a obrigação de apresentar aquele que corresponde ao ano de 1953.

Por êle poderá V. Ex.ª ver que, no ano findo, se trocaram 63.249 cartas entre estudantes continentais, insulares, ultramarinos e brasileiros, contra 62.537 trocadas em 1952. Como estamos longe dos primeiros 10 anos do funcionamento do Intercâmbio, em que o somatório de correspondências permutadas atingiu apenas 36.698; e convém salientar que em 31 de Dezembro de 1953 — mais outros 10 anos decorridos — as permutas efectuadas pelos Serviços do Intercâmbio tinham subido para 505.216, o que revela algum esforço, principalmente dos dois únicos empregados — não privativos — que trabalham no Intercâmbio.

Contudo, comparando os números de cartas trocadas e atribuídas no ano findo a cada Distrito-Escolar, Província Ultramarina, estabelecimento de ensino secundário ou especial, — sem esforço se presume que esses números raramente correspondem ao grau de população-escolar de que provêm, e antes denunciam a carência duma providência oficial que estabeleça uniformidade de obrigações para que o volume e o rendimento da colaboração prestada ao Intercâmbio não variem conforme o arbítrio ou o critério das autoridades que orientam aqueles sectores educativos.

Como salientámos no Relatório de 1948, tal falta perturba os Serviços do Intercâmbio, privando-os de funcionar com regularidade e mais eficácia, não apenas pelas dificuldades que se levantam à distribuição e colocação de determinada categoria de correspondências, mas ainda pela frequência com que somos surpreendidos por volumosas devoluções e por amargas queixas de escassez ou total ausência de respostas.

Um exemplo dos mais recentes:

A certa escola comercial remetemos 97 cartas, de que nos devolveu 76. Por outro lado, a mesma escola afirma que, em certo período, expedira 224 correspondências — directas ou por intermédio dos nossos Serviços — mas que dessas cartas só recebera 26 respostas; e existem Distritos-Escolares que, — apesar de em anos sucessivos receberem numerosas correspondências de estudantes de variadas procedências —, continuam silenciosos, sem se darem ao incómodo de expedir ao menos uma carta-resposta como sinal de que, naquelas regiões, funcionam serviços escolares.

Em contraste, no «Resumo Estatístico» de 1953, entre outros, encontram-se Distritos-Escolares que nos deram excelente colaboração: — Ponta Delgada, Braga, Faro, Castelo Branco e mesmo Angra do Heroísmo, Porto e Viseu.

Pelo que fica exposto, desejamos finalizar estas desataviadas considerações com as últimas palavras do Relatório que tivemos a honra de subscrever no ano findo:

—«...no Relatório de 1948 propusemos à Ex.ma Direcção da Sociedade de Geografia que solicitasse de Sua Ex.ª o Ministro da Educação Nacional a publicação dum diploma que, — à semelhança do disposto nos artigos 48 a 52 do Decreto 28.114, aplicável às Províncias Ultramarinas —, estabelecesse a obrigatoriedade do Intercâmbio-Escolar nas escolas do Continente e Ilhas. E sendo o Intercâmbio um instrumento de largo alcance pedagógico e social, agora que o Govêrno do País tão louvável e patriòticamente se preocupa com o desenvolvimento do ensino popular e se propõe extinguir o analfabetismo, parece-nos que atravessamos um dos momentos mais oportunos para renovar, perante a Ex.ma Direcção da Sociedade de Geografia e Sua Ex.ª o Ministro

da Educação Nacional, a proposta que concretizámos e justificámos no Relatório de 1948».

Repetimos hoje as mesmas palavras, convictos de que não há outro caminho a seguir se queremos assegurar trabalho regular, metódico e eficiente nos Serviços do Intercâmbio-Escolar da Benemérita Sociedade de Geografia.

Sobre a publicação do «Resumo-Estatístico», a V. Ex.ª peço licença para propor a prática do que fora estabelecido para os anos anteriores, rogando-lhe, contudo, se digne escrever Duas Palavras que possam anteceder o «Resumo» tanto no «Boletim» como na «Separata», — se V. Ex.ª, no seu alto critério, entender que essas palavras são necessárias em tal lugar.

Lisboa, 31 de Março de 1954.

O Inspector,
Chefe dos Serviços do Intercâmbio-Escolar
da Sociedade de Geografia

J. V. SÓLIPPA NORTE

RESUMO ESTATÍSTICO

PERMUTA DE CORRESPONDÊNCIAS INTER-ESCOLARES, EM 1952 E 1953

Síntese das cartas recebidas e remetidas pelo Gabinete dos Serviços do Intercâmbio Escolar, em relação com os Distritos Escolares, Liceus, Diversas Escolas, Províncias Ultramarinas e Brasil:

DISTRITOS ESCOLARES — PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS — BRASIL — LICEUS — ESCOLAS TÉCNICAS E ESPECIAIS	CARTAS			
	1952		1953	
	Recebidas de:	Saídas para:	Recebidas de:	Saídas para:
Distritos Escolares:				
Angra do Heroísmo	2.184	1.522	2.186	2.247
Aveiro	2.982	2.809	1.819	2.015
Beja	648	1.371	436	1.239
Braga	12.576	7.392	9.320	6.231
Bragança	884	998	605	988
Castelo Branco	2.108	3.296	3.617	3.064
Coimbra	300	1.064	171	805
Évora	1.217	845	478	895
Faro	5.977	5.588	6.405	3.270
Funchal	144	1.171	—	1.923
Guarda	1.267	1.343	994	1.301
Horta	924	949	434	1.363
Leiria	—	833	—	589
Lisboa	781	1.521	1.108	1.943
Ponta Delgada	8.340	4.638	11.825	7.304
Portalegre	418	704	282	546
Porto	5.458	6.853	2.017	1.985
Santarém	1.107	1.127	452	1.165
Setúbal	1.272	1.655	557	732
Viana do Castelo	330	1.177	337	952
Vila Real	1.309	1.551	1.052	1.397
Viseu	585	1.039	2.910	2.485
	50.801	49.446	47.005	44.439
Províncias Ultramarinas:				
Cabo Verde	692	938	734	1.240
Guiné	943	918	987	1.147
S. Tomé e Príncipe	50	235	317	405
Angola	1.998	2.586	2.851	4.039
Moçambique	2.456	2.516	2.426	3.154
Estado da Índia	460	563	527	739
Macau	—	297	139	318
Timor	229	423	262	468
	6.828	8.476	8.243	11.510
	50.801	49.446	47.005	44.439
	57.629	57.922	55.248	55.949

DISTRITOS ESCOLARES — PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS — BRASIL — LICEUS — ESCOLAS TÉCNICAS E ESPECIAIS	CARTAS			
	1952		1953	
	Recebidas de:	Saídas para:	Recebidas de:	Saídas para:
Escolas anexas às do magistério:				
Angra do Heroísmo	—	—	—	2
Braga	161	76	343	225
Bragança	184	181	198	191
Coimbra	22	22	6	44
Évora	66	31	78	84
Faro	5	16	31	43
Funchal	—	—	—	6
Guarda	125	141	137	112
Horta	—	1	—	9
Lisboa	45	66	80	166
Ponta Delgada	30	12	62	59
Porto	31	42	858	171
Viana do Castelo	—	3	—	6
Vila Real	86	27	64	46
Viseu	26	8	—	36
Escola Normal «Luís de Camões», Goa	12	1	24	16
	793	627	1.881	1.216
	57.629	57.922	55.248	55.949
	58.422	58.549	57.129	57.165
Brasil:				
Departamento de Educação do Estado de São Paulo	128	1	186	150
	58.550	58.550	57.315	57.315
ENSINO SECUNDÁRIO, TÉCNICO E ESPECIAL				
Liceus de:				
Angra do Heroísmo	95	22	83	47
Aveiro	10	58	6	33
Beja	33	21	45	39
Braga	14	28	77	56
Bragança	14	16	11	14
Cabo Verde, Mindelo, S. Vicente	59	32	221	97
Castelo Branco	85	37	64	70
Chaves	13	5	9	7
«D. João III», Coimbra	—	54	34	59
«Infanta D. Maria», Coimbra	43	110	110	116
Covilhã	56	30	166	92
Évora	—	34	14	26
Faro	—	81	3	85
Figueira da Foz	17	16	4	5
Funchal	12	61	41	91
«Afonso de Albuquerque», Goa	213	128	306	237
Guarda	528	150	360	206
Guimarães	16	14	33	18
Guiné (Colégio-Liceu), Bissau	—	1	—	2

DISTRITOS ESCOLARES — PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS — BRASIL — LICEUS — ESCOLAS TÉCNICAS E ESPECIAIS	CARTAS			
	1952		1953	
	Recebidas de:	Saídas para:	Recebidas de:	Saídas para:
Horta	10	5	4	5
Lamego	1	7	4	2
Leiria	20	8	14	30
«Camões», Lisboa	62	177	103	146
«D. João de Castro», Lisboa	3	2	4	11
«D. Filipa de Lencastre», Lisboa	63	113	162	170
«Gil Vicente», Lisboa	108	72	105	81
«Maria Amália Vaz de Carvalho», Lisboa	28	69	—	81
«Passos Manuel», Lisboa	29	105	103	35
«Pedro Nunes», Lisboa	—	15	—	9
«Rainha D. Leonor», Lisboa	118	14	146	109
«Salazar», Lourenço Marques	61	132	95	119
«Salvador Correia», Luanda	249	96	7	212
«Infante D. Henrique», Macau	12	29	29	35
Oeiras	—	4	49	19
Ponta Delgada	—	12	—	27
Portalegre	3	12	4	8
Portimão	11	14	13	11
«Alexandre Herculano», Porto	—	20	14	16
«Carolina Michaelis», Porto	7	23	15	24
«D. Manuel II», Porto	3	16	21	26
«Rainha Santa Isabel», Porto	7	49	91	55
Póvoa de Varzim	10	12	27	19
«Diogo Cão», Sá da Bandeira (Angola)	32	25	18	24
Santarém	19	43	14	35
Santo Tirso	—	2	2	2
Setúbal	13	20	91	35
Viana do Castelo	17	28	50	53
Vila Real	22	16	22	23
Viseu	1	43	16	48
	2.117	2.081	2.810	2.770
	58.550	58.550	57.315	57.315
	60.667	60.631	60.125	60.085
Escolas técnicas:				
Escola de Artes Decorativas «António Arroio», Lisboa	38	28	46	58
Escola de Artes Decorativas «Soares dos Reis», Porto	3	14	2	5
Escola Comercial «D. Maria I», Lisboa	265	203	332	125
Escola Comercial «Ferreira Borges», Lisboa	4	9	8	11
Escola Comercial «Veiga Beirão», Lisboa	34	9	—	67
Escola Comercial de Lourenço Marques	—	—	75	43
Escola Comercial, Luanda	—	50	11	38
Escola Comercial «Pedro Nolasco», Macau	76	145	73	73
Escola Comercial, Moçâmedes	142	111	86	73

DISTRITOS ESCOLARES — PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS — BRASIL — LICEUS — ESCOLAS TÉCNICAS E ESPECIAIS	CARTAS			
	1952		1953	
	Recebidas de:	Saídas para:	Recebidas de:	Saídas para:
Escola Comercial «Oliveira Martins», Porto	228	41	79	21
Escola Industrial, Goa	—	—	—	3
Escola Industrial «Afonso Domingues», Lisboa	—	4	—	—
Escola Industrial «D. Luísa de Gusmão», Lisboa	—	—	25	18
Escola Industrial «Fonseca Benevides», Lisboa	—	7	49	3
Escola Industrial «Machado de Castro», Lisboa	—	18	3	1
Escola Industrial «Marquês de Pombal», Lisboa	—	5	—	3
Escola Industrial, Lourenço Marques	—	—	130	293
Escola Industrial, Luanda	60	75	50	177
Escola Industrial «Aurélia de Sousa», Porto	—	3	—	51
Escola Industrial «Infante D. Henrique», Porto	349	134	318	117
Escola Industrial e Comercial, Águeda	—	5	—	4
Escola Industrial e Comercial, Angra do Heroísmo	2	14	76	88
Escola Industrial e Comercial, Aveiro	—	2	23	7
Escola Industrial e Comercial «Alfredo da Silva», Barreiro	—	5	—	3
Escola Industrial e Comercial, Beja	4	2	9	12
Escola Industrial e Comercial, Braga	21	20	59	66
Escola Industrial e Comercial, Bragança	—	9	—	17
Escola Industrial e Comercial, Caldas da Rainha	—	2	1	8
Escola Industrial e Comercial, Chaves	—	—	—	8
Escola Industrial e Comercial «Brotero», Coimbra	—	22	—	27
Escola Industrial e Comercial «Campos Melo», Covilhã	1	7	153	27
Escola Industrial e Comercial, Estremoz	—	2	16	4
Escola Industrial e Comercial, Évora	2	4	—	16
Escola Industrial e Comercial, Faro	71	55	54	95
Escola Industrial e Comercial, Figueira da Foz	2	3	6	4
Escola Industrial e Comercial, Funchal	20	64	—	243
Escola Industrial e Comercial, Gondomar	38	16	2	6
Escola Industrial e Comercial, Guimarães	—	3	—	22
Escola Industrial e Comercial, Horta	—	3	—	—
Escola Industrial e Comercial, Lagos	20	18	10	21
Escola Industrial e Comercial, Leiria	2	7	12	20
Escola Industrial e Comercial, Marinha Grande	—	6	—	5
Escola Industrial e Comercial «Sarmento Rodrigues», Nova Lisboa	72	119	87	74
Escola Industrial e Comercial, Oliveira de Azemeis	—	4	—	5
Escola Industrial e Comercial, Peniche	—	—	—	5
Escola Industrial e Comercial, Ponta Delgada	—	12	—	50
Escola Industrial e Comercial, Portalegre	33	25	60	27
Escola Industrial e Comercial, Póvoa de Varzim	—	4	—	6
Escola Industrial e Comercial, Setúbal	—	2	1	27
Escola Industrial e Comercial, Silves	—	4	—	5
Escola Industrial e Comercial, Tomar	46	9	14	31
Escola Industrial e Comercial, Viana do Castelo	5	17	4	14
Escola Industrial e Comercial, Vila Nova de Gaia	—	2	—	—
Escola Industrial e Comercial, Vila Real	6	11	—	15
Escola Industrial e Comercial, Viseu	—	10	—	7

DISTRITOS ESCOLARES — PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS — BRASIL — LICEUS — ESCOLAS TÉCNICAS E ESPECIAIS	CARTAS			
	1952		1953	
	Recebidas de:	Saídas para:	Recebidas de:	Saídas para:
Escola Técnica «Sá da Bandeira», Lourenço Marques	161	325	—	—
Escola Técnica Elementar «Serpa Pinto», Faro	—	6	—	—
Escola Técnica Elementar «Eugénio dos Santos», Lisboa	—	—	12	73
Escola Técnica Elementar «Francisco Arruda», Lisboa	—	—	—	1
Escola Técnica Elementar «Josefa de Óbidos», Lisboa	—	—	—	1
Escola Técnica Elementar «Manuel da Maia», Lisboa	—	—	5	10
Escola Técnica Elementar «Marquesa de Alorna», Lisboa	—	—	105	1
Escola Técnica Elementar «Nuno Gonçalves», Lisboa	—	—	—	16
Escola Técnica Elementar «Paula Vicente», Lisboa	—	—	—	2
Escola Técnica Elementar «Pedro de Santarém», Lisboa	15	3	48	12
Escola Técnica Elementar «Clara de Resende», Porto	—	—	—	3
Escola Técnica Elementar «Gomes Teixeira», Porto	8	—	385	13
Escola Técnica Elementar «Ramalho Ortigão», Porto	—	—	—	11
	1.728	1.703	2.429	2.292
	60.667	60.631	60.125	60.085
	62.395	62.334	62.554	62.377
Escolas do magistério primário:				
Angra do Heroísmo	—	1	—	6
Braga	—	3	21	71
Bragança	—	1	163	69
Coimbra	1	5	8	48
Évora	—	—	13	39
Faro	—	4	19	73
Funchal	—	2	—	71
Guarda	—	—	4	24
Horta	—	—	4	4
Lisboa	3	3	—	33
Luanda	—	—	—	2
Ponta Delgada	—	—	110	73
Porto	11	1	167	59
Vila Real	1	1	5	27
Viseu	—	1	7	24
Escola Normal «Luís de Camões», Goa	1	8	—	75
	17	30	521	698
	62.395	62.334	62.554	62.377
	62.412	62.364	63.075	63.075

DISTRITOS ESCOLARES — PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS — BRASIL — LICEUS — ESCOLAS TÉCNICAS E ESPECIAIS	CARTAS			
	1952		1953	
	Recebidas de:	Saídas para:	Recebidas dê:	Saídas para:
Escolas especiais:				
Colégio «S. Gonçalo», Amarante	—	1	—	—
Colégio «Sagrado Coração de Maria», Lisboa	—	1	—	—
Colégio «João de Deus», Monte Estoril	—	4	—	—
Escola Comercial do Ateneu Comercial, Lisboa	—	—	—	2
Escola Comercial «Raul Dória», Porto	—	1	—	—
Instituto Liceal e Técnico do Bié, Silva Porto, Angola	—	16	—	5
Lycée Français «Charles Lepierre», Lisboa	—	—	1	1
	—	23	1	8
	62.412	62.364	63.075	63.075
	62.412	62.387	63.076	63.083
Brasil:				
Liceu Literário Português do Rio de Janeiro	125	150	173	166
Total geral	62.537	62.537	63.249	63.249

RESUMO DAS CARTAS RECEBIDAS E EXPEDIDAS PELOS SERVIÇOS DO INTERCÂMBIO ESCOLAR

DISTRITOS ESCOLARES — PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS — BRASIL — LICEUS — ESCOLAS TÉCNICAS E ESPECIAIS	CARTAS			
	1952		1953	
	Recebidas de:	Saídas para:	Recebidas de:	Saídas para:
Ensino primário (incluindo o Brasil):				
Distritos Escolares	50.801	49.446	47.005	44.439
Províncias Ultramarinas	6.828	8.476	8.243	11.510
Escolas anexas às do Magistério Primário	793	627	1.881	1.216
Brasil — Departamento de Educação do Estado de São Paulo	128	1	186	150
	58.550	58.550	57.315	57.315
Ensino secundário (incluindo o Brasil):				
Liceus do Continente e Ultramar	2.117	2.081	2.810	2.770
Escolas Técnicas do Continente e do Ultramar	1.728	1.703	2.429	2.292
Escolas do Magistério Primário do Continente e de Goa	17	30	521	698
Escolas Especiais (Ensino Particular)	—	23	1	8
Brasil — Liceu Literário Português do Rio de Janeiro	125	150	173	166
	3.987	3.987	5.934	5.934
	58.550	58.550	57.315	57.315
Total geral	62.537	62.537	63.249	63.249

DISTRIBUIÇÃO, POR MESES, DAS CORRESPONDÊNCIAS INTER-ESCOLARES

	1952	*1953*
Janeiro	6.616	4.605
Fevereiro	5.683	7.161
Março	7.651	7.788
Abril	6.406	6.727
Maio	7.745	6.660
Junho	6.049	6.360
Julho	7.038	5.629
Agosto	2.044	2.328
Setembro	2.562	956
Outubro	744	1.767
Novembro	4.349	4.641
Dezembro	5.650	8.627
	62.537	63.249 cartas

CARTAS PERMUTADAS DE 1934 A 31 DE DEZEMBRO DE 1953

1934	543
1935	1.614
1936	2.087
1937	2.825
1938	5.235
1939	8.442
1940	6.466
1941	5.029
1942	1.798
1943	2.659
1944	28.724
1945	31.716
1946	31.015
1947	37.706
1948	36.125
1949	44.302
1950	58.051
1951	75.093
1952	62.537
1953	63.249
Total	505.216

2 de Abril

AS GRANDES LINHAS DA HISTÓRIA DO BRASIL

Conferência pelo sr. prof. dr. Américo Jacobina Lacombe

Presidiu o sr. prof. dr. Mendes Corrêa, que tinha à direita os srs. dr. Olegário Mariano, embaixador do Brasil; e prof. António de Almeida; e à esquerda os srs. prof. dr. Cordeiro Ramos, presidente do Instituto de Alta Cultura; e dr. Júlio Gonçalves.

O sr. prof. Mendes Corrêa, depois de saudar o sr. embaixador do Brasil e de agradecer a sua honrosa presença na sessão, apresentou o conferente como um dos maiores valores da actual intelectualidade brasileira. Professor de História na Universidade Católica do Rio de Janeiro, director da Casa Rui Barbosa e membro do Conselho do Património Histórico e Artístico Nacional do Brasil, o sr. dr. Jacobina Lacombe — disse — tem o nome ligado ao Acordo Cultural Luso-Brasileiro, instrumento que virá a exercer grande influência nas relações culturais dos dois países.

O ilustre catedrático brasileiro começou por agradecer ao presidente da Sociedade de Geografia as elogiosas palavras com que foi apresentado à distinta assembleia. Em seguida fez uma erudita dissertação acerca da história do Brasil.

Se há um mistério na História do Brasil — afirmou — mistério empolgante que distingue a evolução do Brasil de todos os países sul-americanos, este mistério é o da unidade territorial. Esta é o resultado de uma vontade, de um plano político consciente e esclarecido, concebido pelos estadistas coloniais e mantido pelos políticos do Império e da República.

Depois de exaltar a obra dos Portugueses na formação do Brasil, o ilustre catedrático disse que a história do seu país longe de ser obra do acaso, é, pelo contrário, a história de um povo que quer conscientemente realizar a sua grande missão histórica.

Prosseguindo na sua brilhante dissertação, declarou que a obra de edificação foi completada e coroada pela centralização monárquica realizada pelos soberanos D. João VI e D. Pedro I que, aparentemente contraditórios, foram colaboradores na construção do Império Brasileiro — obra grandiosa que representará sempre uma glória do génio político da raça.

A terminar, o prof. Jacobina Lacombe disse que a república não destruiu, antes consolidou a alma universal através do compromisso federalista — construção devido especialmente à visão de Rui Barbosa — a grande e clarividente figura na restauração do regímen.

Ao encerrar a sessão o sr. prof. Mendes Corrêa felicitou o conferente cujo trabalho elogiou, quer no aspecto da imparcialidade e objectividade históricas quer no da elegância mental e literária.

2 de Abril

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA

Com uma conferência do sr. dr. Daniel Ferrão, assistente da Faculdade de Medicina do Porto, sobre «Problemas de biologia», encerrou-se, na sala «Algarve», o ciclo iniciado em 16 de Março para estudo de alguns aspectos da cultura contemporânea perante o pensamento católico.

O orador começou por definir a investigação científica no quadro geral da concepção actual do homem e do Mundo. Defendeu, depois, a tese de que entre os problemas científicos e o cristianismo não há oposição. Por fim demonstrou que os conflitos entre biologia e cristianismo apenas surgem quando uma ou outro saem do seu respectivo campo e invadem regiões da realidade, que não lhes estão adstritas.

7 de Abril

SECÇÃO DE LITERATURA

Reuniu sob a presidência do sr. dr. Júlio Gonçalves. Além de outros assuntos, relacionados com as actividades da Secção, ocupou-se da possível participação da Sociedade de Geografia nas comemorações do centenário de Garrett. Sobre o assunto, ficou assente que a senhora D. Maria Archer, que na ausência do presidente e vice-presidente ocupará a presidência da Secção, elaborasse um plano da actuação que for compatível.

8 de Abril

A NOSSA ÍNDIA — IMPRESSÕES DE VIAGEM

Conferência pelo sr. eng.º Mercier Marques

Presidência do sr. prof. dr. Mendes Corrêa, ladeado pelos srs. dr. Braga Paixão, prof. dr. António de Almeida, coronel António José Caria e dr. Júlio Gonçalves.

O sr. prof. Mendes Corrêa, ao abrir a sessão, traçou o perfil do conferente que, a convite da Subcomissão Indiana da Sociedade de Geografia, ia expor as impressões que colhera na recente visita ao Estado da Índia Portuguesa.

Começou o sr. eng.º Mercier Marques por focar as suas impressões de Bombaim, cidade de profundos contrastes, onde uma população de uma densidade asfixiante apresenta os aspectos mais desconcertantes para o europeu. O problema das castas — disse —, dos mais graves da União Indiana, cria separações sociais que dificultarão por muito tempo ainda o progresso do país.

A chegada à Índia Portuguesa — continuou —, impressiona profundamente pelo encanto da natureza, pela vida calma que nela se desfruta, pelas características e virtudes da população. As cidades têm a simplicidade das nossas terras de província, mas enriquecidas pelo pitoresco da indumentária do Oriente. O nível de vida é modesto mas factos recentes, como o da mecanização das minas de ferro de Serigão fazem prever uma melhoria sensível. Uma certa industrialização é possível e capaz de transformar, dentro de certos limites, o aspecto económico do território.

Refere-se depois aos investimentos de capitais metropolitanos, já tão importantes em Angola e Moçambique, esperando que venham a interessar-se também pelos recursos naturais da Índia. O saldo negativo entre as importações e as exportações mostra claramente a existência de possibilidades de um desenvolvimento económico que apenas espera ser estudado convenientemente para interessar os capitais.

Finalmente, apreciou certos problemas culturais entre eles os da conservação do precioso arquivo de Nova Goa, onde existem 40.000 manuscritos únicos no Mundo e que atraem os estudiosos de toda a parte, pois constituem a história mais completa, não só dos Portugueses no Oriente, mas de todo o Oriente. Milhares de velhas pedras — disse —, com preciosas inscrições, dispersas por claustros de conventos, aguardam a construção de um museu onde se conservem para atestarem às gerações vindouras a nossa extraordinária epopeia nessas terras distantes.

A população da nossa Índia — concluiu o orador — mantém-se calma no meio das intrigas e cobiças que pairam sobre ela. Desejando conservar-se portuguesa, por sentimento e por inteligência, confia na lealdade da Mãe Pátria, que nunca poderá abandonar esse meio milhão de portugueses que se lhe conservam fiéis, apesar das ameaças de certos extremismos que o tempo acabará por fazer passar.

Prolongada salva de palmas coroou as últimas palavras do sr. eng.º Mercier Marques, a quem o sr. prof. Mendes Corrêa felicitou pela explanação que acabara de fazer e muito interessou o auditório.

12 de Abril

SECÇÃO DE ANTROPOLOGIA

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Barbosa Sueiro que fez uma comunicação apresentando um crânio com diversas anomalias que comentou e interpretou. Caso raro, único talvez, já citado pelo prof. Serrano que lhe apontou as anomalias mas não as comentou.

13 de Abril

COMISSÃO INSULAR

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Telles Palhinha, para apreciar a proposta do sr. eng.º Portugal Ribeiro apresentada na sessão anterior. Sobre o assunto pronunciou-se largamente o sr. brig. Sotto Mayor, tendo ficado resolvido que a Comissão procure estudar os meios de tornar mais conhecidas no Continente as riquezas naturais dos dois arquipélagos e as produções literárias e artísticas dos açorianos e madeirenses.

14 de Abril

SECÇÃO DE ESTUDOS MILITARES

Reuniu sob a presidência do sr. general Santos Correia. Antes da ordem do dia prestou sentida homenagem à memória do seu vice-presidente sr. comandante Moura Brás.

Noutro lugar deste Boletim publica-se um extracto da respectiva acta.

Na ordem do dia trocaram-se impressões sobre os projectados monumentos a Artur de Paiva e Caldas Xavier.

22 de Abril

EMILE VERHAEREN

Conferência pelo sr. Barão Ruzette, Ministro da Bélgica

Presidiu o sr. prof. dr. Mendes Corrêa, ladeado pelos srs. prof. dr. Cordeiro Ramos e almirante Magalhães Corrêa.

Ao apresentar o conferente, o sr. prof. Mendes Corrêa congratulou-se com a honrosa presença na tribuna da Sociedade de Geografia de uma personalidade tão distinta como é o sr. Barão Ruzette. Depois de se referir à brilhante carreira diplomática e política do ilustre Ministro da Bélgica em Lisboa, o sr. prof. Mendes Corrêa pôs em relevo os dotes intelectuais e literários do orador.

O sr. Barão Ruzette, feitos os cumprimentos à Mesa da sessão e à distinta assembleia, na qual se contavam alguns membros da colónia belga em Lisboa, agradeceu as saudações do presidente da Sociedade de Geografia. Em seguida entrou no assunto da sua conferência, evocando Emile Verhaeren. Disse que este não foi talvez um grande poeta, mas exerceu uma grande influência sobre os poetas do seu tempo. Foi um dos primeiros a encontrar poesia na máquina e na classe dos trabalhadores industriais. É o poeta do trabalho.

É sobretudo conhecido no estrangeiro como poeta cósmico, um unanimista. Mas foi também um poeta dos habitantes e dos assuntos da Flandres. Cantou as glórias da grande história das Províncias Belgas, tornando-se, sem dúvida, uma das glórias nacionais da Bélgica.

Foi uma boa alma em toda a extensão da palavra. O Rei Alberto fez dele seu amigo e permaneceu fiel a esta amizade até à morte trágica do velho poeta, esmagado por um comboio na *gare* de Ruão, em 1916.

O presidente da Sociedade, no final da conferência, dirigiu calorosas felicitações ao sr. Barão Rusette, destacando o vivo interesse e o brilho do seu trabalho. Sobre Verhaeren, afirmou que ele foi, como outros grandes poetas, o intérprete de sentimentos profundos do povo a que pertenceu. A poesia está ligada à psicologia do homem, dos povos e das nações. Um diplomata, como um político, não pode deixar de auscultar o canto dos poetas. Um ilustre diplomata belga falou-nos assim com eloquência, justiça e conhecimento de causa, sobre um grande poeta do seu nobre país.

23 de Abril

O PAPEL DOS C. T. T. NO CAMPO DA DEFESA CIVIL

Conferência pelo sr. tenente-coronel Pereira da Conceição

Por iniciativa da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos, o sr. ten.-cor. Pereira da Conceição, chefe do Estado Maior da Legião Portuguesa, proferiu na sala «Algarve» uma conferência sobre «O papel dos C. T. T. no campo da defesa civil do território».

Presidiu o sr. eng.º Couto dos Santos, administrador-geral dos C. T. T., ladeado pelos srs. general Almeida Topinho, comandante-geral da L. P.; coronel Teixeira Pinto, 2.º comandante da Escola do Exército; brig. Bernardo de Freitas, director da D. C. T.; e eng.º Duarte Calheiros, administrador-adjunto dos C. T. T.

O orador, depois de analisar a história da civilização através dos séculos, comparando-a com a evolução da guerra, demonstrou o cataclismo social que esta sempre representa para as populações.

Analisando a guerra moderna, descreveu a sua extensão ao campo social e económico, que a conduziu à noção da guerra total.

Ao entrar no período da era atómica, descreveu os terríveis efeitos do lançamento das primeiras bombas e elucidou sobre os resultados das experiências da Bomba H e da utilização dos projécteis dirigidos. Em seguida ocupou-se da cruzada humanitária da Defesa Civil, que abrange três grandes ramos: o alerta, a protecção e a defesa, descrevendo o papel utilíssimo que os C. T. T. podem prestar aos serviços do alerta.

Ao concluir disse: multiplicaram-se os horrores da destruição, mas aumentaram os meios de defesa. Colaborar em tão grande cruzada é, pois, princípio altruísta e generoso dos que sentem em si a paixão de «amar o próximo como a nós mesmos».

1 de Maio

SECÇÃO DE CIÊNCIAS MÉDICAS

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Francisco Gentil. Trocadas impressões sobre os temas propostos na sessão anterior, foi resolvido suspender os trabalhos durante as férias sociais.

3 de Maio

SEMANA DO ULTRAMAR

SESSÃO SOLENE DE INAUGURAÇÃO

Na sala «Portugal» da Sociedade de Geografia foram solenemente inauguradas pelo Chefe do Estado as celebrações da «Semana do Ultramar».

A gurda de honra ao sr. Presidente da República foi prestada por cadetes da Escola Naval e da Escola do Exército, que depois tomaram lugar na sala ladeando a mesa da presidência.

Quando o sr. general Craveiro Lopes entrou na sala a banda de Marinha executou o Hino Nacional. Em seguida Sua Excelência assumiu a presidência da sessão, dando a direita aos srs. comandante Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar; e prof. dr. António de Almeida; e a esquerda aos srs. prof. dr. Mendes Corrêa, presidente da Sociedade; e dr. Júlio Gonçalves.

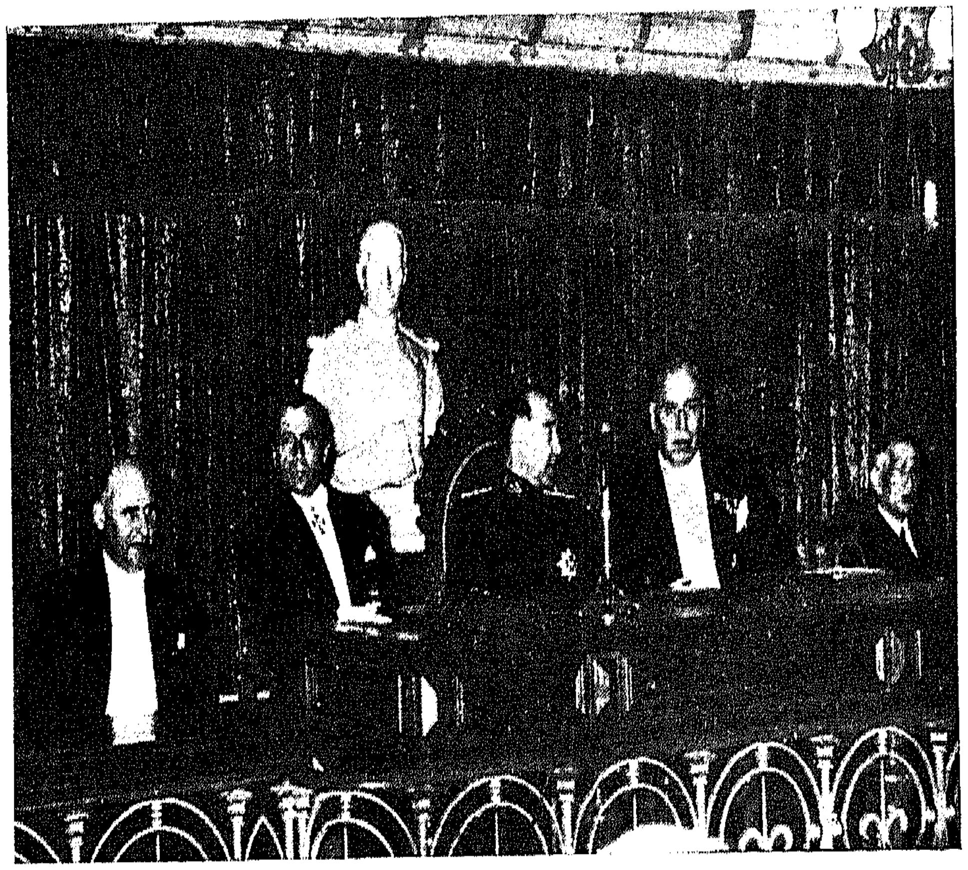
Em lugar especial sentou-se o sr. Bispo de Priene, que representava Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca. Entre a numerosa assistência viam-se altas individualidades civis, militares e eclesiásticas e deputações do Colégio Militar e dos Pupilos do Exército, da Escola Superior Colonial, do Instituto de Odivelas e da Mocidade Portuguesa, da Legião Portuguesa e da Brigada Naval.

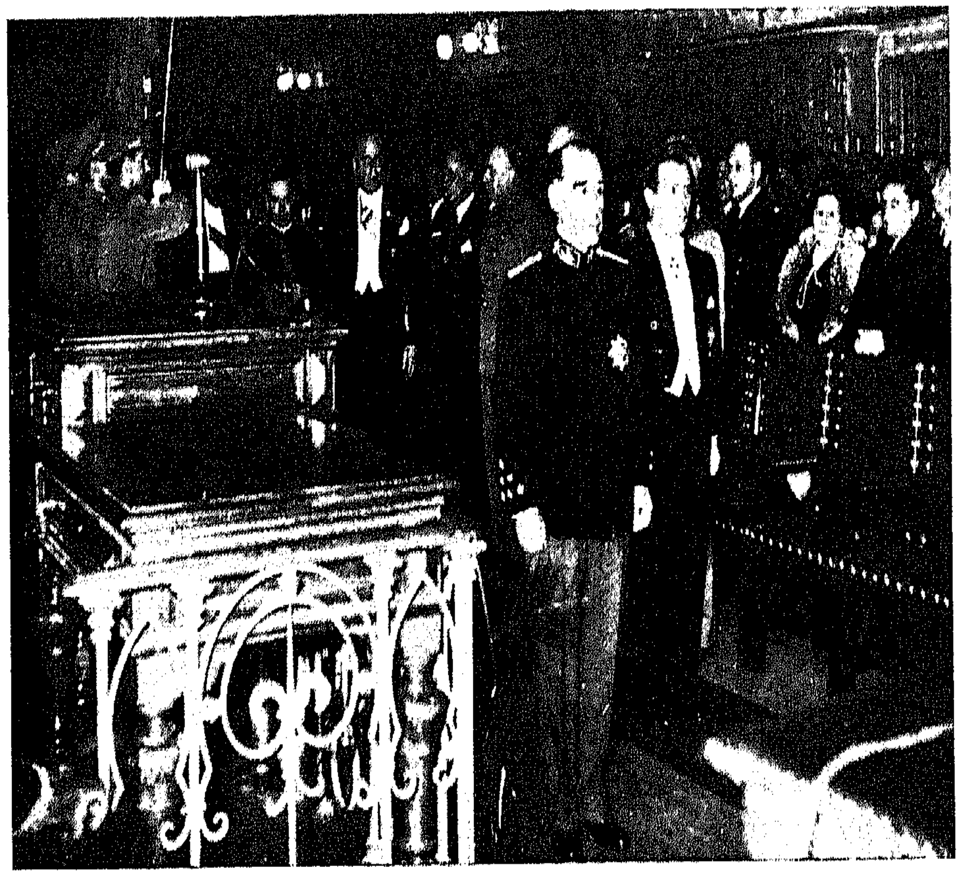
Aberta a sessão o sr. prof. dr. Mendes Corrêa proferiu o seguinte discurso:

«A Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, tenho a honra de dirigir em nome da Sociedade de Geografia de Lisboa, com as mais respeitosas homenagens, a expressão do mais profundo reconhecimento por se ter dignado aceitar o nosso convite para presidir esta sessão inaugural da «Semana do Ultramar» do corrente ano.

Tem a Sociedade encontrado sempre em V. Ex.ª, com a mais justa compreensão do papel dela no quadro da vida portuguesa, um penhorante e valioso apoio à sequência da tarefa de cultura e de patriotismo que a mesma vem tenaz e dedicadamente realizando desde a sua fundação em 1875. São numerosas e significativas as demonstrações que V. Ex.ª nos tem dispensado, do seu alto e lúcido interesse pelo labor e pelas actividades da Sociedade.

É, pois, na lógica e na continuidade invariável de uma atitude conforme com o seu nobre passado de militar ilustre, de estudioso distinto, de conhecedor directo de aspectos vários do nosso ultramar, que V. Ex.ª honra esta noite mais uma vez a Sociedade de Geografia com a sua presença, dando assim um novo testemunho eloquente do seu aplauso à iniciativa que nos reuniu aqui. Se muito grata nos é a solidariedade pessoal de quem, como V. Ex.ª, reúne dons tão elevados de dignidade cívica, valor militar, carácter, probidade e talento, não nos deixa de sensibilizar a solidariedade nacional que à nossa missão traz a presença do ilustre Chefe do Estado nesta Casa e neste ensejo. Bem haja V. Ex.ª pelo estímulo que o facto representa para o nosso esforço e para a nossa intenção!





Em cima — Mesa que presidiu à sessão solene de inauguração da «Semana do Ultramar» de 1954.
Em baixo — Um aspecto da sessão quando Sua Excelência o Senhor Presidente da República dava entrada na sala «Portugal».

Na verdade, a Sociedade de Geografia considera-se portadora não apenas de gloriosas tradições com que se desvanece, mas também de aspirações e deveres permanentes que coincidem com altos e sagrados interesses da Pátria. Não cessam as suas iniciativas e esforços, que as mutações do tempo não afrouxam, nem desviam de suas finalidades essenciais e basilares. Os anos sucedem-se, as circunstâncias modificam-se, mas a Sociedade não envelhece nem desanima: tem o entusiasmo e a fé da primeira hora, mantém-se dedicada e fiel ao espírito dos que a fundaram e dos que, servindo-a, têm sido, simultâneamente, bons servidores de uma grande causa nacional e humana.

A comparência, nesta sessão, do venerando e sábio Prelado que traz a representação augusta de Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa é também motivo do maior júbilo e reconhecimento da nossa parte. Às excelsas virtudes, aos elevados títulos académicos e universitários e aos destacados talentos de Sua Eminência e de Vossa Ex.ª Reverendíssima, acresce, como determinante dos nossos sentimentos, o significado espiritual da presença nesta sessão de tão prestigiosa e veneranda autoridade da Igreja, da Igreja que tem sido, é e sempre será doce e luminoso amparo de Portugal na sua história e na sua acção no Mundo. A Sociedade de Geografia orgulha-se de nunca ter desligado dessa vivificante luz espiritual o heroísmo dos nossos nautas, dos nossos soldados, dos nossos pioneiros, a glória dos construtores das mais grandiosas realizações materiais e morais no Portugal ultramarino.

Minhas senhoras e meus senhores:

Não é necessário expor mais uma vez em que consiste a ideia, há cerca de um quarto de século a Sociedade de Geografia se propôs efectivar anualmente, de uma «Semana do Ultramar». Com regularidade quase perfeita a iniciativa manteve-se até hoje, sendo certo que, de ano para ano, tem aumentado consideràvelmente o número de sessões, conferências, palestras e outros actos que preenchem o seu programa na Metrópole e no Ultramar. Tem-se objectado que este último não deveria ser tema das atenções nacionais apenas numa semana, mas em todas as 52 semanas de cada ano. Assim é, mas da eficácia do método posto em prática dão excelente testemunho dois factos: 1.º o aumento incessante verificado de ano para ano nos actos da semana referida; 2.º o interesse enorme que hoje há no País pelas províncias ultramarinas e que excede consideràvelmente o que existia e o conhecimento público que delas havia, antes de se efectuarem as «Semanas do Ultramar». Não pretendemos que só à propaganda efectuada, em virtude da iniciativa da Sociedade de Geografia, se deva tal resultado, mas é inegável que as «Semanas do Ultramar» têm para ele contribuído de modo considerável, o que não pode deixar de ser lançado grata e rasgadamente no activo da nossa Sociedade.

Tem sido norma indicar em cada ano um tema — não exclusivo, mas preferido — para as explanações da «Semana» respectiva. Coube no presente ano a vez a Angola, à maior e mais rica das províncias ultramarinas portuguesas. Por muitas centenas que sejam — como vão ser — as dissertações que sobre Angola se efectuarão neste período por todo o território português, por mais pormenorizadas e proficientes que essas dissertações sejam, por maiores que sejam já os conhecimentos públicos sobre a vasta província que é honra e glória da acção portuguesa, ficará decerto muito por dizer, muito por divulgar,sobre vários aspectos da terra e da vida angolenses. Mas a Sociedade não tem a pretensão de esgotar tema tão grandioso e variado. Apenas quer difundir e vincar alguns tópicos de interesse geral a tal respeito. E consegui-lo-á, estou absolutamente certo disso, dentro de um critério de sobriedade e de equilíbrio didáctico e de

solidariedade indestrutível entre as diferentes parcelas do Portugal daquém e dalém Oceano.

Nenhum Português digno deste nome pensa que aquele território, com catorze vezes a área da Metrópole, é, ou deva ser, simples logradouro de alguns portugueses da metrópole, que ali talhariam a bel-prazer amplas quintas de rendimento. Portugal honra-se por considerar igualmente respeitáveis os direitos de nativos e de colonos, e, na sua política ultramarina, sempre teve como pessoas humanas, dignas de protecção e carinho, sempre teve como almas irmãs das nossas, as dos naturais mais humildes e mais atrasados. Angola é o testemunho vivo do êxito dessa política e é hoje tão portuguesa como qualquer outro território português. Cumprimos o nosso dever.

António Zischka, o autor do famoso livro «Países do Futuro» (designação em que se incluía especificadamente Angola), exprime num novo livro sobre *África*, a opinião de que esta é reserva natural da Europa e de que, se os europeus não querem soçobrar perante um bloco eurasiático e perante um bloco americano devem empenhar-se colectivamente na formação e no desenvolvimento de uma Euráfrica poderosa e solidária. A valorização da África não parece àquele autor poder ser obra de uma ou de poucas nações. Já aqui, há alguns anos, num acto semelhante ao de hoje, tive ensejo de num balanço dos recursos demográficos e económicos africanos, mostrar que, se a África Portuguesa constitui para Portugal, como o Congo Belga para a Bélgica ou a África Francesa para a França, um precioso apoio humano e material, se, como Zischka salienta, há valiosos mananciais de energia hidráulica no vasto continente, são ainda bastante reduzidas e lentas as possibilidades deste último em recursos do solo e de mão-de-obra para que ele constitua a base mais forte e ampla da comunidade europeia em conjunto.

Por outro lado, no que respeita a Portugal, sobre cuja capacidade valorizadora e sobre cuja acção em África Zischka dá informes lamentàvelmente inexactos e injustos, é evidente que não nos encontramos dispostos a ceder a uma heterogénea comunidade de nações, muitas das quais totalmente alheias ao papel que se pretende atribuir-lhes, não só direitos sagrados de um património inalienável, mas uma função moral e material que temos sabido exercer e que não encaramos num simples aspecto utilitário, mas no mais amplo e luminoso sentido de fraternidade humana e de universalismo cristão.

Perante as ideias do sr. Zischka sobre a África, temos, tem esta Sociedade, a mesma posição que a respeito das pretensões da União Indiana tomou numa mensagem às Sociedades de Geografia de todo o Mundo e que recentemente adquiriu expressão lapidar e decisiva no notável discurso do Senhor Presidente do Conselho.

A Índia Portuguesa é Portugal, Angola é Portugal, e Portugal não renuncia, nem jamais renunciará a si mesmo, à sua missão histórica. Isto não significa, precisamente como aspecto fundamental desta missão, que Portugal seja avaro de seus tesouros e deixe de, como sempre, prodigalizar ao Mundo inteiro, à humanidade inteira, os benefícios da sua acção no serviço da civilização e da fraternidade dos povos. Pelo que respeita a África, não nos recusamos a colaborar em muitas tarefas comuns, como as da Comissão de Cooperação Técnica da África ao Sul do Sahara, do Conselho Científico Africano, do Instituto Internacional Africano, de organizações internacionais de trabalho, de saúde, de luta antiacrídica, de estatística, de protecção da natureza, etc.

No Oriente não nos movem também ambições de imperialismo político, militar ou económico, mas continuamos fiéis à nossa tradição de pioneiros de um entendimento fraternal entre os povos mais diversos, de um modo geral entre Orientais e Ocidentais, tão perigosamente divididos por especulações tendenciosas ou por uma incompreensão funesta. Julgo que a nossa «Semana do Ultramar» deveria, de futuro, incluir uma intensa propaganda além-fronteiras, tão desoladora e profunda ignorância se revela nalguns meios estrangeiros sobre a acção de Portugal nos seus territórios ultramarinos e os princípios que a orientam.

A próxima visita de S. Ex.ª o Senhor Presidente da República a Angola e a S. Tomé e Príncipe tem transcendente significado e oportunidade incontestável.

Mais ainda do que mera afirmação de soberania, a viagem que dentro de alguns dias será iniciada, constituirá simultâneamente uma eloquente demonstração de unidade nacional e de interesse carinhoso do Chefe do Estado e de toda a Nação pelo bem-estar e prosperidades das populações daqueles territórios.

Com os votos de feliz jornada, apresentamos a S. Ex.ª os protestos do maior reconhecimento por mais este valioso e oportuno serviço à Pátria. A Sociedade, traduzindo deste modo sentimentos que são os de toda a Nação, congratula-se pela expressiva circunstância de o presente acto surgir como que preliminar auspicioso e festivo de tão importante acontecimento político e histórico como vai ser a viagem presidencial.

O ilustre orador desta noite, o sr. capitão-de-fragata Frederico Cruz, acedeu gentilmente a dar-nos uma visão panorâmica do «Mundo Angolano». Vai falar-nos com directo e prolongado conhecimento de causa, e com a elevação que imprime a todos os seus estudos. Elemento destacado entre os organizadores do Instituto de Angola, oficial da Armada distintíssimo, antigo capitão de portos de Angola e Moçambique, autor de estudos hidrográficos e geográficos sobre aquelas províncias africanas, o sr. comandante Frederico Cruz é um investigador consciencioso, lúcido e probo e um publicista científico de brilhantes e raras qualidades.

Nesta Casa, em que Angola está representada pelos veneráveis restos de padrões de Diogo Cão, por colecções museológicas preciosas, por imensas obras de arte indígena, pelos testemunhos históricos referentes a Silva Porto, Serpa Pinto, Capelo e Ivens, Henrique de Carvalho e outras figuras gloriosas e heróicas da sua exploração geográfica e da sua ocupação militar e administrativa, nesta Casa, repito, ressoará hoje a voz de um distinto e ilustrado marinheiro que em doze anos de permanência percorreu toda Angola, que seguiu e descreveu os cursos, até então mal conhecidos, de alguns dos seus rios, como o Lumege e o Alto Zambeze, que colaborou valiosamente em estudos e empreendimentos culturais angolanos. Estamos de parabéns. Vivemos uma hora de alta comunhão e grandeza nacionais. Angola tem hoje aqui um intérprete, um cronista, condigno da sua glória, da sua beleza, da sua grandiosidade, da sua missão histórica.»

Findo o discurso do sr. presidente da Sociedade de Geografia, por vezes interrompido com calorosas salvas de palmas, subiu à tribuna o sr. comandante Frederico Cruz. Após as saudações a Suas Ex.as o Senhor Presidente da República e Ministro do Ultramar, e ao representante de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, o orador agradeceu as boas palavras do sr. prof. Mendes Corrêa. Em seguida o ilustre oficial da nossa Marinha de Guerra deu início à sua conferência, subordinada ao tema: «O Mundo Angolano».

Depois de ter aludido ràpidamente à atmosfera perturbada que o Mundo atravessa, fez notar a calma que reina em Portugal e nas suas províncias ultramarinas, calma devida à superior chefia política nacional que notàvelmente influiu na marcha dos acontecimentos internacionais durante a última conflagração. Definidas as principais directrizes das relações de Portugal com os países estrangeiros e com os povos sob a bandeira por-

tuguesa, fez notar a influência da Sociedade de Geografia na orientação seguida, desde o início da sua fundação e os seus altos serviços prestados à Pátria.

O tema desenvolvido foi consequência da Sociedade de Geografia ter escolhido Angola para os trabalhos da presente semana do ultramar.

O conferente fez um rápido esboço corográfico de Angola, falando também da sua economia e dos povos indígenas que a habitam.

Focou certos aspectos da colonização e pôs em evidência o esforço construtivo de cooperação validado pelos colonos, pelos funcionários civis e militares, pelos missionários e pelos indígenas.

Falou também da importância estratégica e logística de Angola que excede o âmbito das fronteiras nacionais. O plano quinquenal de Fomento foi tratado com certo desenvolvimento, chamando-se a atenção para a sua formidável influência no futuro progresso de Angola.

O orador fez o elogio das virtudes do colono angolano que o levam a reagir contra todos os obstáculos que a natureza lhe põe no caminho, jamais se deixando abater. Lembrou também os nomes heróicos de Artur de Paiva, Silva Porto, Henrique de Carvalho, João de Almeida, Carlos Craveiro Lopes, Roçadas, Pereira d'Eça, Cerqueira e tantos outros, a quem se devem as bases da actual grendeza de Angola.

Entusiásticos aplausos coroaram a brilhante explanação que será publicada num dos próximos números do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O sr. prof. Mendes Corrêa, usando novamente da palavra, congratulou-se com o êxito da sessão e fez o elogio do interessante trabalho do sr. comandante Frederico Cruz, que recebeu as felicitações do Chefe do Estado e das individualidades presentes.

4 de Maio

COMISSÃO INSULAR

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Telles Palhinha, continuando em discussão o assunto das sessões anteriores. O sr. prof. dr. Vitorino Nemésio fez, a propósito, largas considerações acerca da ignorância das riquezas e belezas das ilhas adjacentes, especialmente dos Açores, porquanto a Madeira — disse — tem a sua propaganda já feita pelo turismo mundial.

6 de Maio

ANGOLA: DA SELVA AO PROGRESSO

Conferência pela senhora D. Nita Lupi

Por iniciativa do Grupo de Estudos e Propaganda do Ultramar (GEUL), a senhora D. Nita Lupi realizou na sala «Algarve» uma conferência integrada nas celebrações da «Semana do Ultramar».

Presidiu o sr. prof. dr. Mendes Corrêa, ladeado pelos srs. almirante Magalhães Corrêa e prof. dr. António de Almeida.

O sr. prof. Mendes Corrêa agradeceu ao G. E. U. L., na pessoa do seu ilustre presidente, sr. almirante Magalhães Corrêa, a brilhante colaboração que dava à iniciativa da Sociedade de Geografia com aquela sessão. Em seguida apresentou a distinta conferente, aludindo às viagens que ela tem realizado através do continente africano e aos dotes naturais que fazem dela uma poetisa e escritora de rara sensibilidade.

Calorosamente saudada pela assistência, numerosa e selecta, a senhora D. Nita

Lupi começou por fazer uma exaltação da terra angolana, descrevendo o encanto forte da grande província ultramarina, cuja história — disse — «é um mundo de coisas, de factos e luminosas quimeras também. No Brasil, como em Angola, desde as épocas do vice-reinado a vida do nativo tem mudado muito: progrediu, evolucionou dentro da rotina dos tempos porque o Negro não voltará a ser o mesmo escravo das eras indecisas, mas sim um colaborador do Branco, um associado dentro dos destinos da mesma Pátria». Mais adiante, disse: «É fácil ao viajante que atravessa os vários caminhos de outras Áfricas até chegar às nossas sentir-se impressionado dentro das sensações diversas que algumas das cidades da África estrangeira lhe podem oferecer em novidade, no comércio atraente das lojas, no cosmopolitanismo dos hotéis e no à-vontade das mulheres, onde uma liberdade exagerada atinge por vezes atitudes de «magazine» mas que não podem servir de modelo para a nossa sensibilidade, nem enquadram nos moldes da nossa vida social».

E concluiu: «Tal é a diferença de educação e consciência, entre os pretos das Áfricas vizinhas e os das nossas que algum que nessas terras nos sorri, entre outros que nos olham com indiferença e até com ódio, é certamente um emigrado de Angola ou Moçambique. É que nós, Portugueses, soubemos ensinar os pretos a sorrir, a saber sofrer e a ter fé, partilhando com eles da sua própria alma. É verdade que África está em moda e grata nos deve ser a certeza de que se foi Portugal que lançou o primeiro esboço que havia de modelar o seu futuro e ainda hoje são os Portugueses que traçam os caminhos mais seguros por onde deve seguir a sua marcha ascensional — o destino dos seus povos».

No final o sr. prof. Mendes Corrêa, associando-se às manifestações da assembleia, congratulou-se com o êxito que aliás tinha augurado à conferência, e fez o elogio desta.

A sessão terminou com a exibição de filmes coloridos, realizados sobre assuntos angolanos pelo sr. dr. Abel Pratas.

10 de Maio

SEMANA DO ULTRAMAR

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Presidiu o sr. prof. dr. Mendes Corrêa que dava a direita aos srs. dr. José Ferreira Bossa, secretário-geral do Ministério do Ultramar em representação de S. Ex.ª o Subsecretário, e prof. dr. António de Almeida; e a esquerda aos srs. eng.º Sales Lane e dr. Júlio Gonçalves.

O presidente da Sociedade de Geografia congratulou-se com o êxito da «Semana do Ultramar» que vai encerrar-se e cita, a propósito, os seguintes números, de sessões realizadas, que considera eloquentes: Em 1951 — 422; 1952 — 588; 1953 — 719; e 1954 — 781.

Nestes números não estão incluídas as celebrações realizadas nas escolas do ensino primário oficial.

Em seguida renova a sua sugestão de que, de futuro, esta iniciativa se estenda a países estrangeiros, pois, se hoje há em muitos uma ideia justa sobre a acção portuguesa no Ultramar, são infelizmente frequentes as versões erróneas ou tendenciosas sobre essa acção.

Alude, depois, às perspectivas grandiosas de Angola, província portuguesa, e faz uma resenha de iniciativas para a valorização e progresso deste território.

Prosseguindo, traça o elogio do conferente desta sessão, o ilustre deputado sr. dr. Abrantes Tavares, que vai ocupar-se de um tema cheio de interesse para o desenvolvimento económico da província; e, numa aliança entre tal aspecto da vida angolana e as preocupações do Espírito e da Arte, refere-se também à participação, nesta sessão, do poeta Tomás Vieira da Cruz, que viveu muitos anos em Angola e cujos méritos e inspiração exalta.

Angola — continua o prof. Mendes Corrêa — é fonte de riqueza material e moral, é grandiosidade objectiva e quadro de epopeia e de emoções superiores, estímulo de acção heróica e fecunda e certeza de realidades nobres e belas. Se os políticos e os economistas justamente a exaltam nalguns dos seus aspectos, os missionários escrevem a história viva e luminosa de uma ascensão de almas e os poetas e artistas exprimem o encanto das suas paisagens e o frémito dos seus anseios humanos.

O orador concluiu por apresentar os agradecimentos da Sociedade às autoridades, imprensa, rádio, escolas, organizações e mais entidades que colaboraram no êxito da «Semana do Ultramar» do corrente ano.

Seguiu-se a conferência do sr. dr. Abrantes Tavares que dissertou largamente sobre «Os comestíveis na economia de Angola».

O orador, depois de ter saudado o representante do sr. Ministro do Ultramar e o presidente da Direcção da Sociedade de Geografia, referiu-se aos meritórios serviços prestados por esta instituição ao País, na defesa do nosso património ultramarino, quando, após a conferência de Berlim, se iniciou a corrida internacional para as terras da África.

Historiou, depois, as razões pelas quais foi retardada a colonização e valorização de Angola, pela preocupação de não prejudicar o comércio com o Oriente e depois o do Brasil.

A colonização do Brasil — disse — reduziu Angola ao papel de fornecedora de braços, e apenas quando a Nação irmã se emancipou e adquiriu a independência, é que as atenções dos governantes se voltaram para África. Entretanto, a Nação exauria-se, em braços e capitais, nas lutas políticas e só a Conferência de Berlim, formulando e impondo um novo conceito de direito colonial que punha em revisão os nossos direitos históricos e a extensão da nossa soberania, estimulou o período moderno da ocupação e valorização das terras de Angola.

O esplendor económico de Angola — continuou o orador — atingido em pouco mais de um século, é um facto extraordinário que, documentando as ancestrais qualidades da grei, seria inacreditável para qualquer observador dos princípios do século XIX. Na verdade, a exportação de Angola passou, em pouco mais de um século, de 105.628$45 — média do valor exportado nos anos de 1830, 31 e 32 — para 3.495.764 contos em 1953.

Aludiu, depois, às falsas ideias que durante séculos correram sobre as riquezas minerais de Angola, cujo subsolo até agora, e com excepção dos diamantes, não revelou a existência de metais nobres exploráveis.

Seguidamente referiu-se ao valor agrícola da terra, dizendo que também andava exagerado, pois a zona da costa é pobre e pobres são muitas terras do interior. Apesar disso, a exploração agrícola é a maior riqueza de Angola, como o atesta o volume e valor da sua exportação. Esta foi, em 1953, de 514.755 toneladas, com o valor, já referido, de 3.495.764 contos. Para esta exportação contribuiu a exploração agrícola com 347.153 toneladas, no valor de 2.662.892 contos. A exploração agrícola tem grandes possibilidades de alargamento, mas a reduzida população de Angola, 4.145.161 habitantes pelo censo de 1950, não pode fornecer mão-de-obra suficiente, por ser já bastante escassa.

A falta de mão-de-obra, de que referiu algumas causas, obriga à mecanização da agricultura e esta mecanização à importação de combustíveis líquidos e de lubrificantes. Esta importação, atingiu, em média, no quinquénio de 1949-1953, 46.016.900 quilos, com o valor de 92.341.753$00. Ora com o desenvolvimento das actividades económicas e a fixação de mais população branca, estas necessidades de importação aumentarão ainda mais.

Segundo o orador, Angola, pelo aproveitamento das suas enormes reservas de asfaltos, pode produzir os combustíveis de que necessita, poupando assim, as divisas correspondentes. Tem-se desprezado o aproveitamento dos asfaltos — afirmou —, compreendendo calcários, grés e carvões asfálticos, correndo em busca do lençol de petróleo cuja existência levam a presumir. Nessas pesquisas, até agora mal sucedidas, já se gastaram mais de 160 mil contos. Embora tais pesquisas devam continuar, a verdade é que deve estudar-se o rápido aproveitamento dos asfaltos, grande riqueza até hoje quase inaproveitada. E este aproveitamento não interessa apenas como meio de poupar divisas, mas, no caso de qualquer conflito internacional, como meio de garantir em Angola a produção dos alimentos de que a Metrópole virá a necessitar.

Quanto ao calor dos asfaltos, com os quais se fizeram já vários ensaios anteriores, referiu os resultados que obteve nos ensaios a que procedeu e provaram as aptidões de tais asfaltos para a produção de gasolina, petróleo e óleos.

Comparou, seguidamente, o rendimento dos asfaltos de Angola com os asfaltos escoceses, espanhóis e brasileiros, para concluir pela rentabilidade do seu aproveitamento. A propósito informou que a Espanha já tem a laborar, em Puerto Llano, parte de uma grande destilaria de tipo escocês, a qual, quando completa, deverá destilar anualmente 1.200.000 toneladas de rocha betuminosa. A destilação desta quantidade de rocha deve produzir 17.500 toneladas de gasolina, 26.500 de petróleo e 80.800 de gasóleo e óleos lubrificantes. Segundo o apurado nos boletins de análise dos produtos obtidos do calcário asfáltico de Angola, 1.200.000 toneladas deste calcário, virá a produzir, 54.000 toneladas de gasolina, 64.800 toneladas de petróleo e 32.400 toneladas de gasóleo e óleos. Vê-se que os calcários dão maior rendimento em gasolina e petróleo do que a rocha espanhola. Ora, concluiu, se o aproveitamento dos betuminosos escoceses, destilados há mais de sessenta anos, e o dos espanhóis, é rentável, mais rentável parece o aproveitamento dos calcários de Angola.

Quanto a gasolina e petróleo, também os carvões asfálticos (libolites) evidenciam a sua superioridade sobre a rocha espanhola e os betuminosos escoceses. Segundo os resultados do ensaio a que procedeu, 1.200.000 toneladas de carvão asfáltico, produzirão 54.000 toneladas de gasolina e 43.200 de petróleo. Infelizmente o boletim de análise, dando para óleos e parafina a percentagem de 5,56, não permite estimar o rendimento em óleos.

Depois de afirmar que o aproveitamento dos asfaltos de Angola, cujas reservas devem ascender a centenas de milhões de toneladas, podem assegurar matéria-prima à indústria de destilação por muitas dezenas e, até, centenas de anos, terminou fazendo votos para que as suas palavras chamem para o problema as atenções dos estudiosos e se não deixe, por mais tempo, desaproveitada tamanha riqueza.

Finda a conferência do sr. dr. Abrantes Tavares, que foi muito aplaudida pela numerosa assistência interssada no assunto, subiu à tribuna, ante o maior entusiasmo

do auditório, o poeta Tomás Vieira da Cruz para recitar algumas das suas poesias em que axaltou a Província de Angola, a sua história e o esforço dos colonos que ali se fixaram.

Vibrantes aplausos coroaram cada uma das criações de Tomás da Cruz e o sr. prof. Mendes Corrêa, regozijando-se com o brilhante êxito da sessão, devido aos méritos do conferente e à inspiração do poeta, aos quais apresentou agradecimentos e felicitações, declarou que não desejava alongar-se nas suas considerações para não perturbar os elevados sentimentos provocados pela poesia de Tomás da Cruz que tão belamente cantou Angola, Província a que a Sociedade de Geografia consagrara a «Semana do Ultramar» deste ano e que dentro em pouco iria viver horas inolvidáveis de intensa vibração patriótica com a visita do mais alto Magistrado da Nação, por cuja feliz jornada formulava ardentes votos.

10 de Maio

SECÇÃO DE ANTROPOLOGIA

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Barbosa Sueiro.

O sr. J. Camarate França fez um relato acerca do Congresso Internacional de *Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas*, ùltimamente realizado em Madrid, pondo em relevo a actuação da Delegação Portuguesa da qual faziam parte o presidente e secretário-geral da Sociedade, srs. profs. Mendes Corrêa e António de Almeida, e dando informações detalhadas sobre os trabalhos referentes ao nosso Ultramar.

O sr. dr. Álvaro de Caires, na sua qualidade de secretário nacional do «Bureau» Internacional de Antropologia Diferencial, informou que em Setembro reune na Alemanha o III Congresso da especialidade, pedindo a colaboração da Secção.

13 de Maio

SECÇÃO DE ESTUDOS MILITARES

Reuniu sob a presidência do sr. brigadeiro Sotto Mayor, continuando a estudar a melhor forma de levar a bom termo a iniciativa que tomou de erigir um monumento a Artur de Paiva e outro a Caldas Xavier, que bem merecem da Pátria pelos gloriosos feitos no Ultramar. À reunião assistiu o sr. capitão Gastão de Sousa Dias que veio à Metrópole colher elementos para o seu novo livro, e que muito se tem interessado em Angola pelo monumento a Artur de Paiva.

17 de Maio

SESSÃO MENSAL E CONFERÊNCIA

do sr. dr. Eurico Pais

«CRISE ACTUAL, PERSONALIDADE E ENDOCRINOLOGIA»

Sob a presidência do sr. prof. dr. Mendes Corrêa, secretariado pelos srs. prof. dr. António de Almeida e dr. Júlio Gonçalves, realizou-se na sala «Algarve» a sessão mensal da Sociedade.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o sr. Presidente prestou homenagem à memória dos sócios ùltimamente falecidos, srs. comandante Moura Brás, Albano de Sousa, Avelino da Mata Antunes e coronel Alberto da Silva Pais, traçando a biografia de cada um deles e propondo que na acta ficasse consignado um voto de profundo sentimento pela perda de tão prestigiosos consócios, e que este fosse comunicado às famílias enlutadas. Foi aprovado.

Em seguida procedeu-se à leitura do expediente e à eleição de novos sócios: 27 efectivos e 1 correspondente.

Finda a primeira parte da ordem da noite, o sr. prof. Mendes Corrêa fez o elogio do conferente, sr. dr. Eurico Pais, salientando a importância dos seus trabalhos como investigador e o seu labor experimental no que se refere à cardiologia e à endocrinologia. Recordou que o sr. dr. Eurico Pais visitou as principais clínicas estrangeiras como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, onde trabalhou com os principais homens de ciência nesses ramos da medicina. A bibliografia já bastante extensa do ilustre clínico, mereceu também referência especial do sr. Presidente que citou alguns desses trabalhos bem como algumas das conferências realizadas pelo dr. Eurico Pais, entre elas uma intitulada: «A acção da nicotinamida sobre a diabetes aloxânica», proferida na Academia de Ciências Médico-Cirúrgicas de Madrid que o elegeu seu sócio.

Depois de saudar a Mesa e a assembleia e de agradecer ao sr. presidente as manifestações de apreço com que o acolhera, o sr. dr. Eurico Pais, que intitulou a sua explanação de «Crise actual, personalidade e endocrinologia», começou por dizer que neste período instável da história da humanidade se impõe, cada dia mais, tomar atitude clara e, quando necessário, combativa, nesta luta de ideias, conceitos, preconceitos, filosofias e sistemas que caracteriza a época actual.

Ao encarar a crise actual afirmou que, na paixão da luta pelas ideias, o ser humano, os cuidados de que deve ser rodeado e os métodos que podem facilitar o seu aperfeiçoamento têm sido muitas vezes esquecidos com incontestável prejuízo para o possível triunfo dessas mesmas ideias. Depois de definir crise e de delimitar o conceito da crise actual, apreciou as causas que a podem determinar e, quanto aos efeitos, disse:

«A geração que herda um sistema de vida, uma cultura, herda soluções. Pela capacidade inquiridora da nossa personalidade surgem problemas para que são encontradas novas soluções, que podem constituir outra cultura, outra maneira de viver. Assim, o reportório das crenças medievais foi trocado pelo Renascimento, como o homem helénico se trocou pelo romano e este mostrou, numa rápida visão de conjunto, as mudanças de convicções nas Ciências Médicas, desde a fisiologia, patologia, neurologia, psiquiatria até à psicologia e patologia psico-somática, quer no campo clínico, quer no experimental, demonstrando que os transcendentes progressos da medicina nos últimos 50 anos são convergentes para uma valorização do homem na sua totalidade, da pessoa humana, da personalidade».

Continuando, analisou a causa da despersonalização que se verifica no homem actual, dizendo que ela foi atribuída a uma «hipertrofia da técnica» de que resultam exuberantes progressos técnicos, as mais das vezes inacessíveis para a maioria dos homens, tendo de surgir, como fatalidade histórica, as várias modalidades de colectivização que tantas vezes, por um excesso de burocracia, levam à despersonalização.

Sempre escutado com a maior atenção, o sr. dr. Eurico Pais põe a seguinte questão: A nossa maneira de viver nos dias que hão-de vir firmar-se-á na valorização da personalidade, como pretendem a ciência, a medicina e a filosofia, ou numa despersonalização consequente às actuais socializações e burocratizações? E afirma que o homem deve cuidar da sua personalidade, não perdendo de vista, neste período de transição, os dois conceitos de personalidade, individualista e colectiva, que definiu.

Ao tratar do problema da personalidade acentuou que é impossível conjecturar

como teria sido a conduta duma pessoa se as condições da sua vida tivessem sido radicalmente diferentes das históricas. Estes dois aspectos guardam entre si uma relação comparável com a que existiria entre o explícito e o implícito, uma vez que a vida vivida é coisa finita, incomensurável com a vida, infinita em matéria de possibilidades. Analisou o importante papel desempenhado pelas influências actuantes sobre os factores da personalidade.

Na intervenção das hormonas sobre a realização e condicionamento da personalidade, fez uma breve mas clara referência às normais funções destas sobre o psiquismo, às alterações da personalidade nos grandes sindromas endócrinos e às relações das hormonas com a psiquiatria. Admitiu que o sistema endócrino possa ser considerado como centro, como base da estrutura da personalidade, e profetizou para a tão jovem ciência das hormonas déstinos de extraordinária e impervisível fecundidade neste campo.

Prosseguindo, relacionou o nascimento da endocrinologia, a qual teve decisiva importância na tendência actual da medicina para o «todo», com a evolução das ideias colectivistas, chamando a atenção para o facto da vitória do todo sobre a parte individual coincidir com a origem da endocrinologia.

Antes de terminar, fez uma crítica geral e certas restrições aos conceitos expostos, concluindo com estas palavras:

«Embora sob estas limitações nós diremos que, com a rápida digressão que fizemos pelos domínios da Endocrinologia, supomos ter trazido, porventura, um mais amplo conspecto de uma nova extensão aos problemas da personalidade e, assim, ter dado, ainda que em moldes bem modestos e precários, a nossa contribuição para uma tentativa de esclarecimento da crise ideológica actual».

A assistência que enchia por completo a sala, premiou o brilhante trabalho com prolongados aplausos e o sr. prof. Mendes Corrêa dirigiu calorosas felicitações ao conferente, tendo feito algumas rápidas considerações sobre o tema desenvolvido por ele com tanta elevação e competência e sobre a oportunidade e utilidade destes estudos.

31 de Maio

OS SOLOS FERRUGINOSOS TROPICAIS

Conferência pelo sr. prof. Georges Aubert

Presidência do sr. prof. dr. Mendes Corrêa, ladeado pelos srs. prof. dr. António de Almeida e dr. Júlio Gonçalves.

A apresentação foi feita pelo sr. prof. Mendes Corrêa que, depois de aludir às funções que o ilustre conferente vem desempenhando nalgumas escolas superiores de Agricultura do seu país e em organismos científicos que se ocupam do estudo, aproveitamento e valorização dos solos, como o Conselho Científico da África ao Sul do Sahará e os serviços de pedologia do Centro de Investigação Científica do Ultramar Francês de que o prof. Aubert é chefe, recordou que este professor tem participado em importantes missões de estudo dos solos em França e nos territórios da União Francesa, sobretudo em Madagáscar e nas possessões francesas da África Ocidental e Equatorial, sendo notáveis os trabalhos por ele realizados.

O sr. prof. Aubert que proferiu uma interessante conferência, acompanhada de projecções, sobre «Os solos ferruginosos tropicais», começou por referir que entre as zonas tropicais coberta dum lado pela estepa, e do outro pela floresta, a zona ocupada pelos variados tipos de «savana» é constituída essencialmente por solos ferruginosos tropicais. Nas regiões de clima seco, tais solos — disse — estão pobres de matéria orgânica e muito expostos à erosão eoliana; nas de clima húmido, estão bastante bem providos de matéria orgânica quando não demasiadas vezes tratados pelo fogo, mas sofrem das devastações pela erosão hídrica.

Os solos ricos em hidróxidos de ferro, sobretudo nas camadas profundas, podem converter-se em carapaças ou até couraças ferruginosas. Um perigo de tanta gravidade pode ser limitado nos seus efeitos, mas impõe na obra de valorização uma grande prudência. A vocação destes solos, quando convenientemente tratados, destina-os à produção ds amendoim, algodão, tabaco, milho e às vezes arroz. Suportam igualmente muito bem fartas culturas alimentícias tradicionais em África: milho miúdo, mandioca, gombo, etc.

No final o sr. prof. Mendes Corrêa felicitou o orador pela sua explanação cheia de interesse e de proveitosos ensinamentos.

1 de Junho

COMISSÃO INSULAR

Reuniu sob a presidência do sr. general Daniel de Sousa. Depois de tomar conhecimento dos assuntos pendentes, resolveu marcar nova sessão para depois das férias.

2 de Junho

RICARDO SEVERO

SESSÃO DE HOMENAGEM À SUA MEMÓRIA

Integrada na série de celebrações da Sociedade de Geografia de Lisboa comemorativas do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, realizou-se na sala «Algarve» uma sessão de homenagem à memória de Ricardo Severo, engenheiro, arqueólogo e escritor, que muito contribuiu para a urbanização da grande metrópole paulista.

Presidiu o sr. prof. dr. Mendes Côrrêa, tendo à direita os srs. dr. Ronald de Carvalho, primeiro-secretário da Embaixada do Brasil em representação do sr. Embaixador, e almirante Magalhães Corrêa; e à esquerda os srs. dr. João Barreira, antigo companheiro de Ricardo Severo, e dr. Júlio Gonçalves.

Aberta a sessão, usou da palavra, em primeiro lugar, o sr. dr. Nuno Simões.

Começou por evocar o que foi a grande homenagem luso-brasileira, prestada a Ricardo Severo em 31 de Janeiro de 1932, no Salão do Centro Comercial de São Paulo e em que falaram Carlos Malheiro Dias, dr. Roberto Moreira e dr. Marques da Cruz.

O complemento dela foi a oferta que os portugueses de São Paulo fizeram à Sociedade de Geografia de Lisboa, do busto do grande animador da «Portugália», esculpido por Pinto do Couto e enviado, para Portugal, logo no mesmo ano.

Não foi possível, desde então e até agora, apesar da morte do dr. Ricardo Severo em 1940, fazer a inauguração desse busto.

A presença na presidência da Sociedade de Geografia do prof. Mendes Correia, confrade e amigo de Ricardo Severo, veio possibilitar que ela se fizesse.

Procurando as causas da homenagem de S. Paulo, há 22 anos, o orador traçou o perfil político de Ricardo Severo, um dos vultos salientes e mais prestigiosos do fracassado movimento de 1891, cujo carácter tradicionalista e nacionalista pôde documen-

tar com passagens de trabalhos publicados, desde então até à sua morte, por aquele português e republicano insigne.

Depois, o sr. dr. Nuno Simões referiu atitudes de Ricardo Severo, ao dar expressão aos sentimentos e aspirações dos portugueses de S. Paulo, do Brasil e do mundo, citando períodos admiráveis dos discursos por ele proferidos em S. Paulo e no Rio, sobre as relações entre os portugueses expatriados e os Governos da Mãe-Pátria.

Também o sr. dr. Nuno Simões assinalou, a seguir, o procedimento digníssimo que o grande construtor de S. Paulo teve em defesa dos portugueses, atacados por um jacobinismo que, felizmente, fez o seu tempo e que os melhores historiadores do Brasil ajudaram a eliminar.

Ainda foi posta em destaque a obra de Ricardo Severo no que respeita à indicação — já lá vão mais de 23 anos — do que deveria ser a aproximação política e até militar entre Portugal e Brasil e da importância que poderia assumir, para a paz e para a civilização, o transformar-se a aliança de sangue entre as duas pátrias atlânticas, em uma verdadeira e perdurável aliança diplomática — como vai a caminho de fazer-se.

O sr. dr. Nuno Simões terminou por assinalar que, como havia sucedido a Ricardo Severo, vários dos seus homenageadores de 1932 haviam já desaparecido também do número dos vivos e todos se teriam encontrado talvez de novo, nos caminhos da glória imortal que Ricardo Severo devia andar percorrendo em alguma república de idealistas, no outro mundo.

Findo o discurso do sr. dr. Nuno Simões, que foi muito aplaudido, o sr. dr. João Barreira, a convite do presidente, descerrou, entre salvas de palmas, o busto do homenageado, oferecido à Sociedade de Geografia de Lisboa por um grupo de portugueses de S. Paulo.

Seguidamente o notável poeta Ramiro Guedes de Campos leu uma passagem do elogio académico de Ricardo Severo feito pelo grande português e brilhante escritor que foi Carlos Malheiro Dias.

O segundo orador foi o sr. prof. dr. Martinho Nobre de Melo, antigo embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, que começou por recordar que foi nos salões da Sociedade de Geografia que ele teve de ferir as mais árduas batalhas da sua mocidade laboriosa e impetuosa, à frente da Cruzada Nacional Nuno Álvares. Relembrou ainda que foi na sala «Portugal» que usou da palavra, na sessão solene comemorativa do oitavo centenário de S. Francisco de Assis, lado a lado com o prof. Mário de Figueiredo, já então mestre ilustre de Direito e o tribuno inflamado e fascinante Francisco da Cunha Leal, sessão promovida e patrocinada por Sua eminência o Cardeal Cerejeira.

Assim todo um tumultuoso mundo de emoções e revivescências invadia agora seu espírito e sacudia sua alma.

Explicou que só indeclináveis imperativos do espírito e irresistíveis reclamos do coração poderiam tê-lo decidido a tomar parte em sessão pública daquela natureza, de âmbito nacional, quando se não sente com autoridade e ânimo para falar senão de assuntos estritamente culturais e universitários. Mas tratava-se de Ricardo Severo e não viu como poderia esquivar-se a tomar parte na oportuna homenagem que ora se lhe prestava por justa iniciativa do presidente da Sociedade de Geografia que tanto venera e estima.

Relembra então a dedicada colaboração que lhe prestou no exercício do seu cargo de Embaixador, aquele português ilustre domiciliado no Brasil, depois de haver sido seu mestre do lusismo e de tradicionalismo. Foca, em seguida, o papel primacial

de Ricardo Severo na grande renovação dos estudos prehistóricos, que o levou a construir uma tese bem fundada da lusitanidade do povo português, proclamando-o o introdutor do método hipotético e da reconstrução conjectural nas ciências antropológicas, com o que abriu seguro caminho para que o prof. Mendes Corrêa viesse, em defesa daquela mesma tese por ele renovada e revigorada, a consagrar-se como o legítimo fundador da antropologia cultural entre nós.

Explicou depois como Ricardo Severo se enamorou da terra paulista, onde se converteu de arqueólogo e historiador em arquitecto e construtor do S. Paulo moderno, mostrando como há um imponderável histórico que, em dado momento, impele tantos portugueses de acção à evasão para a sua segunda pátria que é o Brasil. Em Ricardo Severo isto mais se justifica e compreende pois ali ia ele, filósofo e vidente, encontrar novos e sólidos fundamentos da sua tese lusitana, segundo a qual é força recorrer às origens para se poder explicar a história heroica do luso-portugalense; os feitos marítimos do luso-quinhentista; e enfim os emprendimentos vertiginosos do luso-paulistano.

Evoca por fim a figura de Ricardo Severo, em bloco, para o reivindicar não para a história das estreitas ideologias políticas partidárias mas para a da cultura portuguesa em que seu nome figurará como um dos mestres mais autorizados do tradicionalismo científico e o precursor inconteste do lusismo na sua lídima expressão histórico-cultural.

Calorosos aplausos coroaram as últimas palavras do sr. prof. Nobre de Melo, após o que se ergueu para falar o presidente da Sociedade de Geografia, sr. prof. dr. Mendes Corrêa, que proferiu o seguinte descurso:

«Na simplicidade intencional do acto que hoje aqui realizamos, há aspectos inevitàvelmente grandiosos e de eloquente expressividade. Refiro-me aos significados que uma homenagem, mesmo singela, à memória insigne de Ricardo Severo reveste como manifestação de enraizado patriotismo, de fraternidade luso-brasileira, de apreço pelo valor moral, cultural e nobremente humano, de vidas galhardamente consagradas, como foi a dele, a afanosas tarefas de préstimo colectivo e de clara elevação ideológica.

Fica bem uma cerimónia destas no âmbito da Sociedade de Geografia de Lisboa, neste recinto em que a Pátria, a Cultura, o papel ecuménico de Portugal e da Verdade, são objecto de fervorosa devoção. Assim o entenderam aqueles excelentes patrícios que escolheram esta Casa para abrigar o documento material não só da figura física do ilustre fundador da *Portugália* mas também dum inapagável e justo tributo de reconhecimento e admiração em relação a quem, como bom português, tão dedicadamente se preocupou a um tempo com as longínquas raízes e com as luminosas perspectivas da gente lusitana, e a um tempo serviu, com dedicação igual, Portugal e o Brasil.

Vamos sendo cada vez em menor número os que ainda conhecemos pessoalmente Ricardo Severo e com ele mais ou menos convivemos. Por mim conheci-o primeiro através dos seus escritos, dos documentos variados que afinidades de estudo e de interesses mentais me foram proporcionando, sobre a sua personalidade e o séu labor, ainda através das impressões que o convívio com companheiros da sua juventude me ia facultando. Depois veio o contacto directo. Foi no Brasil em 1934 — há vinte anos — e esse contacto renovou-se, depois, no mesmo Brasil e por duas vezes em Portugal, nas últimas visitas que ele fez ao País em que nasceu, que foi berço e lar de seus antepassados e ao qual o ligaram sempre sentimentos de saudade e devoção, recordações vivas de mocidade, servindo-o mesmo quando constituiu, acendeu o fogo dum novo lar, no Brasil, e ainda quando servia este como os melhores brasileiros. É que bem servir o Brasil, é bem servir Portugal.

Estou-me lembrando, a propósito, da satisfação com que numa nossa jornada automobilística de S. Paulo, em companhia de Álvaro Pinto, para a sua *Casa Portuguesa* da praia do Guarujá, ele era portador, para esta localidade, da notícia de concessão, pelo Governo do Estado, do estatuto municipal, de foros municipais, à mesma. A influência de Ricardo Severo manifestava-se até na criação dum novo município. Com razão, ninguém via nele um estranho às aspirações políticas locais. Como os Portugueses doutrora que erguiam pelourinhos e fundavam Misericórdias em terras de além-mar, ele sentia, vivia, as necessidades e os anseios dos povos, e, sendo excelente português, era necessàriamente excelente brasileiro.

A prova de que uma lúcida e vasta consciência étnica inspirava, além do labor cultural de Ricardo Severo, a sua vida cotidiana e os rumos das suas andanças pelo mundo, está no verdadeiro ubiquismo luso-brasileiro que transparece na sua biografia. De família nortenha, nasce em Lisboa, tem a sua casa de família em Bagunte (Vila do Conde), faz o seu curso de engenharia no Porto (na antiga Academia Politécnica), funda na capital do norte a «Sociedade Carlos Ribeiro», a «Revista de Ciências Naturais e Sociais» e, mais tarde, a monumental «Portugália», constroi na rua que hoje tem o seu nome a bela casa portuguesa que actualmente pertence à família Pinto de Mesquita, anda por castros e citânias do Norte, interessa-se pelas escavações de Santos Rocha nos arredores da Figueira, faz uma primeira jornada ao Brasil para restabelecer ali no trabalho o equilíbrio dos seus bens afectados por encargos entre os quais avultavam as iniciativas culturais referidas. Chegado ao Rio e vendo cair em torno dele com a febre amarela que então ali grassava, os companheiros de viagem, entende — como pitorescamente me contou — que fora para ali para viver e não para morrer, e larga para S. Paulo, onde de princípio não encontra colocação, obtendo-a, porém, quando uns artigos nos jornais sobre as más condições de Museus chamam para ele a atenção dum Ministro. Volta a Portugal, em 1908 retira definitivamente para o Brasil, tendo-se fixado em S. Paulo, onde, como sócio de casa construtora de Ramos de Azevedo, participa no engrandecimento da magnífica urbe cujo centenário se está comemorando e em cujas celebrações e sessão de hoje se integra em perfeita lógica. Casara com uma senhora da família de Ramos de Azevedo e Santos Dumont, e dela teve muitos filhos que, em S. Paulo mantêm distintamente a tradição paterna. Mas as suas actividades profissionais não o fazem esquecer as preocupações intelectuais e patrióticas da mocidade. Figura altamente representativa da colónia portuguesa no Brasil ele está e participa em todas as realizações culturais e patrióticas da colónia, mantendo sempre as tendências e ideais que manifestava na juventude. As celebrações camoneanas no Real Gabinete Português de Leitura têm quase sempre a sua presença e muitas vezes a sua colaboração.

Lá o encontro em 1934, quando da minha primeira estadia no Brasil. Viamo-nos pela primeira vez e parecíamos logo velhos amigos, numa amizade que invariàvelmente prosseguiu depois. Vou a S. Paulo, leva-me na sua companhia a Santos e à sua casa do Guarujá, sauda-me em nome dos nossos compatriotas num banquete do Clube Português de S. Paulo. Reli um destes dias o seu primoroso discurso naquele banquete oferecido a quem, como ele dizia, representava «a mensagem do velho Portugal ao novíssimo Brasil» e «duma geração que sucedeu àquela em cujo seio» ele se criara. Nesse discurso, aparte as palavras generosas com que me honrou, devo sublinhar dois aspectos: o da fidelidade ao ideal que o animara na sua empresa de «reivindicação tradicionalista em prol da grei portuguesa» e do reconhecimento de que a moderna escola antropológica portuense a que pertenço, constitui a «geração sucedânea» que mantém o pendão que ele erguera e «o mantém com a energia feita de vontade, de fé e de espiritualidade que são — na sua expressão — as virtudes cardeais da alma duma Pátria, integrada entre um passado grandioso e um porvir de exponencial grandeza». Após bela evocação duma magnífica Atlântida luso-brasileira, Ricardo Severo concluía com enternecidas palavras de saudade e afeição dos Portugueses do Brasil para com o Portugal distante e para as Mães portuguesas.

Em 1935 ele viria visitar em Bagunte a sua veneranda Mãe e é nessa ocasião que a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia à qual ele oferecera a biblioteca da Portugália e os instrumentos antropométricos com que ele próprio trabalhara, o proclama seu sócio honorário, inaugura o seu retrato no Instituto Antropológico da Universidade do Porto e lhe oferece um almço de homenagem em que se fez a evocação entusiástica da acção cultural e patriótica de Severo e dos seus companheiros da *Sociedade Carlos Ribeiro* e da *Portugália*. Já então tinha morrido muitos destes companheiros: Rocha Peixoto, Xavier Pinheiro, Fonseca Cardoso, José Fortes e — dos mais velhos que haviam apoiado o movimento — Wenceslau de Lima, Basílio Teles, Júlio de Matos. Ao almoço referido assistiam um filho de Fonseca Cardoso, outro de José Fortes, seu irmão, alguns amigos de juventude, como o prof. Carlos Lima. Ricardo Severo, agradecendo a homenagem, leu interessantíssimos e empolgantes trechos de Rocha Peixoto em que este descrevia o movimnto, a sua história. Ainda conheci pessoalmente Rocha Peixoto, que era então director do Museu Municipal e da Biblioteca Pública do Porto, e naturalista de Mineralogia e Geologia na Academia Politécnica da mesma cidade. Ele ia muitas vezes à hora do almoço falar com meu Pai, que era vereador do pelouro daquele Museu e daquela Biblioteca. Recordo com saudade a sua conversa cintilante e salpicada de ironias e espírito. Eu era ainda criança mas não esqueci aquele homem, falecido tão prematuramente, em quem depois admirei o etnógrafo ilustre e que fora o mais próximo e permanente companheiro de Ricardo Severo. Também conheci Júlio de Matos, que foi inolvidável professor de psiquiatria, José Fortes que pacientemente me orientou nos primeiros passos da Arqueologia e da Prehistória e na organização da secção correspondente do Museu Antropológico da Universidade do Porto, Wenceslau de Lima, professor da Academia Politécnica, estadista da Monarquia, figura de grande elegância e distinção, conversador primoroso. Apenas conheci de vista e pelos seus escritos Basílio Teles, e da família de Fonseca Cardoso, o antropólogo colaborador de Severo, recebi o espólio científico daquele que falecera em Timor e cujos materiais inéditos, recolhidos em Angola e naquela ilha, procurei publicar. Da gloriosa falange de intelectuais portugueses da *Sociedade Carlos Ribeiro* apenas sobrevive hoje o ilustre professor e historiador de arte, Dr. João Barreira que deu a sua adesão pessoal a esta homenagem ao seu companheiro de mocidade no Porto. Dirijo ao dr. João Barreira uma saudação calorosa desta Sociedade e de todos os que, de qualquer modo, estão com ela na presente manifestação à memória do chefe e animador dum belo movimento intelectual para valorização das fontes mais puras e mais tonificantes da consciência étnica do povo português. Iniciador, chefe e animador de tal movimento foi Ricardo Severo, mas é impossível desligar o seu nome duma plêiade em que refulgiam outros nomes ilustres nos mesmos domínios de estudo ou em domínios afins.

Também será para sempre impossível desligar o seu nome, esquecê-lo, no encadeamento luminoso de esforços vivificadores dum conceito da Nação não apenas instintivo, impreciso e sentimental, mas, e sobretudo, intelectual, lógico, objectivo, concreto.

No seu discurso de agradecimento no almoço do Porto, em Dezembro de 1935,

Ricardo Severo releu umas páginas sugestivas e cintilantes do seu amigo e camarada Rocha Peixoto em que se historiava o movimento da «Sociedade Carlos Ribeiro» e, depois, da «Portugália». Aquela nascera em 1887, sendo colocada sob a égide do grande geólogo, a qual traduzia a índole simultâneamente naturalista e nacional da empresa que, sem dúvida sob o estímulo do Congresso Internacional de Antropologia de Lisboa em 1880 e do labor de Carlos Ribeiro e da Comissão Geológica, surgia dum pequeno núcleo de estudantes portuenses dos quais só o mais velho tinha já feito vinte anos! Que programa inteligente e levantado o desses moços que sonhavam com a renovação da jornada sebastianista de Marrocos, com a hegemonia, no Mediterrâneo, da Ibéria e da Itália, com um vasto e profundo plano de reconstituição nacional... Poucos anos depois começava a dispersão, mas em 1898 e até 1908 a «Portugália» vinha em moldes grandiosos que causavam a admiração e o respeito de estrangeiros ilustres, aglutinar de novo os esforços, para, ao fim dum decénio, outra vez se efectuar a dispersão. Emigraram uns, como Severo, morreram outros, como Rocha Peixoto. Mas a ideia, a intenção, não se sumira, a chama não se apagara. Como Severo me dizia em 1934 no Brasil e em 1935 no Porto, eram «continuadores desta obra profundamente nacional» a Sociedade portuense de Antropologia, constituída em 1918. Eram-no, são-no, todos os que, por entre as tempestades, as hesitações ou as trevas subsequentes, mantêm viva a crença no valor da nossa história e a fé na alta e fulgurante realidade dos pátrios destinos!

O livro de Cartailhac *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, que saíra em 1884, pouco depois do Congresso Antropológico de Lisboa, marcara inegàvelmente, como, mais tarde, por exemplo, as *Religiões da Lusitânia*, de Leite de Vasconcelos, uma fase de renovação no esclarecimento e no fortalecimento das mais remotas raízes portuguesas.

Um dos primeiros trabalhos de Ricardo Severo, na Sociedade Carlos Ribeiro, é a elaboração dum resumo da obra de Cartailhac no que respeita à *Paletnologia Portuguesa*. Ao resumo acrescenta já os resultados das primeiras investigações próprias, entre as quais são de destacar as que efectuou na *Cividade* ou citânia de Bagunte, vizinha da quinta minhota de sua família.

Depois, é uma sucessão de estudos, notícias, análises, quer na «Revista de Ciências Naturais e Sociais», da Sociedade de Carlos Ribeiro, quer, mais tarde, na «Portugália». Descreve tesouros e jóias protohistóricas, estuda, só ou em colaboração com Fonseca Cardoso, esqueletos antigos como os dos arredores da Figueira ou de cemitérios modernos, como o ossuário de Ferreiró. Martins Sarmento, o grande arqueólogo vimaranense, vinha dar o seu contributo ao 1.º n.º da «Portugália», cujas páginas eram facultadas aos estudiosos espanhois que davam notícia das maravilhosas pinturas da caverna de Altamira, e aos sacerdotes transmontanos Brenha e Rodrigues que, com comentário criterioso de Ricardo Severo, descreviam as vastas necrópoles dolménicas e os estranhos achados protoibéricos da Serra do Alvão.

No Brasil Ricardo Severo mantinha até ao fim a sua orientação doutrinária dos anos da juventude. O trabalho profissional, a sua participação em múltiplas actividades da metrópole paulista, não o desviavam da sua fé juvenil. Nem esta nem o seu patriotismo, o seu lusitanismo de raiz, sofriam desvio com o afecto ao Brasil, com o seu estranho interesse pela grandeza e glória brasileiras. E porquê haviam de sofrer? Portugal é um encadeamento magnífico que vem de longes eras e se projecta victoriosamnte num porvir sem fim. As triunfais realidades brasileiras de ontem, de hoje e de sempre, são-nos tão queridas, alegram-nos tanto como as nossas próprias. Se vive e palpita no Brasil tanto da alma e do sangue de Portugal!...

Sobre a minha mesa de trabalho está uma linda pasta de madeira sobre a qual escrevo e que me deu Ricardo Severo em 1934, recordando uma visita ao Liceu de Artes e Ofícios de S. Paulo, de que era director. Em embutidos de madeiras brasílicas, está no centro da face superior da pasta a carta do Brasil com os seus Estados em madeiras de diferentes cores, e, aos lados, estão, em posição simétrica, uma paisagem de Ouro Preto com uma velha igreja de estilo português e, do lado oposto, a apoteótica baía da Guanabara, com o Pão de Açúcar.

O grande português, com o seu lusitanismo ingénito e imutável, não encontrou melhorl embrança para me ofertar do que tão expressiva evocação do Brasil, da sua geografia, da sua grandeza, do seu passado, dos seus artífices, das virtualidades marcadas de duas paisagens cheias de simbolismo. O grande português queria que eu, lusitanista como ele, na minha actividade de modesto trabalhador intelectual, recordasse a todas as horas o Brasil, as suas perspectivas radiosas e magníficas. Não era precisa para me ligar afectuosa, enternecida, entusiàsticamente ao Brasil, essa companhia visual, material, dos vinte anos da minha vida. Mas são de registar o significado e a intenção da sua oferta, como mais um testemunho de quanto em Ricardo Severo se associavam o afecto dedicado pelo Brasil e o seu lusitanismo inflexível, intrínseco, fundamental.

Não perturba a justiça das minhas considerações a recordação enternecida da gentileza quase paternal com que Ricardo Severo me tratou, da generosidade das suas palavras e das suas deferências. Estou lembrando como em 1937, enquanto no Rio eu aguardava o paquete que me traria para Portugal, ele me veio decididamente buscar ao Hotel Glória impondo-me que o acompanhasse para a sua casa de S. Paulo, pois se haviam espalhado boatos de alteração da ordem pública — que se não confirmariam — e ele queria-me a seu lado, junto de si e dos seus, numa hora que se previa perturbada. Bom e saudoso amigo!

Em 1935, Severo acompanhou-me, a meu convite, no Porto, numa ascensão à acrópole do Corpo da Guarda, outrora chamada da Cividade, onde eu por entre casario moderno e perto da Sé pudera localizar sobre documentos o *oppidum* ou castro pre-romano, luso-calaico, precursor da futura Portucale, do aglomerado urbano portuense. A escalada foi algo rápida e violenta e ambos estavamos um tanto ofegantes. No alto, verificando-o, ele exclamou: «— Você também sopra!» Era verdade, mas a Providência já há muito o levou a ele para paragens de que se não volta, senão, como agora, ele próprio evocado com justiça por admiradores que comungam no seu lusitanismo puro e vificador de fecundas energias nacionais. Eu ainda estou, mercê de Deus, a glorificá-lo, com todos os presentes, com os portugueses de S. Paulo, com a representação diplomática do Brasil, com a palavra elevada e eloquente de Nuno Simões e Nobre de Melo, com a evocação, através duma leitura pelo grande poeta Ramiro Guedes de Campos, do apreço que lhe testemunhava outro insigne português, também desaparecido, Carlos Malheiro Dias. Aqui fica em lugar de honra, nesta Sociedade em que têm culto permanente o estudo e a Pátria, aqui fica na galeria das mais ínclitas figuras nacionais, o busto que o talento artístico do saudoso Pinto do Couto modelou e que os bons Portugueses de S. Paulo nos ofereceram, de Alguém que foi filho estremoso, chefe de família exemplar, colector notável dos mais vetustos pergaminhos da glória lusitana, realizador, em Portugal e Brasil, dum labor estruturalmente nacional, paladino da reintegração dos Portugueses na linha ascensional do glorioso

destino, traçado por uma vocação milenária, pelos imperativos da terra e do espírito, pelo sentir e pela vontade das gerações».

A assistência aplaudiu prolongadamente, encerrando-se em seguida a sessão que foi muito concorrida.

9 de Junho

SECÇÃO DE LITERATURA

Presidiu a senhora D. Maria Archer. Antes da ordem da noite foram tratados assuntos relativos à organização da Secção. Na ordem da noite trocaram-se impressões gerais sobre a participação da Sociedade nas comemorações centenárias de Garrett.

14 de Junho

SECÇÃO DE ANTROPOLOGIA

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Barbosa Sueiro. Após uma troca de impressões sobre diversos assuntos relacionados com os temas da Secção, o sr. presidente informou que, em virtude das férias académicas, era esta a última sessão do actual ano cultural.

14 de Junho

SESSÃO MENSAL E CONFERÊNCIA

do sr. José Fontes de Melo

«AS PÉROLAS FINAS SELVAGENS E DE CULTURA»

Presidiu o sr. prof. dr. Mendes Corrêa, secretariado pelos srs. prof. dr. António de Almeida e dr. Júlio Gonçalves.

Lida a acta da sessão anterior, que foi aprovada, e dado conhecimento à assembleia do expediente ocorrido desde a última reunião, o sr. presidente prestou sentida homenagem à memória dos sócios ùltimamente falecidos, srs. general Almeida Arez, dr. Júlio Freire, dr. António Maria Pires e Alberto José Ferreira. Referindo-se a cada um deles com palavras de grande apreço e saudade, salientou o valor dos dois primeiros, respectivamente, presidentes das subcomissões de Moçambique e de S. Tomé, propondo que ficasse consignado na acta um voto de profundo pesar pela perda de tão dedicados e prestimosos colaboradores da Sociedade, e que este fosse comunicado às famílias enlutadas. Seguidamente foram eleitos 15 sócios efectivos.

Na segunda parte da ordem da noite, o sr. José Fontes de Melo proferiu a sua anunciada conferência sobre «As pérolas finas selvagens e de cultura e os bancos perolíferos do Ultramar Português».

O orador, que foi apresentado pelo sr. presidente em termos muito elogiosos, começou por justificar a escolha do tema, dizendo que se é aliciante falar da rainha das gemas não o será menos tratar dos bancos perolíferos de Moçambique a cujo estudo procedeu em 1948 e que já foi o tema duma outra conferência por ele realizada nesta Sociedade.

Em seguida fez um esboço histórico da pesca e uso das pérolas, desde a antiguidade até aos nossos dias, explicando os cuidados especiais que as pérolas finas requerem para que o seu brilho, «oriente», não amorteça.

Depois, referindo-se aos bancos perolíferos, disse:

— Os bancos de Ceilão têm tido longas épocas de improdutividade, seguidas de outras de grande rendimento. Aquelas, levaram o Governo ceilonense a ordenar estudos aturados para descoberta das causas desse declínio e forma a opor-se-lhe. Os bancos das ilhas Margaritas, na Venezuela, têm também as suas épocas prósperas, seguidas de outras más, mas menos prolongadas que as de Ceilão. No Amazonas, o Brasil criou, há cerca de 40 anos, bancos perolíferos, com moluscos de água doce, do género «Hyria», cujas pérolas, menos valiosas que as pérolas marinhas, devido ao seu «oriente», conseguindo um novo rendimento para a economia daquela zona. No Oeste da Austrália, como no Norte, ilhas Celebes, Nova Guiné, etc. há importantes bancos perolíferos, mais pelo valor das suas conchas, que pela quantidade das suas pérolas que são, todavia, das mais belas em «oriente» e tamanho. Timor, situado na zona de influência destas espécies perolíferas, possui também os seus bancos que bem mereciam um estudo para nele se basear a regulamentação da sua pesca, dada a superior qualidade do nacar das suas conchas.

Em redor ds ilhas de Bazaruto, Santa Carolina, Benguérua, etc., na costa moçambicana, há importantes bancos perolíferos, desde remotas eras. Parte da emigração saída do Golfo Pérsico no ano 982 da nossa era, fundando Quiloa, Zanzibar e Sófala, ao ter conhecimento destes bancos, para ali se dirigiu dedicando-se à pesca, tornando célebres aquelas ilhas.

As pescarias efectuadas em larga escala, de 1865 a 1885 e depois, em 1887, 1888 e 1889, foram de resultados excelentes, despertando as atenções de nacionais e estrangeiros que se propunham obter a respectiva concessão. Em 1891, uma expedição de 100 lanchas, ordenada pelos indianos residentes em Chiloane, um pouco ao norte de Bazaruto, foi também muito rendosa. Constituí-se então a Companhia de Pesca de Pérolas de Bazaruto que veio a ser dissolvida em 1917, por terem fracassado os seus propósitos, mercê de conflitos constantes com a Companhia de Moçambique a que o ambiente do «ultimatum» não deixava pôr termo, da má vontade do Governo Militar de Vilanculos, etc. Desde então, os bancos estão entregues ao vandalismo dos indígenas. Dadas as boas campanhas já citadas, devia a respectiva pesca ser regulamentada por um diploma de pouco, mas claro, articulado, sem obrigar a percorrer o labirinto de leis e decretos que, por antiquados, estão desactualizados e só merecem revogação. E com uma concessão, por 20 ou 25 anos, sujeita a uma contribuição que não asfixiasse a empresa concessionária (10 por cento do seu rendimento, por exemplo, como na Venezuela), poderíamos ver, em breve, prosperarem estes maravilhosos bancos. Referiu-se também à existência de pérolas em Angola — Moçâmedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres — propondo o seu estudo e possível aproveitamento.

O auditório, numeroso, aplaudiu o orador, e o sr. presidente felicitou-o pelo seu interessante trabalho.

No final foram projectadas fotografias e o filme «As Pérolas», amàvelmente cedido pelo Alto Comissário da Austrália em Londres.

16 de Junho

INAUGURAÇÃO DE NOVAS SALAS

Integradas no plano de melhoramentos da sede da Sociedade, anunciado pela Direcção no seu relatório da gerência de 1953, foram inauguradas duas novas salas com os nomes dos ilustres historiadores «Visconde de Santarém» e «Luciano Cordeiro».

A primeira é reservada às espécies bibliográficas relativas às Navegações e aos Descobrimentos Portugueses; a segunda, instalada com apreciável conforto, destina-se a reuniões e comunicações científicas.

O Presidente da Sociedade, sr. prof. dr. Mendes Corrêa, salientou que a simplicidade dos actos realizados não diminuía o valor e significado das homenagens ao 2.º Visconde de Santarém e a Luciano Cordeiro. Os objectivos das duas salas, em cuja instalação tivera uma louvável e dedicada iniciativa o secretário-geral, sr. dr. Júlio Gonçalves, coadunam-se com a biografia e o labor dos respectivos patronos. Sem aparato supérfluo, a Sociedade de Geografia procura intensificar as suas actividades culturais e patrióticas.

Em rápidas mas calorosas palavras, o Presidente da Sociedade aludiu, por fim, à acção desenvolvida pelo Visconde de Santarém e por Luciano Cordeiro como investigadores e patriotas, salientando o papel dum e doutro na reivindicação de prioridades e direitos portugueses além-mar, e, quanto ao segundo, na fundação e labor da Sociedade de Geografia.

Entre a assistência, além da Direcção da Sociedade e muitos sócios, viam-se o sr. Visconde de Santarém, neto do homenageado, e a família de Luciano Cordeiro, tendo o filho deste, sr. José Maria Cordeiro de Sousa, membro da Direcção, agradecido a homenagem prestada a seu pai.

Estiveram também presentes os srs. Américo e Bernardino Covões, da Empresa de Recreios Lisbonenses, proprietária do edifício.

16 de Junho

COMISSÃO INFANTE D. HENRIQUE

Reuniu sob a presidência do sr. comandante Celestino Ramos, tendo exarado na respectiva acta um voto de congratulação pela decisão que o Governo tomou de comemorar em 1960 o V centenário do passamento do Infante de Sagres.

21 de Junho

ESQUEMA DE INTERPRETAÇÃO DA AMÉRICA

Conferência pelo sr. dr. António Barata Freire de Lima (António d'Órgem)

Promovida pela Secção de Literatura, o sr. dr. António Barata Freire de Lima, antigo secretário da Embaixada de Portugal em Washington, realizou na sala «Luciano Cordeiro», perante um distinto auditório, uma conferência intitulada: «Esquema de interpretação da América».

Presidiu o sr. prof. Ruy Ulrich, que fez a apresentação do conferente, ladeado pelos srs. prof. dr. António de Almeida e dr. Júlio Gonçalves. No estrado da presidência, tomou lugar especial a senhora D. Maria Archer que interinamente preside à referida Secção.

Aberta a sessão, o sr. prof. Ruy Ulrich referiu-se à carreira diplomática do sr. dr. António d'Órgem, pondo em relevo o conhecimento directo que este tem do assunto que ia tratar na sua explanação.

O orador, depois de cumprimentar a Mesa e de agradecer à senhora D. Maria Archer o convite para proferir aquela conferência integrada das actividades da Secção de Literatura da Sociedade de Geografia, começou por dizer que não se pode conhecer a América de hoje sem se conhecer a do passado e que, nesta última, se deveriam assinalar duas fases: a de formação e a de transformação.

Mencionou, depois, os factores que, no período de formação, influíram na vida americana. O principal consistiu no tipo especial de colonização, produto da acção de colectividades quase autónomas em relação à metrópole. Outro factor ainda foi a existência de terras de «fronteira», quer dizer de terras novas a desbravar que deram aos Americanos amplas possibilidades de vida. Esses dois factores — disse — imprimiram à América uma feição individualista, e de país caracterizado pelo predomínio da acção.

Esse aspecto — continuou — foi, porém, modificado pela revolução industrial, que teve como manifestação espectacular a guerra civil, entre o sul agrário e o norte industrial. Vencendo este último, a América definiu-se como país de indústria, embora o espírito do Sul não se tivesse extinguido ainda definitivamente.

Prosseguindo afirmou: — O industrialismo acabou por determinar o desaparecimento dos antigos produtores independentes, que tinham caracterizado a primeira fase da América. Por outro lado, acabou a «fronteira», não havendo, portanto, mais novas terras a desbravar. Os Americanos, que não podiam já ser produtores independentes, tiveram de entrar ao serviço das grandes empresas. Assim o antigo individualismo de pioneiros foi crescentemente suplantado por valores de conteúdo social.

O conferente evocou, a propósito, alguns aspectos, que vira principalmente no Texas, e que recordavam ainda o tempo das grandes lutas do Oeste americano.

Depois de mostrar como o novo espírito se manifesta na vida diária da América, o conferente observou que o grande problema é o de o indivíduo se sentir isolado num mundo, cuja escala já não é humana, e que transcende as forças individuais convencendo o homem da sua inutilidade. Mostrou ainda como o isolamento e frustração individual se reflectem na literatura americana de hoje, em Arthur Miller, Thornton Wilder, Faulkner, e outros.

Concluindo, disse que o problema, a que esses autores deram expressão, não era especificadamente americano, mas um problema do nosso tempo, e que a solução só poderia achar-se na humanização das relações demasiado abstractas da civilização industrial.

O sr. prof. Ruy Ulrich fez o elogio da conferência felicitando o orador que a assistência aplaudiu demoradamente.

No final foram projectados dois filmes coloridos sobre aspectos da vida americana.

25 de Junho

BASES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E MARROCOS

Conferência pelo sr. dr. José Garcia Domingues

Na sala «Algarve», sob a presidência do sr. almirante Magalhães Corrêa, ladeado pelos srs. drs. Júlio Gonçalves e Eduardo Antonino Pestana, o sr. dr. Garcia Domingues, bolseiro do Instituto de Alta Cultura para investigação de história árabe, proferiu uma conferência promovida pelo Grupo Portugal-Marrocos em colaboração com a Comissão de Estudos Mediterrânicos da Sociedade de Geografia.

Depois de apresentado, em termos elogiosos, pelo sr. almirante Magalhães Corrêa, o conferente começou por anunciar o que entendia por «bases históricas das relações entre Portugal e Marrocos», tomando-as como condições gerais de relações que resultam dos factos históricos. Apontou, em seguida, como bases históricas das relações entre

Portugal e Marrocos o terem cessado as incursões militares de Marrocos contra Portugal ou de Portugal contra Marrocos e ainda o de não parecer que essas incursões se devam renovar. Fez depois um estudo comparado da história portuguesa e da marroquina pondo em evidência os seus pontos de contacto.

Referiu-se pormenorizadamente às campanhas dos almorávidas e dos almóadas contra Portugal e à derrota destes em Navas de Tolosa.

Analisando a história do Império Português em Marrocos pôs em evidência as suas glórias e as dificuldades encontradas sobretudo depois do aparecimento da forte dinastia dos Sádidas.

Traçou um breve esquema da época dos protectorados iniciada como consequência da crise marroquina do século passado. A concluir fez votos pelo desenvolvimento das relações culturais e turísticas com Marrocos de forma a se poder regressar aos tempos em que entre este império e Portugal se trocavam embaixadas e visitas amistosas reveladoras do melhor entendimento.

No final, depois de o sr. presidente ter felicitado o orador pela sua explanação, escutada com o maior interesse pelo selecto auditório, foram projectadas fotografias dos principais monumentos de arte marroquina através dos tempos.

MOVIMENTO DA BIBLIOTECA

RELAÇÃO DAS OBRAS ENTRADAS

(2.º TRIMESTRE DE 1954)

ADAM (Dr. L.) — «De oplossing van Soedan-Kweslie». 1954. Leiden. Afrika Instituut Perm.

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PORTO DE LISBOA — Relatório. Vol. I — Contas do ano de 1952. 1953. Lisboa. Of. do E.

ADMINISTRATION DE LA COLONIE DU CONGO BELGE — «Rapport sur la [...] pendant l'année 1952 présente aux Chambres Legislatives». 1953. Bruxelles. Of. do Ministério das Colónias da Bélgica.

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR — «Relação da Primeira viagem do Ministro do Ultramar às Províncias do Oriente. 1952». 1953. Lisboa. Of. do E.

ALFARO CARDOSO (Dr. António J.) — «Angola Your Neeihbour». 1950. Johannesburg. Of. do A.

ALTOLAGUIRRE Y DUVALE (Angel de) — «Cristóbal Colon y Pablo del Pozzo Toscanelli». Estudio crítico del proyecto, formulado por Toscanelli e seguido por Colon, para arribar al extremo Oriente de Asia navegando la via del Oeste. 1903. Madrid. Compra.

ANDRADE (António Alberto) — «Many races — one nation. — The traditional anti-racialism of Portugal's civilizing methods». 1954. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. Of. do E.

ANGLIN (Prof. Dr. João H.) — «Dos Açores às Praias de Portugal». (Sep. do vol. 12.º do «Boletim do Inst.º Hist.º da Ilha Terceira). 1954. Angra do Heroísmo. Of. do A.

—— «O historiador Joaquim Bensaúde». 1953. Ponta Delgada. Of. do A.

ARNBERGER (Dr. Erik) — «Atlas von Niederosterreich». 1951/1953. Wien. Kartographisch Anstalt Freytag-Berndt u. Artaria. 4 fascículos. Of. do E.

ARQUELLES TERAN (Dr. Luís) — «Ensaios terapêuticos com o complexo vitamínico T em pediatria». (Separata de «Acta Pediatrica Española», n.º 130, Outubro de 1953. Of. do A.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS — XIII Congresso celebrado na cidade de Lisboa de 23 a 29 de Outubro de 1950, juntamente com o XX Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências. Tomo V — 4.ª Secção «Ciências Naturais». 1954. Porto. Of. da Assoc. Port. Prog. Ciências.

BALDACCI (Dr. Oswaldo) — «La casa rurale di Sardegna» (Ricerche sulle dimore rurali in Italia — VIII). 1952. Firenze. Consiglio Nazionale delle Ricerche. Perm.

BANCO DE ANGOLA — «Relatório e Contas — Exercício de 1953». 1954. Lisboa. Of. do Governador do Banco.

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO — «Balanço e Contas referentes ao exercício de 1953». 1954. Lisboa. Of. do Cons. de Administração.

BARBOSA SUEIRO (Prof. Dr. M. B.) — «Luís Pasteur. — Uma vida de labor e de glória». (Sep. do «Boletim da Câmara dos Despachantes Oficiais», ano II, N.ºs 18-24 de 1954. Lisboa. Of. do A.

BARRADAS DE OLIVEIRA — «Roteiro do Oriente na viagem do Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues, às Províncias Portuguesas da Índia, Timor e Macau, no ano de 1952». 1953. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. Of. do E.

BASTO MACHADO (José Rafael) — «Relatório da actividade da Delegação de Turismo da Madeira referente ao ano de 1953, organizado pelo Presidente [...]. 1954. Funchal. Of. do A.

BATES (Marston) — «Les tropiques. — L'homme et la Nature entre le Cancer et le Capricorne». 1953. Paris. Compra.

BIASUTTI (Prof. Renato) — «La casa rurale dela Toscana» (Ricerche sulle dimore rurali in Italia — 10). 1952. Firenze. Consiglio Nazionale delle Ricerche. Perm.
BIROT (Prof. Pierre) — «Essai sur quelques problèmes de morphologie général». 1949. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos. Of. do E.
BOXER (C. R.) — «Bibliothéca Boxeriana being a short title catalogue of the books & manuscripts in the Library of Captain C. R. Boxer». 1937. Macao. Of. de J. M. Braga.
BRAGA (J. M.) — «Les pionniers de l'Occident et la découverte de Macao». (Traduit de l'anglais par Maurice Echinard). 1950. Saigon (Viêtnam). Of. do A.
— «Macao in 1515: Remarks on Dr. Armando Cortesão's edition of the «Suma Oriental» of Tomé Pires». 1948. Macau. Of. do A.
— «Os tesouros do Colégio de S. Paulo». (Sep. dos «Arquivos de Macau», N.º 6, 2.ª série). 1942. Macau. Of. do A.
— «The Panegyric of Alexander Valignano, S. J.». (Reproduced from an Old Portugueses Codex) with an introduction and notes. (Sep. de «Monumenta Niponica», Tokio, 1942, Vol. V, n.º 2). Of. do A.
BRIGIDI (Dr. L.) e D. A. Poeta — «La casa rurale nelle Marche Centrali e Meridionali. — Contributi». (Ricerche sulle dimore rurali in Italia — 11). 1953. Firenze. Consiglio Nazionale delle Ricerche. Perm.
CAIXA ECONÓMICA OPERÁRIA — «Relatório e Contas — 1953». 1954. Lisboa. Of. do E.
CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. — «Corpvs Codicvm Latinorvm et Portvgalensivm [...]. Livro 1.º das Chapas». — Treslado de Preuisões, e Cartas dos Reis deste Reino, cuios originais estão no Cartorio desta Camara. Vol. IV — Fasc.º IX. 1952. Porto. Publicações da Câmara Municipal. Of. do E.
— «Imagens de Nossa Senhora. Algumas esculturas do século XIV ao XVIII existentes no Porto». — Exposição promovida pela [...] e realizada pelo Gabinete de História da Cidade do Porto na Igreja Velha de Cedofeita, Junho e Julho de 1952. (Documentos e Memórias para a História do Porto — XXIV). 1954. Porto. Edição da Câmara Municipal. Of. do E.
CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE. — «Porto e Caminho de Ferro da Beira». 1952. Lourenço Marques. Of. do E.
CAPAERT (Hubertus) — «Metalografia macrográfica e micrográfica dos produtos siderúrgicos comuns». 1951. São Paulo. Inst.º de Pesquisas Tecnológicas. Of. do A.
CARVALHO (Eng.º-Agron. Mário) e António Jorge da Silva Barbosa — «Resultados dos ensaios de insecticidas realizados pelo Centro de Investigação Científica Algodoeira durante as campanhas de 1949-50 a 1952-53». (Sep. do «Bol. da Soc. de Est. de Moçambique», n.º 82, Ano XXIII). Of. da Junta de Exp. do Algodão.
CAVAIGNAC (Prof. E.) — «Chronologie». 1925. Paris. Compra.
CAYOLA TIERNO (João) — «Dicionário Zoológico». 1954. Lisboa. Edição da Tertúlia Edípica. Of. do E.
CIRCULO CULTURAL DE MACAU — «1.º ciclo de conferências proferidas no salão nobre do Leal Senado da Câmara no ano de 1953». 1954. Macau. Of. da Rep. Central dos Serv. Económicos.
Coleccion de Documentos Inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de America y Oceania sacados de los Archivos del Reino y muy especialmente del de India. 1882. Madrid. Compra.
COMITÉ SPÉCIAL DU KATANGA — «Atlas du Katanga». Fascículos 4.º e 5.º. 1950-1952. Bruxelles. 3 vols. Of. do E.
COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE — «Relatório e Contas — 1953». 1954. Lisboa. Of. do E.
COMPANHIA DE SEGUROS A NACIONAL. — «Relatório, Gerência de 1953». 1954. Lisboa. Of. do E.
COMPANHIA DE SEGUROS COMÉRCIO E INDÚSTRIA — «Relatório e Contas — 1953». 1953. Lisboa. Of. do E.
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE. — «Relatório, Gerência de 1953». 1954. Lisboa. Of. do E.
COMPANHIA DA ZAMBÉZIA — «Relatório e Contas — 1953». 1954. Lisboa. Of. do E.
CONSEIL DE L'EUROPE — Assemblée Consultative. — Le Statut futur de la Sarre. 1954. Strasbourg. Of. do E.
— «Index analytique des travaux de l'Assemblée Consultative. Année 1952». 1953. Strasbourg. Of. do E.
— «Série des Traités et Conventions Européennes», n.os 12 a 16. 1953. Strasbourg. 4 fascs. Of. do E.

CORTESÃO (Armando) — «The nautical chart of 1424 and the early discovery and cartographical representation of America. A study of the history of early navigation and cartography». 1954. Coimbra. Compra. O A. ofereceu o ex. n.º 1-A.
COSME DE MÉDICIS — «Viaje de [...] por España y Portugal (1668-1669)». Edición y notas por Angel Sanchez Rivero y Angela Mariutti Sanchez Rivero. 1933. Madrid. 2 vols. Texto e Álbum. Compra.
CUPERTINO DE MIRANDA (Artur) — «Alguns aspectos da economia portuguesa em 1953». — Discurso. (Banco Português do Atlântico). 1954. Lisboa. Of. do A.
DEPARTAMENT OF GEOLOGY, MINES AND WATER RESOURCES STAT OF MARYLAND — «The physical features Carroll County and Frederik County». 1946. Baltimore Perm.
— «The physical features of Charles County». 1948. Baltimore. Perm.
— «The physical features of Washington County». 1951. Baltimore. Perm.
Diário da Viagem de Vasco da Gama. — Vol. I — Fac-simile do Códice original. Transcrição e versão em grafia actualizada. Com uma introdução de Damião Peres. Vol. II — Que contém a apreciação e crítica náutica da viagem pelo Almirante Gago Coutinho e a versão portuguesa, pelo Comandante Moura Brás, do estudo exaustivo que ao Diário consagrou o Prof. Franz Hummerich. 1945. Porto. 2 vols. Compra.
DIAS (Jorge) e Fernando Galhano — «Aparelhos de elevar água de rega. — Contribuição para o estudo do regadio em Portugal». 1953. Porto. Edição da Junta de Província do Douro-Litoral. Of. do E.
DYSON (Prof. Verne) — «A Hong Kong Governor and his Famous Hymns». 1931. Macao. Of. de J. M. Braga.
ESCOLA DE REGENTES AGRÍCOLAS DE SANTARÉM. — «Relatório — 1953». 1954. Santarém. Of. do E.
FALCÃO MACHADO (Fernando) — «Os descobrimentos no reinado de D. João II — 1481-1495». Conferência... 1929. Coimbra. Compra.
— e Nicolau Firmino: — «Pequeno tratado de História de Portugal e de História do Brasil». S. d. Porto. Of. dos A.
FEIO (Eng.º Mariano) — «Os terraços do Guadiana a jusante do Ardila». 1947. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos. Of. do E.
FERNÁNDEZ MARTIN (Luis) — «El General Don Francisco de Longa y la intervención española en Portugal — 1826-1827». 1954. Bilbao. Of. do A.
FIRMINO (Nicolau) — «As Catilinárias de Marco Túlio Cícero». 1953. Lisboa. Of. do A.
FONDI (Dr. Mário) — «La casa rurale nella Lunigiana (Provincia di Massa e Carrara». — (Ricerche sulle dimore rurali in Italia — N.º 10). 1952. Firenze. Consiglio Nazionale delle Ricerche. Perm.
FORMOSINHO (José), Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana — «Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique». 1953. Porto. Of. da Comissão Adm. das Caldas de Monchique.
FREIRE DE ANDRADE (Eng.º C.) — «On the age of the so called «Lunda Stage» in the diamondiferous region of Northern Angola». 1954. Porto. Of. do A.
GAGO COUTINHO (Almirante) — «Pela segunda vez, a possibilidade de ler em «Os Lusíadas» uma rota única de Vasco da Gama». 1953. Coimbra. Compra.
— «Possibilidade da rota-única de Vasco da Gama em «Os Lusíadas». — Impossibilidade de Vasco da Gama ter, de Cabo Verde, navegado sempre para sul». 1931. Coimbra. Compra.
GONSALVES DE MELLO (José António) — «António Dias Cardoso, Sargento-mor do Terço de Infantaria de Pernambuco». 1954. Recife. Of. da Sec. do Inst.º Luso-Brasileiro do S. N. I.
GRÉMIO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO DE FRUTAS — «Relatório e Contas do Exercício de 1953». 1954. Lisboa.
HAWKINS (R. R.) — «Scientific, Medical, and Technical Books». Publied in the United States of America. (Second supplement Book published 1949-1952). Edited by [...]. 1953. Washington. Of. dos Serv. Cult. e de Imp. da Embaixada dos E. U. A. em Lisboa.
HÉRODOTE — «Histoire de Hérodote». — Traduction de Larcher. Tomes I e II. 1908. Paris. 2 vols. Compra.
HIBBEN (Prof. F. C.) — «L'Homme primitif americain». 1953. Paris. Compra.
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE S. PAULO — «IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. — São Paulo em quatro séculos. — Temas sobre alguns aspectos da história e da geografia de São Paulo e assuntos correlatos». — Obra comemorativa organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo... Vols. 1.º e 2.º. 1954. São Paulo. 2 vols. Of. do E.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — «Anuário Estatístico do Ultramar — 1952-1953». Lisboa. Of. do E.
—— «Estatística Agrícola — 1952». 1953. Lisboa. Of. do E.
—— «Estatística Industrial — 1952». 1953. Lisboa. Of. do E.
—— «Estatística das Sociedades — 1951». 1954. Lisboa. Of. do E.
—— «Índices de preços por grosso» (Base: 1948) — Colecção «Estudos» — N.º 25. 1954. Lisboa. Of. do E.
LAGOA (Visconde de) — «Glossário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina». 1.ª parte — Ásia e Oceânia. Vols. I, II, III. 1953. Lisboa. Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. 3 vols. Of. do E.
LAS CASAS (Fray Bartolomé de) — «Historia de las Indias». Edición de Agustin Millares Carlo y estudio preliminar de Lewis Hanke. Vols. I, II, III. 1951. México. 3 vols. Compra.
LAUTENSACH (Prof. Hermann) — «Bibliografia geográfica de Portugal». Adaptação e complementos de Mariano Feio. 1948. Lisboa. Centro de Esutdos Geográficos. Of. do E.
LE GENTIL (Prof. Pierre) — «Le Virelai et le Villancico. — Le problème des origines arabes». 1954. Paris. Of. do Inst. Francês em Portugal.
LEGER (Louis) — «Histoire de l'Autriche-Hongrie depuis les origines jusqu'à l'année 1878». 1879. Paris. Compra.
LEMOS COELHO (Francisco de) — «Duas descrições seiscentistas da Guiné de [...] — Manuscritos inéditos publicados com Introdução e anotações históricas pelo Académico de número Damião Peres. 1953. Lisboa. Academia Portuguesa da História. Of. do E.
MACEDO SOARES (Dr. José Carlos de) — «Fontes da História da Igreja Católica no Brasil». 1954. Rio de Janeiro. Of. do Inst.º Histórico e Geográfico Brasileiro.
MAGALHÃES MATEUS (Prof. Amílcar de) — «Contribuição para o estudo dos cromossomas de «Triturus helveticos sequeirai» Wolters (Urodela)». 1953. Porto. Int.º de Zoologia «Dr. Augusto Nobre». Of. do E.
MAITRE (Henri Bernard) — «Pour la compréhension de l'Indochine et de l'Occident» (Les Humanités d'Extreme-Oriente). 1950. Paris. Compra.
MANDER (Linden A.) — «Some Dependent peoples of the South Pacific». 1954. Leiden. Compra.
MANSO-PRETO CRUZ (Dr. Francisco) — «Reivindicação». (Romance social). 1954. Lisboa. Of. do A.
Marco Polo. — Amerigo Vespucci (Due grandi viaggiatori italiani) — Contributo de «l'Universo» alle onoranze in occasione del setimo centenario della nascida di Marco Polo e del quinto centenário di quella di Amerigo Vespucci. (Supplemento al bimestrale «L'Universo». N.º 3, Maggio-Giugno 1954). Firenze. Of. do Director de «L'Universo».
MARTINEZ FERRANDO (Dr. J. Ernesto) — «Catálogo de la documentación de la Cancilleria Regia de Pedro de Portugal (Archivo de la Corona de Aragon). 1953. Madrid. 2 vols. Of. do A.
—— «Tragedia del insigne Condestable Don Pedro de Portugal». 1942. Madrid. Compra.
MASPERO (G.) — «Ruines et paysages d'Égypte». S. d. Paris. Compra.
MATOS (Luís de) — «Les Portugais en France au XVIe siècle. — Étude et Documents». 1952. Coimbra. «Acta Universitatis Conimbrigensis». Of. do E.
MELLO (Manuel de) — «Inquérito à estrutura social do Conselho de Amboim (Angola»). 1953. Angola. Of. do A.
MENDES CORRÊA (Prof. Dr. A. A.) — «A lealdade duma Rainha Portuguesa». (Sep. da «Rev. de Est. Históricos», ano 2.º, N.º 3). 1925. Porto. Compra.
—— «Antropologia e História». 1954. Porto. Inst.º de Antropologia da Universidade. Of. do A.
—— «Os povos primitivos da Lusitânia». 1924. Porto. Compra.
—— «Raça e Nacionalidade». 1919. Porto. Of. do Inst.º de Antropologia da Fac. de Ciências do Porto.
MEYRELLES DO SOUTO (A.) — «D. Frei Manuel Pinto da Fonseca, 68.º Grão-Mestre da Ordem de Malta (1681-1778)». 1954. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. Of. do E.
MONTI (D. Angel Maria) — «História de Gibraltar» [...]. 1851. Sevilla. Compra.
MORAIS E SILVA (António de) — «Grande Dicionário da Língua Portuguesa», Vol. VI. 1954. Lisboa. Compra.
MOREIRA CAMPOS (Comandante José) — «Da Fantasia à Realidade. — I — Afonso d'Albuquerque». 1953. Lisboa. Of. do A.
MORTENSEN (Sverre) — «The Norway year book — 1954». Edited by [...]. 1954. Oslo. Of. da Real Legação da Noruega.
MURRAY (W. H.) — «Histoire de l'Everest — 1921-1953». 1953. Paris. Compra.

NICE (Prof. B.) — «La casa rurale nell'Apennino Emiliano e nell'Oltrepó Pavese» — Contributi dei Prof. [...] e G. Fratelli e dei Dott. G. Barbieri ed E. Boriani. (Ricerche sulle dimore rurali in Italia — 13). 1953. Firenze. Consiglio Nazionale delle Ricerche. Perm.
NITTI (Francesco) — «La désagrétion de l'Europe. — Essai sur des vérités impopulaires». 1938. Paris. Compra.
NORDAUX (Max) — «Les mensonges conventionnels de notre civilisation». 1913. Paris. Of. do Alm. Sousa e Faro.
OKAMOTO (Yoshitomo) — «Chronology of Kirishitan (Early Christian era in Japan» — (Commemorative Publication of the 4th Centenary of St. Francisco Xavier in Japan). 1949. Of. de J. M. Braga.
—— «Letters of the Society of Jesus». (Commemorative Publication of the 4th Centenary of St. Francisco Xavier in Japan). 1949. Tokyo. Of. de J. M. Braga.
—— «Outline of Namban Art». (Commemorative Publication of the 4th Century of St. Francisco Xavier in Japan). 1949. Tokyo. Of. de J. M. Braga.
OLIVEIRA SALAZAR (Prof. Doutor) — «O Pensamento de Salazar. — Goa e a União Indiana». — Discurso proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho, em 12 de Abril de 1954, ao microfone da Emissora Nacional. 1954. Lisboa. S. I. N. Of. do E.
—— «Goa and the Indian Union». — Spech delivered through the national broadcast by the Premier Minister Prof. Oliveira Salazar, on April 12th 1954. 1954. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. Of. do E.
ORTOLANI (Dr. Mário) — «La casa rurale nella pianura emiliana». (Ricerche sulle dimore rurali in Italia — 12). 1953. Firenze. Consiglio Nazionale delle Ricerche. Perm.
O T A N — A Organização do Tratado do Atlântico Norte (ou Pacto do Atlântico). 1954. Lisboa. Of. do M. N. E. Serviço do Pacto.
PAQUIS (M.) — «Histoire d'Espagne et de Portugal depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours». Tomes I e II. 1836. Paris. 2 vols. Compra.
PAULO (Dr. Zeferino F.) — «Bibliografia Médica Portuguesa». Vol. 8.º — 1952. 1953. Lisboa. Centro de Estudos de Documentação Científica. Perm.
PEREIRA (Dr. António José) — «Colecção de Acórdãos Doutrinários do Conselho Superior de Disciplina do Ultramar — 1936-1937». 1954. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. Of. do E.
PEREIRA (João José) — «História da vida, conquistas, e religião de Mafoma, e o Governo Civil e Militar do Império Ottomano». 1791. Lisboa. Compra.
PERRENS (F. F.) — «La civilisation Florentine du XIIIe au XVIe siècles». 1938. Paris. Compra.
PINTO FERREIRA (J. A.) — «A campanha de Sancho de Ávila em perseguição do Prior do Crato» — Alguns documentos de Simancas. Com um estudo de [...]. (Documentos e Memórias para a História do Porto — XXIII). 1954. Porto. Edição da Câmara Municipal. Of. do E.
PIRES DE LIMA (Prof. Dr. Américo) — «Ainda o Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira». (Sep. do «Anuário da Soc. Broteriana», ano XX). 1954. Coimbra. Of. do A.
PISSURLENCAR (Panduronga) — «Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia» (Hindus, Muçulmanos, Judeus e Parses). 1952. Bastorá. Arquivo Histórico do Estado da Índia. Of. do E.
—— «Assentos do Conselho do Estado da Índia». Vols. I e II (1618-1643). 1954. Bastorá (Goa). Arquivo Histórico do Estado da Índia. Of. do E.
—— «Regimentos das Fortalezas da Índia». Estudo e Notas. 1951. Bastorá (Goa). Arquivo Histórico do Estado da Índia. Of. do E.
Província de Angola. «Orçamento geral para o ano económico de 1954». 1954. Luanda.
Província de Macau. — «Orçamento geral para o ano económico de 1954». 1954. Macau.
Província de Moçambique. — «Orçamento geral para o ano económico de 1954». 1954. Lourenço Marques. Of.
—— «Estatística industrial — 1951». 1953. Lourenço Marques. Of. da Rep. Téc. de Estatística.
Província de S. Tomé e Príncipe. — «Orçamento geral para o ano económico de 1954». 1954. S. Tomé e Príncipe. Imp. Nacional. Of. da I. N.
RIBEIRO (Prof. Dr. Orlando) — «Geografia da população em Portugal». — Estudos. 1946. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos. Of. do E.
RIO-BRANCO (Miguel Paranhos de) — «Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750». 1953. Rio de Janeiro. Of. do A.
RIO MAIOR (Marquês de) — «Igreja Paroquial de S. José, da Anunciada. — Resumo da sua História». 1954. Lisboa. Of. do A.
SÁ CHAVES (F.) — «Episódios militares e casos contemporâneos». 1891. Porto. Compra.
SAINT-RÉAL — «Conjuraction des espagnoles contre Venise et conjuration des Gracques». 1808. Avignon. Compra.

SANTA-RITA (Prof. Dr. José Gonçalo) — «Há um século: A regeneração e a política ultramarina». (Sep. dos «Estudos Coloniais», III, 1953). 1953. Lisboa. Of. do A.
SANTOS ABRANCHES (Cónego Joaquim dos) — «Fontes do Direito Eclesiástico Portuguez. — Summa do Bullario Portuguez». 1895. Coimbra. Compra.
SANTOS CORREIA (General J.) — «O Nove de Abril e a Primeira Grande Guerra». — Conferência. 1954. Lisboa. Of. do A.
SANTOS JÚNIOR (Prof. Dr. J. Norberto dos) e Luís Santos — «Nota sobre o «Muzimo» do abrigo com pinturas rupestres da Mavita». S. d. e s. l. Of. dos A.
SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL. — «Comunicações», tomo XXXIV. 1953. Lisboa. Of. do A.
SILVA (Eugénio) — «Vasco da Gama e «Os Lusíadas». Narrativa em prosa-filmada». 1954. Lisboa. Of. do A.
SILVA TEIXEIRA (Eng.º-Agrón. A. J. da) — «A Conservação do solo na Basutolândia». (Sep. do Documentário «Moçambique», N.º 75). 1953. Lourenço Marques. Centro de Inv. Científica Algodoeira. Of. da Junta de Export. do Algodão.
— «O problema da conservação do solo e da água na África do Sul». (Sep. do Doc. «Moçambique», N.º 75). 1953. Lourenço Marques. Centro de Inv. Cient. Algodoeira. Of. da Junta de Exp. do Algodão.
SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO — «Opúsculo comemorativo do 1.º Centenário da morte de Frederico Ozanam». 1953. Luanda. Of. de A. Castro Júnior.
SOTTAS (Jules) — «Les messageries maritimes de Venise aux XIVᵉ e XVᵉ siècles». 1938. Paris. Compra.
SOUSA FRANKLIN (Dr. A.) — «O aldeamento como meio de combate ao nomadismo do Fula da Guiné Portuguesa». (Sep. dos «Estudos Coloniais», Rev. da Escola Superior Colonial, vol. III, 1953. Lisboa. Of. do A.
STRAETEN (Jean van der) — «Considérations sur les cotes des différents nivellements du Katanga». 1953. Bruxelles. Comité Spécial du Katanga. Of. do E.
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DA ARMADA — «Lista da Armada referida a 31 de Dezembro de 1953». 1954. Lisboa. Of. do E.
THURNWALD (Prof. R.) — «L'Esprit Humain. — Éveil, croissance et tatonnements. — Essai de paléopsychologie». 1954. Paris. Compra.
TOVAR DE LEMOS (Dr. A.) — «Inquérito acerca da prostituição e doenças venéreas em Portugal». 1953. Lisboa. Dispensário de Higiene Social. Of. do A.
UNION PANAMERICANA — «Bibliografia de las Conferencias Interamericanas». 1954. Washington. Of. do E.
UNIVERSITÉ DE LIÉGE — «Cinquantième anniversaire du Seminaire de Géographie (1903-1953) et Vingt-cinquième anniversaire du Cercle de Géographes Liégeois (1928-1953)» — Volume commémoratif». 1953. Liége.
VARTHEMA (Ludovic de) — «Itinerário». — Tradução, Prefácio e Notas de Vicenzo Spinelli. 1949. Lisboa. Edição do Instituto de Alta Cultura. Of. do E.
VEIGA CABRAL (Prof. Mário) — «Corografia do Brasil». (Curso Superior). 1953. Rio de Janeiro. Of. do A.
VIANA (Abel) — «Viana do Castelo. — Esboço monográfico». 1953. Viana. Of. do A.
XABREGAS (Eng.º-Agrón. Joaquim) — «Algumas plantas oleaginosas de Angola». (Sep. da «Actividade Económica de Angola», N.ºs 34/35). 1954. Luanda. Of. dos Serv. de Agricultura de Angola.
— «As oleaginosas na alimentação». (Sep. do «Boletim do Instituto de Angola», n.º 2, 1953. Luanda. Of. dos Serv. de Agricultura de Angola.

REVISTAS EDITADAS EM PORTUGAL

(ENTRADAS NO 1.º TRIMESTRE DE 1954)

ACTUALIDADES. — Lourenço Marques: 1954 — N.º 3.
AGRONOMIA ANGOLA. — Luanda: N.ºs 7 e 8 — 1953.
ALGARVE. — (Boletim informativo da Casa Regional do Algarve) — Lisboa: N.ºs 2 e 3 — Outubro de 1953 a Março de 1954.

ANAIS DO CLUB MILITAR NAVAL. — Lisboa: N.ºs 10-12 — Outubro-Dezembro de 1953: G. Coutinho: «Astrolábios e Latitudes». — F. Cruz «Carvalho Araújo contra Von Arnauld de la Periere». — J. Gonçalves: «A hermenêutica dos descobrimentos do Almirante Gago Coutinho na colectânea do Comandante Moura Braz».
ANAIS DA FACULDADE DE FARMÁCIA DO PORTO. — 1953 — Vol. 13.
ANÁLISE. — Lisboa: N.º 37 — Novembro de 1953.
ANGLO-PORTUGUESE (THE) NEWS. — Lisboa: N.ºs 548 — 2 Janeiro de 1954 — 549 — 550 — 30 Janeiro de 1954 — H. C. James: «At Santa Comba» — N.ºs 551 a 554 — 1954.
ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. — Lisboa: Vol. V — 1951: A Mendes Correia: «Reverendo P.º Eugénio Jalhay, S. J.».
ARQUIVO DE BEJA. — Beja: N.ºs 1-4 — Janeiro-Dezembro de 1953: M. C. Moniz: «O Foral Afonsino de Beja — 1254» — J. A. Pombinho Júnior; «L. Sebastião e a política expansionista».
ARTES (DAS) E DA HISTÓRIA DA MADEIRA. — Funchal: N.ºs 16 — 1953.
ÁTOMO. — Lisboa: N.º 72 — Dezembro de 1953.
BEM (A) DA LÍNGUA PORTUGUESA. — Lisboa: N.ºs 1 a 3 — 1954.
BOLETIM DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. — Lisboa: Maio a Dezembro de 1953.
BOLETIM DAS ALFÂNDEGAS (Província de Moçambique). — Lourenço Marques: N.ºs 1 a 6 — Janeiro a Junho de 1953.
BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO E DA BIBLIOTECA DO MUSEU DE ANGOLA. — Luanda: 1953 — N.º 9.
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE ANGOLA. — Luanda; 1953 — N.º 18.
BOLETIM DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. — Coimbra: Vol. XXI — 1953.
BOLETIM DA CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS. — Lisboa: N.ºs 26 e 27 — Dezembro 1953 e Janeiro de 1954.
BOLETIM CLÍNICO E ESTATÍSTICO (Hospital do Ultramar). — Lisboa: N.º 2 — 1953.
BOLETIM DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DAS ÁGUAS DE LISBOA. — N.º 33 — Ano de 1952.
BOLETIM DOS CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES DE ANGOLA. — Luanda: N.ºs 7-9 — Julho-Setembro de 1953.
BOLETIM CULTURAL DA GUINÉ PORTUGUESA. — Bissau: N.º 30 — Abril de 1953.
BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA E DE DIVULGAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DO LOBITO. — Lobito: N.º 7 — 1953.
BOLETIM ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE GOA. — Nova Goa: N.ºs 5 a 7 — 1953.
BOLETIM ECLESIÁSTICO DA DIOCESE DE MACAU. — Macau: N.ºs 595 a 597 — Novembro de 1953 a Janeiro de 1954.
BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR. — Lisboa: N.º 339 — Setembro de 1953: Dr. A. A. de Andrade: «O tradicional anti-racismo da acção civilizadora portuguesa». — Dr. B. Kok: «A influência do português na língua africânder» — N.º 340 — Out. de 1953: «Missão de expansão universitária a Goa», Mensagem de S. Ex.ª o Ministro do Ultramar à Escola Médica. — M. G. Monteiro: «A industrialização nas províncias ultramarinas portuguesas de África». N.ºs 341 a 343 — Novembro de 1953 a Janeiro de 1954.
BOLETIM DO GRUPO DESPORTIVO DO PESSOAL DA COMPANHIA DOS TELEFONES. — Lisboa: N.ºs 32 a 35 — Dezembro de 1953 a Março de 1954.
BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA. — Angra do Heroísmo: N.º 11 — 1953.
BOLETIM DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. — Lisboa: N.ºs 3-4 — 1954.
BOLETIM DO INSTITUTO SUPERIOR DE HIGIENE «DR. RICARDO JORGE». — LISBOA: N.º 39 — 1953 — Almeida Garrett: «Ensino post-universitário da Higiene, na Medicina Preventiva e da Medicina Social» — A. Sampaio: «Poliomielite».
BOLETIM DA JUNTA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE. — Lisboa: N.º 24 e 25 — 1954.
BOLETIM DA JUNTA NACIONAL DA CORTIÇA. — Lisboa: N.ºs 181 a 184 — Novembro de 1953 a Fevereiro de 1954.
BOLETIM DA JUNTA DE PROVÍNCIA DA ESTREMADURA. — Lisboa: N.ºs 26-28 — 1951 — N. C. Cardoso: «Subsídios para a história de Lisboa». — S. C. Fragoso: «Bibliografia olisiponense» — A. M. Faria: «Para a História de Caparica». — L. C. Adão: «Outão». — Padre M. Ruela Pombo: «Torres Vedras — História local — Fontes inéditas».

BOLETIM MENSAL DE ESTATÍSTICA.—Luanda: N.^{os} 10 e 11—Outubro e Novembro de 1953.
BOLETIM MENSAL DE INFORMAÇÃO ECONÓMICA.—Luanda: N.^{os} 52 e 53— Setembro e Outubro de 1953.
BOLETIM MENSAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.—Lisboa: N.^{os} 11 e 12—Novembro e Dezembro de 1953.
BOLETIM MENSAL DAS MISSÕES FRANCISCANAS E ORDEM III.—Lisboa: N.º 12—Dezembro de 1953 e N.^{os} 1 a 3—Janeiro a Março de 1954.
BOLETIM DE NORMALIZAÇÃO.—Lisboa: N.^{os} 4-6, Abril-Junho de 1953.
BOLETIM DE NOTÍCIAS DA UNIÃO DA ÁFRICA DO SUL.—Lisboa: N.^{os} 106 a 112—6 de Janeiro a 19 de Março de 1954.
BOLETIM DA ORDEM DOS ENGENHEIROS.—Lisboa: N.^{os} 1 a 6—Janeiro a 15 de Março de 1954.
BOLETIM DA PESCA.—Lisboa: N.º 4—Dezembro de 1953.
BOLETIM DO PORTO DE LISBOA.—Lisboa: N.^{os} 34 a 36—Nov. 1953 a Jan. 1954.
BOLETIM DOS PORTOS, CAMINHOS DE FERRO E TRANSPORTES DE MOÇAMBIQUE.—Lourenço Marques: N.^{os} 10 a 12—Out. a Dez. 1953.
BOLETIM DA SOCIEDADE BROTERIANA.—Coimbra: 1953—Vol. 27.
BOLETIM DA SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE.—Lourenço Marques: N.º 81—Set.-Out. 1953: L. B. de Barros: «Problemas Demográficos da População não-Indígenas de Moçambique».—M. Simões Alberto e A. D. Barreto: «Contribuição para o Estudo dos Grupos Sanguíneos dos Indígenas de Moçambique». N.º 82—Nov.-Dez. 1953.
BOLETIM TRIMESTRAL DE ESTATÍSTICA.—Praia: 3.º Trim. 1953.
BOLETIM DA UNIÃO DE GRÉMIOS DE LOJISTAS DE LISBOA.—Lisboa: N.^{os} 149-150 a 151-52—Nov.-Dez. 1953 a Jan.-Fev. 1954.
BROTÉRIA.—Lisboa: N.º 1—Jan. 1954: S. Leite: «Nóbrega e a sua herança em São Paulo de Piratininga».—N.º 2—Fev. 1954: J. Pécante: «Pio XII e a psicologia moderna.—C. H. Sousa «A cidade de São Paulo na economia brasileira».—D. Maurício: «Vice-reis e governadores xaverianos».
BROTÉRIA.—(Ciências Naturais).—Lisboa: N.º 1—1954.
BULLETIN ANALYTIQUE TRIMESTRIEL DU CENTRE FRANÇAIS DE DOCUMENTATION DE L'INSTITUT SUPERIEUR DE SCIENCES ECONOMIQUES ET FINANCIÈRES.—Lisboa: N.º 1—Jan. 1954.
CABO VERDE.—Praia: N.^{os} 52 e 53—Jan. e Fev. 1954.
COMÉRCIO PORTUGUÊS.—Lisboa: N.^{os} 85-86.—Set.-Out. 1953.
CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA ANTROPOLOGIA PORTUGUESA.—Coimbra: Vol. V—Fasc. 5.º—1953.
CRIANÇA (A) PORTUGUESA.—Lisboa: 1952-53—Vol. 12.
DEFESA NACIONAL.—Lisboa: N.^{os} 235-36 a 237-38—Nov.-Dez. 1953 a Jan.-Fev. 1954.
DIREITO (O).—Lisboa: N.º4—Out.-Dez. 1953: — M. Caetano: «Introdução ao estudo do Direito Político».
DOURO-LITORAL (Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História).—Porto: 5.ª Série, N.^{os} VII-VIII e IX—1953.
ECONOMIA E FINANÇAS.—Lisboa: Vol. XXI—Tomo 2.º—1953.
ECOS DA GUINÉ.—Bissau: N.^{os} 38 a 41—Set. a Dez. 1953.
ESCOLA PORTUGUESA.—Lisboa: N.^{os} 984 a 994—1954.
ESTUDOS E INFORMAÇÃO.—Lisboa: N.^{os} 16 a 20—Nov.-Dez. 1953.
ESTUDOS ITALIANOS EM PORTUGAL.—Lisboa: N.º 12—1953: D. Santos: «A criança na Escola Montessori».—M. F. Sciecca: «La questione sociale e la «rivoluzione» cristiana».—L. Panarese: «Dalla poesia portoghese moderna».
GARCIA DE ORTA (Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar).—Lisboa: 1953—Vol. I—N.º 1. A. A. Mendes Corrêa: «Aspectos demográficos do arquipélago de Cabo Verde».—J. A. Barahona Fernandes: «As marés na baía e porto de Lourenço Marques».—F. S. da Cruz Ferreira: «O sentido prático da investigação médica em África».
GAZETA DOS ADVOGADOS DA RELAÇÃO DE LUANDA.—Luanda: N.^{os} 5 a 8, 1952.
GAZETA DO AGRICULTOR.—Lourenço Marques: N.^{os} 54 a 56—Nov. 1953 a Jan. 1954.
GAZETA LITERÁRIA.—Porto: N.^{os} 13-16 a 18—Set. 1953 a Fev. 1954.
GIL VICENTE.—Guimarães: N.^{os} 11-12.—Nov.-Dez. 1953.
IMPÉRIO.—Lourenço Marques: N.^{os} 30-31 a 34—Out. 1953 a Fev. 1954.
INDÚSTRIA PORTUGUESA.—Lisboa: N.^{os} 310 e 311—Dez. 1953 e Jan. 1954.

JORNAL DO PESCADOR.—Lisboa: N.^{os} 180 a 182—Jan. a Março 1954.
JORNAL PORTUGUÊS DE ECONOMIA & FINANÇAS.—Lisboa: N.^{os} 6 a 8—Jan. a Março 1954.
JORNAL DA SOCIEDADE DAS CIÊNCIAS MÉDICAS DE LISBOA.—1954—N.º 1.
LABOR.—Aveiro: N.^{os} 135 a 138—Dez. 1953 a Março 1954.
LAVOURA PORTUGUESA.—Lisboa: N.^{os} 13 a 15—Jan. a Março 1954.
MACAU.—N.^{os} 9 a 12—15 Dez. 1953 a 31 Jan. 1954.
MEMÓRIAS E NOTÍCIAS.—Coimbra: N.º 35—1953.
MEMÓRIAS DA SOCIEDADE BROTERIANA.—Coimbra: 1953—Vol. 9.
MENSÁRIO ADMINISTRATIVO.—Luanda: N.^{os} 61-62 a 65-66—Set. 1952 a Fev. 1953.
MENSÁRIO DAS CASAS DO POVO.—Lisboa: N.^{os} 91 a 93—Jan. a Março 1954.
MISSIONÁRIO (O) CATÓLICO.—Cucujães: N.^{os} 360 ao N.º 3 (2.ª Série)—Dez. 1953 a Março 1954.
MOÇAMBIQUE (Documentário trimestral).—Lourenço Marques: N.º 75—Set. 1953: Eng.º A. J. S. Teixeira: «O problema da conservação do solo e da água na África do Sul».
MOSAICO.—Macau: N.^{os} 33-34—Maio-Jun. 1953.—N.^{os} 35-36—Jul.-Ag. 1953: C. Estorninho: «Macau na História das relações sino-americanas».—N.^{os} 37-38—Set.-Out. 1953.
NOTÍCIAS DO ESTADO DA ÍNDIA.—Goa: N.^{os} 75 a 78—1953.
NOTÍCIAS DA VENEZUELA.—Lisboa: N.^{os} 57 e 58—Jan. e Fev. 1954.
NOTIZIARIO CULTURALE ITALIANO.—Lisboa: Anno I—N.º 1—Nov. 1953.
OCIDENTE.—Lisboa: N.^{os} 189—Jan.—190—Fev. 1954.—J. Cortesão: »Dois centenários».—A. Mendes Corrêa: «Visita a Madagáscar».—N.º 191—Mar. 1954.—A. Mendes Corrêa: «Visita a Madagáscar—II—Estação Agrícola do Lago Alaotra».
OLIVENÇA (Boletim do «Grupo dos Amigos de Olivença»).—Lisboa: N.º 1—Dez. 1953.
PECUÁRIA.—Luanda: 1949-1952, 1.º vol.
PORTUGAL (Bulletin of political, economic and cultural information).—Lisboa: N.^{os} 184-185—Nov.-Dez. 1953.
PORTUGAL D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR.—Lisboa: N.º 66—Dez. 1953.
PORTUGAL EM ÁFRICA.—N.^{os} 60 e 61—Nov. 1953 a Jan. 1954.
PREVISÃO (A) DO TEMPO.—Setúbal: N.^{os} 378 a 382—1954.
PROPRIEDADE (A) URBANA.—Lisboa: N.^{os} 83 e 84—Jan. e Março 1954.
PUBLICAÇÕES CULTURAIS DA COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA.—Lisboa: N.º 21—Dez. 1953.
REVISTA D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR.—Lisboa: N.^{os} 42 a 44—Dez. 1953 a Fev. 1954.
REVISTA DE ARTILHARIA.—Lisboa: N.^{os} 341-42 a 344—Nov. 1953 a Fev. 1954.
REVISTA DE CIÊNCIAS VETERINÁRIAS.—Lisboa: N.^{os} 346-47—Jul.-Dez. 1953.
REVISTA CLÍNICA DO INSTITUTO MATERNAL.—Lisboa: N.^{os} 14 e 15—1953.
REVISTA DE ENSINO.—Luanda: 1953—N.º 8.
REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS.—Coimbra: Vol. 22—1953.
REVISTA DO GABINETE DE ESTUDOS CORPORATIVOS.—Lisboa: N.º 16—Out.-Dez. 1953.
REVISTA DE GUIMARÃES.—Guimarães: N.^{os} 3-4—Jul.-Dez. 1953: A. Mendes Corrêa: «Identificação individual e gémeos». J. C. Nunes: «Pré-história e Linguística».
REVISTA DE METAPSICOLOGIA.—Lisboa: N.º 11—Nov. 1953.
REVISTA MILITAR.—Lisboa: N.º 12—Dez. 1953.—P. Monteiro: «O General Freitas Soares».—F. Cruz: «A frente marítima de Angola».—H. de Oliveira: «Potencial humano indígena de Moçambique».—N.º 1—Jan. 1954.—N.^{os} 2-3—Fev.-Março 1954: A. C. Dantas: «Do Átomo à Bomba de Hidrogénio».—G. Sousa Dias: «A Tomada das Pedras de Pungo-Andongo».
REVISTA MUNICIPAL.—Lisboa: N.º 57—2.º Trim. 1953.—N.º 58—3.º Trim. 1953.—J. C. Lima: «S. Roque e os seus artistas».—A. Ribeiro: «Santo António vela pelo bairro».—Marquês de Rio Maior: «Igreja Paroquial de S. José da Anunciada.—Resumo da sua história».—J. Estevam: «Incêndios em Lisboa nos séculos VII e XVIII».
REVISTA PORTUGUESA DE FARMÁCIA.—Lisboa: N.º 4—1953.
REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS ENGENHEIROS AUXILIARES, AGENTES TÉCNICOS DE ENGENHARIA E CONDUTORES.—Lisboa: N.^{os} 88 e 89—Julho a Dez. 1953.
RIBATEJO.—Lisboa: N.º 2—Dez. 1953.
ROSÁRIO (O).—Lisboa: N.^{os} 492-93 a 495—Nov. 1953 a Fev. 1954.
SEARA.—Dili: N.^{os} 5 e 6—Set.-Dez. 1953.

SEARA NOVA. — Lisboa: N.os 1.278-79 — Out.º 1953. — 1.280 — Nov. 1953. J. Cortesão: «Camões». — M. Guedes: «Acerca do Tratado de Metwen». — L. Vilela: «Carácter relativista da verdade». — N.os 1.281 a 1.284 — Dez. 1953 e Jan. 1954.
TÉCNICA. — Lisboa: N.os 237 a 239 — Dez. 1953 a Fev. 1954.
VIAGEM. — Lisboa: N.os 158 a 161 — Dez. 1953 a Mar. 1954.

REVISTAS ESTRANGEIRAS

(ENTRADAS NO 1.º TRIMESTRE DE 1954)

AFRICA. — Londres: N.º 1 — Jan. 1954.
ÁFRICA. — Madrid: N.º 144 — Dez. 1953. — F. Cernadas: «El reciente Estatuto de Tánger». — S. M. Marco: «El Ejército español se incorpora a la defensa de Occidente». — E. Manera: «Valorisación de la situación de España y Marruecos desde el punto de vista naval». — General Aymat: «Las bases aéreas hispanoamericanas y la defensa de Occidente».
— N.os 145 a 146 — Jan.-Fev. 1954.
AFRICAN ABSTRACTS. — Bulletin Analytique Africaniste. — London: N.º 1 — Jan. 1954.
AFRICAN WORLD. — London: 1954 — Jan. a Março; Abril: P. C. Gordon-Walker: «Suez and the Sudan».
AFRIQUE (L') ET L'ASIE. — Paris: N.º 25 — 1954: R. Lamy: «Le Su-Est Asiatique devant la poussée sino-communiste». — A. Le Grip: «Aspects actuels de l'Islam en A. O. F.».
— N.º 25 — 1954.
ALMANAQUE NAUTICO. — Cádiz: Año de 1954.
ANALES DE LA ASOCIATION ESPAÑOLA PARA EL PROGRESO DE LAS CIENCIAS. — Madrid: N.º 4 — 1953.
— N.º 1 — 1954: V. Andérez: «Interpretación antropológica del «Homo Neandertalensis». — Reseña histórico-cientifica». — M. T. V. Meira: «Nota final sobre o combate aos mosquitos na ilha do Sal (Cabo Verde)».
ANALES DEL CENTRO DE CULTURA VALENCIANA. — Valencia: N.º 32 — Maio-Dez. 1953.
ANALES DEL MUSEO NAHUEL HUAPI. — Buenos Aires: Tomo III — 1953.
ANNALES DE GÉOGRAPHIE. — Paris: N.º 333 — Set.-Out. 1953. — P. George: «Matériaux pour l'étude géographique de la population».
ANNALES DE LA PROPAGATION DE LA FOI. — Paris: N.os 143.
ANNALI DI RICERCHE E STUDI DI GEOGRAFIA. — Novara: N.º 3 — 1953.
ANNALS OF THE ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS. — Washington: N.º 4 — Dez. 1953.
ANNUAL REVIEW OF NUCLEAR SCIENCE. — Stanford, U. S. A.: 1953 — Vol. 3.
ARCHIVIO STORICO PER LA SICILIA ORIENTALE. — Catania: Anos de 1949-50 e N.os 1 a 3 — 1951.
ATTI DELLA ACCADEMIA NAZIONALE DEI LINCEI. — Roma:
— Classe di Scienze fisiche, matematiche e naturali: Jun. de 1952 a Out. 1953.
— Classe di Scienze morali, storiche e filologiche: Maio de 1952 a Jun. 1953.
— Rendiconti delle adunanze solenni:
N.os 7 e 8 — Jun. de 1952 e Jun. de 1953.
BERICHTE DES DEUTSCHEN WETTERDIENSTES. — Bad Kissingen: N.os 6 a 8 — 1953-54.
BIJDRAGEN TOT DE TAAAL, — LAND — EN VOLKENKUNDE. — 'S-Gravenhage: 1953 — Vol. 109 — N.º 4.
BOLETIM GEOGRÁFICO. — Rio de Janeiro: N.os 109 a 111 — Jul. a Dez. 1952.
BOLETIN DE LA ACADEMIA DOMINICANA DE LA LENGUA. — Ciudad Trujillo: N.º 44 — Nov. 1953.
BOLETIN DEL INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA. — Medellín: Vol. I — N.º 1 — 1953.
BOLETIN DEL INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y FOMENTO MINEROS. — Lima: N.os 9 e 10 — 1953.
BOLETIN DE LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA. — Madrid: Tom. 133 — N.º 2 — Out.-Dez. 1953.
BOLETIN DE LA REAL SOCIEDAD GEOGRAFICA. — Madrid: N.os 10-12, Out.-Dez. 1953: J. J. Jáuregui: «Lo que nos dice el fondo del mar».
BOLETÍN DE LA SOCIEDAD CASTELONENSE DE CULTURA. — Castellón: N.º 1 — Jan.-Mar. 1954.
BOLETIN DE LA SOCIEDAD GEOGRAFICA DE COLOMBIA. — Bogotá: N.os 2 a 4 — 1953.

BOLLETTINO DELLA SOCIETÁ GEOGRAFICA ITALIANA. — Roma: N.º 5 — 1953. — A. Pecora: «Contributi allo studio geografico della città di Milano».
BONNER GEOGRAPHISCHE ABHANDLUGEN. — Bonn: N.º 12 — 1953.
BRASIL CONSTRÓI. — Rio de Janeiro: Ano V — N.º 11.
BULLETIN DE L'ASSOCIATION DE GÉOGRAPHES FRANÇAIS. — Paris: N.os 237-238 — Nov.-Dez. 1953.
BULLETIN BIMESTRIEL DE LA SOCIÉTÉ BELGE D'ÉTUDES & D'EXPANSION. — Liège: N.º 158, Nov.-Dez. 1953. J. A. Corrêa de Barros: «Les lignes générales de la politique économique extérieure du Portugal».
BULLETIN CRITIQUE DU LIVRE FRANÇAIS. — Paris: N.º 12 — Dez. 1953 a N.º 2 — «Les relations économiques entre l'Egypte et l'Europe, de 1850 à 1882 d'après les rapports inédits des Consuls de France». — A. Badawy: «L'Art Copte: Les influences hellénistiques et romaines». — H. Hickmann: «La musique polyphonique dans l'Egypte ancienne». — J.-P. Lauer: «Les statues grecques du *Dromos* du Sérapeion à Saqqarah découvertes par Mariette en 1851».
BULLETIN OF THE DIVISION OT HE STATE GEOLOGICAL SURVEY. — Urbana, Illinois: N.º 78 — 1952.
BULLETIN OF THE GEOLOGICAL INSTITUTION OF THE UNIVERSITY OF UPSALA. — Vol. 34 — 1949-53.
BULLETIN DE L'INSTITUT D'ÉGYPTE. — Le Caire: Tome 34 — 1951-52: — A. El Emary: Fev. 1954.
BULLETIN DE L'INSTITUT FRANÇAIS D'AFRIQUE NOIRE. — Dakar: N.º 1 — Jan. 1954.
Idem — *Série B — Sciences Humaines* — N.os 1-2, 1954; A. LY: «Sur la politique guinéenne de Louis XIV, conditions et débuts». — J. Greenberg: «Études sur la classification des langues africaines».
BULLETIN DES SÉANCES DE L'INSTITUT ROYAL COLONIAL BELGE. — Bruxelles: N.º 4 — 1953: R. Redfield: «The primitive world and its transformations». — G. Hostelet: «L'oeuvre économique et sociale de la Belgique au Congo (1885-1945)». — M. J. Stengrs: «Rapport sur Correspondance Léopold II».
BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ NEUCHÂTELOISE DE GÉOGRAPHIE. — Neuchatel: N.º 9 — 1952-53: L.-G.-A. Zohrer: «La population du Sahara antérieure à l'apparition du chameau». — Y. Tschudi: «Quelques aspects de la psychologie des Touareg».
BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ ROYALE BELGE DE GÉOGRAPHIE. — Bruxelles: N.os 3-4 — Dez. 1953.
BULLETIN TRIMESTRIEL DE LA SOCIÉTÉ DE GÉOGRAPHIE ET D'ARCHÉOLOGIE DE LA PROVINCE D'ORAN. — Oran: N.os 224 a 230 — 1948 a 1951.
CAHIERS (LES) D'OUTRE-MER. — Bordeaux: 1954 — N.º 25: J. Borde: «Santiago-du-Chili». — J. Miege: «Les cultures vivrières en Afrique Occidentale».
CANADIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL. — Ottawa: Vol. 46 — N.º 1 — Jan. 1953: R. Harrington: «Liberia, Africa's black Republic». N.os 2 e 3 — Fev. e Mar. — N.º 4 — Abril: S. Garner: «Malta, G. C.». — A. Leitch: «Portuguese Port-of-call». — N.º 5 — Maio: R. Harrington: «Tombouctou». — N.º 6 — Jun. — Vol. 47 — N.º 1 — Jul.: W. V. Pennell: «Hong Kong looks to a greater». — N.os 2 e 3 — Ag. e Set. — N.º 6 — Dez.: D. Leechmann: «Good fences make good neighbours». — J. Pilditch: «The Stratford Shakespearen Festival». Vol. 48 — N.º 1 — Jan. 1954: O. Master: «Trade and Geography». — T. Stobart: «Filming the Everest Expedition». — J. Grelier e R. Pélegri: «The source of the Orinoco». — N.º 2 — Fev. 1954.
COLONIAL GEOLOGY AND MINERAL RESOURCES. — London: Vol. 4 — N.º 1 (1953-54).
COLONIAL PLANT AND ANIMAL PRODUCTS. — London: Vol. 3 — N.º 4 (1952-53).
COMERCIO Y NAVEGACIÓN. — Barcelona: Nov. de 1953 a Jan. de 1954.
CONNAITHE LES MISSIONS. — Paris: N.os 6 e 7 — 1954.
CUADERNOS DE ESTUDOS AFRICANOS. — Madrid: N.º 24 — 4.º Trim. 1953.
DANISH FOREIGN OFFICE JOURNAL. — Copenhagen: N.º 10 — 1954.
— Edição francesa: N.º 5 — Fev. 1954.
DOCUMENTI DI VITA ITALIANA. — Roma: N.os 26 a 28 — 1954.
DOCUMENTOS HISTÓRICOS. — Rio de Janeiro: Vol. XCIX — 1953.
EAST AND WEST. — Roma: N.º 1 — 1953: A. Bausam: «Modern religious trends in Islam». — G. Lorenzo: «Instability and non-Entity of the World». — N.º 2: — A. d'Emilia: «Roman law and Muslim law». — A. Bausani: «Modern religious trends in Islam». — L. Lanciotti: «On somme religious beliefs in ancient China». — N.º 3: G. Medici: «Agrarian Question and

Democracy in Asia». — C. Gini: «Asia's Demographic Problem». — K. Bahadur: «Ancient Nepal». — M. Bussagli: «Pages of Euro-Asian History: Attila and the Huns». — L. Villari: «China in Western eyes half a century ago». — N.º 4: J. Danielou: «The mainstay of civilization». — H. Hoffmann: «King and Kingship in Indian civilization». — M. Bussagli: «An important document on the relations between Rome and India». — J. Evola: «René Guénon: East and West».

ENDEAVOUR. — London: 1953 — N.os 46 a 48.

ERDE (DIE). — Berlim: N.os 3-4, 1953. — V. Schytt: «Die norwegisch-britisch-schwedische Antarktisexpedition 1949 bis 1952». — H. P. T. Hyde: «Malta».

ERICSSON REVIEW. — Stockholm: N.º 3 — 1953.

ESTUDIOS GEOGRAFICOS. — Madrid: 1953 — N.º 52: A. Linès Escardó: «Los temporales de las islas Canarias». — J. V. Valenti: «Ibiza y Formentera, islas de la sal». — L. H. Sáinz: «Sobre la antigua Vettonia y la actual Extremadura».

FOREIGN AGRICULTURE. — Washington: N.os 7 a 10 e 12 — 1952. — N.os 1 a 10 — 1953.

GÉOGRAPHIA. — Paris: N.º 28 — Jan. 1954. F. Lot: «La fonte des glaciers polaires». — A. Libault: «L'Amérique harnache ses «chevaux sauvages». — P. Devaux: «Assistons-nous a la mort du Gulf Stream?».

GEOGRAPHICA HELVETICA. — Bern: N.os 1 e 2 — 1953.

GEOGRAPHICAL (THE) JOURNAL. — London: N.º 4 — Dez. 1953: Sir J. Hunt and Sir E. Hillary: «The ascent of Mount Everest». — Marian W. Smith: «The theory behind the Kon-Tiki Expedition».

GEOGRAPHICAL REVIEW. — New Yory: N.º 1 — Jan. 1954.

GEOLOGICAL SURVEY BULLETIN. — Washington: N.os 982-B a F. — 988-E, F; 991-D.

GEOLOGICAL SURVEY PROFESSIONAL PAPER. — Washington: N.os 233-E, 238, 243-C, D, E, G; 248-G; 249-A e 254-A.

GEOLOGICAL SURVEY WATER-SUPPLY PAPER. — Washington: N.os 1.132, 1.135, 1.136, 1.137-D, E, 1.140, 1.183, 1.190 e 1.227-A.

GLOBE (LE). — Genève: Tom. 92 — 1953: Mme. M. Lobsiger-Dellenbach: «Recherches ethnologiques au Népal (Vallée de Katmandou)».

GROSSWETTERLAGEN (DIE) MITTELEUROPAS. — Bad Kissingen: N.os 12 — Dez. 1953 a 2 — Fev. 1954.

HESPÉRIS. — Rabat: 1953 — 3.º e 4.º Trim.: «Nécrologie: José Maria de Queirós Veloso (1860-1952)». — R. Ricard: «Ibero-Africana: I. Chaucer et «Belmarye». — II. Maroc portugais et Andalousie».

HOLLAND — SHIPBUILDING AND MARINE-ENGINEERING. — Rotterdam: N.os 9 a 11 — Nov. 1953 a Fev. 1954.

INDICE CULTURAL ESPAÑOL. — Madrid: N.º 95 — 1.º Dez. 1953 ao N.º 97 — 1.º Fev. 1954.

INDONESIAN AFFAIRS. — Djakarta: N.º 8 — Ag. 1953.

INFORMATIONS COOPERATIVES. — Genève: 1953 — N.os 5-6.

JAHRESBERICHT DER GEOGRAPHISCHEN GESELLSCHAFT VON BERN. — Bern: Vol. XLI, 1951-52.

JEUNESSE ET MISSIONS. — Paris: N.os 8 a 12 — 1954.

JOURNAL OF THE EAST AFRICA NATURAL HISTORY SOCIETY. — Nairobi: N.º 94, 1953.

JOURNAL OF GEOGRAPHY. — Tokyo: N.º 3, 1953.

KIELER MEERESFORSCHUNGEN. — Kiel: N.º 1 — 1954.

KOLNER GEOGRAPHISCHE ARBEITEN. — Koln: N.os 3 e 4 — 1952 e 1953.

LUND STUDIES IN GEOGRAPHY. — Lund; Serie B — Human Geography. — N.os 9 a 11 — 1953.

MARINER'S (THE) MIRROR. — Greenwich: N.º 1 — Fev. 1954.

MAROC. — Bulletin d'information: — Rabat: N.os 37 a 39 — Dez. 1953 a Fev. 1954.

MATEMATISK-FYSISK MADDELELSEH (Det Kongelige Danske Videnskabernes Selskab). — Kobenhavn: Vol. 28 — N.º 3 — 1953.

MEMORIE DI GEOGRAFIA ANTROPICA. — Roma: N.os 1 a 3 — 1952.

METEOROLOGICAL (THE) MAGAZINE. — Harrow: N.º 978 — Dez. 1953 ao N.º 981 — Março 1954.

MITTEILUNGEN DER GEOGRAPHISCHEN GESELLSCHAFT IN MUNCHEN. — Vol. 38 — 1953.

MITTEILLUNGEN DER GEOGRAPHISCHEN GESELLSCHAFT. — Wien: N.os 7-12, 1953.

MONATLICHER WITTERUNGSBERICHT. — Bad-Kissingen: N.º 11 — Nov. 1953 ao N.º 1 — Jan. 1954.

MONTHLY WEATHER REVIEW. — Washington: N.º 6 — 1953.

MUNDO (O) LUSÍADA. — New York: N.os 6 a 10 — Dez. 1950 a Set. 1951.

MUSLIM (THE) WORLD. — Hartford: N.º 1 — Jan. 1954. — I. H. Qureshi: «Foundations of Pakistani Culture». — A. Hussein: «Social reform in Egypt». — T. Price: «The «Arabs» of the Zambezi».

NATIONAL (THE) GEOGRAPHIC MAGAZINE. — Washington: N.º 1 — Jan. 1954: L. F. Clark e J. Locke: «Amid the Mighty Walls of Zion». — F. B. Colton e V. Wentzel: «Man's New Servant, the Friendly Atom».

— N.º 2 — Fev. 1954: J. E. H. Nolan e J. Locke: «Life in the Land of the Basques». — B. M. Bowie e C. Allmon: «Bermuda, Cradled in Warm Seas». — G. W. Long e J. B. Roberts: «Hong Kong Hangs On».

— N.º 3 — H. Walker: «The Greener Fields of Georgia». — W. R. Moore: «Jamaica — Hub of the Caribbean».

NATURE. — Londres: N.os 4.390 — 19 Dez. 1953 ao N.º 4.403 — 20 Março 1954.

NATURE (La). — Paris: N.º 3.225 — Jan. 1954. — J. Piveteau: «L'Homme et le Singe de Piltdown». — P. Fournier: «Les antibiotiques dans l'alimentation animale». — J. C. Filloux: «Les processus intellectuels chez les animaux». — N.º 3.226 — Fev. — N.º 3.227 — Mars: A. S. Balachowsky: «Le Fouta-Djalon en Moyenne Guinée».

NATUR UND VOLK. — Frankfurt/M: N.os 10 a 12 — 1953. N.º 1 — 1954.

NOTES AFRICAINES. — Dakar: N.º 61 — Jan. 1954.

NOTICIERO MEDICO ESPAÑOL. — Madrid: N.os 295 a 299 — 1954.

NOUVELLES DE HOLLANDE. — Paris: N.os 408 — 19 Dez. 1953 ao N.º 419 — 20 Março 1954.

NOVA ACTA LEOPOLDINA. — Leipzig: N.os 107 a 109 — 1952.

PRZEGLAD GEOGRAFICZNY (Revue Polonaise de Géographie). — Warszawa: 1953 — N.os 3 e 4.

PUBLICATIONS OF THE SMITHSONIAN INSTITUTION. — Washington: N.os 4.113 e 4.124 — 1953.

QUARTERLY JOURNAL OF THE ROYAL METEOROLOGICAL SOCIETY. — London: N.º 343 — 1954.

QUEENSLAND GEOGRAPHICAL JOURNAL. — Brisbane: Vol. 55 — 1953-54.

RECHERCHES (Bulletin d'Information Bibliographique & Documentaire). — Strasbourg: N.º 18 — 1954.

REPORT OF INVESTIGATIONS OF THE DIVISION OF THE STATE GEOLOGICAL SURVEY. — Urbana, Illinois: N.os 163, 164, 166 e 167 — 1953.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. — Rio de Janeiro: N.º 3 — Jul.-Set. 1952: E. C. de Sousa: «Distribuição da População do Estado de S. Paulo». — S. Faissol: «Que é Colonização?».

— N.º 4 — Out.-Dez. 1952: A. Magnanini: «A situação actual da Biogeografia no Brasil, suas características e problemas».

REVISTA GEOGRAFICA DE CHILE — TERRA AUSTRALIS. — Santiago: N.º 10 — Nov. 1953: General R. C. Montalva: «Misión o Dimisión de Chile en el Pacifico Sur Antártico?».

REVISTA HISTORICA. — Montevideo; N.os 55-57 — Set. 1953: J. Street: «La influencia británica en la independencia de las provincias del Rio de la Plata, con especial referencia al periodo compreendido entre 1806 y 1816».

REVISTA DE INDIAS. — Madrid: N.º 51 — Jan.-Março 1953: J. Friede: «Fray Bartolomé de las Casas, exponente del movimiento indigenista español del siglo XVI». — J. Delgado: España y el monarquismo mexicano en 1840». — A. B. Sandorno: «Los descendientes del conquistador del Perú», A. P. Canabrava: «O comércio português no Rio da Prata».

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. — Rio de Janeiro: N.º 218 — Jan.-Mar. 1953.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. — João Pessoa (Brasil): Vol. 12.º — 1953.

REVISTA INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA. — Madrid: N.º 43 — 1953. — E. Frutos: «La evolución hacia el Estado positivo, sus concepciones fundamentales y su critica». — P.º J. Iturrioz: «La sociologia religiosa en Europa». — J. R. Jimeno: «Mortalidad y esperanza de vida».

REVISTA MARITIMA BRASILEIRA. — Rio de Janeiro: N.os 1-3 — Ag.-Set. 1953. — F. S. Main Júnior: «Importância da guerra ao tráfego marítimo no quadro estratégico». — «Primeira viagem do Comandante Cook à volta do Mundo a bordo do «Endeavour» — (1769-1771)», trad. de F. A. M. Silva (Continuação). — P. Duval: «Documentos navais existentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro».

REVUE (LA) COLONIALE BELGE. — Bruxelles: N.º 198 — 1 de Jan. 1954: H. Beckers: «Les petites soeurs de Jesus chez les pygmees».
— N.º 199 — 15 Jan.
— N.º 200 — 1 Fev.: G. Moulaert: «Notre politique indigene. — A. de Burbure: «Les wallons et la fondation de New York». — P. Coste-Floret, P. Ryckmans e W. H. Ingrams: «La question coloniale».
— N.º 202 — 1 Mar.: J.-M. Jadot: «Contribution a l'histoire litteraire du Congo Belge». — N.º 203 — 15 Mars: R. Bertieaux: «Aspects de l'industrialisation en Afrique Centrale».
REVUE (LA) DES DEUX MONDES. — Paris: N.º 1 — 1 de Jan. 1954: «L'élection présidentielle». — F. Piétri: «Neutralité de l'Espagne».
— N.º 2 — 15 Jan. 1954: Prof. Ch. Richet: «L'Oeuvre de la France en Afrique du Nord». — Weigand: «Anniversaire de la campagne d'Italie». — J. Rueff: «Réflexions sur la stabilité monétaire».
— N.º 3 — 1 Fev.: General Serrigny: «Doit-on adopter le projet d'armée européenne?». — J. Montigny: «L'histoire et le procès de Nantes». — J. de Broglie: «Le Conseil de la Republique et la réforme constitutionnelle». — N.º 4 — 15 Fev.: L.-J. Arrigon: «Talleyrand conspirateur». — B. M. Bonnet: «L'enlèvement du Duc d'Enghien». — C.-J. Gignoux: «La vie economique. — Du nouveau all'est?».
— N.º 5 — 1 Mar.: A. Maurois: «Vocations Nouvelles». — L. Castex: «Voyage en Océanie. — II. Tahiti». — J. Delay: «Localisations cérébrales et psychologies». — N.º 6 — 15 Mars: S. M. la Reine Marie José: «Maison de Savoie. — Le Comte Vert». — Ch. Richet: «Les bases physiologiques de la vie sociale». — L. Castex: «Voyage en Océanie. — III. Les Iles-Sous-le Vent».
REVUE ÉCONOMIQUE FRANÇAISE. — Paris: J. M. Malaurie: «Problèmes de contacts et civilisation». — Prof. J. Bourdon: «Le problème de l'Alimentation mondiale».
REVUE DES NATIONS UNIES. — Paris: N.º 12 — Dez. 1953. — N.º 1 — Jan. 1954. — «La question de Corée». — «Programme des Nations Unies en 1954». — «Le Commerce entre l'Europe et l'Asie». — «Pour une organisation entergouvernementale de la navigation maritime». — «Le controle international des stupefiants». — N.º 2 — Fev.: «La Conférence de Berlin et les Nations Unies». — «Le differend entre Israel et l'Egypte». — «La situation economique de l'Europe, de l'Asie et de l'Extreme-Orient, et de l'Amerique Latine en 1953». — «Accord sur les navires stations de l'Atlantique-Nord». — «Les agences telegraphiques d'information».
RIVISTA DEL CATASTO E DEI SERVIZI TECNICI ERARIALI. — Roma: N.º 6 — 1953.
RIVISTA GEOGRAFICA ITALIANA. — Firenze: N.º 4 — Dez. 1953: M. Ortolani e A. Pecora: «Cenni geografici sull'oasi di Colomb-Béchar».
RIVISTA MENSILE DO CLUB ALPINO ITALIANO. — Torino: N.ºs 11-12, 1953.
SCOTTISH (THE) GEOGRAPHICAL MAGAZINE. — Edinburgh: N.º 3 — Dezembro de 1953: K. B. Cumberland: «Population growth in New Zealand». — G. H. Dury: «A glacial breach in the North Western Highlands». — W. H. Murray: «The ascent of Everest».
SPELEON. — Oviedo: N.º 2 — 1953.
SVENSK GEOGRAFISK ARSBOK. — Lund: Vol. 29 — 1953.
TIJDSCHRIFT VAN HET KONINKLIJK NEDERLANDSCH AADRIJKSKUNDIG GENOOTSCHAP. — Amsterdam: N.º 1 — Janeiro de 1954.
TIJDSCHRIFT VOOR INDISCHE TAAL-, LAND-EN VOLKENKUNDE. — Djarkarta: N.º 2 — 1952.
UNITED EMPIRE. — London: N.º 6 — Novembro-Dezembro de 1953: M. Ward: «The Conquest of Everest». — Sir J. Slesson: «Air Power and thep roblems of today». — Sir B. Beresford-Stooke: «Sierra Leone today». — A. Bullock: «The character of Hitler» — N.º 1 — 1954.
UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA. — Bogota: N.º 17 — 1953.
UNIVERSO (L'). — Firenze: N.º 6 — Novembro-Dezembro 1953 — A. Desio: «Uno sguardo al Pakistan, il paese tagliato in due». — A. Gaudio: «Viaggio attraverso l'Impero Etiopico d'oggi». N.º 1 — 1954. A. Giannini: «L'Iran testa di ponte dell'Asia sud occidentale». — A. Troni: «Il canale di Corinto». — V. Langella: «Il giovane Regno Unito di Libia».
VIE (LE) D'ITALIA. — Milano: N.ºs 1 a 3 — 1954.
VIERTELJAHRSSCHRIFT DER NATURFORSCHENDEN GESELLSCHAFT. — Zurich: N.ºs 1 e 2 — 1953.
WIRTSCHAFTSDIENST. — Hamburg (Edições alemã e inglesa): N.ºs 12 — Dezembro de 1953 a 2 — Fevereiro de 1954.
YMER. — Stockholm: N.º 4 — 1953.
ZAIRE. — Bruxelles: N.º 10 — Dezembro de 1953: J. Comhaire: «Coup d'oeil sur l'histoire des peuples africains et afro-américains». — J. J. Maquet: «De la dépendance à l'infériorité». — N.ºs 1 e 2 — 1954.

JÚLIO GONÇALVES

CAPITÃO DE FRAGATA MÉDICO

SECRETÁRIO-GERAL DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

E DIRECTOR DA BIBLIOTECA DESTA

BIBLIOGRAFIA

DOS

DESCOBRIMENTOS E NAVEGAÇÕES

EXISTENTE

NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

Publicada em anexo ao Boletim

da Sociedade de Geografia de Lisboa

1954

Não seria honesta a afirmativa de que a Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa possui uma riqueza de espécies que, pela sua quantidade avultada ou qualidade preciosa, possa competir com algumas das suas congéneres nacionais ou estrangeiras que, com razão, lhe disputem a primazia.

Quando nos foi dada a honra de assumir a sua direcção, tivemos logo o desgosto de verificar a carência, nas suas estantes, de algumas espécies hoje raras mas indispensáveis à bibliografia dos Descobrimentos e Navegações Portuguesas e à compreensão exacta, da parte de leitores e investigadores, de vários dos seus problemas. Porque ninguém honestamente contestará que persistem problemas ainda mal esclarecidos nesse capítulo dos nossos feitos heróicos.

Não pode, infelizmente, gabar-se a Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, de uma afluência de leitores de harmonia com o cabedal de livaria arquivado nas suas estantes e do qual, algumas obras e das mais substanciais, parecem condenadas a uma virgindade inatacável. Muitas serão, e diversas, as razões de tal facto que, certo, não é privilégio desta Biblioteca. Entre outras, não fugiremos a apontar, por aquele culto da verdade que é um timbre do nosso carácter literário, o nível cultural do nosso meio, onde, dum modo geral e com honrosas excepções, se sabe pouco e não se procura afanosamente saber mais, contentando-se a maioria das inteligências, no pendor do menor esforço, com o saber apressado que infalìvelmente conduz ao limiar dos pedantismos.

Todavia, afastando-nos destas, talvez descabidas, considerações gerais que, queremos crer, estarão no espírito de todos, diremos que uma das causas da escassez de frequência a este sector da nossa Biblioteca, será porventura o desconhecimento, da maior parte dos estudiosos, das nossas existências bibliográficas. Porque, se é certo que a Biblioteca possui um ficheiro completo e um pesosal que, embora escasso, é dos mais competentes, certo é também que um ficheiro é um artigo de uso interno e coisa bem diversa dum catálogo, que se pode largamente divulgar, proporcionando a cada estudioso a facilidade de, sem grande esforço, tomar conhecimento do que lhe pode ser útil.

Foram estas as considerações que nos moveram a organizar este Catálogo, que não tem pretensões a ser rigorosamente bibliotécnico e é antes um apontamento sobre o joelho. Fizemo-lo visando ao projecto mais ambicioso dum Catálogo Geral, que nesta Biblioteca fôra já, em boa hora iniciado — e em má hora suspensò. Quando revivemos na memória a orgânica e o funcionamento dos catálogos do Museu Britânico, da Nacional de Paris ou da Vaticana, confessaremos quanto nos sentimos entristecer pela distância em que ainda estamos.

Ao meter modestamente ombros a este empreendimento, entendemos dever começar pela catalogação do que possuímos em matéria de Descobrimentos e Náutica, porque nos convencemos que esta será sempre a pedra fundamental na Livraria duma instituição como a Sociedade de Geografia, expoente cultural duma nação que, por esses Descobrimentos, criou a geografia universal, aquela geografia que, antes do último quartel do século XV, se confinava à Europa e mares adjacentes. Possui também a Biblioteca da Sociedade de Geografia notáveis cópias de mapas e portulanos, alguns de inspiração ptolomaica ou edrisiana e por isso mesmo de certo valor, estimável património que nos esforçaremos também por catalogar.

Permita a Providência que, não parando a meio do nosso modesto trabalho, possamos em breve dotar a nossa Biblioteca de novas aquisições escolhidas, de forma a impô-la ao respeito dos sabedores, completando também este incipiente catálogo com novos e mais vantajosos acrescentamentos.

ABREU (Miguel Vicente d') — O Governo do Vice-Rei Conde de Rio Pardo no Estado da India desde 1816 a 1821. 1869. Nova Goa. IV, 261, 3 pp.

—— Relação das Alterações políticas de Goa desde 16 de Setembro de 1821 até 18 de Outubro de 1822. 1862. Nova Goa. 5, 248 pp.

ABREU MOUZINHO (Manuel de) — Breve discurso em que se conta a Conquista do Reyno do Pegú, na India oriental [...] — Nova Edição. 1829. Lisboa. 72 pp.

ABU-ABDALLAH — Viagens extensas e dilatadas. Veja: Ben-Batuta.

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. — Collecção de Opusculos reimpressos relativos à historia das navegações, viagens e conquistas dos Portuguezes. Tomo I. 1875. Lisboa. XII, 264 pp.

ACUÑA (Frei Cristobal de) — Relaciones del descubrimiento del Rio de los Amazonas. — Veja: Maldonado (Frei José de).

AFONSO (Diogo) — Roteiro da navegação e carreira da India. — Veja: Rodrigues (Vicente).

AGOSTINHO (J.) — Diogo Teive — Novas luzes sobre a data da sua viagem aos mares do Ocidente. (Separata do vol. 9.º do «Boletim do Instituto Historico da Ilha da Madeira»). 1951. Angra do Heroísmo. 10 pp.

AGUIAR (Fernando de) — O descobrimento de Jeronimo Dias Leite. — O original e as copias. 1950. Lisboa. 27, [2] pp.

AILLAUD (J. P.) — Notice sur l'état actuel de la publication de l'Atlas de M. le Vte. de Santarem. 1846. Paris. 56 pp.

AIRES (Cristovão) — Fernão Mendes Pinto. — Subsidios para a sua biografia e para o estudo da sua obra. — Memoria apresentada á Academia Real das Sciencias. 1904. Lisboa. 127 pp. e mapas.

—— Testamento de Affonso de Albuquerque. [...]. 1899. Lisboa. 31 pp.

AIRES DO CAZAL (Manoel) — Corographia brazilica ou Relação historico-geographica do Reino do Brazil. 1817. Rio de Janeiro. 2 vols.

ALAUX (Jean Paul) — Magellan. — Le premier voyage autour du Monde par le navire La Victoire. — Raconté par [...]. 1925. Paris. XVIII. [1]), 160 pp. est. e mapas.

ALBRECHT (Johannes) — Quelques considérations sur l'historiographie portugaise du seiziéme siècle. In: «1.º Cong. da Historia da Exp. Portuguesa no Mundo» — 5.ª Secção, vol. II, pp. 407 e segs. 1938. Lisboa.

ALBUQUERQUE (Affonso de) — Cartas, seguidas de documentos que as elucidam. Publicadas de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato. 1884/1935. Lisboa. 7 vols.

—— Commentarios do Grande Afonso de Albuquerque [...]. 1874. Lisboa. 4 vols.

ALBUQUERQUE (Viriato A. C. B. de) — Exposição do Venerando Corpo do Glorioso Apostolo das Indias — S. Francisco Xavier — em 1890. — Memoria historica descriptiva. 1891. Nova Goa. [10], 95 pp. e grav.

—— Religião primitiva de Goa. In: «O Instituto». 1900. Coimbra. Vol. 48.º, pp. 293 e segs.

ALBUQUERQUE DA CUNHA (Luiz Maria do Couto de) — Memorias para a historia da Praça de Mazagam. — Revistas por [...] e Levy Maria Jordão. 1864. Lisboa. 173, [2] pp.

ALBUQUERQUE FELNER (Alfredo) — Angola — Apontamentos sobre a ocupação e inicio do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela [...]. 1933. Coimbra. XV, 593 pp. e mapa.

ALCOFORADO (Francisco) — Qual foy o azo com que se descobrio a ilha da Madeira. Publicado por C. Fernández Duro no «Boletin de la Sociedade Geográfica de Madrid». Tomo V, 1878, pp. 65-80.

Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas. Publicadas por ordem do Governo de Sua Magestade Fidelissima ao celebrar-se a comemoração quadricentenaria do descobrimento da América. 1892. Lisboa. XVII, 551, [4] pp. e fac-similes.

ALLARD (Louis de Sarran) — Le quatrième centenaire de la découverte de l'Amérique dans les Cévennes. 1893. Cévennes. 35 pp.

ALMAGIÁ (R.) — Les conséquences de la découverte de l'Amérique par Christophe Colomb. Par [...] Alfred Métraux et Lucien Guyot. 1951. Paris. 67 pp.

ALMEIDA (Camena de) — Les découvertes maritimes des portugais. — Conférence [...]. (Separata de «O Instituto», vol. 91.º). 1937. Figueira da Foz. 18 pp.

ALMEIDA (Fortunato de) — O Infante de Sagres [...]. 1894. Porto. XLIII, 371 pp.

ALMEIDA (Gabriel d') — Homenagem dos Açores ao Infante D. Henrique [...]. Sob a direcção de Gabriel d'Almeida e Manuel Pereira de Lacerda. 1894. Ponta Delgada. [6], 38 pp.

ALMEIDA (Gabriel d') — A Ilha de Santa Maria (Em que esteve a tripulação dos navios de Colombo no seu regresso da descoberta da América) — 1893. S. Miguel. 94 pp.
—— A Ilha de S. Miguel, seu descobrimento e diversas noticias. 1895. Ponta Delgada. 78 pp.
ALMEIDA (José de) — Padroado do Oriente (Investigação sobre o Estado actual). 1911. Lisboa. 8 pp.
ALMEIDA (P.^e Manuel d') — Historia Geral de Ethiopia a Alta ou Preste João [...]. Composta na mesma Ethiopia pelo Padre [...]. Abreviada com nova relação e methodo pelo Padre Baltazar Telles. 1660. Coimbra. [32], 736 pp.
ALMEIDA (M. Duarte d') — Infante D. Henrique. — Estancias ao Infante D. Henrique recitadas pelo autor em sessão solemne da Sociedade de Instrução do Porto em 3/4/1889 em honra do Infante D. Henrique. 1889. Porto. 32 pp.
ALMEIDA AZEVEDO (Antonio Emilio d') — As Comunidades de Goa. — Historia das Instituições Antigas. 1890. Lisboa [2], 196 pp.
ALMEIDA D'EÇA (Vicente) — A abertura dos portos do Brazil. — Ensaio historico (Sociedade de Geographia de Lisboa). 1908. Lisboa, 99 pp.
—— No centenario de Ceuta. I — «Ainda a Escola de Sagres», estudo publicado no «Boletim Comemorativo do 5.º Centenario».
II — «Não largueis Ceuta!», discurso pronunciado na sessão solene na Sociedade de Geographia de Lisboa, em 21 de Agosto de 1915. (Sociedade de Geografia de Lisboa), 1915. Lisboa. 33 pp.
—— O feito de Fernão de Magalhães. — Discurso [...]. 1921. Lisboa. 12 pp.
—— O Infante D. Henrique e a arte de navegar dos portugueses. — Conferencia [...]. (Centenario Henriquino). 1.ª e 2.ª edição. 1894. Lisboa. 50 pp. e 49 pp.
—— Viagens e descobrimentos maritimos (Da Bibliotheca da Povo e das Escolas). 1895. Lisboa, 63 pp.
—— Viagens e descobrimentos maritimos dos portugueses. (Da Bibliotheca do Povo e das Escolas). 1889. Lisboa, 63 pp.
—— Viagens e descobrimentos terrestres. (Da Bibliotheca do Povo e das Escolas). 1886. Lisboa. 62 pp.
ALMEIDA LIMA — A viagem de Fernão de Magalhães sob o ponto de vista nacional. (Historia e Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa. Nova Série. 2.ª Classe — Sciencias Moraes e Politicas e Bellas-Letras, Tomo XIX). 1921. Coimbra. 16 pp.
ALTOLAGUIRRE Y DUVALE (Angel de) — Cristóbal Colon y Pablo del Pozzo Toscanelli — Estudo Critico. 1903. Madrid. X, 427 pp.
ALVARES (P.^e Francisco) — Verdadeira informação das Terras do Preste João das Indias. Nova edição conforme a de 1540. 1889. Lisboa. [4], 207 pp. E mais 14 pp. fac-similadas.
—— Verdadeira informação das Terras do Preste João das Indias. Prefaciada, anotada e actualizada por Augusto Reis Machado. 1943. Lisboa. Agência G. das Colónias. XXIX, 437 pp.
ALVAREZ (Francisque) — Histoire de l'Ethiopie, décrite par Dom [...], en son voyage fait às dites parties. In: «Historicale description de l'Afrique». Tomo II, pp. 1 a 243. 1556. A Lyon.
ALVARES DE ALMADA (André) — Tratado breve dos rios da Guiné de Cabo Verde. — Desde o rio de Sanagá até aos Baixos de Sant'Anna, &c. &c. Pelo Capitão [...] — 1594. 1841. Porto. XIV, [2], 108, [8] pp. e 1 mapa.
ALVARES CABRAL (Pedro) — Navegação do Capitão [...] escrita por Hum Piloto Portuguez. Traduzida da lingua portugueza para a italiana e novamente do italiano para o portuguez. In: «Col. de Not. para a Hist. e Geog. das Nações Ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes». Tomo II.
ALVES DE AZEVEDO — Levingstone e as descobertas portuguesas. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». I — Os Portugueses em África. 1938. Lisboa, pp. 389 e segs.
—— Serpa Pinto, explorador invencível. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». I — Os portugueses em África. 1938. Lisboa, pp. 379 e segs.
Ambassades mémorables de la Compagnie des Indes Orientales des Provinces Unies, vers les Empereurs du Japon [...]. 1680. Amsterdam. Chez Jacob van Meurs. [4], 227, [8], 146, [6] pp.
A. N. — Notice sur la Colonne Commémorative (Padron) de Diogo Cão érigée au Cap de Santa Maria. 1900. Paris. 8 pp. c. est.
ANDAGOYA (Pascual de) — Narrative of the proceedings of Pedrarias Davila in the Provinces of Tierra Firme or Castilla del Oro, and of discovery of the South Sea and the Coast of Peru and Nicaragua. Translated and edited by Clements R. Markham. 1865. London. The Hakluyt Society. 12, 4, XXIX, 88 pp. e mapas.

ANDRADE (André Paulo de) — Explorações antigas e modernas de África e introdução ao estudo da hydrografia africana. 1888. Bombaim. XXI, 147 pp. e mapas.
ANDRADE (P.^e António de) — O descobrimento do Tibet. — Narrado em duas cartas do mesmo Religioso. — Estudo historico, por Francisco Maria Pereira. 1921. Coimbra. 137 pp.
ANDRADE (Francisco de) — Comentarios da vitória de Chaúl. Inédito por [...]. Prefaciado e anotado por Jorge de Faro. («Pelo Império», n.º 109). 1945. Lisboa. Agência G. das Colónias.
—— O primeiro cerco de Diu. 1852. Lisboa. VIII, 716, [2] pp.
ANDRADE (José Ignacio de) — Cartas escriptas da India e da China nos annos de 1815 a 1835, por [...] a sua mulher Gertrudes de Andrade. 1843. Lisboa. 2 vols.
—— Cartas escriptas da India e da China nos annos de 1815 a 1835 por [...] a sua mulher D. Maria Gertrudes de Andrade. 2.ª edição. 1847. Lisboa. 2 vols.
ANDRADE (Lencastre P. de) — Explorações científicas na India durante os reinados de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião. — Os primeiros naturalistas portugueses do século. In: «O Instituto». 1926. Coimbra. Vol. 74.º, pp. 118, 301.
ANDRADE CORVO (João de) — Estudos sobre as Provincias Ultramarinas. 1883-1887. Lisboa. 4 vols.
ARAÚJO (Joaquim de) — Os Açores a Colombo com um artigo original do General Sr. D. Angel Rodriguez de Quijano y Arroquia e publicado sob a direcção de [...] e Gabriel de Almeida. 1892. Ponta Delgada. 37 pp.
—— A Commissão Portugueza da Exposição Colombina. In: «Centenario do Descobrimento da América. — Memoria da Commissão Portugueza». 1892. Lisboa. 19 pp.
ARAÚJO MASCARENHAS (Joaquim de) — Albuquerque — Libertador de Goa. 1931. Nova Goa. 47 pp.
ARENAS DE LIMA (L. d') — La circumnavigazione Africana dei Navigatori Portoghesi. In: «Nuova Antologia». 1928. Roma. N.º de Agosto, pp. 398 e segs.
ARTHUS (Gotard) — Historia Indiae Orientalis ex variis auctoribus collecta [...]. 1608. Coloniae Agrippinae. [18], 616 pp.
ASCENSÃO VALDEZ (José Joaquim d') — El-Rei D. Manuel e os Navegadores. — Conquistas e navegação para a India. — Notas de [...]. (Centenario da India). Separata do Boletim da Soc. de Geog. de Lisboa, 16.ª série, 1897. 5 pp.
—— O Sino de Ceuta. — Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, publicados por [...]. (Subsidio historico para a celebração do 5.º Centenario da Tomada de Ceuta). 1914. Lisboa. 9 pp.
ASHER (G. M.) — Henry Hudson the navigator [...]. 1860. London. The Hakluyt Society. CCXVIII, 292 pp. e mapas.
AXELSON (Eric) — Beacons of discovery. In: «The Anglo-Portuguese News». Lisboa, n.º 540, de 12 de Agosto de 1953.
—— Discovery of the farthest Pillar erected by Bartholomew Dias. (Reprinted from the «South African Journal of Science», vol. XXXV, pp. 417-429, December 1938).
—— South-East Africa 1488-1530. 1940. London. 306 pp. e mapas.
AZEREDO COUTINHO (D. José Joaquim da Cunha de) — Ensaio económico sobre o commercio de Portugal e suas Colonias. 1794. Lisboa. III, 153, [4] pp.
AZEVEDO (Pedro de) — Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos, publicados por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa, e sob a direcção de [...]. Tomos I a II (1415-1456). 1915/1934. Coimbra. 2 vols.
AZURARA (Gomes Eannes de) — Chronica do descobrimento e conquista da Guiné [...]. 1841. Paris. XXV, 474 pp. e 1 grav.
—— The Chronicle of the discovery and conquest of Guinea now first done into english by Charles Raymond Beazley, and Edgar Prestage. 1896-1899. London. The Hakluyt Society. 2 vols.
—— Veja: Zurara (Gomes Eannes).
BAFFIN (William) — The voyages of William Baffin, 1612-1622. Edited, with notes and an introduction Clements R. Markham. 1881. London. The Hakluyt Society. LIX, 192 pp. e mapas.
BAIÃO (António) — Alguns descendentes de Albuquerque e o seu filho á luz de documentos inéditos — A questão da sepultura do Governador da India. [1915]. Lisboa. LIII, 150 pp.
—— História da Expansão Portuguesa no Mundo. — Directores Drs. [...] e Manuel Múrias. 1937-1940. Lisboa. 3 vols.
—— Historia quinhentista (inédita) do segundo cerco de Dio [...]. Publicada e largamente prefaciada por [...]. (Academia das Sciencias de Lisboa). 1925. Coimbra. LXIII, 354 pp.
—— A Inquisição de Goa [...]. Vols. I e II. 1930-1949. Lisboa e Coimbra. 2 vols.
—— Origem e estabelecimento da Inquisição de Goa. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». 2.ª Secção. Vol. II — Portugueses no Oriente. 1938. Lisboa, pp. 241 e segs.

BAKER (J. N. L.) — Histoire des découvertes géographiques et des explorations. — Nouvelle édition revisée. 1949. Paris. 455 pp. c. mapas.
BAKER (Samuel White) — The Albert N'yanza, great basin of the Nile, and explorations of the Nile. Sources. Vols. I e II. 1866. London. 2 vols.
BALDAQUE DA SILVA (A. A.) — O descobrimento do Brazil por Pedro Álvares Cabral. In: «Centenario do Descobrimento da América». — Memorias da Commissão Portugueza. 1892. Lisboa. 16 pp.
—— Notice sur la vaisseau S. Gabriel monté par Vasco da Gama lors de son premiere voyage aux Indes. S/ d. Paris. 24 pp. est. e gravs.
—— Noticia sobre a Nau S. Gabriel em que Vasco da Gama foi pela primeira vez á India. 1892. Lisboa. VII, 22 pp. e ests.
BALLESTEROS Y BERETTA (Antonio) — Cristobal Colón y el descubrimiento de America. Vols. I e II. («Historia de America e de los Pueblos Americanos»), dirigida por Antonio Ballesteros y Beretta. Tomos IV e V. 1945. Barcelona. 2 vols.
BAPTISTA BARREIROS (José) — La Participation des Allemandes lors de la découverte des Indies. — Traduction de Madame Maria Decq Mota. 1931. Braga. XL. 111 pp.
BAPTISTA LIMA (Manuel C.) — Deux voyages portugaises de découverte das l'Atlantique Occidental. 1946. Lisbonne. 67 pp. e 2 mapas.
BARATA (António Francisco) — Breve confronto de um impresso da Academia Real das Sciencias, com um manuscrito do Visconde da Esperança, sobre a historia da ilha de Ceilão. 1866. Évora.
—— Homenagem ao Infante D. Henrique no quingentesimo aniversario do seu nascimento no Porto em 4 de Março de 1394. 1894. Porto.
—— Vasco da Gama em Évora. Com varias noticias inéditas. 1898. Lisboa.
BARATA (Manuel) — A Jornada de Francisco de Castello Branco. Fundação da cidade de Belem. (Estudo critico-historico). 1916. Belem-Pará. [2], 60 pp.
BARBOSA (António) — Novos subsídios para a historia da ciência náutica portuguesa da época dos descobrimentos. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». — «Descobrimentos», vol. I, pp. 1-265. 1938. Lisboa.
BARBOSA (Duarte) — The Book of Duarte Barbosa [...]. Vols. I e II. 1921. London. Hakluyt Society. 2 vols.
—— A description of the Coasts of East Africa and Malabar in the beginning of the Sixteenth Century by [...] a Portuguese. — Translated from an Early Spanish Manuscript in the Barcelona Library, with notes and a Preface by the Hon. Henry E. J. Stanley. 1866. London. The Hakluyt Society. XI, 233, [2] pp. e fac-similes.
—— Livro em que se dá a relação do que viu e ouviu no Oriente. Introdução e notas de Augusto Reis Machado. 1946. Lisboa. 240 pp.
BARRADAS (Manuel) — O Infante D. Henrique. 1894. Lisboa. 149 pp.
BARREIROS (Gaspar) — Novus orbis, id, est, Navigationes primae in Americam: quibus adjunxinnus Gasparis Varrerii discursum super ophyra Regione. 1616. Roterodami. [14], 570, [82] pp.
BARRETO (F. X. Expectação) — Quadros biographicos dos Padres Illustres de Goa. — Estudo do Padre [...]. 1899-1907. Bastorá. 2 vols.
BARRETO (João) — História da Guiné 1418-1918. 1938. Lisboa. 452, [2] pp. e grav.
BARRETO (Manuel Agostinho) — Carta pastoral — Infante D. Henrique — Quinto Centenario. — Dada no Funchal pelo Bispo do Funchal Dom [...] aos 12 de Dezembro de 1893. 1893. Funchal. 14 pp.
BARROS (Giovanni di) — L'Asia [...] Nuovamente di lingua portughese. Tradotto dal S. Alfonso Ulloa. 1562. Venetia. [20], 200 pp.
BARROS (Joan de) — Roemwaardige Scheeps — Togten en Doppere Krygs — Bedryven ter zee en to Land onder bestour van Don Duarte de Menezes als opperhoofd van de Vloot en Gouverneur van Oest-Indien. 1707. Te Leyd. 179, [8]pp. e est.
BARROS (João de) — Ásia. — Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Década. 6.ª edição, actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade. — Notas históricas finais, por Manuel Múrias. 1945. Lisboa. Agência G. das Colónias. 4 vols.
—— e Diogo do Couto — Décadas. 1777-1788. Lisboa. 24 vols.
—— —— History of Ceilon, from the Earliest Times to 1600 A. D. — As related by João de Barros and Diogo do Couto. Translated and Edited by Donald Ferguson. 1909. Colombo. 445 pp.
BARROS ARANA (Diego) — Vida e viajes de Hernando de Magallanes. 1864. Santiago do Chile. VI, 155 pp.

BARROS GOMES (Henrique de) — O Padroado da Coroa de Portugal nas Indias Orientais e a Concordata de 23 de Junho de 1886. — Discursos [...]. 1887. Lisboa. 107 pp.
BARROW (John) — An account of travels into the interior of Southern Africa, in the years 1797 and 1798. 1801-1804. London. 2 vols.
BARTH (Henri) — Voyage et découvertes dans l'Afrique Septentrionale et Centrale pendant les années 1849 a 1855. Traduit de l'Allemand par Paul Ithier. Vols. I a IV. 1860-1861. Paris. 4 vols.
BARTHOLD (V. V.) — La découverte de l'Asie. — Histoire de l'orientalisme en Europe et en Russie. Traduit du russe et annoté par B. Nikitine. 1947. Paris. 376 pp.
BARWICK (Georg F.) — Christopher Columbus his own book of privilegies 1502. — Veja Stevens (Benjamin Franklin).
BATALHA REIS (Pedro) — O Conhecimento do Brasil no Século XV. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo» — 3.ª Secção — «Os Portugueses no Brasil». 1938. Lisboa, pp. 293 e segs.
BAUMGARDT (Rudolph) — Magellan. Histoire du premier voyage autor du Monde. 1943. Paris. 372 pp. e 1 est.
BEAVER (Philip) — Africa Memoranda: Relative to an attempt to establish A British Settlement on the Island of Bulama, on the Western Coast of Africa, in the year 1792 [...]. 1805. London. [6], XV, 500 pp., 1 mapa e 2 ests.
BEAZLEY (C. Raymond) — O Infante D. Henrique e o início dos descobrimentos modernos. — Tradução do inglês, anotado, por António Álvaro Doria. 1945. Porto. 314, [4] pp. e ests.
—— Prince Henry the navigator. — The hers of Portugal and of modern discovery 1394-1460. A. D. [...]. 1895. London. XXVII, 336 pp., ests. e mapas.
—— Prince Henry of Portugal and the African Cruzade of the Fifteent Century. (Reprinted from the «American Historical Review», vol. XVI, n.º 1, October 1910.
—— Prince Henry of Portugal and his Political, Commercial, and Colonizing work. (Reprinted from the «American Historical Review», vol. XVII, n.º 2, January 1912).
BECCARI (Camillo) — Rerum aethiopicarum scriptores occidentalis inedit a seculo XVI and XIX curant [...]. Vols. I a XV. 1903-1907. Roma. 15 vols.
BEKE (Charles T.) — Who discovered the sources of the Nile [...]. Second edition. 1863. London. 16 pp.
BELLOY (Marquis de) — Christophe Colomb et la découverte du Nouveau Monde. S/d. Paris. 204 pp. c. gravs.
BELTRAN Y RÓZPIDE (Ricardo) — Cristóbal Colón y Cristóforo Colombo. — Estudo crítico documental. 1918. Madrid. 22 pp.
—— Descubrimiento de la Oceania por los Españoles. Conferencia [...]. 1892. Madrid. 38 pp.
BÉNARD (Charles) — La conquête du Pole. — Histoire des Missions Arctiques depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours. 1904. Paris. XVI, c. gravs. e mapas.
BEN-BATUTA — Viagens extensas e dilatadas do celebre arabe Abn-Abdallah, mais conhecido pelo nome de Ben-Batuta. Traduzidas por José de Santo Antonio Moura. 1840-1855. Lisboa. 2 vols.
BENSAÚDE (Joaquim) — Almanach Perpetuum Celestium Motuum (Radix 1473) [...]. Veja: Zacuti (Abraham).
—— L'Astronomie nautique au Portugal a l'époque des grandes découvertes. 1912. Bern. 301 pp.
—— Les attaques contre l'Histoire Maritime Portugaise. 1950. Lisbonne. 80 pp.
—— A Cruzada do Infante D. Henrique. Lisboa. Junho de 1942. Caderno dactilografado com 32 folhas.
—— A Cruzada do Infante D. Henrique. 1943. Lisboa. Agência G. das Colónias. 123 pp.
—— Histoire de la science nautique des découvertes portugaises. — Reimpression de critiques étrangères. 1921. Lisboa. 59 pp.
—— Histoire de la science nautique portugaise. — Résumé. 1917. Genève. 110 pp.
—— Lacunes et surprises de l'Histoire des découvertes Maritimes. 1.ª partie. 1930. Coimbra. De pp. 255 a 448.
—— Les légendes allemandes sur l'Histoire des Découvertes Maritimes Portugais. Réponse a M. Hermann Wagner. 1917-1920. Genève. 122, 13 pp.
—— Les Débuts de la grande époque. In: «1.º Cong. de Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». — «Descobrimentos». — Vol. II, pp. 119 e segs. 1938. Lisboa.
—— As origens do Plano das Indias. — Resposta ao artigo do Ex.^{mo} Sr. Dr. Duarte Leite. 1930. Paris. 24 pp.
—— Origines du Plan des Indes. — Conférence. 1929. Paris. 32 pp.
—— Regimento do Estrolabio e do Quadrante. — Tractado da Sphera do Mundo [...]. 1914. München. 34, 64 pp.

BENSAÚDE (Joaquim) — Reportório dos Tempos [...]. Veja: Fernandes (Valentim).
— Tractado del Esphera y del Arte del Marear. Veja: Faleiro (Francisco).
— Tractado da Spera do Mundo. — Regimento de declinaçam do sol. — Reproduction fac-simile du seul exemplaire connu appartenant à la Bibliothèque d'Evora. [Publicado por Joaquim Bensaúde]. S/ d. Genève. 72 pp. fac-similes.
— Tratado da Sphera com a theoria do sol e da lua [...]. Veja: Nunes (Pedro).
BENZONI (Girolamo) — History of the New World. 1857. London. The Hakluyt Society. IV, 280 pp. c. gravs.
BERJEAU (J. Ph.) — Le second voyage de Vasco da Gama a Calicut. — Relation flamande éditée vers MDIV reproduite avec une traduction et une introduction par [...]. 1881. Paris. 71 pp. e mapa.
BESIO MORENO (Nicolás) — El meridiano de Tordesillas y el descubrimiento del rio de la Plata por Vespucio. In: «Ciencia e Investigación», tomo 8.°, 1952, pp. 387 a 394.
BESSIÈRE — Abrégé de l'histoire des établissements européens dans les Indes Orientales depuis la découverte du Cap de Bonne-Espérance jusqu'au traité du 30 Mai 1814. Traduit de l'espagnol par M. [...]. 1841. Valenciennes. 200, [2] pp.
BETHENCOURT (E. A. de) — Descobrimentos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do Ultramar nos séculos XV e XVI. 1881-1882. Lisboa. XVI, 420 pp.
— Memoria sobre a descoberta das Ilhas de Porto Santo e Madeira — 1418-1419. (Fragmentos de um livro inédito). 1875. Porto. 22, [2] pp.
BIKER (Julio Firmino Judice) — Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da India Portugueza fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da Conquista até ao fim do seculo XVIII. 1881-1887. Lisboa, 14 vols.
BINGER (L. G.) — Considérations sur la Priorité des Découvertes Maritimes sur la Cote Occidentale d'Afrique aux quatorzième et quinzième siècles. S/ d. Paris. 46, [2] pp.
BITTNER (Maximilian) e Wilhelm Tomaschek — Die topographischen capitel des indischen seespiegels Mohit. (Veja: Mohit).
BLUMENTRITT (Ferdinand) — Organisation communale des indigènes des Philippines placés sous la domination espagnole. Traduit de l'allemand par A. Augot. S/ d. Paris. 11 pp.
BOCARRO (Antonio) — Década 13 da Historia da India. — (Colecção de monumentos inéditos para a Historia das Conquistas portuguezas em África, Asia e América. Tomo IV. (Academia das Sciencias de Lisboa). 1876. Lisboa. XIV, 805 pp.
— Livro das plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da India Oriental. (Inéditos da Biblioteca Pública de Évora). Prefaciado e anotado por A. B. Bragança Pereira. In: «Arquivo Português Oriental» — (Nova Série), Tomo IV, vol. II. — Partes I, II e III. 1940. Bastorá. 3 vols.
BONTIER (Pierre) et Jean Le Verrier — Histoire de la première descouverte et conquiste des Canaries. — Faite dés l'an 1402 Messire Jean de Bethencourt [...]. Écrite du temps mesme par [...]. 1630. Paris.
BORDALO (José Maria). — Ensaio sobre a Estatistica das Possesões Portuguesas. — Veja: Lopes de Lima (José Joaquim).
BORGES DE FIGUEIREDO (A. C.) — A Geographia dos «Lusiadas» de Luís de Camões. 1883. Lisboa. IX, 61 pp.
— Monumento ao Infante D. Henrique. — Parecer da Commissão Infante D. Henrique. Relator [...]. — (Sociedade de Geographia de Lisboa). 1884. Lisboa. 8 pp.
BOTELHO (Simão) — O Tombo do Estado da India [...]. In: «Subsidios para a Historia da India Portuguesa, da Collecção de Monumentos inéditos para a História das Conquistas dos portuguezes em África, Ásia e América», publicado pela Academia das Sciencias de Lisboa, sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner. 1878. Lisboa. 259 pp.
BOTELHO DE SOUSA (A.) — Nuno Alvares Botelho, Capitão Geral das Armadas do Alto Bordo e Governador da India. — Introdução por [...]. 1940. Lisboa. Agência G. das Colónias. 260 pp.
— Subsidios para a Historia das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar. Vols. I, II e III. 1940. Lisboa. Agência G. das Colónias. 3 vols.
— Subsidios para a Historia Militar Maritima da India (1585-1669). Vols. I, II, III. 1930-1953. Lisboa, 3 vols.
BOUCHOT (A.) — Histoire de Portugal et des ses Colonies. 1854. Paris. XIV, 470 pp. e 1 mapa.
BOWDICH (T. Edward) — An account of the discoveries of the portuguese in the interior of Angola and Moçambique. 1824. London. 173 pp. e mapas.

BOWREY (Thomas) — A Geographical account of countries round the Bay of Bengal 1669 to 1679. 1905. Cambridg. The Hakluyt Society. LVI, 387 pp. e 19 ests.
BOXER (C. R.) — A aclamação del Rei D. João IV em Goa e Macau. 1940. Lisboa. 74 pp.
— «Adonde hay valor hay honor». — Esboço biográfico do Almirante Luís Velho (1624-1669). 1948. Lisboa. 40 pp.
— «Antes quebrar que torcer». (Pundonor português em Nagasaqui, — 3-6 Janeiro de 1610). 1950. Macau. 39 pp.
— António Albuquerque Coelho. (1682-1745). In: «Boletim Eclesiástico de Macau», vol. XXXV, 1938-1939. Macau. Pp. 411 e segs.
— António Coelho Guerreiro e as Relações entre Macau e Timor no começo do século XVIII. 1940. Macau. 42 pp. e 2 mapas.
— Ataque dos holandeses a Macau em 1662. In: «Boletim Geral das Colónias», n.° 33, 1928. Lisboa, pp. 17 e segs.
— Breve relação da vida e feitos de Lopo e Inácio Sarmento de Carvalho. — Grandes capitães que no século XVII honraram Portugal no Oriente. 1940. Macau. 70 pp. e ests.
— Christian (The) Century in Japan — 1549-1650. 1951. Califórnia. XV, 535 pp., 1 est. e 1 mapa.
— Cidade (A) de Macau e a queda da Dinastia Ming (1644-1652). In: «Boletim Eclesiástico de Macau», vol. XXXV, 1937-38. Macau. Pp. 787 e segs.
— Coronel (O) Pedro de Melo e a sublevação em Timor em 1729-1731. In: «Boletim Eclesiástico de Macau», vol. XXXV, pp. 348 e segs. 1937-38. Macau.
— Derrota (A) dos holandeses em Macau no ano de 1622. — Subsídios inéditos. In: «Boletim Eclesiástico de Macau». Vol. XXXVI, pp. 849 e segs. 1938-39. Macau.
— Desconhecida (Uma) vitória naval portuguesa no século XVII. In: «Boletim Geral das Colónias», n.° 52, p. 29. 1929. Lisboa.
— Dom Francisco da Gama, Conde de Vidigueira e a sua viagem para a India no ano de 1622. In: «Anais do Club Militar Naval», Maio-Junho de 1930, pp. 32 e segs. 1930. Lisboa.
— Embaixada de Macau ao Japão em 1640. In: «Anais do Club Militar Naval», Set.°-Out.° de 1932, pp. 3 e segs. 1932. Lisboa.
— Embaixada de Portugal ao Japão em 1647. In: «Boletim Geral das Colónias», n.° 38, pp. 21 e segs. 1928. Lisboa.
— Embassy (The) of Captain Gonçalo de Siqueira de Sousa to Japan in 1644-47. 1938. Macau. 172 pp.
— Escavações históricas. — Carta inédita de Lourenço Mendes Cordeiro, vereador do Senado de Macau, para El-Rei D. João IV, no ano de 1644. In: «Boletim Eclesiástico de Macau», vol. XXXV, pp. 185 e segs. 1937-38. Macau.
— — Carta do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, sobre as causas da China e Macau, no ano de 1715. In: «Boletim Eclesiástico de Macau», vol. XXXV, pp. 274 e segs. 1937-38. Macau.
— — Carta de José da Cunha d'Essa ácerca do Motim contra o Capitão Geral, Diogo de Pinto Teixeira, em 1710. In: «Boletim Eclesiástico de Macau», vol. XXXV, pp. 520 e segs. 1937-38 — Macau.
— — Correspondência trocada em 1685 entre El-Rei D. Pedro II e o Vice-Rei do Estado da Índia, Dom Francisco de Távora, Conde de Alvor. In: «Boletim Eclesiástico de Macau», vol. XXXV, pp. 193 — 1937-38 — Macau.
— — Um memorial da Cidade de Macau há trezentos anos (1631-5). In: «Boletim Eclesiástico de Macau», vol. XXXV, pp. 29. 1937-38. Macau.
— Expedições militares portuguesas em auxílio dos mings contra os manchus (1621-1647). S/d. Macau. 93 pp. e ests.
— Fidalgos in the far east. 1550-1770. Fact and fancy in the history of Macao. 1948. The Hague.
— Francisco Vieira de Figueiredo e os portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração. 1640-1648. 1940. Macau. 18 pp.
— General (O) do Mar — António Teles e o seu combate naval contra os holandeses na barra de Goa em 4 de Janeiro de 1638. In: «Ethnos». Vol. II, pp. 3328 e sgs. 1936. Lisboa.
— General (The) of the Galleons and the Anglo-Portuguese truce celebrated at Goa in January 1635. In: «Ethnos», vol. I, pp. 27 e sgs. 1935. Lisboa.
— Jan Compagnie in Japan (1600-1850). 1950. The Hague. XII, 198 pp. e est.
— Macau na época da Restauração (Macau three hundred year ago) 1942. Macau. 231 pp. e fac-similes.
— Novas da India Oriental no ano de 1655. — Portugueses e holandeses. In: revista «Arqueologia e História». Vol. VI, pp. 61 e segs. Lisboa.

BOXER (C. R.) — Nuno Álvares Botelho e a sua armada de alto bordo (1624-25). In: «Revista Histórica». 1928. Lisboa, pp. 283 e seg.
—— Plano de reconquista da Província do Norte, elaborado pelo Capitão Caetano de Sousa Pereira. In: «Boletim do Instituto Vasco da Gama». N.º 29. 1936. Macau.
—— Portuguese (A) Embassy to Japan (1644-1647). 1928. London. 64 pp. e 1 est.
—— Propósito (A) dum livrinho xilográfico dos Jesuítas de Pequim (Século XVIII) — Ensaio histórico. 1947. Macau. 17, [2] pp. e 14 fac-símiles.
—— Relação da perda da nau «Madre de Deus» no porto de Nagasaki, em Janeiro de 1610. in «Boletim Geral das Colónias», n.º 19, pp. 325 e segs. 1927. Lisboa.
—— Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola — 1602-1686. 1952. London. XVI, 444pp. Est. e mapas.
—— Sisnando Dias Bayão, conquistador da «Mãe de Ouro». In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». 4.ª secção, vol. III. pp. 992 e seg. 1938. Lisboa.
—— Situação (A) dos portugueses no Japão em 1635. In: «Boletim Geral das Colónias», n.º 64, pp. 47. 1928. Lisboa.
—— South China in the Sixteenth Century. — Veja: Pereira (Fr. Galeote).
—— Subsídios para a história dos portugueses no Japão. In: «Boletim Geral das Colónias», n.ºs 23, pp. 4; 24, pp. 5; 29, pp. 13; 31, pp. 48; 32, pp. 44. 1927-28. Lisboa.
—— Three historians of portuguese Asia (Barros, Couto and Bocarro). In: «Boletim do Instituto Português de Hong Kong», n.º 1, 1948, pp. 15.
—— Viagens (As) de Japão e os seus capitães-mores (1550-1640) 1941. Macau. 73 pp. 1 mapa e 2 fac-símiles.
—— 24 de Julho de 1622 — Uma façanha dos portugueses. In: «Boletim Geral das Colónias», n.ºs 152/6, pp. 117 e 127. 1926. Lisboa.

BRAAMCAMP FREIRE (A.) — Emmenta da Casa da India. (Sociedade de Geografia de Lisboa) 1917. Lisboa. 72 pp.
—— Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489. 1915. Lisboa. 112 pp. e 1 gráf.
—— Nos Centenários de Ceuta e Albuquerque. — Discursos. 1916. Coimbra. 42 pp.
—— O almirantado da Índia. Data da sua criação. In: «Archivo Histórico Português». Vol. I, pp 25 e segs. 1903. Lisboa.

BRAGA (Jack) [J. M. Braga] — Projecção (A) do português no Extremo Oriente através de Macau. (Separata do Boletim da S. G. L. n.ºs 4-6, 70.ª série, 1952). 1952. Lisboa. 20 pp.

BRAGA (J. M.) — Tamão dos pioneiros portugueses. 1939. Macau. 27 pp.
—— Western (The) pioneers and their discovery of Macao. 1949. Macau. Edição do Instituto Português de Hong Kong. 248 pp.
—— With the Flowery Banner. Some comments on the americans in Macao and South China. 1940. Macau.

BRAGA (Theophilo) — Centenário da descoberta da América. In: «Centenário do Descobrimento da América» — Memorias da Commissão Portuguesa. 1892. Lisboa. 19 pp.

BRAGANÇA PEREIRA (A. B. de) — S. Francisco Xavier — Esboço histórico (Colecção de Divulgação e Cultura, n.º 24) 1952. Goa. 50 pp.
—— Livro de Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental. Veja: Bocarro (António).
—— Os Portugueses em Baçaim. 1935. Bastorá. 220, 527 pp. e est.
—— Os Portugueses em Diu. Separata de «O Oriente Português». 1938. Bastorá. 412 pp. e est.

BRANDÃO (Zephyrino) — Pero da Covilhã. 1897. Lisboa. XIX, 248 pp.

BRÁSIO (P.e António) — Missão (A) e Seminário de Huila. («Pelo Império», n.º 64). 1940. Lisbôa. Agência Geral das Colónias. 100 pp. e est.
—— Missões portuguesas de Socotorá. («Pelo Império», n.º 93). 1943. Lisboa. Agência Geral das Colónias. 63 pp. e fac-símiles.
—— Monumenta Missionária Africana. Vols. I a III. 1952-53. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. 3 vols.

BRAZÃO (Eduardo) — Apontamentos para a história das relações diplomáticas de Portugal com a China. 1516-1753. 1949. Lisboa. Agência Geral das Colónias. 210, [6] pp.

BRÁS DE ALBUQUERQUE (Viriato António) — A exposição do venerável corpo do Apóstolo das Índias, S. Francisco Xavier em 1878 — Notícia histórica. 1879. Nova Goa. 4, 100, 3 pp.

BRAZ DE OLIVEIRA (João) — Modelos de navios existentes na Escola Naval que pertenceram ao Museu de Marinha [...]. 1896. Lisboa. Vol. c. grav.
—— Modelos de navios existentes na Escola Naval que pertenceram ao Museu de Marinha. [...]. 2.ª edição. 1897. Lisboa. Vol. c. grav.

BRAZ DE OLIVEIRA (João) — Os navios da descoberta. In: «Memorias da Academia Real das Sciencias», tomo VI, parte II. 1892. Lisboa.
—— Os navios da descoberta. Reimpressão. 1940. Lisboa. 46 pp.
—— Os navios de Vasco da Gama. In: «Centenário do Descobrimento da América». Memorias da Commissão Portugueza. 1892. Lisboa.

BRÉARD (Charles) — Histoire de Pierre Berthelot pilote et cosmographe du Roi de Portugal aux Indes Orientales. 1889. Paris. 119 pp. e 1 est.

Breve discurso, em que se conta a conquista do Reyno do Pegú na India Oriental, feyta pelos Portuguezes em tepo do Visorrey Ayres de Saldanha, sedo capitaõ Salvador Ribeyro de Souza, chamado Massinga, natural de Guimarães, a quem os naturaes de Pegú elegeraõ por seu Rey no anno de 1600. Nova edição. 1829. Lisboa. 72 pp.

Breve relação da Embaixada que o Patriarcha D. João Bermudez trouxe do Imperador da Ethiopia vulgarmente chamado Preste João dirigida a El-Rei D. Sebastião. In: «Collecção de Opusculos reimpressos relativos á Historia das Navegações, Viagens e Conquistas dos Portuguezes». Publicados pela Academia Real das Sciencias de Lisboa — Tomo IV. 1875. Lisboa. VI, 127 pp.

Breve relação das escripturas dos gentios da India Oriental e dos seus Costumes. In: «Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos Dominios Portuguezes. 1812. Lisboa. Tomo I.

BRITO ARANHA (Pedro Wenceslau) — Subsidios para a historia do Jornalismo nas Provincias Ultramarinas Portuguezas. 1885. Lisboa. 27 pp.

BRITO CAPELO (H.). Veja: Capelo (H.).

BRITO CAPELO (J. C. de) — Desvio da agulha magnetica a bordo. 1867. Lisboa. 294 pp. e mapas.

BRITO REBELLO — A edade de Affonso de Albuquerque. In: «O Instituto», vol. XLIII, n.ºs X-XI, de 1896, pp. 714 e segs. 1896. Coimbra.

BRUCKER (J.) — Découverte des grands lacs de l'Afrique Centrale et des sources du Nil et du Zaire au seizième siècle. 1878. Lyon. 23 pp. e 1 est.

BRUGES (Theotonio Paim de) — Os descobrimentos e os Açores. — Importancia nacional do Arquipelago. 1932. Angra do Heroísmo. [10], 145 pp. e ests.

BRUNO (Cristovão) — Arte de Navegar, pelo Padre Mestre [...]. (1628) — Prefácio por A. Fontoura da Costa. 1940. Lisboa. X, 148 pp.

BRUTO DA COSTA (Antonio Anastacio) — Goa sob a dominação portuguesa. 1896. Margão. 305 pp.

BRUTO DA COSTA (Roberto) — A hidra do «Nativismo» — Rebatendo a calúnia. 1920. Nova Goa. XX, 257 pp.

BUENO (Lucillo) — Vasco da Gama og helteerobringen of Indien. 1925. Kobenhavn. 28 pp. c. grav.

BURBURE (Albert) — Le premier tour du Monde (1519-1522). La tragique destinée de Magellan et dex ses cinq compagnons belges. In: «La Revue Coloniale Belge», N.º 194. 1953. Bruxelles.

BURTON (F. Richard) — First Joosteps in East Africa. 1856. London. XL, 648 pp., ests. e mapas.

BURTON (Captain R. F.) — The Lands of Cazembe. — Lacerda's Journey to Cazembe in 1798. Translated and annotated [...]. Also Journey of the Pombeiros P. J. Baptista and Amaro José, across Africa from Angola to Tette and Zambeze. — Translated by B. A. Beadle; and a resumé of the Journey of M. M. Monteiro and Gamito by Dr. C. T. Beke. 1873. London. VII, 271 pp. e 1 mapa.

BUSSIERE (Viconte Th. de) — Histoire du schisme portugais dans les Indes. 1854. Paris. 363 pp.

CABOTO (Sebastião). Veja: Gandia (Henrique).

CACEGAS (Luís) — Historia de S. Domingos particular do Reino e Conquistas de Portugal por Fr. [...]. Reformada em estilo e ordem, e amplificada em sucessos, e particularidades, por Fr. Luiz de Sousa. 3.ª edição. 1866. Lisboa. 6 vols.

CADAMOSTO — The voyages of Cadamosto and other documents of Western Africa in the second half of the fifteenth century. — Translated and edited by G. R. Crone. 1937. London. The Hakluyt Society XLV, 15 pp. e 2 mapas.
—— (Veja: «Vespucci. Reprints, texxts and studies», vol. VI).

CADAMOSTO (Alvise de) — La Navigazioni Atlantiche di Alvise de Ca'da Mosto a cura di Rinaldo Caddeo con prefazione, note, appendici, bibliografia, carte e incisioni. Seconda edizione riveduta. 1929. Milano. 360 pp. c. mapas e gravs.

CADAMOSTO (Luís de) — Navegação [...] a que se ajuntou a «Viagem» de Pero de Cintra, capitão portuguez. — Traduzidas do italiano. In: «Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes», tomo II. 1867. Lisboa.

CADAMOSTO (Luís de) — Viagens de [...] e Pedro de Sintra. 1948. Lisboa. Academia Portuguesa da História. XVII. 208 pp.
CADDEO (Rinaldo) — La Navigazioni Atlantiche [...]. Veja: Cadamosto (Alvise).
CADENA DE VILHASANTI (Pedro) — Relação diária do cêrco da Baía de 1638. Prefácio de Serafim Leite. Notas de Manuel Múrias. 1941. Lisboa. Agência G. das Colónias. 358 pp.
CALMON (Pedro) — O Império Português da América do Sul (Muros e Santuários). In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». — «Os portugueses no Brasil». 3.ª secção, pp. 16 e segs. 1938. Lisboa.
CAMARA MANUEL (Jeronymo da) — Explorações maritimas dos portuguezes na América do Sul. Separata do n.º 31, da «Revista Portugueza Colonial e Marítima». 1899. Lisboa. 14 pp. e ests.
— (Jeronymo P. A. da) — Missões dos Jesuitas no Oriente nos seculos XVI e XVII — Trabalho destinado à 10.ª sessão do Congresso Internacional dos orientalistas. (Sociedade de Geographia de Lisboa). 1894. Lisboa. XIV, 162 pp. e gravs. e fac-similes.
CAMERON (Verney Lovett) — Across Africa. Vols. I e II. 1877. London. 2 vols.
— Atravez d'Africa. — Viagem de Zanzibar a Benguella. — Traduzido do inglez por Francisco de Lencastre. Vols. I e II. 1879. Lisboa. 2 vols.
CAMINHA (Antonio Lourenço) — Ordenações da India do Senhor Rei D. Manoel de eterna memoria; Informação verdadeira da Aurea Chersoneso, feita pelo antigo cosmographo indiano Manoel Godinho de Eredia; e Cartas em lingoagem portugueza de D. Jeronymo Osório, Bispo do Algarve, ineditas e offerecidas ao muito alto e poderoso Senhor D. João, Principe Regente. 1807. Lisboa. 212 pp.
— Veja: Vaz Caminha (Pero).
CAMPE — Historia do descobrimento da America, Viagens e Conquistas dos primeiros navegantes do Novo Mundo [...] Traduzida [...] por J. J. Roquete. 1836. Paris. 2 vols.
CAMPO BELO (Conde de) — Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil. 1935. Lisboa. Agência Geral das Colónias. 153 pp.
— (D. Henrique) — Mentalidade (A) imperial da Expansão Portuguesa no Mundo. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». 5.ª Secção — I — «Estudos Gerais». Pp. 393. 1938. Lisboa.
CAMPOS (Alfredo) — O Infante navegador. — Poemeto com um prefacio de João Penha. 1894. Porto. 18 pp.
— (J. A.) — History of the portuguese in Bengal [...]. 1919. Calcutta. XXVI, 283 pp.
CAMPOS JUNIOR (Antonio Maria de) — Un congrès permanent de Geographie en Portugal au XV^e Siècle — Lettre à M. le Marquis de Croizier. 1878. Leiria. 3 pp.
CANDIDO LUSITANO [Pseudonimo de Francisco José Freire] — Vida do Infante D. Henrique. Escrita, e dedicada á Majestade Fidelissima de El-Rey D. Joseph I. Nosso Senhor. 1758. Lisboa. [12], 393, [2] pp. e 1 est.
CANTO (Ernesto do) — Centenario do Infante D. Henrique 1394-1894. Homenagem do Archivo dos Açores. (Separata do vol. XII, n.º 71) s/d. n/l. 8 pp.
— Os Corte-Reaes. — Memória histórica acompanhada de muitos documentos ineditos. 1883. Ponta Delgada. 234 pp.
— Quem deu o nome ao Labrador? — (Breve Estudo). 1894. Ponta Delgada. 23 pp.
— Veja: D. Afonso, Bispo de Burgos.
CANTOVA (J. Antonio de) — Carolines. — Découverte et description des Iles Garbanzas, d'après le manuscrit de l'Archive des Indes, de Seville, intitulé [...] — Descubrimiento y descripcion de las Islas Garbanzas por al Padre [...]. S/d. Paris. 12 pp.
CAPEANS (Rosa) — Relação do Reino do Congo [...]. Veja: Lopez (Duarte).
— Resumo do estudo arqueológico das viagens de Lisboa á ilha de Santa Helena, em navios de vela, baseado na «Relatione del reame di Congo et delle circonvicine contrade» de Duarte Lopez & Filippo Pigafetta. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo» — Descobrimentos — Vol. II, pp. 176 e segs. 1938. Lisboa.
— Rio (O) Niger-Canagá dos quinhentistas portugueses. Comunicação ao Cong. Com. do V Centenário do Descobrimento da Guiné. Vol. I, pp. 349. 1946. Lisboa. Sociedade de Geografia de Lisboa.
CAPELLO (H.) e R. IVENS — De Angola á Contra-Costa [...]. Vols. I e II. 1886. Lisboa. 2 vols.
— De Benguella ás terras de Iácca. Vols. I e II. 1881. Lisboa. 2 vols.
CARDIM (Antonio Francisco) — Batalhas da Companhia de Jesus na sua gloriosa provincia do Japão. (Congresso dos orientalistas). 1894. Lisboa.

CAREY et E. Warmington. — Les explorateurs de l'antiquité. 1922. Paris. 349 pp. e 15 mapas.
CARVALHO (Agostinho de) — India Milenaria. — Terra de Impérios. 1942. Bastorá. 240 pp.
CARVALHO (Eduardo de) — Os portugueses na Nova Inglaterra. 1931. Vila Nova de Famalicão. XXI, 358 pp.
CARVALHO E MENEZES (Vasco Guedes de) — Apontamentos para a Historia d'Angola. 1882. Funchal. 30 pp.
CASTANHEDA (Fernão Lopez de) — Veja: Lopes de Castanheda (Fernão).
CASTANHOSO (Miguel de) — Dos feitos de D. Christovam da Gama. Tratado composto por [...]. Publicado por Francisco Maria Esteves Pereira. (Quarto Centenario do Descobrimento da India). 1898. Lisboa. Soc. de Geog. de Lisboa. XLVII, 152 pp.
CASTILHO (Alexandre Magno de) — Descripção e Roteiro da Costa Occidental desde o Cabo de Espartel até ao das Agulhas. 1866. Lisboa. 2 vols.
— Études historico-geographiques sur les Colonies ou Monuments Commémoratifs des découvertes portugaises en Afrique. 1869-1870. Lisbonne. 2 vols.
— Os Padrões dos Descobrimentos Portuguezes em Africa. — Memoria. 1.ª e 2.ª 1869-1871. Lisboa. 2 folhetos.
CASTRIES (Comte Henry de) — Les sources inedites de l'histoire du Maroc de 1530 à 1660. Tomes I e II. 1905-1909. Paris. 4 vols.
CASTRO (Affonso de) — As Possessões portuguesas na Oceania. 1867. Lisboa. XXI, 460 pp. e 2 mapas desdobr.
CASTRO (A. J. de) — O Congo em 1845. — Roteiro da viagem ao reino do Congo, por [...], Major da Provincia de Angola. In: «Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa», série II, n.º 2, pp. 53 e segs.
CASTRO (Eugénio de) — Diario da Navegação de Pero Lopes de Sousa. Estudo critico pelo Comandante [...]. Veja: Lopes de Sousa (Pero).
CASTRO (D. João de) — Primeiro Roteiro da Costa da India, desde Goa até Dio: narrando a viagem que fez o Vice-Rei D. Garcia de Noronha em socorro desta ultima cidade — 1538-1539. Por [...] Governador e Vice-Rei, que depois foi, da India. Segundo manuscripto autographo. Publicado por Diogo Kopke [...]. 1843. Porto. XLIV, XII, 280 pp. c. est. e 2 fac-similes e 1 album com 15 mapas.
— Roteiro de Goa a Diu (1538-1539). 2.ª edição, prefaciada e anotada por A. Fontoura da Costa. 1940. Lisboa. Agência G. das Colónias. 2 vols.
— Roteiro de Goa a Suez ou Mar Roxo (1541). 2.ª edição prefaciada e anotada por A. Fontoura da Costa. 1940. Lisboa. Agência G. do Ultramar. 2 vols.
— Roteiro de Lisboa a Goa [...]. Annotado por João de Andrade Corvo. 1882. Lisboa. Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias. XV, 428 pp. e ests.
— Roteiro de Lisboa a Goa (1538). 2.ª edição prefaciada e anotada por A. Fontoura da Costa. 1940. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. XXI, 232 pp., mapas e 1 est.
— Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os Portuguezes no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Goa atê Soez, que he no fim, e estremidade do Mar Roxo com o sitio, e pintura de todo o syno arabico. Por [...] — Décimo terceiro Governador, e Quarto Viso-Rey da India. Dedicada ao Infante D. Luiz. Tirado á luz pela primeira vez do manuscrito original, e acrescentado com o itinerarium Maris Rubri [...] pelo Dr. Antonio Nunes de Carvalho. 1833. Paris. LIV, IX. 334, [2] pp., 2 ests. e 1 mapa e 1 álbum com 16 mapas coloridos.
— Tratado da Sphera. — Da Geographia. — Notação famosa. Informação sobre Maluco. Prefácio e notas por A. Fontoura da Costa. 1940. Lisboa. Agência G. das Colónias. XIV, 128 pp. e 1 est.
— Veja: Freire de Andrade (Jacinto).
CASTRO e ALMEIDA (Eduardo de) — Archivo de Marinha e Ultramar. — Inventario Madeira e Porto Santo (1613-1883). Vols. I e II. 1907-1909. Coimbra. 2 vols.
CASTRO e ALMEIDA (Virgínia de) — Les grandes navigateurs et colons portugais du XV^e et XVI^e siècles [...]. 1934. Paris. 189 pp. e ests.
CASTRO JUNIOR (Augusto) — Diogo Cão e os Padrões. I — O Heroi (da sua família, da origem desta e de alguns factos e feitos da sua vida). II — Os Padrões (da origem destes, do seu significado e prestamento e daquelas que El-Rei D. João II mandou implantar). In: «Mensario Administrativo», Luanda, n.^os 59-60, Julho-Agosto de 1952, pp. 17 a 167.
CASTRO OSÓRIO (João de) — A formação orgânica da Expansão portuguesa. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». 5.ª secção. I — «Estudos Gerais». Pp. 309 e segs. 1938. Lisboa.

CASTRO OSÓRIO (João de) — O plano imperial da Dinastia de Aviz na África Austral no seculo XVI. [...]. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». 4.ª secção. I — «Os Portugueses em África», pp. 141 e segs. 1938. Lisboa.

Catalogo dos Governadores do Reino de Angola — Com uma previa noticia do principio da sua conquista e do que nella obrarão os governadores dignos de memoria. In: «Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes». Tomo III. 1826. Lisboa pp. 341 a 436.

Centenario do Descobrimento da America. — Memorias da Commissão Portugueza em 1892. Lisboa. Academia Real das Sciencias. 1 vol.

CERVAENS y RODRIGUES (José) — A Raça Peninsular. — Frei Gonçalo Velho e Fernão de Magalhães. Conferencia [...]. 1922. Porto. 38 pp.

CHAGAS (C. J. R. das) — Descoberta e ocupação da Guiné só pelos portuguezes ou Refutação das modernas pretenções da França aquella descoberta. Escripta nas duas linguas. Publicada e acrescentada por [...]. 1840. Lisboa. 15 pp.

CHAILLU (Paul B. du) — The Viking age [...]. Vols. I e II. 1889. London. 2 vols.

CHAMPLAIN (Samuel) — Narrative of a voyage to the West Indies and Mexico in the years 1599-1602. Edited by Norton Shaw. 1859. London. The Hakluyt Society 4, [2], VI XCIX, 48 pp.

CHARLES (Pierre) — L'ntroduction de la medicine européenne, au Japon par les portugais au XVIe siècle. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». 2.ª secção. Vol. II, pp. 87 e segs. 1938. Lisboa.

CHELMICKI (José Curado Carlos de) e Francisco Adolfo de Varnhagen — Corografia Cabo-Verdiana, ou Descripção Geographico-historica das Ilhas de Cabo Verde e Guiné. 1841. Lisboa. 2 vols.

CIDADE (Hernâni) — História da Expansão Portuguesa no Mundo. Veja: Baião (António).

CIEZA DE LEON (Pedro de) — The travels of Pedro de Cieza de Leon, a. d. 1532-50. Contained in the First Part of his Chronique of Peru. — Translated and edited, with notes and an introduction, Clements R. Markham. 1864. London. The Hakluyt Socitey. LVII, 438 pp. e 1 est.

CINTRA (Pedro de) — Veja: Cadamosto (Luís de).

CLARK (Denis) — Exploraters and Discoverers. 1951: London. IX, 118 pp. c. gravs.

CLARKE (James Stanier) — The progress of maritime discovery from the earliest period to the close of the 18th century. 1803. London. XXXV, CCXXX, 491, 263 pp. c. gravs.

CLYMONT (James Roxburg Mc.) — The first expedition of the portugueses to Banda and the Events Antecedent Thereto [...]. 1905. Hobart. 8 pp. Ex. n.º 92.

COAST (W.) — The geography of Hudson's Bay: Being the remarks of Captain [...], in many voyages to that locality, between the years 1727 and 1751. [...]. 1852. London. The Hakluyt Society. X, 147 pp.

Códice diplomatico Colombo-Americano ossia Raccolta di Documenti spettanti a Cristoforo Colombo. 1823. Genova. LXXX, 348 pp. e ests.

COELHO (Sertório) — Uma página negra para os annaes da historia colonial portugueza [...]. 1895. Nova Goa. 146 pp.

COIMBRA (Carlos) — O Infante D. Henrique e o Descobrimento do Caminho Maritimo para a India. In: «1.º Cong. da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo». «Descobrimentos». Vol. II, pp. 153 e segs. 1938. Lisboa.

— O pensamento político de Afonso de Albuquerque. (Separata do «Arquivo das Colónias», n.º 33, vol. V, 1930). 1932. Lisboa. 16 pp.

COLAÇO (José Maria Delorme) — Galeria dos Vice-Reis e Governadores da India Portugueza. 1841. Lisboa.

Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são vizinhas. 1812-1841. Lisboa. Academia Real das Sciencias. 7 vols.

COLLINGRIDGE (George) — The discovery of Australia [...]. 1895. Sydney. XV, 376 pp., gravs. e mapas.

— Veja: Tourcey.

COLLIS (Maurice) — The Land of the Great Image. — Being experiences of Friar Manrique in Arakan. 1943. New York. IX, 265 pp. e ests.

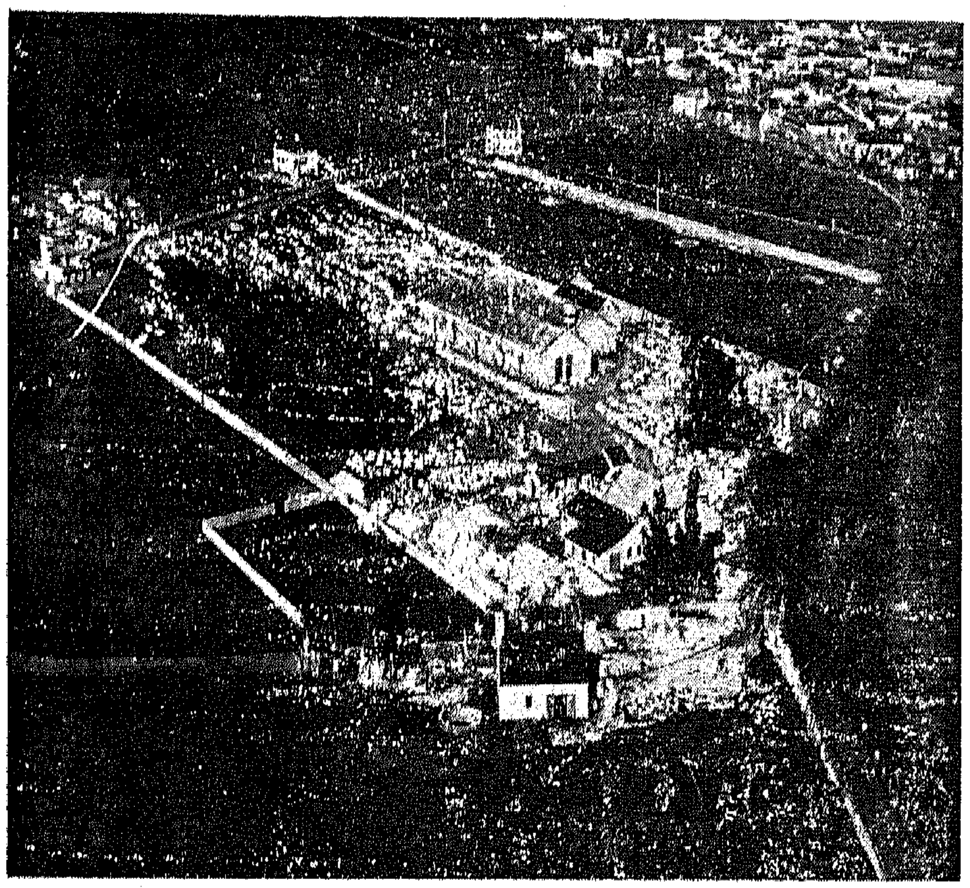
— Terra (Na) da Grande Imagem. (Aventuras de um religioso português no Oriente). — Tradução do inglês e notas de António Álvaro Dória. 1944. Porto. 336 pp. e 2 ests.

— Viagem (A) maravilhosa. (Vida de Fernão Mendes Pinto). Versão do inglês, por António Álvaro Dória. 1951. Porto. 326, [2] pp.

MÁRMORES E CANTARIAS

DE

PERO PINHEIRO — ESTREMOZ, LDA.



Vista aérea das nossas oficinas em Pero Pinheiro

SEDE:
PERO PINHEIRO
Telefone P. P. 55

★

ESCRITÓRIO:
P. dos Restauradores, 65, 1.º D.
LISBOA
Telefone 24184

SOCIEDADE ALGODOEIRA DE FOMENTO COLONIAL

CAPITAL 200.000.000$00

FÁBRICAS DE FIAÇÃO E TECIDOS DE ALGODÃO

Sede: Praça D. João I, n.º 28, sala 7

PORTO

FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE ALGODÃO EM LUANDA
na AVENIDA DA BOAVISTA
FIOS E REDES DE PESCA, TECIDOS, COBERTORES, MALHAS, ETC.

FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE ALGODÃO EM VILA PERY
MOÇAMBIQUE
FIOS, TECIDOS CRUS, TINGIDOS, BRANQUEADOS E ESTAMPADOS

FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE BENFICA — LISBOA
FIOS CARDADOS, PENTEADOS, ETC.

PROPRIEDADES DE QUIMAQUENDE, GOLUNGO ALTO, ANGOLA
PLANTAÇÕES DE CAFÉ, PALMARES, ETC.

INSTALAÇÕES AGRO-PECUÁRIAS DE VILA PERY
HORTAS, BANANAIS, MILHO, AVIÁRIOS, ETC.

CASA PORTUGUESA

JOSÉ NUNES DOS SANTOS & C.ª (FILHOS), L.da

Oficinas Gráficas

COMPOSIÇÃO MECÂNICA

Rua da Misericórdia, 139 • Rua das Gáveas, 103

LISBOA

O MAIS BONITO BRINDE para creanças e adultos

O RELOGIO MEALHEIRO

da Sociedade Portuguesa de Seguros,

em que só é possivel dar corda depois de se lhe introduzir diariamente uma moeda, obriga os pais e ensina os filhos a serem economicos. Aplique essas economias constituindo um dote para os seus filhos ou para assegurar o futuro dos seus fazendo um seguro de Vida, que a Sociedade Portuguesa de Seguros lhe dará gratuitamente um destes lindos relogios.

Dirija-se á

SOCIEDADE PORTUGUESA DE SEGUROS

RUA DA MADALENA 36, LISBOA — ou aos seus Agentes em todo o país, que terá todas as informações que carece.

AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS — Agências Gerais em Angola e Moçambique a cargo respectivamente da firma:

PURIFICAÇÃO, LDA.

e do

SR. JOAQUIM MARQUES RAMALHETE

LUSALITE

TUBOS PARA ALTAS E BAIXAS PRESSÕES • CHAPAS ONDULADAS PARA COBERTURAS • CHAPAS LISAS PARA TETOS E DIVISÓRIAS • CALEIRAS PARA IRRIGAÇÃO DE HORTAS E JARDINS • CHAPAS ACRÍLICAS PARA LANTERNINS E OUTRAS APLICAÇÕES QUE OBRIGUEM A FORTES ILUMINAÇÕES • CHAPAS MADEIRITE PARA TETOS CURVOS, REVESTIMENTOS INTERIORES, ETC. • CHAPAS DECORALITE-LISAS E GRANITADAS EM TODAS AS CORES.

R. DE SÃO NICOLAU, 123 — LISBOA

A CLASSE MÉDIA, raramente consegue amealhar o suficiente para deixar a família ao abrigo da miséria.

Auxilie o futuro dos seus, entrando para sócio do

MONTEPIO GERAL

QUE DISTRIBUE, em subvenções às suas pensionistas, grande parte dos lucros obtidos nas operações realizadas pela sua CAIXA ECONÓMICA

SEDE EM LISBOA — R. Áurea, 219 a 241

FILIAL NO PORTO — Av. dos Aliados, 90

AGÊNCIAS EM COIMBRA, ÉVORA E FARO

COMPANHIA DE SEGUROS

BONANÇA

FUNDADA EM 1808

SEGUROS NOS PRINCIPAIS RAMOS

Sede em LISBOA — Rua Áurea, 100

Delegações no PORTO — Rua Sá da Bandeira, 283, 1.º

» em COIMBRA — Rua Visconde da Luz, 88, 2.º

AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS

BANCO DE ANGOLA

EMISSOR DA PROVÍNCIA

CAPITAL — ESC.: 100.000.000$00

SEDE:
LISBOA — Rua da Prata, 10 a 22 // Endereço Telegráfico: Aldaro

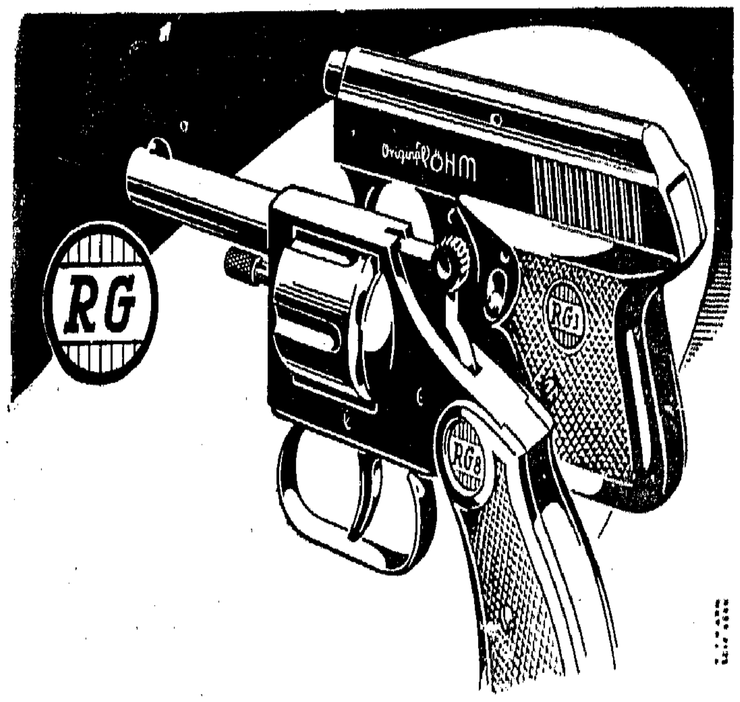
DIRECÇÃO GERAL EM ÁFRICA:
LUANDA — Rua Rui de Sousa // Endereço Telegráfico: Daroal

FILIAL:
LUANDA — Avenida dos Restauradores de Angola // Endereço Telegráfico: Aldaro

DEPENDÊNCIAS:
Benguela, Cabinda, Gabela, Lobito, Malange, Moçâmedes, Nova Lisboa, Novo Redondo, Sá da Bandeira, Silva Porto e Uige

AGENTES:
Nos principais centros comerciais da Província

PROTEJA A SUA VIDA COM A PISTOLA AUTOMÁTICA DE ALARME



ISENTA DE LICENÇA

Representante exclusivo:

FABRICIUS & C.ª, L.da – Rua de S. Bento, 321 – LISBOA – Telef. 66 2289

A todas as horas, a todas as refeições as conservas de peixe portuguesas

"SARDINHAS"

"ATUM"

"ANCHOVAS"

têm o lugar marcado pela pureza, sabor, qualidade e alto valor alimentar

ARTES GRAFICAS

PUBLI-CIDADE

FOTOGRAVURA

NACIONAL

RUA DA ROSA, 275 — TEL. 2 0958

J. ROMA, L.da

★

MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAL ELÉCTRICO

INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS E INDUSTRIAIS

★

Telef.: 3 3133 Teleg.: STATOR

Praça da Figueira, 12, 1.º

— LISBOA —

B. KAKOOBHAI & C.ª L.DA

RUA ARAÚJO, 8

LOURENÇO MARQUES

IMPORTADORES - EXPORTADORES

CAMBISTAS

CAIXA POSTAL 675 / 1149

TELEG.: RICHNESS / KAKOOBHAI

TELEF. 3728 (ESCRITÓRIO) / 4041 (TRONCAS) / 3608 (GABINETE DO DIRECTOR)

COMPANHIA DE SEGUROS

«A NACIONAL»

Av. da Liberdade, 18, 2.º

LISBOA

TELEFONES 32777-8-9

END. TELEG. «LANOICAN»

Capital e Reservas em 1952:

Esc. 126.291.000$00

★

Seguros em todos os ramos

★

Agências em todo o País, Ilhas e Províncias Ultramarinas

DELEGAÇÕES:

PORTO E COIMBRA

ESTÁ CONCLUÍDO!

DICIONÁRIO TÉCNICO POLIGLOTA

POR M. DE MEDEIROS

PORTUGUÊS – ESPANHOL – FRANCÊS – ITALIANO – INGLÊS – ALEMÃO

O TRADUTOR EM SUA CASA

com 131.000 TERMOS E EXPRESSÕES em cada língua.

30 DICIONÁRIOS BILINGUES

numa obra de consulta científica e profissional para todos os especialistas e produtores do mundo.

8 volumes com 7756 páginas por 2.790$00

PODE RECEBÊ-LO ADIANTADAMENTE POR 100$00 MENSAIS

GOMES & RODRIGUES, LDA.

LARGO DE D. ESTEFÂNIA, 17 A 21 • LISBOA • RUA DAS PICOAS, 32 E 34

EDIÇÕES
DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA
(1876 a 1954)

(Continuação)

1896

CATALOGO DAS PUBLICAÇÕES FEITAS PELA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA .... (Esgotado)

BASES PARA A CREAÇÃO DE UMA COLÓNIA AGRICOLA BRANCA NO INHARRIME, *por Pedro A. Álvares* (5$00)

MACAU E O SEU PORTO — *Conferência feita na Sociedade de Geographia na sessão de 4 de Novembro de 1895, por Adolpho Loureiro* .... (Esgotado)

AMÉRICA AUSTRAL — *Cartas escriptas da América nos annos de 1882 a 1883, por A. Lopes Mendes* (terceira parte) ...... (10$00)

ILHA (A) DE S. VICENTE DE CABO VERDE — *1886 a 1891, por Joaquim Vieira Botelho da Costa* (Relatório) ...... (20$00)

CONGRESSO NACIONAL DE MEDICINA — *Julho de 1897 — Comissão Organizadora* .... (Esgotado)

PORTUGAL E ILHAS ADJACENTES *(Exposição Ethnográfica Portugueza), por F. Adolpho Coelho* .... (10$00)

EXPOSIÇÃO DE BELLAS ARTES — *Contemporanea e retrospectiva — Plano, programa e regulamento, elaborados pela Secção de Arte da S. G. L.* .... (5$00)

EXPOSIÇÃO NACIONAL AGRICOLA E PECUÁRIA DE 1897 — *Plano, programa e orçamento da Commissão de publicações e de Bibliographia Agricola-pecuaria* ...... (5$00)

EXPOSIÇÃO NACIONAL INDUSTRIAL — *Programa elaborado pela Secção de Industria da S. G. L.* .... (5$00)

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE PESCARIAS — *Plano, programa e regulamento, proposto pela commissão organisadora da exposição)* .... (5$00)

HOMAGE TO DOM VASCO DA GAMA ON THE DISCOVERY OF A NEW ROUTE TO INDIA — *presented to the Geographical Society of Lisbon by Vicount de Soveral* .... (5$00)

PLANO GERAL DA CELEBRAÇÃO EM 1897 DO QUARTO CENTENÁRIO DA PARTIDA DE VASCO DA GAMA PARA O DESCOBRIMENTO DA INDIA .... (5$00)

INSCRIÇÕES PORTUGUESAS, *por Luciano Cordeiro* (Vésperas do Centenário) (10$00)

URNA (A) FUNERARIA DE AFFONSO DE ALBUQUERQUE — *Relatório à S. G. L. àcerca de alguns objectos vindos da India para o seu Museu, por Luciano Cordeiro* (Vésperas do Centenário) ...... (Esgotado)

RESTOS (OS) DE VASCO DA GAMA — *Informação e parecer do delegado da S. G. L. junto da commissão testamentaria* Luz Soriano, *por Luciano Cordeiro* (Vésperas do Centenário) .... (Esgotado)

ULTIMO (O) PADRÃO DE DIOGO CÃO, *por Luciano Cordeiro* (Vésperas do Centenário) .... (Esgotado)

1897

IGREJA (A) DE SANT'ANNA E A SEPULTURA DE CAMÕES, *por Luciano Cordeiro* (Vésperas do Centenário) (Esgotado)

PREMIO (O) DA DESCOBERTA — *Uma certidão da casa da India, por Luciano Cordeiro* (Vésperas do Centenário) (Esgotado)

CENTENARIO (O) NO ESTRANGEIRO, *conferencia realisada na S. G. L. no dia 11 de Novembro de 1897, por Magalhães de Lima* (Vésperas do Centenário) .... (15$00)

RELATORIO DA VIAGEM AO CUNENE *emprehendida em Outubro de 1896 pelo Governador do Districto de Mossamedes, João Mascarenhas Manuel de Mendonça Gaivão* .... (Esgotado)

LISTA DE SOCIOS PARA A ASSEMBLÉA GERAL DE 1897 DA S. G. L. .... (Esgotado)

INDICES E CATALOGOS — *a Bibliotheca — I Obras Impressas — segundo anexo* (5$00)

SOCIÉTÉ (LA) DE GÉOGRAPHIE DE LISBONNE — *Son nouveau siége — palais do centenaire* .... (Esgotado)

CATALOGO INICIAL DO MUSEU COLONIAL E ETNOGRAPHICO DA S. G. L. (1.º fasciculo) .... (Esgotado)

PRIMEIRO PLANO GERAL DA CELEBRAÇÃO NACIONAL DO QUARTO CENTENARIO DA PARTIDA DE VASCO DA GAMA PARA O DESCOBRIMENTO DA INDIA *traduzido em konkani por Monsenhor Sebastião Rodolpho Dalgado* .... (5$00)

EL-REI D. MANUEL E OS NAVEGADORES — *Conquistas e navegação para a India, notas de José Joaquim d'Ascenção Valdez* .... (Esgotado)

REGULAMENTO PROVISORIO PARA O EMPRESTIMO DE CASAS DA SOCIEDADE .... (Esgotado)

(Continua)

Composto e impresso na Tip. Gomes & Rodrigues, Lda. // 32, Rua das Picoas, 34 // Lisboa (Portugal)